



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Solenidade Realizada na 58ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta
- 1.3 - 44ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta
- 1.4 - Evento Realizado na 59ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinado à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta
- 1.5 - 46ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos que Alimentam e Cuidam do Planeta

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissão

3 - MANIFESTAÇÕES

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 4/9/2014

Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Comparecimento - Falta de Quórum - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Almir Paraca - André Quintão - Arlen Santiago - Braulio Braz - Maria Tereza Lara - Sávio Souza Cruz - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes.

Falta de Quórum

O presidente (deputado André Quintão) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, e para as extraordinárias de terça-feira, dia 9, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição de 9/9/2014.).

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 20/8/2014

Presidência dos Deputados Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Apresentação Musical - Aviso Eleitoral - Palavras do Presidente - Palavras do Deputado Rogério Correia - Palavras do Sr. Juselino Anacleto da Silva - Palavras do Sr. José dos Reis - Palavras do Sr. Osvaldo Samuel Costa Santos - Palavras do Sr. Ricardo Sapi - Palavras do Sr. Danilo Daniel Prado Júnior - Palavras do Sr. Edmar Gadelha - Palavras do Sr. Argileu Martins da Silva - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Palavras da Sra. Juliana Cecília Veloso - Palavras do Deputado André Quintão.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Antônio Carlos Arantes) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta, que tem os seguintes objetivos: comemorar o Ano Internacional da Agricultura



Familiar - AIAF 2014 -, instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO-ONU; promover o lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015; e debater questões estruturadoras da agricultura familiar tais como: modelo de desenvolvimento, gestão ambiental, políticas públicas, financiamento, organização e representação, acesso à terra, assistência técnica, pesquisa, extensão rural e comercialização da produção.

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a compor a Mesa os Exmos. Srs. Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Edmar Gadelha, subsecretário de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, representando o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, André Luiz Coelho Merlo; Osvaldo Samuel Costa Santos, representando a Via Campesina; José dos Reis, representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - Fetaemg; Juselino Anacleto da Silva, representando a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fettraf; Ricardo Sapi, delegado federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas Gerais; e Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais - Incra-MG; a Exma. Sra. Juliana Cecília Veloso, secretária executiva do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedraf MG - e diretora de Rede Rural da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária - Sarf/Seapa-MG; e o Exmo. Sr. deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos todos os presentes para, de pé, ouvir a execução do Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral da Assembleia, que nos brindará com a apresentação de duas músicas do seu repertório: *Berimbau*, de Vinícius de Moraes e Baden Powell, e *The long and winding road*, de Lennon e McCartney.

- Procede-se à apresentação musical.

Aviso Eleitoral

O locutor - A presidência, tendo em vista a legislação em vigor e especialmente a Resolução nº 23.390, de 2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos promovidos por esta Casa que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Palavras do Presidente

Cumprimento o excelentíssimo deputado Rogério Correia, autor deste requerimento. Também gostaria de cumprimentar os Srs. Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário, representando o ministro Miguel Rossetto; agradecemos-lhe a presença; Edmar Gadelha, subsecretário de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária; José dos Reis, presidente da Fetaemg; Juselino Anacleto da Silva, representando a Fetraf; e Ricardo Sapi, delegado federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas. Também quero cumprimentar todas as autoridades presentes, lideranças, senhoras, senhores e representantes da agricultura familiar.

Em face da impossibilidade de nosso presidente comparecer, ele encaminhou pronunciamento cuja leitura farei. (- Lê.)

“Responsáveis pela produção da maioria dos alimentos que chegam à mesa dos moradores das cidades, os agricultores familiares têm enorme importância econômica, social, ambiental e cultural. Tanto nos países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento, geram riqueza e empregos, pescando, criando animais, cultivando florestas ou gêneros alimentícios.

No Brasil, dedicam-se à agricultura familiar quase 5 milhões de homens e mulheres. Em nosso país essa atividade estratégica ocupa 2/3 da mão de obra do campo, respondendo por cerca de 40% da renda agropecuária nacional e por 10% do PIB.

Empreendimentos bem-sucedidos motivam a permanência das pessoas no meio rural, com impactos positivos também nas áreas urbanas, que, menos sobrecarregadas, proporcionam uma vida melhor a seus habitantes. Além de relevante social e economicamente, a agricultura familiar traz muitos benefícios em termos ambientais. Por utilizar menor quantidade de pesticidas, esse tipo de cultivo ajuda a reduzir a poluição, auxiliando na preservação da fauna, da flora, do solo e da água. O cultivo de produtos tradicionais, além de contribuir para a manutenção da biodiversidade, tem o efeito de aprimorar a saúde da população, estimulando nos consumidores uma dieta variada e nutritiva.

Por fim, soma-se a todos esses benefícios materiais uma contribuição imaterial de imenso valor: a conservação dos costumes e tradições culturais típicos do campo. No entanto, para que a agricultura familiar possa trazer todos esses benefícios, é preciso que em cada país haja condições propícias a seu bom desenvolvimento. Tais condições incluem acesso à terra e aos recursos naturais, ao crédito e ao financiamento, à tecnologia adequada e à educação especializada. Dependem, portanto, da adoção de políticas públicas eficientes em níveis local, nacional e global.

Visando a estimular a implementação de tais políticas, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura decretou 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar - Aiaf. Como não podia deixar de ser, o Parlamento mineiro, poder e voz do cidadão na construção de uma sociedade melhor, aderiu à iniciativa tornando-se também o palco de discussões destinadas a aumentar a visibilidade da agricultura familiar, abordando os principais assuntos fundamentais para o setor. É, todavia, antigo o comprometimento da Assembleia com o tema, tendo esta Casa aprovado, nos últimos anos, várias normas a ele relacionadas e realizado uma série de eventos institucionais. Entre esses eventos, merece destaque um ciclo de debates ocorrido há dois anos, ocasião em que lançamos o Plano Safra 2012. Foi tamanho o êxito da iniciativa que voltamos agora a reeditá-la.

Aproveitando as comemorações do Aiaf, reunimos em nosso Plenário especialistas e membros da sociedade civil organizada para debater questões estruturadoras da agricultura familiar. Participamos novamente do lançamento do Plano Safra, que este ano destina ao crédito rural o maior montante de recursos de nossa história. Mais recursos significam melhor infraestrutura, maior produção



agropecuária, maior estabilidade nos preços dos víveres, maior segurança alimentar e, conseqüentemente, redução das desigualdades sociais.

Vivemos um momento de consolidação de políticas públicas voltadas ao aprimoramento da agricultura familiar, mas sabemos que ainda há muito a ser feito.

Acreditando que este evento é uma oportunidade para refletir sobre as conquistas da última década e sobre os desafios que se delineiam para o futuro, desejamos que, nos próximos dias, seja dado mais um passo em direção a uma sociedade mais igualitária, desenvolvida e sustentável.”

Essas são as palavras do presidente desta Casa, deputado Dinis Pinheiro, que sempre valorizou todas as iniciativas da nossa Comissão de Agropecuária ou aquelas propostas por nossos deputados, como as apresentadas pelo deputado Rogério Correia, que já teve aprovados vários requerimentos voltados para a valorização da agricultura familiar.

Sou um pequeno produtor rural, com origem no campo, onde sempre morei. Talvez eu seja um dos poucos deputados que têm outra atividade, porque entendo que ser deputado é passageiro, é um cargo - estamos deputados, não somos deputados, já que o mandato tem prazo. Embora o produtor rural também venha tendo muita dificuldade em manter sua atividade, espero continuar sendo um pequeno produtor rural, ressaltando que sou ex-presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais, que me impulsionou a me tornar prefeito e, depois, deputado.

Nessa condição, vejo com muita preocupação o futuro dos nossos agricultores familiares, e essa preocupação se baseia na percepção de que o mundo se tornou globalizado e um lugar em que o cidadão é, não vou dizer obrigado porque faz quem quer, pressionado a produzir mais e mais, ganhando cada dia menos. Escala, qualidade e produtividade são palavras que fazem parte da vida dos produtores que conseguem sobreviver na atividade, e os pequenos agricultores encontram muita dificuldade nisso.

Não posso deixar de dizer que houve avanços, mas são vários os pilares que sustentam a agricultura. Em primeiro lugar, os pilares que Deus deu de sobra ao Brasil: temos uma natureza fantástica e exuberante; temos mais sol que em qualquer parte do mundo. Embora tenhamos regiões que convivem com a seca, temos regiões em que chove bem; praticamente não temos neve, terremoto ou maremoto. Ou seja, a parte do nosso chefe maior, que é Deus, Ele fez para nós.

Mas o poder público tem deixado muito a desejar. Nos pilares a que me referi, há, por exemplo, a tecnologia e a assistência técnica. Avançamos muito em termos de tecnologia, e devemos muito à Embrapa e à Epamig por isso. Mas, apesar do avanço tecnológico que tivemos, a prática desse avanço tem sido dificultada. Muitas vezes um técnico tem de assistir mais de 500 produtores, o que é humanamente impossível. Portanto a assistência técnica tem deixado a desejar.

Também o crédito rural avançou muito, em termos de valores - os juros melhoraram bem -, e hoje temos bons projetos, aparentemente. Mas me assusta que os gerentes sejam pressionados a vender produtos do banco e, assim, muitas vezes, um pequeno produtor que pega o seu Pronaf sai do banco com um seguro, um Ourocap ou outro produto, mas, na hora em que se dá conta, os juros de tudo isso ficaram muito piores, quase impagáveis. Muitos dos gerentes são pessoas conscientes e sérias, mas são pressionados por essa política do banco, que me assusta pelo que tem feito com os pequenos produtores - é comum que eu seja procurado por produtores nessas condições e que, assim, se tornaram inadimplentes. É comum também que produtores passem por uma intempérie, como aconteceu em nossa região, que passou pela maior seca dos últimos 100 anos, sem ter acesso a um prolongamento da sua dívida e sem ter uma solução para seu problema. Ou seja, são pilares que ainda precisam ser vistos.

Mas ainda há o pilar principal, com o qual o produtor, com o pé firme, consegue se adaptar a muita coisa, e que ainda não temos no Brasil. Não estou falando mal de Dilma ou de Lula, mas das gerações dos nossos presidentes, pois nenhum deles nunca olhou para esse pilar: o preço justo. O produtor que recebe um preço justo por seus produtos consegue se adaptar aos outros problemas. Mas hoje não é fácil vender por um preço justo.

Muitas vezes ocorre o que está acontecendo agora com os produtores de feijão de Pratápolis, que estão vendendo feijão a R\$40,00 a saca, deputado Rogério Correia, mas gastaram R\$70,00, R\$80,00 para produzir e estão endividados.

É comum vermos os nossos produtores de milho, os pequenos produtores, vendendo o milho a R\$20,00 a saca. Gente, R\$20,00 a saca, esse valor dá para comprar um almoço em um restaurante simplezinho, aqui perto da Assembleia. Vai dar para você almoçar e talvez tomar um suco. Quer dizer, você está comendo um saco de milho no almoço. Ô gente! Isso é desrespeito com o produtor rural! Tem de ter preço justo. Quanto é o custo de produção de 1ha de feijão? É tanto. Quem não se adaptar à tecnologia, à qualidade e à produtividade, tudo bem. Mas quem cumpriu o seu papel e conseguiu a produtividade base do Estado, do País ou da região não poderia pagar para produzir. Isso é trabalho escravo. Estamos vendo, na nossa região, coisas muito sérias. Há poucos dias um produtor chegou até mim e disse: “Deputado, eu estou pagando para trabalhar. Isso é crime. Tem de denunciar isso, deputado”. Ele falou desse jeito, o Sr. Rubinho, da cidade de Capitinga.

Gente, é dolorido ver a pessoa que produziu 700 sacas de milho, 180 sacas de feijão, está com uma conta no banco e não consegue pagá-la. Então, o pilar principal é o da sustentabilidade econômica. O social vem após o econômico. O ambiental vem da consciência, vem do trabalho, também porque ninguém quer acabar com a sua terra. Mas o econômico, gente, o preço justo é questão de políticas públicas. Então, que o poder público tenha a sua responsabilidade.

Criam-se programas fantásticos, como o da Conab, o PAA. Vai pegar o dinheiro; acabou-se com o dinheiro. Foram coisas quase insignificantes. Então, programa como o PAA teria de virar um programa de governo, e não um projeto que vem e vai para alguns que chegam e muitas vezes não chegam na hora certa. Então precisamos discutir, deputado Rogério Correia, uma política de avanços. Que o próximo presidente olhe primeiramente para a sustentabilidade econômica, porque a maioria já está muito consciente a respeito da questão ambiental, e o aspecto social vem com a renda. Ai, sim, o produtor poderá continuar morando no campo.

Antes de encerrar, quero dizer que esta semana eu li uma reportagem emocionante: “A parceria do bem”. Os grandes produtores da região, no Maranhão, se não me engano, região de Balsas, com os pequenos produtores, pequeninhos mesmo, que tinham dificuldade de produzir o próprio alimento básico do dia a dia... O produtor de soja, ao terminar a produção de soja, já entra plantando o feijão - um feijão diferente, que eles colhem na mão, não sei se é o feijão de corda. Então eles plantam 100ha. Eles plantam, cuidam



e, na época da colheita, passam para aquelas famílias. Todas as famílias colhem o feijão felizes, porque não vai faltar feijão na mesa durante aquele ano. É preciso ter esse lado que serve de exemplo para quem viu; e para quem não viu também, para que possa ver, porque a ação dos grandes também precisa estar muito próxima dos pequenos.

De qualquer forma, temos de comemorar e cumprimentá-los, porque sem a agricultura familiar o alimento não chega à mesa do brasileiro. Parabéns a todos. Contem conosco e vamos em frente. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Rogério Correia

Exmo. Sr. Deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a quem agradeço, de público, a contribuição para que nosso ciclo de debates pudesse prosperar, tendo a comissão um papel importante na convocação do evento e na formulação dos temas que debateremos aqui. Agradeço ao deputado Antônio Carlos Arantes e ao deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia. Sr. Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que aqui representa o ministro Miguel Rossetto, é um prazer tê-lo aqui, representando o ministro Miguel Rossetto, companheiro militante do PT, junto comigo desde a fundação, e que vem agora desempenhando um belo trabalho à frente do ministério. Aproveito para me congratular com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e defender que ele permaneça e cresça cada vez mais, porque foi muito importante não apenas para os agricultores familiares, mas também para o Brasil; pois, a partir da produção dos alimentos e de políticas públicas implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, reivindicações antigas dos sindicatos, pudemos desenvolver a agricultura familiar e transformá-la nessa potência que é hoje. Uma potência econômica e uma potência social, para lembrar apenas dois dados que não nos cansamos de repetir. Os dados sociais nos dão conta de que a agricultura familiar produz alimentos em torno de 70%, 75% do que é consumido pelos brasileiros. É bom que esse dado seja sempre repetido para que a população tenha a dimensão da importância social da agricultura familiar do ponto de vista de segurança alimentar, mas também de geração de emprego - 75% dos empregos no campo vêm das mãos dos agricultores familiares e das pequenas propriedades. São duas questões sociais fundamentais: emprego e segurança alimentar. Também a agricultura familiar é responsável por divisas para o nosso país: 10% do PIB. É muito; o equivalente, no Brasil, à produção das grandes empresas automobilísticas. Só que a agricultura familiar divide renda, que fica nos municípios - 10% do PIB.

Então, presidente Antônio Carlos Arantes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário é algo que se justifica enquanto ministério permanente. Quero aqui parabenizar o trabalho que vem exercendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário e agradecer a presença do Argileu, assim como a do Ricardo, delegado federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Minas, cargo que também tive a honra de exercer no segundo mandato do presidente Lula e que, tenho certeza, está muito bem ocupado pelo Ricardo. E continuaremos, também em Minas, avançando em termos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da delegacia.

Agradeço também a presença do Edmar Gadelha, subsecretário da Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, que representa André Luiz Coelho Merlo, secretário de Agricultura. Agradeço ao Gadelha, porque, enquanto subsecretário, tivemos avanços importantíssimos em Minas Gerais - eu os citarei daqui a pouco -, já justificando que tenhamos não uma subsecretaria, com as grandes dificuldades que ela tem e que o Gadelha tem enfrentado, mas uma secretaria da agricultura familiar que englobe também a pesca e a regularização fundiária. O Gadelha já deixou o terreno aberto, e espero que isso aconteça no próximo governo, que tenhamos não uma subsecretaria, mas a secretaria que é reivindicada pelos agricultores familiares. O Gadelha mostrou que isso é viável e necessário. Então, quero agradecer a presença do Gadelha e do governo do Estado.

Cumprimento meu amigo José dos Reis, presidente da Fetaemg. Seja bem-vindo. Como vice-presidente, ele assumiu a presidência agora, no lugar do Wilson, que se licenciou para a disputa de uma cadeira na Câmara dos Deputados. Agradeço a presença do José dos Reis, da Fetaemg. Não preciso elogiar o papel da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, porque a presença maciça de vocês já diz o significado da organização dos trabalhadores para a implantação das políticas públicas em Minas e para as reivindicações que são feitas pelos trabalhadores.

O mesmo elogio faço também à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar - Fetraf -, representada aqui pelo meu amigo Juseleno Anacleto da Silva. Parabenizo essa federação pela realização do trabalho que vem sendo feito em Minas Gerais.

Feitas essas saudações à Mesa, quero saudar a presença de todos e todas que aqui vieram - alguns de bem longe, como já vi ali, do Jequitinhonha, do Mucuri, do Sul de Minas. Contamos aqui com a presença de companheiros do Estado inteiro que vieram participar deste segundo ciclo de debates. Fizemos o primeiro também por proposição do meu mandato, mas acatado pela Assembleia Legislativa, em 2012. Este segundo é para fazermos uma avaliação do que avançamos em termos da agricultura familiar em Minas Gerais e no Brasil, mas, ao mesmo tempo, para propor alguns outros temas. Este ciclo de debates foi denominado Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta e expressa o compromisso que sempre tive nesta Casa, do meu mandato e do mandato do deputado Antônio Carlos Arantes e de tantos outros, com os agricultores e agricultoras familiares e as demais populações tradicionais do campo, os profissionais e militantes da área.

No final do ano passado, a Assembleia Legislativa pôde aprovar três importantes leis sobre a agricultura familiar. Aliás, já tinha aprovado uma lei de autoria do deputado Antônio Carlos Arantes que inclui o Programa de Aquisição de Alimentos como programa do Estado. Hoje temos o PAA estadual, aprovado pela Assembleia Legislativa como iniciativa do deputado Antônio Carlos Arantes. Foi um grande projeto de lei que aprovamos nesta Casa e que, evidentemente, ganhará forças quando a regulamentação estiver pronta. Ampliaremos ainda mais o PAA estadual. Foi uma iniciativa importante.

No final do ano aprovamos três outras leis. Uma, que é de minha autoria em termos, porque apresentei na Assembleia Legislativa, mas, na verdade, é uma lei do conjunto dos agricultores e das agricultoras familiares, pois houve uma participação ativa na subsecretaria, da Fetaemg, da Fetraf, do MST, do MAB, todos os setores do campo, assim como das entidades do CAA, o CAV e o CTA e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar - Cedraf. Aprovamos, no final do ano, também uma lei que chamaria de Lei Orgânica da Agricultura Familiar, que estabelece as diretrizes gerais e o papel do governo do Estado na



agricultura familiar em Minas Gerais. Por exemplo, o governo terá de estabelecer todo ano um planejamento, juntamente com o Cedraf, do que será investido, qual é a aposta que se faz na agricultura familiar e de onde se deve reforçar os diversos setores que necessitam de ajuda, seja a comercialização dos produtos e o crédito, seja a assistência técnica. Então, planejaremos, ano a ano, onde e como investir na agricultura familiar. Essa lei é importante e foi sancionada pelo ex-governador Antonio Anastasia, em 17 de janeiro deste ano, e está sendo regulamentada. Desculpe-me o Gadelha de já anunciar, mas a ideia do governo é de, em novembro, apresentar o primeiro plano da agricultura familiar para o ano que vem. Isso mostra a importância da lei. Discutiremos como investir na agricultura familiar todo ano. Então, é uma espécie de lei orgânica. Essa lei inclui também a obrigatoriedade da existência de leis municipais no mesmo sentido. Então, os municípios terão também de planejar a agricultura familiar.

Portanto peço aos municípios que ainda não iniciaram o debate da agricultura familiar que o façam. Peço a vocês que procurem os vereadores, o prefeito, o sindicato e a Emater e estabeleçam um fórum de discussão para a aprovação da lei municipal. No ano que vem, será muito importante que essa lei municipal exista até para a obtenção de recursos. É o que estabelece a lei estadual.

Além da lei estadual, temos a lei federal. O Argileu foi um dos que ajudaram na elaboração dessa lei, no Congresso Nacional, que delimitou o que é o agricultor e a agricultura familiar e estabeleceu os parâmetros nacionais e gerais. Então, na prática, vamos ter em Minas Gerais um sistema da agricultura familiar que vai desde a lei municipal, o que será feito no município, passando pelo Estado, e a União estabelecendo as responsabilidades de cada ente federativo com a agricultura familiar. É um grande avanço. Essa lei foi também aprovada por unanimidade nesta Casa.

Existem duas outras leis, que vou comentar rapidamente: uma de iniciativa do deputado Adelmo Carneiro Leão, que estabelece a política estadual sustentável para a produção agroecológica e orgânica. É um incentivo que o Estado dará à produção, à agroecologia e à produção orgânica. Também avançamos nisso por meio de uma medida provisória da presidenta Dilma - que posteriormente, com a ajuda do deputado Padre João, se tornou realidade - que estabelece os parâmetros nacionais e as vantagens da produção agroecológica. Temos agora também em Minas, no que ganha o produtor, do ponto de vista do Estado, para produzir sem veneno, que é a produção orgânica. Também é uma lei importante que vale a pena ser acrescida nos municípios, para que eles incentivem a agroecologia.

A terceira lei institui - todas foram aprovadas no final do ano e sancionadas no início do ano seguinte pelo Prof. Antonio Anastasia, governador do Estado à época - a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Essa lei de proteção das comunidades tradicionais foi de iniciativa do ex-deputado Carlin Moura, hoje prefeito de Contagem, e podemos retomá-la e aprová-la aqui. Ela vai dizer como proteger as comunidades indígenas, os quilombolas, os geraizeiros e assim por diante. Essa proteção é necessária.

Tivemos exemplos em Minas, que nos deixam tristes, do tratamento dado às comunidades tradicionais, em especial a prisão dos quilombolas que ficaram dois anos detidos, sem nenhuma prova concreta de crime cometido. Felizmente, há 15, 20 dias, foram soltos. Essa lei vai estabelecer proteção às comunidades tradicionais. É também uma lei muito importante.

Finalmente, quero lembrar a lei criada há mais tempo, em 2001, da minha autoria, a Lei Pró-Pequi, que cuida do incentivo à produção, à comercialização, ao consumo e à proteção da área rural do cerrado, dos frutos do cerrado de maneira geral.

Houve um ganho muito grande agora com a formação do Conselho Pró-Pequi, que está sendo dirigido pelo Tizé, nosso representante na subsecretaria, que tem realizado um belíssimo trabalho. Tenho ouvido bastantes elogios a respeito do crescimento do extrativismo, em especial no Norte de Minas. Gostaria de parabenizar a Ísis, que está presente, que já foi carinhosamente apelidada de Rainha do Pequi. Um grande abraço, Ísis.

Então, presidente, essas são algumas das questões de que me lembro aprovadas recentemente como leis. Isso apresenta para Minas Gerais um arcabouço legal que nos dá esperança de uma melhora bastante grande da intervenção do Estado na agricultura familiar. Esse arcabouço legal será consumado. Não basta a lei, mas, a partir dela, você tem de se mobilizar por ela. Já temos instrumentos que, nesses aspectos, são fundamentais.

Por fim, quero também dizer, o presidente lembrou bem, que este ciclo de debates é realizado também para comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar, 2014, como uma atividade garantidora da segurança alimentar saudável e uma atividade produtiva e econômica do mundo.

Também um instrumento de geração de rendas, fator de redução da desigualdade social - isso é muito importante -, pelas políticas de crédito, pelas políticas que vieram acopladas a isso, como o Luz para Todos; agora o Água para Todos; a distribuição de riqueza, através da venda; os créditos que, no Brasil, ampliaram a safra de 2000, que era de aproximadamente 3,3 bilhões, para uma safra estimada em 19,2 bilhões. Uma safra que, em Minas Gerais, era, inicialmente, em 2002, 2003, de 200 milhões e passa a ser estimada, em 2014, em 1,92 bilhões de crédito através do Pronaf, significando uma evidente redistribuição de renda e explicando por que os municípios do interior estão se desenvolvendo tanto.

Quando vamos a um pequeno município, vemos hotéis de grande qualidade, comércio. Isso tudo é fruto da agricultura familiar e de políticas públicas para a agricultura familiar. Portanto a agricultura familiar divide rendas, ajudou e ajuda a economia brasileira a não se paralisar, apesar da crise internacional. A agricultura familiar tem essas vantagens.

Com base nisso, presidente, tenho certeza de que vamos ter um ciclo de debates bastante amplo, vamos aproveitá-lo muito e fazer o lançamento do Plano Safra nacional. Agradeço, mais um vez, a presença de todos, desejando que haja um excelente debate. Espero que saíamos daqui fortalecidos na luta pela agricultura familiar e fortalecidos para produzir ainda mais políticas públicas favoráveis a esse importante setor da população. Muito obrigado e bom trabalho a todos.

O presidente - Muito obrigado, deputado Rogério Correia. Queria só complementar que há mais dois projetos nos últimos anos: o do queijo artesanal, que não tinha uma legislação específica e, aliás, é de nossa autoria, hoje é lei; e o do leite de cabra e de ovinos - da mesma forma, não só o leite, mas também todos os produtos à base de leite de cabra e de ovinos têm legislação de nossa autoria. A legislação facilita, porém ainda temos muitos problemas na agroindústria familiar, precisamos avançar ainda mais.



Palavras do Sr. Juseleno Anacleto da Silva

Boa tarde, companheiros e companheiras, agricultores e agricultoras, e técnicos que aqui se fazem presentes. Queria cumprimentar a nossa Mesa, na pessoa do deputado Antônio Carlos Arantes, que hoje está coordenando os trabalhos; o Argileu, que está representando o nosso ministro Miguel Rossetto; o Ricardo Sapi, representante da Delegacia Federal do MDA. É a primeira vez que nos encontramos. Já nos falamos por telefone algumas vezes, mas ainda não tivemos a oportunidade de nos encontrar. Cumprimento ainda o Sr. José dos Reis, representante da Fetaemg. Queria parabenizar a nova direção da Fetaemg e a companheirada, pois estamos aí na luta em prol da agricultura familiar e da organização dos trabalhadores e trabalhadoras; o companheiro Edmar Gadelha, um companheiro velho de guerra, não é, Edmar? Eu estou mais jovem, mas a história do Edmar é muito bonita, sempre em prol da agricultura familiar, em prol da agroecologia e do meio ambiente.

Para nós, da Fetraf, é um grande prazer estar aqui e fazer parte deste ciclo de debates e, principalmente, participar do lançamento do Plano Safra da agricultura familiar. Vemos os desafios que temos hoje na agricultura familiar e dos avanços que os agricultores familiares tiveram, e o crédito para a agricultura familiar, principalmente hoje, tanto pelo Pronaf quanto pelas organizações das cooperativas.

O companheiro Rogério e o Antônio Carlos já ressaltaram diversos programas que vêm ao encontro da agricultura familiar. Não vou ser redundante nos demais programas, pois já foram citados o PAA, o Pnae e o Ater. Este último é um entrave na agricultura familiar. Temos a Emater, que atende ao nosso estado, e a Anater, que está chegando para atender à agricultura familiar no Brasil como um todo. Ainda não sabemos como será o atendimento aos agricultores que estão nos seus sítios e propriedades.

Tivemos outros benefícios com a agricultura familiar, tais como o Habitação Rural e o Luz para Todos, cuja grande parte vem do governo federal. Neste ciclo de debates, durante estes três dias, será importante discutir como vamos tratar o nosso estado, porque grande parte desses programas e benefícios citados vêm do governo federal. O Ater tem participação do Estado com a Emater, mas o PAA, o Pnae, o Habitação Rural e o Luz para Todos têm recursos do governo federal. O Edmar já lembrou que vamos ter um plano da agricultura familiar, e esse ciclo de debates poderá dar alguns apontamentos sobre o que fazer.

Gostaria também de tratar do Ano Internacional da Agricultura Familiar - Aiaf. Neste ano, até nós, agricultores familiares, comemoramos muito pouco o Aiaf por causa da Copa do Mundo e de tantas festas, apesar de o Brasil não ter ido para a final. Muito pouco foi dito até mesmo pelos meios de comunicação. Nas reuniões em Brasília, em que foi formado um comitê para tratar do Aiaf, mencionou-se que os meios de comunicação iriam falar mais do Aiaf, mas pouco se falou. Vimos uma propaganda ou outra do Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal não citou quase nada, o Aiaf foi muito evidenciado. Temos desafios, mas, com tantos avanços que tivemos, o Aiaf foi muito pouco divulgado. Para nós, é importante fazer uma grande reflexão enquanto dirigentes de organizações sindicais, enquanto agricultores e técnicos que aqui nos encontramos, o que de fato temos de comemorar em relação à agricultura familiar e no que precisamos avançar ainda mais. Precisamos reconhecer todos esses avanços que a agricultura familiar teve, mas ainda temos muito a avançar.

Em relação aos avanços da agricultura familiar, uma das questões fundamentais para tratar neste ciclo de debates é o subsídio de crédito. Não adianta só oferecer o crédito para a agricultura familiar ou para os produtores rurais, é preciso haver acompanhamento técnico e que a agricultura familiar tenha incentivo maior. Vimos batendo nessa tecla há algum tempo, na nossa jornada de luta entregamos nesta Casa a nossa pauta, entregamos à subsecretaria e ao governo de Minas uma proposta para discutir. É a agricultura familiar quem sustenta mais de 70% desta nação; se um médico, os deputados e o presidente comem é porque a agricultura familiar produz para todos se alimentarem. Precisamos garantir que haja mais incentivo e crédito, um incentivo específico para a agricultura familiar.

Neste ciclo de debates, cujo tema é muito forte - "Mãos que alimentam e cuidam do planeta -, temos uma responsabilidade muito grande de garantir que neste espaço de discussão possamos buscar a soberania alimentar para fortalecer essa integração entre agricultura familiar, campo e cidade, sendo reconhecida a agricultura familiar; fortalecer os nossos territórios, com garantia de recursos hídricos, climáticos, energéticos, alimentares e nutricionais; e buscar dentro dessa integração regional e nacional a garantia de geração de emprego e renda para a agricultura familiar, sem perder a cultura, a biodiversidade e sem discriminação de raça e etnia, com a participação do povo e com o poder popular.

Neste momento do ciclo de debates, o importante não é falar muito, mas participar de fato e trazer os anseios de agricultores, agricultoras e lideranças sindicais. Um bom debate para todos nós e muito obrigado pelo convite.

O presidente (deputado Rogério Correia) - Muito obrigado, Sr. Juseleno.

Farei a leitura também do ofício que nos foi enviado pela FAO, por meio do assistente do representante da FAO no Brasil, Sr. Gustavo Chianca, fazendo referência ao ofício em que se fez o convite para compor a Mesa de abertura. Ele lamenta a incompatibilidade de agenda e informa que o Sr. José Graziano da Silva, diretor-geral da FAO, não poderia participar do evento agendado para este dia. A FAO-ONU reconhece a importância estratégica da agricultura familiar para a inclusão produtiva e para a segurança alimentar em todo o mundo. O escritório da FAO no Brasil coloca-se à disposição para participar de eventos relacionados ao tema, em outras oportunidades. Esse é o ofício de justificativa da FAO.

Palavras do Sr. José dos Reis

Companheiros e companheiras, agricultores familiares, juventude rural, mulheres camponesas e companheirada, boa tarde. Cumprimento o deputado Antônio Carlos Arantes, que aqui representa a Assembleia, assim como o deputado Rogério Correia, a quem parabeno pelo requerimento que nos permitirá fazer este ciclo de debates, necessário para analisarmos as questões de Minas Gerais e do Plano Safra.

Cumprimento o mineiro do Vale do Jequitinhonha, Sr. Argileu Martins, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, aqui representando o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Também saúdo o Sr. Ricardo Sapi, delegado federal do MDA em Minas Gerais. Estendo esse cumprimento ao Danilo, superintendente do Incra, que também se faz presente. Cumprimento também o Edmar Gadelha, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar,



assim como o Osvaldo Samuel Costa Santos, que representa a Via Campesina. Saúdo, ainda, a direção do MST que também está presente neste Plenário. Cumprimento o Sr. Juseleno, que representa a Fetraf, assim como, de forma fraternal, meus irmãos da direção executiva e da direção regional da Fetaemg, assim como a coordenação de mulheres, a coordenação da juventude da Fetaemg e os diversos dirigentes - homens e mulheres - do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que vieram do interior para prestigiar este evento.

Companheiros e companheiras, obviamente o Plano Safra será a base desse ciclo de debates que irá acontecer por esses dias. Estive no lançamento do Plano Safra, em âmbito nacional, em Brasília, com Miguel Rossetto e com a presidenta Dilma. O que de comum foi dito lá é que este é o melhor Plano Safra da história do Brasil. Concordo que, na sua elaboração, ele de fato é o melhor Plano Safra da história do Brasil, em razão do volume de recursos, porque foi construído num diálogo com os diversos movimentos sociais e por fazer uma interface com diversas políticas públicas para a agricultura familiar, além do crédito, como o PAA, o Pnae, o Minha Casa, Minha Vida.

Todavia, quero concordar com isso, mas, em nome do que virá, quero fazer três análises críticas sobre o Plano Safra. Se acharem oportuno, essa questão poderá servir de debate nestes dois dias do ciclo de debates.

A primeira crítica que faço é justamente sobre esse oba-oba de achar que esse é o melhor Plano Safra da história e que ele tem R\$24.000.000.000,00 para a agricultura familiar etc. e tal. Aliás, R\$24.000.000.000,00 são 1/5 do que foi destinado ao agronegócio. Até hoje não sei que conta é essa, que coloca mais dinheiro para quem é rico, para quem menos precisa, para quem pode buscar recurso internacional em outros bancos, e coloca menos dinheiro para quem é mais pobre, para quem mais precisa, que é o agricultor familiar.

Temos de tomar cuidado com a elaboração do Plano Safra. Precisamos nos preocupar com sua execução, com sua operacionalização, porque, quando falam que há R\$24.000.000.000,00 e a mulher vai ao Banco do Brasil ou ao Banco Nordeste para acessar o Pronaf Mulher, ela não consegue; quando o jovem vai lá para acessar o Pronaf Jovem, ele não consegue; quando você vai ao banco para negociar as dívidas da reforma agrária do grupo A e AC, o banco diz que você não se enquadra na situação porque já fez outros financiamentos num determinado ano. A pessoa não consegue renegociar suas dívidas, aliás acho que é necessário criar uma resolução para ampliar isso, para que todo assentado, independentemente do ano e de outros financiamentos que tenha feito, possa renegociar suas dívidas dentro da resolução. Ela garantiria a negociação do Pronaf A e do Pronaf AC. Existe uma burocracia dentro do segundo escalão do governo que precisamos combater, para rompermos com isso. Acho que, para começar a romper com isso, primeiramente esse segundo escalão do governo deverá dialogar com os movimentos sociais, e o plano não deve ser um plano injetado. Na medida em que for preciso, devem-se criar instrumentos para desburocratizar isso. Acho que deve ser assim.

O plano só vai ser o melhor do Brasil se o agricultor familiar do Jequitinhonha, do Norte de Minas, do Sul de Minas e do Triângulo Mineiro conseguir acessá-lo com mais facilidade. Ele só vai ser o melhor quando começarmos a conhecer sua execução, aliás quero fazer um protesto: deveríamos, nestes dias, tirar um documento com esse objetivo, porque o Ministério das Cidades suspendeu ou limitou os recursos do programa rural integrante do Minha Casa, Minha Vida e permitiu que vários projetos residenciais, que já estavam aprovados pela Caixa, fossem paralisados. A empresa tem cobrado de alguns agricultores, sindicatos e entidades organizadoras o material que eles compraram. O agricultor está com a metade da casa para fazer, e o pedreiro vai lá cobrar a mão de obra. Isso não foi resolvido e tem trazido grande constrangimento para esse programa.

Faço uma análise crítica: a operacionalização do Plano Safra. A outra análise crítica que faço é a falta de o Plano Safra ter um instrumento que garanta o acesso da agricultura familiar às novas tecnologias, principalmente à tecnologia de irrigação. Sou agricultor familiar, deixei de tirar leite há dois anos e comecei a plantar milho. Até hoje não consegui repor os investimentos que coloquei na lavoura de milho, em função da falta de chuva no período que precisava do milho. O clima hoje está muito irregular. Em regiões onde não encontrávamos veranico em Minas Gerais, atualmente encontramos, e isso tem comprometido, principalmente, as safras de milho. Como me parece que não está prevista nenhuma reforma ministerial no céu e que, portanto, São Pedro continuará controlando as torneiras, é obrigação do governo criar um instrumento para a agricultura familiar ter acesso a pequenas áreas de irrigação, pois não é possível mais produzir sem irrigação. Não é justo que o agronegócio fique com os recursos naturais e condições de montar pivôs e gastar muita água e energia para produzir soja, cana, *commodities* e exportar, enquanto nós da agricultura familiar não temos água para produzir alimentos, fortalecer o mercado interno e colocar alimentos na mesa do povo brasileiro. Essa é uma crítica que faço a esse plano.

Por fim, faço uma outra crítica, e pode até parecer que é um tema desbotado, amarelado: a falta de uma política massiva e ampla de reforma agrária no Plano Safra e no Brasil. Todos os países do mundo passaram por um processo de reforma agrária, mas ela está fora da pauta do governo. Precisamos retomar esse assunto e começar a alterar esse modelo agrícola brasileiro, em que há a hegemonia do agronegócio; precisamos converter isso e ter, como protagonista nesse cenário, a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos, gera 77% dos empregos, fortalece o mercado interno, produz alimentos de qualidade. O protagonista do desenvolvimento da agricultura não pode ser o agronegócio, tem de ser a agricultura familiar. O governo precisa converter seus esforços nesse sentido e só conseguirá fazê-lo se tiver a coragem de fazer uma reforma agrária.

Se a agricultura familiar é tão boa, por que não fazemos mais agricultores familiares? Parece-me que essa não é uma discussão técnica, e sim política. Não queremos quebrar as regras da legislação eleitoral, mas precisamos fazer uma reflexão na hora de votar: vamos votar em candidatos que defendem a reforma agrária e a agricultura familiar, porque a reforma agrária não acontece no Brasil por uma questão política, e não por uma questão técnica.

Mas, apesar dessa análise crítica, nós da Fetaemg entendemos que o plano é muito bem elaborado e que sua execução é uma bandeira de luta da nossa federação e dos movimentos sociais. Estamos dispostos a contribuir. Esperamos ter um bom debate e que façam boas intervenções. Quero terminar minha fala com a seguinte frase: quem não vive da agricultura familiar depende dela para viver. Muito obrigado a todos e a todas.



Palavras do Sr. Osvaldo Samuel Costa Santos

Boa tarde, trabalhadores e trabalhadoras do campo. Queria saudar a Mesa, na pessoa dos companheiros da Fetraf e da Fetaemg. De fato, comungando com a fala dos companheiros, este é o momento oportuno para nós, em Minas Gerais, refletirmos e pensarmos sobre o campo.

Esse tema do debate me faz lembrar de Leonardo Boff, que dizia que os camponeses são os verdadeiros enfermeiros e enfermeiras da mãe terra. Nós, com nossas mãos, cuidamos da natureza e defendemos seus bens: a terra, a água, a biodiversidade.

Reconhecemos que nesse período foi implementado um dos maiores programas para a agricultura familiar, o Plano Safra, que também foi um dos maiores investimentos no agronegócio. Estamos numa fase importante e devemos refletir sobre o projeto que está proposto para o campo mineiro e brasileiro. Ficou bem definido que a prioridade para o agronegócio é o projeto de campo. A agricultura familiar e camponesa vem sendo deixada de lado. Já falamos da reforma agrária. Como pensar num projeto de agricultura camponesa e familiar descartando a possibilidade efetiva de realização da reforma agrária no Brasil? Quando não nos dispomos a mexer na estrutura agrária deste país, marcado historicamente pelo latifúndio, criamos uma indisposição na construção de um projeto de interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Neste momento, faço uma saudação e digo que este é o momento oportuno para debatermos o projeto de campo do interesse da classe trabalhadora, dos camponeses. Nós, do MST, discutimos no nosso último encontro, em fevereiro, a reforma agrária popular. Percebemos a inviabilidade da reforma agrária clássica, da política de assentamento que não vem sendo feita no País na última década. Houve alguns avanços no governo Lula, mas retrocederam no governo Dilma.

Um dos princípios ancorados na reforma agrária popular, mas que também permeia a agricultura familiar, é a retomada da função social da terra, dos bens da natureza, do povo brasileiro, que têm de estar a serviço da sociedade. Vimos a desapropriação dos recursos naturais, do petróleo, da água, da terra. A mercantilização desses recursos tem servido a uma parcela muito pequena de grandes multinacionais, de *commodities*, de poder. O movimento vem retomando a função social da terra como princípio de luta e de projeto de campo.

Deputado Rogério Correia, agradeço esta oportunidade. Estaremos com os companheiros do movimento nos próximos três dias participando dos trabalhos e dando nossa contribuição. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Ricardo Sapi

Boa tarde a todos. É com grande alegria que participamos deste evento. Saúdo cada um de vocês de forma muito especial. Cumprimento ao presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Antônio Carlos Arantes, que estava conosco até agora há pouco, e o deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates. Parabéns, deputado.

É importante que esses encontros se repitam cada vez mais não só aqui, em Belo Horizonte. A delegacia federal do MDA está totalmente à disposição e de portas abertas para que possamos reaplicar esses eventos em outras regiões de Minas Gerais. Parabéns. Sr. Argileu Martins da Silva, diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA, neste ato representando o ministro Miguel Rossetto, a delegacia tem uma grande honra em receber o senhor em Belo Horizonte. Muito obrigado pela visita. Cumprimento também ao Dr. Edmar Gadelha, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar em Regularização Fundiária; ao Sr. José dos Reis, presidente da Fetaemg; ao Sr. Danilo, superintendente do Inkra; ao Sr. Juselino Anacleto da Silva, representando a Fetraf; e ao Sr. Osvaldo Samuel Costa Santos, da Via Campesina. Boa tarde a todos. É uma alegria muito grande estar aqui, nesta tarde, discutindo um assunto tão importante e também fazer a apresentação do Plano Safra.

Nesses últimos meses em que estamos à frente da delegacia, tivemos uma grande oportunidade de percorrer Minas Gerais para promover, integrar e informar a questão dos equipamentos do PAC. Na ocasião, conhecemos vários movimentos e entramos em contato direto com as lideranças. Para nós foi uma alegria muito grande conhecer a realidade do trabalhador e da trabalhadora rural. Também estar à frente dessa questão da entrega do PAC foi uma alegria muito grande, pois conseguimos atender praticamente a 92% dos municípios mineiros. Dos 853 municípios, 792 receberam os equipamentos do PAC. Isso foi uma grande alegria para nós. Percebemos o quanto esse programa vem mudando a vida do trabalhador e da trabalhadora na área rural.

Sabemos que, há muito tempo, os prefeitos não tinham sequer condições de pagar pela locação ou muito menos pela manutenção desses equipamentos. Mas hoje percebemos que muitos desses municípios de até 50 mil habitantes foram contemplados com esses equipamentos. Isso realmente vem trazendo uma grande melhoria na área rural.

É importante dizer a vocês aqui presentes, movimentos sociais, sindicatos e cooperativas da área da agricultura familiar, que, no dia 24 de abril, o MDA publicou uma portaria orientando o prefeito ou a prefeita a dar maior publicidade à utilização desses equipamentos. Isso para que cada um de vocês se torne fiscalizador de sua utilização, acompanhando, diária ou semanalmente, onde esses equipamentos estão sendo usados. É importante passar essa informação, pois sabemos que a demanda é muito grande. A nossa expectativa é que a delegacia possa dar sequência a vários outros programas, por exemplo o PAA e o Pnae, como foi dito aqui anteriormente.

Quero aproveitar esta oportunidade e desejar a cada um de vocês um belo evento. Que ele seja produtivo e que cada um possa fazer a intervenção necessária. Isso é muito importante para a delegacia, para que possamos atuar em sintonia na parceria, sobretudo com as entidades aqui envolvidas com a organização deste evento, a fim de discutir, mas também de fazer essa transição para a prática, o que para mim é muito importante. A delegacia hoje está trabalhando com meta. Vamos percorrer todo o Estado de Minas Gerais. Estamos buscando estreitar os laços cada vez mais com os municípios, a fim de conhecer a realidade.

Portanto quero parabenizar, mais uma vez, o deputado Rogério Correia, as instituições que aqui estão presentes, os terceiros setores e os movimentos sociais. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Ricardo! Passamos agora a palavra ao Danilo Prado. Quis convidar o Danilo, porque a reforma agrária já anda meio esquecida - não é, Gadelha? Do contrário, ficaria parecendo que estamos nos esquecendo dela, mas ela está no centro dos debates. Então vamos nos lembrar da reforma agrária aqui na Mesa. Com a palavra, Danilo.



Palavras do Sr. Danilo Daniel Prado Júnior

Boa tarde a todos os presentes neste evento, que é importante para nós, do governo federal, e para o governo do Estado, principalmente para o público que é beneficiário do Plano Safra 2014-2015.

Gostaria de cumprimentar o deputado Rogério Correia, em cuja pessoa cumprimento todos os componentes da Mesa, e de agradecer o convite para participar deste evento. Cumprimento o diretor Argileu, representante do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que fará apresentação do plano, que é uma conquista do povo brasileiro, dos lutadores pela terra, em que pese a ainda não ser o ideal, mas é o que até o momento os esforços de todo o governo, da sociedade, conseguiram atingir. Precisamos reconhecer isso. Se olharmos para trás, conseguiremos perceber o quanto se avançou em termos de montante de recursos para investimento em agricultura familiar e reforma agrária nos últimos anos.

Gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa e à Secretaria de Estado todo o apoio que têm dado a nós, do Inca, na implementação de nossas ações. Quero dizer que a parceria com os movimentos sociais, com o Estado e com esta Casa é fundamental para avançarmos nessa nossa luta, na luta principalmente pela reforma agrária, que não é uma luta só do Estado, é de toda a sociedade. É para isso que estamos aqui. Estaremos também na sexta-feira, num painel de acesso à terra, expondo as contribuições do Inca para apontarmos os desafios que estão postos e que precisam ser superados para alcançarmos uma reforma agrária mais eficaz e com qualidade de vida para o público beneficiário.

Muito obrigado. Vamos aguardar a apresentação do Argileu para discutirmos melhor o Plano Safra.

Palavras do Sr. Edmar Gadelha

Gostaria de agradecer o convite e de cumprimentar o deputado Rogério Correia, autor do requerimento deste importante ciclo de debates na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que tem sido parceira fundamental para fazer avançarem as políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa de Minas Gerais. Cumprimento também o companheiro Danilo, o Juseleno, o Samuel, o Argileu, o José dos Reis e o Ricardo, assim como a todos os presentes. Faltou ali uma representante das trabalhadoras rurais da agricultura familiar, das camponesas, mas sintam-se cumprimentadas.

Todos os anos voltamos a esta Casa para lançar o Plano Safra. Estamos aqui novamente para lançar o Plano Safra da Agricultura Familiar, que é extremamente importante. Percebemos que a cada ano ele vem melhorando. Foi reconhecido pelo José dos Reis, presidente da Fetaemg, mas precisa ser aprimorado, aperfeiçoado. A cada ano identificamos gargalos e dificuldades, burocracia, enfim, a partir das resoluções, das portarias. Ele necessariamente precisa ser aprimorado a cada ano, mas o reconhecemos como uma das políticas públicas que vieram realmente fortalecer a agricultura familiar no Brasil.

Lembro quando o assessor da Fetaemg, em 1985 - o companheiro Adão, de Visconde do Rio Branco, deve lembrar-se também -, no IV Congresso Nacional da Contag, em Brasília, em que, pela primeira vez, a comissão de política agrícola reivindicou e apresentou proposições para que fosse criada uma política pública de crédito rural diferenciada. Até aquele momento tudo estava no bojo do Sistema Nacional de Crédito Rural, nas normas do manual de crédito rural. Não havia diferenciação, ele era um programa único. A única diferenciação que havia era entre o pequeno, o médio e o grande produtor, com pequenas diferenciações entre essas escalas. Mas era um programa único, que estava levando os agricultores a perder suas terras.

Todo mês corríamos para a portaria porque os agricultores pegavam financiamento no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil, para plantar algodão. Eles plantaram algodão até na porta de casa. Agora não tem preço, a companhia de financiamento de produção não garante o preço, o preço está abaixo do custeio. Então, é melhor queimar o algodão do que entregá-lo. Havia movimentos assim pelo Estado inteiro. Corríamos para Ouro Verde de Minas, aí a questão do feijão; em Marmelópolis era o preço do marmelo; e por aí fora.

O movimento sindical e outros movimentos de agricultores e camponeses começaram a reivindicar uma política de financiamento da agricultura, do custeio e do investimento do crédito rural. Foi aí que surgiu a ideia do Pronaf, que deveria ser uma política muito mais ampla de fortalecimento da agricultura familiar, mas o seu principal programa é o financiamento, o custeio, o investimento na produção. Isso é importante porque a partir da luta, da resistência dos agricultores, dos camponeses e das camponesas é que essas políticas vêm sendo construídas e implementadas. É evidente que elas precisam ser aperfeiçoadas, aprimoradas, e assim vão se efetivando essas ações.

Mais uma vez quero destacar que os protagonistas do Plano Safra, dessa política são os agricultores familiares e o arco de articulação que ocorre entre os entes: secretarias de Agricultura dos municípios, a Secretaria de Agricultura do Estado, o MDA. Esses três níveis, articulados através de termos de cooperação e de adesão, articulam seus órgãos para que esse programa seja implementado.

O Estado de Minas Gerais, em 2012, era o segundo estado em utilização do Pronaf; em 2013 perdemos essa posição para o Paraná. Parece que agora estamos retomando a faixa 13 ou 14 novamente, ou seja, a segunda posição em utilização do crédito e em número de contratos. Essa mudança se deve aos números de agricultores da agricultura familiar de Minas Gerais e também pelo trabalho dos escritórios locais da Emater, que tem apoiado a execução desse programa. É importante reconhecer o trabalho que a Emater realiza nessa perspectiva. É evidente que ela precisa melhorar muito, abrir concurso, ampliar o número de extensionistas, principalmente dos técnicos da área de bem-estar social, para fortalecer os programas na área de segurança alimentar nutricional, mas é um resultado relevante. Estamos aqui para mais esse lançamento.

Quero também dizer que a importância da agricultura familiar, dos camponeses e dos povos das comunidades tradicionais é reconhecida pela ONU como forma de garantir a soberania, a segurança alimentar e nutricional das nações. Ela fez essa declaração a partir da crise de alimentos de 2008, quando se detectou que a especulação com os alimentos, a questão das mudanças climáticas e outras questões relacionadas à transformação de alimentos em mercadorias foram as grandes causas da crise de alimentos.

Reconheceu, também, a agricultura familiar como fundamental para mitigar essa questão relativa à produção de alimentos no mundo. Então, fortaleceu a agricultura familiar, os povos e as comunidades tradicionais, produzindo localmente e fazendo circular esses alimentos em circuitos curtos que vão garantir a soberania e a segurança alimentar dessas populações.



A nossa Assembleia Legislativa propôs, então, este ciclo de debates como referência ao Ano Internacional da Agricultura Familiar. E estamos aqui. Foi constituída uma comissão com representantes de vários órgãos, de várias organizações, dos movimentos sindicais e sociais, para elaborar, então, a nossa programação. Não foi fácil, pois há vários temas e questões a serem tratados praticamente em um dia e meio. Chegamos, assim, ao formato constante na programação. Isso foi estabelecido a partir da identificação de grandes desafios da agricultura familiar. Listamos uns seis ou sete e procuramos trazê-los aqui para o debate. É evidente que não conseguimos trazer todos em grandes painéis. Então, fizemos esse misto de grande painel e painéis temáticos que pudessem tratar de todos os assuntos e aprofundá-los na medida do possível.

Destaco pelo menos uns três ou quatro grandes desafios a partir da vivência dessa nossa experiência à frente da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária. Sempre partimos daqueles três pressupostos de partir da realidade, do compromisso e pensar a formulação das políticas públicas com ampla participação das organizações representativas dos agricultores e agricultoras familiares.

O primeiro grande desafio que identificamos foi a sucessão rural. O censo agropecuário vem demonstrando aí, em séries históricas, um processo de envelhecimento no campo e um esvaziamento, principalmente da juventude. Isso causará vários impactos no tocante à reprodução social e à sucessão na agricultura familiar. Então, fica como um desafio saber o que fazer para garantir a permanência da juventude no campo. Fica como desafio identificar as políticas públicas, os projetos, os programas para incentivar a juventude a continuar no campo, vivendo de forma digna, com acesso à educação, à terra, a créditos e financiamentos específicos, enfim, com acesso a políticas públicas de fortalecimento do setor. Países da Europa, como Portugal e Espanha, têm enfrentado o mesmo problema e têm construído políticas importantes para incentivar a juventude a ir para o campo. No Brasil, pelo que temos visto, vamos ter de seguir esse rumo também.

Outro grande desafio é a questão das mudanças climáticas e o impacto que causam na agricultura familiar camponesa. Temos observado que são cada vez mais acentuadas essas mudanças. Enfrentamos estiagens prolongadas, seca, chuva demais, enchente; frio no mês de agosto e chuva em julho. Os movimentos sociais, as ONGs têm se preocupado com isso. No final do ano passado, no Norte de Minas, foi realizado um grande diagnóstico sobre o impacto dessas mudanças climáticas, principalmente na agricultura familiar, e percebeu-se a necessidade de se pensar em políticas de mitigação dessas mudanças. Além disso, apontou-se a necessidade de proposições que venham garantir a permanência da agricultura familiar frente a essas mudanças, apontando-se, inclusive, a agrobiodiversidade como a grande possibilidade de enfrentamento desses impactos. Isso é importante e relevante.

Um terceiro e grande desafio que permanece, e acho que foi pontuado aqui pelo José dos Reis e pelo companheiro Samuel, diz respeito ao acesso à terra.

Sem a terra não existe agricultura familiar, não existe agricultura camponesa. Temos o índice de Gini, que vai medindo a concentração da terra, mas verificamos que no Brasil ele fica paralisado. Não conseguimos alterar muito esse índice. Em alguns estados, em algumas regiões ele permanecesse com um nível de concentração de terra muito alto. Democratizar o acesso à terra é fundamental, por isso as políticas são necessárias. Teremos aqui um painel para tratar dessa questão.

Também temos percebido, a partir das proposições das agricultoras, dos agricultores, dos povos de comunidades tradicionais, essa emergência da visibilidade dos povos geraizeiros, catingueiros, vazanteiros. Os barranqueiros do Rio São Francisco têm percebido que o modelo de reforma agrária distributivista não é suficiente. Temos a discussão em relação à definição de territórios. Temos de pensar as unidades de conservação que levem em consideração essas populações, esses povos no âmbito das unidades de conservação de reserva de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas. Temos de pensar outros modelos que garantam a especificidade dessas comunidades.

Outro desafio enorme que temos de pensar pela frente é a política de abastecimento alimentar. Há muito tempo o Brasil abriu mão dessa política para garantir que os alimentos cheguem às pessoas, principalmente às que vivem nas cidades. Entregou-se a questão do abastecimento para a iniciativa privada. Quem cuida do abastecimento são as redes de supermercado, etc. Isso é uma questão importante. Por exemplo, a Ceasa em Minas Gerais foi federalizada e uma parte do MLP ficou com o Estado. Mas nem o governo federal nem o estadual a assumem. Daí fica aquela coisa, e a Ceasa fica como estratégia de abastecimento. Portanto, precisamos pensar em uma importante política de abastecimento alimentar, de forma com que os alimentos cheguem com um preço acessível à população, principalmente a de baixa renda, pois os alimentos sofrem um impacto enorme da inflação. Assim, isso é crucial.

Um outro desafio colocado aqui está relacionado com as inovações científicas e tecnológicas. Queremos tecnologia de irrigação, mas se fosse ficar só por aí, tudo ficaria bem. Na verdade, o avanço das inovações da ciência e da tecnologia consegue produzir tecnologias, mas sem nenhum controle social por parte dos agricultores e das agricultoras. Estou falando da nanotecnologia, das biotecnologias, das transgenias. Essas são tecnologias patenteadas, e os agricultores e as agricultoras não lhes têm acesso, exceto pagando altos *royalties* pela sua utilização. A autonomia desses agricultores e desses camponeses e camponesas fica prejudicada. Este é um grande desafio: como enfrentar essa discussão? Qual o impacto dessas biotecnologias na agricultura familiar? Qual o impacto da nanotecnologia para os agricultores familiares camponeses? Quem controla as sementes? Temos um grande desafio a discutir. Teremos oportunidade de fazer essa discussão em um dos painéis.

Gostaria mais uma vez de parabenizar a Assembleia, o deputado Rogério Correia e o deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Agropecuária por essa iniciativa. Esperamos sair daqui com boas sugestões para o nosso Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável. Queremos que ele seja um plano coerente, realista. Vamos fazer com que a agricultura familiar e camponesa se fortaleça cada vez mais em Minas Gerais. Viva a agricultora familiar!

O presidente - Agradeço ao subsecretário Edmar Gadelha e aos demais convidados que já fizeram uso da palavra: o Juseleno, da Fetraf; o Samuel, do MST; o Ricardo, do MDA; e o nosso amigo José dos Reis, da Fetaemg.

Gostaria de informar que a Assembleia Legislativa tem agora mais uma ferramenta para que o cidadão participe de suas atividades: Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. Por meio dela, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos em discussão. É muito fácil, você pode opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e ainda escrever seu comentário.



Pode também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em “Participe” e em “Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação”. Acesse, participe, comente.

Dando sequência aos trabalhos, vamos passar à conferência de abertura - O Ano Internacional da Agricultura Familiar -, que será ministrada pelo Sr. Argileu Martins da Silva, que também fará o lançamento do Plano Safra deste ano, aqui, na Assembleia Legislativa - aliás, tem-se tornado uma tradição fazermos nesta Casa o lançamento do Plano Safra nacional no Estado. Com a palavra, o Sr. Argileu.

Palavras do Sr. Argileu Martins da Silva

Boa tarde a todos os presentes. Peço licença ao deputado Rogério Correia, coordenador deste ciclo de debates e desta Mesa de abertura, para quebrar o protocolo e cumprimentar em primeiro lugar as companheiras e os companheiros do Plenário. Cumprimento todas as mulheres na pessoa da Beth, nossa conterrânea do Jequitinhonha; e todos os homens na pessoa do Prof. Eduardo Ribeiro, da UFMG, um grande estudioso da agricultura familiar, que aqui representa o meio acadêmico, a universidade, o povo que produz conhecimento.

Ao fazer isso, quero trazer o abraço fraterno do ministro Miguel Rosseto ao deputado Rogério Correia, ao presidente Dinis Pinheiro e ao presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, deputado Antônio Carlos Arantes, ressaltando que o nosso ministro acredita muito nesse tipo de atividade que envolve diretamente a população e traz a possibilidade de aprofundarmos um conjunto de temas. Por isso queremos parabenizar o deputado Rogério Correia pelo requerimento de realização de mais este ciclo de debates e, mais do que isso, por manter este ciclo de debates em um momento de disputa política eleitoral. Isso é muito importante porque, mesmo durante as eleições, as pessoas continuam plantando, colhendo e, principalmente, comendo. Portanto, é importante que saibamos que ao mesmo tempo em que travamos todo o debate político e eleitoral, a vida continua no campo e nas cidades.

Portanto, queremos cumprimentar toda a Mesa aqui já nominada. Não quero cansá-los citando novamente todos os nomes dos componentes da Mesa.

Quero falar aos nossos companheiros de ministério e do Incra, ao Edmar, da Subsecretaria de Agricultura Familiar, sobre o que vou apresentar aqui. Ao Edmar, o nosso abraço, o nosso respeito. Conheço o Edmar há muito tempo, do tempo em que ainda se discutia mercado de direito e mercado de esquerda. Ou seja, há muito tempo. Sabemos do avanço que a agricultura de Minas tem tido com a presença dessa figura, eu diria, emblemática, de Edmar Gadelha na Subsecretaria de Agricultura Familiar.

O que vou apresentar aqui, companheiros, Ricardo, que bem sabe disso porque participou também, é fruto daquilo que fizemos na safra passada e daquilo que recebemos, ouvimos e dialogamos com o conjunto dos movimentos sociais, representados aqui, na Mesa - a Via Campesina, a Fetraf, a Contag, a Fetaemg -, buscando, evidentemente, dentro dos limites do Estado brasileiro, atender aquilo que veio das manifestações e das pautas de reivindicações feitas no primeiro semestre.

É evidente, Zé, que ficamos muito felizes ao ouvir que os seus três pontos viraram seis, com críticas muito positivas. Por que ficamos felizes? Porque há 11 anos não podíamos debater o Plano Safra da Agricultura Familiar, visto que ela não existia. Então isso nos deixa feliz, feliz em poder ouvir. Você já o conhece, porque participou do lançamento em Brasília. Estávamos lá, e a sua crítica, evidentemente, já está sendo processada não só pelo conjunto do movimento que você representa, mas também pelo próprio governo, que aprendeu a ouvir a sociedade, a ouvir os movimentos sociais. E essa forma de ouvir faz com que aperfeiçoemos o conjunto das políticas públicas.

Antes de apresentar as medidas do Plano Safra 2014- 2015, quero dizer a vocês que todas as medidas que estamos apresentando serão aprofundadas e discutidas com mais exatidão amanhã nos painéis temáticos e simultâneos. Então, haverá colegas aqui para discutir o crédito rural, aprofundar a crítica e debater a questão do crédito das mulheres e dos jovens em determinado painel. Em determinado painel também será discutida a assistência técnica, o desenvolvimento territorial e a própria reforma agrária. Então, foi inteligente esse formato porque hoje temos ideia do conjunto. Houve os movimentos, temos ideia dos conjuntos, e amanhã já teremos os instrumentos e elementos para esse aprofundamento.

Antes de entrar nas medidas propriamente ditas, gostaríamos de, lendo os números projetados, verificar como tem mudado rapidamente não só o campo, mas também a sociedade brasileira como um todo. Os números mostram isso. Vocês estão vendo ali que o consumo de leite cresceu no Brasil, nos últimos 11 anos, 54%, mas a produção também cresceu. E um dado que ninguém apresenta, companheiros dos movimentos sociais, mas, quando nos debruçamos sobre os dados - e a Embrapa Gado de Leite tem esse diagnóstico, produzido conjuntamente conosco - vemos que 47% de todo o leite produzido no Brasil - e estou falando de 32 bilhões de litros - são provenientes de estabelecimentos que produzem de 100 litros para baixo.

Isso nos faz repensar, secretário Edmar, toda estratégia de pesquisa, de produção, de conhecimento, de produção de tecnologia e da própria disponibilização dessas tecnologias. Então, isso faz com que a gente observe as propriedades e o conjunto da produção brasileira de forma diferente. Lembro que essa é uma cadeia muito importante para a agricultura familiar, justamente porque 58% desses produtos que os brasileiros diariamente consomem são produzidos por esse segmento estratégico para todos nós.

Esse dado que apresento vocês conhecem. Estão aqui colegas da Emater. Apesar da coragem do Rogério de manter esse debate, percebemos a ausência de algumas figuras aqui.

A nossa saudação ao deputado Adelmo Carneiro Leão, que chegou.

Quem sabe o amadurecimento da democracia brasileira faça com que continuemos fazendo estes debates, justamente porque, como eu disse, as pessoas continuam plantando, colhendo e comendo. Está ali a importância estratégica desse segmento econômico para o Estado de Minas Gerais. É impressionante. Às vezes, deputado Rogério Correia, conversamos com prefeitos e percebemos como a agricultura familiar tem a capacidade de fazer a dinamização econômica. Evidentemente, acreditamos que a sustentabilidade precisa estar no tripé do econômico, do social e do ambiental. Se for um tripé só, poderemos ter um sério risco de o banquinho cair, virar. Portanto esse é o segmento estratégico, e esses números que vocês já viram demonstram bem isso.

Gostaríamos ainda de fazer uma comparação rápida do Plano Safra 2011 e 2012 com o Plano Safra passado, que acabou em 30 de junho. Há um crescimento da utilização e aplicação efetiva de crédito de quase 46%. Por que isso e por que esse número?



Evidentemente porque a sociedade brasileira tem um salário melhor e consome mais. E não é só isso. Há uma valorização diferenciada do campo pelos próprios meios de comunicação, mas também as cidades começaram a perceber que é no campo que se produz água e alimento. Ainda mais: já há uma percepção de um ciclo positivo no Brasil neste momento. Então os agricultores e as agricultoras acreditam nisso e estão acessando mais crédito. Evidentemente que, há 11 anos, aplicava-se 1/10 desse valor na agricultura familiar, sem o conjunto de medidas do Plano Safra.

Além disso, gostaríamos de enfatizar os números de Minas Gerais, fazendo a mesma comparação. Esses são os dados da aplicação do crédito da agricultura familiar em Minas Gerais. Da safra 2011 e 2012 para a 2013 e 2014 crescemos 42%. É bom dizer que Minas Gerais hoje é o segundo Estado em números de contratos do Pronaf do Brasil e o terceiro em volume de recursos. Isso significa que há uma agricultura familiar forte, dinâmica e que produz no Estado de Minas Gerais. Ao dizer isso, queremos apresentar, de uma maneira bastante geral, as medidas macro do nosso Plano Safra 2014-2015, que evidentemente serão detalhadas amanhã, no conjunto de painéis que ocorrerão.

Primeiro, que ele tem como mote e pano de fundo - o Plano Safra - alimentos, renda e estabilidade. Alimentos porque o consumo deles no Brasil e no mundo cresce cada vez mais. Evidentemente o Brasil só é um país que tem segurança alimentar hoje num nível razoável porque temos uma agricultura familiar que está sendo cada vez mais fortalecida. Renda para que as pessoas tenham vida digna, ou melhor, consigam viver cada vez mais com dignidade no campo. Estabilidade de preço para os consumidores é um papel que raramente ouvimos ser exaltado da agricultura, principalmente da agricultura familiar, que responde pela quase totalidade da produção dos hortifrúteis, da cenoura, do tomate, da acerola e das uvas que consumimos no nosso cotidiano. Quando fazemos crescer a produção, esta garante a estabilidade de preço, assim como evidentemente está acontecendo neste momento, uma inflação próxima de zero no mês passado - aliás este mês tinha a mesma tendência. Temos alimentos sendo produzidos com qualidade e quantidade para que a sociedade brasileira como um todo ganhe. Aí quero, não só por conta do Aiaf, exaltar o papel da agricultura familiar na sociedade inteira em todos os seus aspectos, seja na reprodução social, seja na produção de água, de vida no campo, de alimentos saudáveis, enfim, é para todo esse conjunto. Quais são essas medidas?

Como já foi dito pelo deputado Rogério Correia, na safra passada os agricultores familiares brasileiros utilizaram mais de R\$22.000.000.000,00 de crédito rural. Deputado Adelmo, há uma notícia boa. A maioria desse recurso é de investimento e não de custeio. Isso significa que o conjunto da agricultura familiar, acreditando no nosso país, está investindo na estrutura da sua propriedade, o que é importante. Evidentemente, temos de assegurar um conjunto de medidas, que aqui já foram mencionadas, como preço, proteção às sistemáticas e às adversidades climáticas para que esse conjunto de agricultores e agricultoras mantenha ou venha a manter esse nível de investimentos quitando, então, seus débitos e financiamentos.

Há um detalhe nesse Plano Safra. Apesar de ter subido para todas as outras atividades econômicas brasileiras, o juro para a agricultura familiar permanece no patamar em que estava, que é uma aposta ou uma decisão e uma crença do governo de que esse segmento é estratégico e importante. Todo o conjunto de equalização dessa taxa de juros vale a pena para a União, assim como fazer isso por meio do Tesouro Nacional.

O Estado brasileiro, através do MDA e do Incra, tem procurado enfrentar o desafio da reforma agrária. Ouvimos atentamente todas as falas dos movimentos que estão aqui com grande legitimidade para dizer o que disseram. Por isso, neste momento, com a participação, evidentemente, de todos esses movimentos e das suas coordenações nacionais - acredito que alguns de vocês tenham participado do debate -, inauguramos ou apresentamos nesse Plano Safra uma estratégia para ampliarmos e qualificarmos o processo de produção dos assentamentos da reforma agrária. Por isso todos os assentamentos doravante passarão por três ciclos, que vou abordar de forma bastante sintética. Certamente o Danilo detalhará aqui no painel depois da manhã. O primeiro ciclo é de instalação. Essa é uma medida importante do Plano Safra. A família chegou à terra e, então, recebe um crédito de apoio inicial com bônus de 90% e depois duas operações de fomento produtivo.

Essa história do fomento quebrou um mito, Edmar. É que a agricultura pobre não tinha produção nem renda. Alguns documentos... Há dois anos a nossa experiência no Brasil sem Miséria de pôr conhecimento à disposição das pessoas, de homens e mulheres, e um recurso de fomento têm resultados extremamente exitosos tanto no Nordeste quanto no Norte e nas demais regiões do Brasil.

Estive recentemente no Mato Grosso do Sul, onde vi famílias que aparentemente estavam, se fosse pensar em algumas teorias de alguns pensadores, praticamente excluídas do processo produtivo. Mas quando a política chegou isso mudou. Essas pessoas eram invisíveis, não tinham documentos, não acessavam política pública, mas, a partir do momento em que foram inseridas no programa, não só exerceram com dignidade a cidadania, tendo os seus documentos, mas passaram a utilizar ou se apropriar do conjunto de políticas públicas existentes no campo. Esse é o primeiro ciclo. Evidentemente todos esses ciclos estão com garantia de assistência técnica e extensão rural. No caso do crédito de instalação, temos o Fomento Mulher, com R\$3.000,00, e um bônus de 80%.

No segundo ciclo, a família já se instalou. Ela iniciou o seu processo produtivo e já pode utilizar um microcrédito, que chamamos de crédito de inclusão produtiva: três operações, R\$4.000,00, bônus de 50% e, evidentemente, com garantia de assistência técnica e extensão rural.

O terceiro ciclo é o que chamamos de Mais Alimentos. A família já está estruturada, já tem um sistema de produção, ou já participa de algum circuito curto de comercialização ou de algum programa de compra governamental, enfim, ela já está se consolidando em seu lote. É um crédito de R\$25.000,00, com bônus de 40%, um custeio e três operações de R\$7.500,00. Com isso, entendemos que haverá um ciclo ou espiral ascendente, em todo o processo de assentamento da reforma agrária em nosso país.

Além disso, o ministério tem como meta, com o Incra, nesta safra, fazer com que esses ciclos cheguem a pelo menos 255 mil assentados e assentadas da reforma agrária, e isso custará R\$1.600.000.000,00 para a União.

Ouvimos aqui, não me lembro bem quem falou, sobre a dificuldade da renegociação dos créditos da dívida. O João estará aqui amanhã e poderá detalhar isso bastante. Seria importante alguém me falar depois como estão funcionando as Salas de Cidadania. A nossa informação é que estão indo bem, que os assentados, homens e mulheres, estão indo lá e saindo com os seus boletos para resolver os seus problemas de inadimplência. Portanto há uma possibilidade de renegociação de dívida efetiva, nas Salas de



Cidadania, rompendo com isso um conjunto de procedimentos burocráticos que os assentados e as assentadas enfrentaram, até então, quando tentavam renegociar suas dívidas, inclusive algumas do antigo processo.

Queremos falar do novo seguro agrícola. Hoje quando alguém pega um Pronaf - a pessoa que me antecedeu falou da questão da seca - esse agricultor, essa agricultora, tem uma proteção, primeiramente do risco climático. Quando há um problema climático e ele procura o agente financeiro e a perda é comprovada, ele tem a sua dívida no banco liquidada e ainda uma margem de renda de até R\$7.000,00. A partir de 1º de janeiro, pretendemos, com os nossos seguros, garantir uma renda líquida de no mínimo 80% da renda esperada. Com isso, os nossos agricultores terão mais segurança ao fazer empréstimo e ao produzir. A vigência dessa modalidade de seguro começa a partir de 1º de janeiro. A modalidade de seguro vigente tem uma cobertura, ou tinha, de limite de renda líquida de R\$7.000,00. Estamos ampliando para R\$20.000,00, inclusive incluindo a renda líquida em que, muitas vezes, só se contava o financiamento que o agricultor fazia com o agente financeiro.

Um outro anúncio, que não é mais novidade, é a implementação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo. Há um crédito de custeio estabelecido no investimento, com juros de 1% ao ano, para quem for fazer transição agroecológica. A garantia de assistência técnica e extensão rural é para pelo menos 120 mil propriedades, estabelecimentos, e um bônus maior no programa de garantia dos produtos da agricultura familiar.

Em relação à assistência técnica, com nossas chamadas públicas, chegaremos, ao final dessa safra, a 800 mil famílias, utilizando R\$944.000.000,00 que o MDA e o Incra têm em seu orçamento neste ano. Queria dizer que, desse recurso, num ato ocorrido em Uberlândia há duas semanas, o nosso ministro assinou, com um conjunto de organizações, como a Emater e o CAA, contratos de assistência técnica no valor de mais de R\$70.000.000,00 para atender o nosso povo.

Acho importante aprofundar esse debate, na continuação deste ciclo amanhã, quando chegarmos a esse tema, porque criamos a Anater, uma entidade enxuta, para fazer com que o sistema de assistência técnica tenha agilidade e consiga ampliar a oferta do serviço. Lamentavelmente, fizemos uma chamada pública para contratar assistência técnica em sustentabilidade, com enfoque na cadeia produtiva do café, mas, em Minas Gerais, deu lote vazio. Isso significa que não havia nenhuma organização habilitada ou, se estava habilitada, não quis ofertar esse serviço numa região muito produtora de café - evidentemente estou falando de agricultura familiar. Então a Anater vai fazer isso também: ter um diálogo muito estreito com os governos dos estados para testar ou efetivar o limite das organizações desses governos; ao mesmo tempo, fomentar o crescimento das outras organizações existentes e, se for o caso, o aparecimento de novas organizações para ofertar assistência técnica e extensão rural.

Conseguimos resolver o problema do rumo. Qual é o rumo, qual é o modelo de assistência técnica? A Anater nos deu esse modelo. Estamos resolvendo os problemas do dinamismo, do formato e do orçamento que hoje existe, mas é necessário que haja organizações para ofertar o serviço. Evidentemente, para que o serviço tenha qualidade, a Anater vai apertar isso. Entendemos que uma visita, uma vez por ano, não confere qualidade a um serviço de assistência técnica. E, ao dizer isso, entendemos que a Anater irá fazer com que o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária também receba as demandas do conjunto da agricultura familiar.

Queria dizer que a Anater já está criada, a presidenta Dilma criou-a por meio de um decreto. O ministro do Desenvolvimento Agrário é o presidente do conselho da Anater. Os membros do conselho de administração, com exceção de uma instituição, indicou o seu representante. Como é uma entidade nova, nos modelos jurídicos existentes no Brasil, estamos estruturando o estatuto, o contrato de gestão da Anater, para que quem for assumir a direção dessa instituição tenha segurança necessária para fazer, em tempo, na hora, na quantidade e com qualidade suficiente, assistência técnica e extensão rural. Portanto, a Anater está acontecendo com toda a prudência administrativa necessária para que nasça com bastante força. Evidentemente, ela irá se integrar com a Embrapa, as universidades representadas pelo professor Eduardo, a Epamig e as organizações estaduais de pesquisa agropecuária.

Na verdade, onde houver solução para os gargalos tecnológicos existentes, a Anater irá buscá-las. Portanto, é uma instituição, é um ato do governo que resgata 15 anos perdidos. Lamentavelmente, nos anos 1990, diziam: "Não, eu quero cultivar coco". Então se comprava uma fita VHS, que era colocada naquele videocassete quatro cabeças - tem gente aqui que nem deve se lembrar disso -, assistia-se à fita, e estava resolvido o problema da assistência técnica. Foi assim que o serviço de assistência técnica foi desmontado no Brasil.

Entendemos que não é assim e viemos reconstruindo esse sistema.

Não chegamos ao patamar de que gostaríamos, mas estamos em um caminho acelerado para dar vazão a isso. Entendemos que só vamos resolver o problema da quantidade quando tivermos grandes redes estaduais de assistência técnica e extensão rural, evidentemente considerando-se cada estado. Em Minas Gerais, temos uma Emater muito forte, posso dizer isso de cadeira, porque a conheço: fui e sou servidor da Emater de Minas Gerais. Conheço a Emater, eu a vi quase acabando e ressurgindo. Conhecemos um pouco da história da Emater de Minas Gerais, e neste momento concordamos com a grande reivindicação dos técnicos locais para ampliar as equipes.

Zé, Rogério e deputado Adelmo, de vez em quando vamos conversar com os prefeitos e levamos os números do Pronaf. Há determinados municípios em Minas Gerais que aplicam R\$2.000.000,00, R\$3.000.000,00 do Pronaf, por ano - tenho exemplo, não vou citar o município para não ser injusto -, e quando agregamos os recursos do PAA, do Pnae, que entram no município por meio das políticas da agricultura familiar, percebemos que esses recursos superam 40%, 50%, 60% do fundo de participação. Outro dia, reunido com os prefeitos, deixei uma interrogação. Tenho um programa que fortalece um segmento da agricultura familiar, que tem 60% de todo o fundo de participação. Qual é a diferença? Para o fundo de participação existe toda uma estrutura municipal para utilizar, secretaria de A, B, C, D, tem servidor público, etc., mas, às vezes, o recurso das políticas da agricultura familiar é de apenas um técnico da Emater no município. É muita desproporção ter uma, duas pessoas para cuidar dos recursos que entram no município, que representam 40%, 50%, 60% do fundo de participação, e ter uma estrutura municipal inteira para cuidar daqueles recursos - o que é predominante em boa parte dos nossos municípios - que é o fundo de participação. É importante salientar isso neste momento.

Há uma linha para mulheres - já recebemos a crítica aqui -, mas tenho uma notícia, não sei se ela já chegou a Minas Gerais. Doravante, de todo serviço de assistência técnica e extensão rural, apoiado pelo MDA, 50% obrigatoriamente deverá ser realizado

mulher. Estamos entendendo a importância estratégica das mulheres no sistema de produção da agricultura familiar. Com certeza, isso continuará produzindo essa revolução silenciosa que a agricultura tem feito no meio rural brasileiro.

Já temos pronta uma chamada para abordagem específica da juventude. Ontem, a Contac estava reunida com os nossos ministros para discutir a regulamentação do novo crédito fundiário, que vem para barrar um efeito que não era bom. Às vezes, em uma propriedade são três, quatro, cinco ou até mais filhos. Na ausência do pai, todos iriam para a cidade, um não conseguia comprar o terreno do outro. O crédito fundiário doravante vai permitir que um irmão compre a gleba da propriedade do seu outro irmão. Isso vai produzir um efeito muito grande no meio rural brasileiro. Além disso, esse crédito vai permitir que qualquer agricultor familiar que tenha DAP possa comprar a sua terra. Evidentemente deve passar dos quatro módulos. Se ele tem um minifúndio e acredita na agricultura, se quiser expandir a sua área, poderá utilizar o recurso do crédito fundiário para comprar mais um pedaço de terra, com 35 anos de prazo para pagar, com 2% ao ano, da forma como vocês já conhecem.

Quero chamar atenção para o nosso programa de estradas vicinais, o PAC Equipamentos. Estamos entendendo que é o começo de um grande programa também de manejo de solo e água. Não se constrói estrada vicinal sem pensar no solo e na água.

Vamos conseguir captar e evidentemente alimentar muito lençol freático por meio de nossas comunidades rurais. Evidentemente que vocês conhecem o programa, mas queria chamar a atenção para um detalhe que está aqui embaixo: as 3.173 máquinas, deputado Rogério Correia, adquiridas em Minas. Desse conjunto de máquinas adquiridas pelo PAC 2, das mais de 18 mil máquinas, 3.173 foram adquiridas em Minas Gerais. Às vezes não capitalizamos isso. Não estou falando em capitalização político-partidária, mas a agricultura familiar manteve um monte de empregos em Contagem e Sete Lagoas. A agricultura familiar - e o programa é para a agricultura familiar - está mantendo empregos na cidade e evidentemente está gerando mais empregos. Isso aconteceu na crise de 2008, quando 65% das máquinas, dos tratores agrícolas de até 70 cavalos foram adquiridos pela agricultura familiar, que conseguiu manter os empregos da indústria de trator, em plena crise. Por isso, destaco esse programa.

Estou com meu tempo cronometrado pelo deputado Rogério Correia. Ele não disse isso publicamente, mas sabemos que há um limite. Finalizando, a ONU resolveu decretar que este é o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Evidentemente que o governo brasileiro tem realizado um conjunto de eventos. Talvez a grande mídia não os tenha divulgado, e já não sei a quantidade de eventos dos quais participei. Na semana passada, participei de um evento com um conjunto de professores universitários, que apresentaram trabalho de pesquisa. Discutimos o futuro da agricultura familiar, do ponto de vista da academia. Por que este é o ano da agricultura familiar? Esse segmento econômico não é modismo. O mundo percebeu que resolver o problema da fome e da segurança alimentar do continente africano, por exemplo, só é possível por meio da agricultura familiar.

Quando proposto o ProSavana, que é um grande programa financiado pelo Japão para utilizar a savana africana, como acontece no cerrado brasileiro, os africanos disseram “sim”, mas eles iriam produzir soja e milho para exportar, para fazer proteína de alto valor biológico no Japão, na China e em outros países. Então disseram “não”, e evidentemente a agricultura familiar naqueles países se organizou.

Há um entendimento dos governos e da própria ONU, por meio da FAO, segundo o qual esse é o segmento que propicia três coisas que nenhum outro segmento econômico propicia. Gosto de repetir isso, o que faço há mais de 10 anos. Primeiro é a dinamização das economias locais. Só a agricultura familiar consegue dinamizar a economia dos pequenos municípios, só a agricultura familiar consegue gerar e produzir renda de forma desconcentrada.

O deputado Rogério Correia mencionou a indústria automobilística. Algumas regiões nas quais ela está instalada são ilhas de prosperidade. A agricultura familiar desconcentra a renda. Ela faz com que todos os municípios se beneficiem. A agricultura familiar é um segmento que tem capacidade de gerar e manter ocupações a um custo menor que o de qualquer outra atividade econômica. Indústrias estão se instalando em Suape, como a automobilística Volkswagen, em que custa mais de US\$200.000,00 a geração de um posto de trabalho. Um hectare de fruta irrigado gera pelo menos dois empregos. Com US\$5.000,00, US\$10.000,00, eu implanto um hectare irrigado de fruticultura.

O mundo percebeu que, por intermédio da agricultura familiar, conseguimos ter segurança alimentar. Algumas outras coisas foram obtidas nos últimos 11 anos, no Brasil. Nesse período, o ganho real na renda da agricultura familiar foi de 52%, e 5,3 milhões de pessoas no campo ascenderam socialmente. Além disso, 3,7 milhões de pessoas da agricultura familiar, do nosso espaço rural, subiram o degrau da classe média. Às vezes e por isso, muitos de nós não estamos compreendendo a dinâmica, as demandas e as reivindicações do conjunto dessa população.

Encerro dizendo que concordo que temos de monitorar e acompanhar a implementação do Plano Safra.

Precisamos que o Pronaf Jovem aconteça, que o Pronaf Mulher aconteça, que o Pronaf Agroecologia aconteça. Precisamos ter um Plano Safra nessa dimensão, num momento em que o mundo inteiro está em crise. Evidentemente que todos sabem disso. Amanhã vocês poderão se aprofundar neste debate.

A diferença da taxa de juros do Pronaf custa para a União, para o Tesouro nacional mais de R\$1.400.000.000,00, só de equalização da taxa de juros. Isso são recursos. Há uma decisão política do governo de aportar na agricultura familiar taxas da equalização de juros do financiamento. Depois vocês podem aprofundar essa questão com o João, que vai estar aqui amanhã. Ele conhece tudo sobre crédito rural.

No mais, gostaríamos de dizer que continuamos a acreditar na agricultura familiar como um segmento estratégico para promover desenvolvimento rural, segurança alimentar ou, cunhando uma nova frase, para promover segurança ambiental, porque, caso contrário, Minas, São Paulo e Rio vão continuar brigando por água. É com a agricultura familiar que vamos nos desenvolver em Minas Gerais e no Brasil. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

O presidente - Agradeço ao Argileu, que, representando o ministro Miguel Rossetto, nos trouxe as novidades do Plano Safra 2014-2015, sobre o planejamento nacional do Plano Safra 2014-2015. Lembro-lhes que em novembro, como já foi anunciado aqui pelo Gadelha, vamos ter nesta Assembleia a apresentação do Plano Anual da Agricultura Familiar para Minas Gerais. É a primeira

elaboração que vamos ter, a partir da legislação que citei para vocês e que foi aprovada nesta Casa Legislativa. Teremos em novembro a apresentação do Plano Estadual da Agricultura Familiar. Vai ficar mais fácil notarmos a importância da lei estadual, da lei orgânica da agricultura familiar, que estabelece esses parâmetros. Quem está coordenando a apresentação do plano estadual e nos dando esta contribuição é a Juliana Cecília Veloso. Vamos lembrar, nas próximas Mesas, Juliana, das mulheres, para que elas participem conosco.

Queria agradecer a presença do deputado André Quintão, grande companheiro e guerreiro em favor da agricultura familiar. Ele está sempre presente pelo interior, por nosso Vale do Jequitinhonha. Agradeço-lhe por ser um combatente nosso em favor da agricultura familiar e das causas sociais. Agradeço ao deputado Adelmo Carneiro Leão, médico e ex-superintendente do Incra. Ele sabe o valor que tem a agricultura familiar e as causas da reforma agrária. Já me referi ao Adelmo, autor da lei que criou o sistema agroecológico e a defesa da produção agroecológica e orgânica em Minas Gerais. Tive a felicidade de citá-lo como o autor disso. Gostaria também de anunciar a presença do Gilson Reis, vereador em Belo Horizonte. Ele, como vereador da capital, tem a preocupação de trazer para as grandes cidades um alimento de melhor qualidade. Quem planta na roça ajuda a cidade. O José dos Reis inventou uma expressão agora: “Quem não vive da agricultura familiar depende dela para viver”. O vereador Gilson sabe disso e defende a agricultura familiar. Seja bem-vindo, Gilson Reis.

Queria, então, dizer a vocês que o que está planejado para hoje é exatamente o que estamos terminando agora: a fase de abertura do nosso encontro e a palestra dada pelo Argileu. Tive aqui algumas solicitações de questionamento e fala, mas isso ficará para amanhã, e pediria que vocês fizessem anotações.

O primeiro painel amanhã, às 9 horas, é sobre sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar e a sucessão rural; ou seja, a agricultura familiar como um modelo viável de desenvolvimento, seus requisitos estruturadores e a questão da sucessão rural. Então, amanhã, faremos ainda um painel mais abrangente sobre o que é sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar. Esse é o primeiro tema da pauta que terá também seus debatedores.

Às 10 horas, teremos: “Financiamento e orçamento do Estado para a agricultura familiar”. A Juliana será uma das que apresentará o tema? Ou não? Teremos a Seplag, etc. Trata-se do financiamento e do orçamento do Estado, pois, evidentemente, para apresentar depois o plano estadual, precisaremos saber do financiamento, do orçamento. Essa será a parte da manhã.

Na parte da tarde, aprofundaremos o assunto em grupo. Vocês podem alegar que, até agora, não falaram nada, mas a ideia é vocês, em grupo, formularem os diversos temas para serem apresentados no dia seguinte.

Teremos sete painéis:

Painel 1 - “O financiamento da agricultura familiar. A operacionalização do Plano Safra da Agricultura Familiar. As linhas especiais de crédito: Pronaf Mulher, Jovem, Eco, Agroecologia”.

Painel 2 - “Escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar”. Então o primeiro tema é o financiamento, e o segundo é o escoamento e a comercialização. Aí, entrará a infraestrutura, a logística, essa questão do maquinário - há muitas pessoas reclamando que as máquinas não estão trabalhando nos municípios como deviam. Faremos a discussão desses procedimentos. Além disso, falaremos da regularização sanitária e da legislação tributária e fiscal. Esse também é um tema fundamental, que tem sido discutido junto com a questão da produção dos alimentos, das agroindústrias e da comercialização. É importante saber do que precisamos, do ponto de vista tributário e sanitário.

Painel 3 - “Agricultura familiar: organização e representação”. Aí vem: associativismo e cooperativismo, conselhos - estadual e municipais - e os territórios da agricultura familiar - cadeias territoriais e dos povos e comunidades tradicionais.

Painel 4 - “Assistência técnica, extensão rural e pesquisa”. Aí, vai ser discutida a Anater - já citada aqui pelo Argileu; articulação, atuação e estrutura dos órgãos governamentais; e geração e transferência de tecnologias destinadas à agricultura familiar.

Painel 5 - “Consórcios intermunicipais multifinalitários e secretarias municipais de agricultura. Gestão dos consórcios. Experiências dos consórcios. Segurança pública. Regularização sanitária. Gestão de resíduos.” Queria incluir aqui também a questão da legislação municipal da agricultura familiar futura. É fundamental, a partir da nossa legislação, saber o que fazer com as legislações municipais.

Painel 6 - “Gestão ambiental na agricultura familiar. Mudanças climáticas; convivência com o semiárido; uso e manutenção da quantidade e da qualidade da água; instrumentos de gestão ambiental e agricultura familiar; programa Água para Todos; Cadastro Ambiental Rural - CAR - e Bolsa Verde.”

Painel 7 - “Gênero, aspectos geracionais, educação do campo e no campo, e sucessão rural. Aspectos geracionais - crianças, adolescentes, juventude e idosos.”

Esses painéis foram sugestão de diversas reuniões que fizemos na Assembleia Legislativa com as diversas representações do movimento social e também governamental, portanto foi construído um consenso em torno desses temas. Então, amanhã teremos esses painéis, e o encerramento está previsto para as 18 horas.

Finalmente, na sexta-feira, às 9 horas da manhã, teremos uma discussão que não poderia faltar: o acesso à terra.

Portanto, teremos notícia da reforma agrária, da regularização fundiária, do crédito fundiário depois da finalização do Iter. Também discutiremos a garantia dos territórios dos povos e das comunidades tradicionais, ou seja, as políticas públicas ligadas à reforma agrária, à regulação fundiária e à titulação da terra, com destaque para a articulação das ações e parcerias, o território dos povos e comunidades tradicionais, os assentamentos e o crédito fundiário. O tema está bem abrangente. Faremos os debates às 11 horas e o encerramento ao meio-dia. Lembramos que este ciclo de debates servirá também para dar sugestões ao próximo Plano Safra anual, do governo federal, e também ao plano estadual de agricultura familiar. Em novembro as contribuições estarão incluídas no que virá para Minas Gerais. Então, este é um evento importante.

Passaremos agora a palavra ao Adelmo, à Juliana e ao André. Antes, queremos agradecer ao Argileu, que dará entrevista na TV Assembleia agora e depois retornará a Brasília. Peço-lhe que leve um abraço ao nosso ministro. Torcemos para que o MDA se fortaleça cada vez mais, porque precisamos dele, assim como precisamos de uma secretaria de desenvolvimento agrário para os agricultores familiares de Minas Gerais. Parabéns, Argileu. Obrigada pela presença.



Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde. Cumprimento todos os presentes, meus amigos e companheiros, e o Argileu, a quem peço que leve meu abraço ao Miguel Rossetto, grande e valoroso companheiro do MDA. Saúdo inicialmente todos os componentes da Mesa.

Em todas as áreas do desenvolvimento humano, a construção da sociedade que queremos, dita justa, solidária e democrática, deve envolver a mulher na estrutura de representação, de forma muito forte. E se a Mesa é simbólica nesse sentido, sugiro ao deputado Rogério que, ao coordenar os trabalhos, não admita formulá-los apenas com a participação masculina, mas também feminina. Se equilibrarmos a composição da Mesa quanto ao gênero, estaremos expressando na prática a construção do Estado que queremos, ou seja, verdadeiramente compartilhado.

Tenho participado dos trabalhos nesse campo há muito tempo. Aqui mesmo na Assembleia Legislativa vivemos momentos muito interessantes e vemos esforços muito significativos com a chamada escola família agrícola. Abordarei esse tema hoje como um problema ainda não definitivamente resolvido. Precisamos avançar mais. Não me conformo, não vejo como solução saudável levar as crianças do campo para as escolas da cidade, às vezes gastando um tempo precioso de suas vidas em transportes nem sempre seguros, sendo que o campo pode e deve ser um espaço pedagógico importante.

Então, quero levantar aqui essa primeira questão de que não podemos nos esquecer da lógica da estruturação do campo, da escola no campo, da escola para o campo, da escola família agrícola, da escola com os programas alternativos com alternância pedagógica, no sentido de integrá-la, de maneira muito profunda, com o sistema familiar, produtivo da agricultura familiar com o processo pedagógico. Essa é uma questão.

A outra questão que quero levantar aqui também é muito importante. Sou e fico muito orgulhoso de ser parte de um governo que deu passos tão significativos na estruturação e no investimento no campo, mas ainda fizemos muito pouco. O financiamento ainda está aquém do que deve ser, do ponto de vista da totalidade dos recursos a serem aplicados no campo. Se reconhecemos que a agricultura familiar é a que mais intensamente contribui para abastecer aqueles que dela vivem e aqueles que vivem fora dela, é importante que esse investimento seja mais equilibrado em relação àquilo que se faz, em relação ao agronegócio. E não estou negando que não tenha de fazer investimento no agronegócio. Não sou daqueles que colocam uma coisa apartada da outra, mas entendo que a agricultura familiar ainda merece mais investimento, do ponto de vista tecnológico, financeiro e de assistência técnica, que dê planejamento de produção.

Sou parte também daqueles que acompanharam durante um bom tempo a aplicação dos recursos e a ação, por exemplo, da Conab no PAA aqui, em Minas Gerais. Tivemos um avanço extraordinário em um determinado tempo. E ainda continuamos nosso governo, mas, mesmo sendo o nosso governo, Rogério, recuamos. Acho que temos de investir mais. O PAA merece mais atenção e mais agilidade nas suas ações. Ninguém merece ficar esperando receber um determinado recurso pela produção. Há demora no recebimento desses recursos. O trabalhador da agricultura familiar não tem capital suficiente nem condições para poder entregar os seus produtos e, às vezes, esperar meses para receber o recurso. É preciso que tenhamos agilidade, uma perfeita integração entre o processo de produção e a entrega, com o processo de compensação financeira.

Entendo que temos de romper com determinadas burocracias. Infelizmente foi a burocracia instalada nesse nicho, na Conab, que fez recuar investimentos ascendentes, que estavam crescentes, promovendo um processo também muito interessante de desenvolvimento da agricultura familiar. Quero o PAA mais dinâmico, mais efetivo, mais transparente nas suas ações e mais dedicado àquilo que cumpre o seu papel, inclusive, alocando mais recursos. Acho que temos de trabalhar nessa lógica, numa intensidade ainda muito maior.

Estive um tempo no Incra e sei que há muitas coisas para discutirmos. A reforma agrária não está resolvida no Brasil. Entendo que os métodos que temos ainda são insuficientes para que possamos caracterizar, conceituar, do ponto de vista dos nossos sonhos, a integração do homem ao campo. A reforma agrária precisa avançar muito mais.

Nesse contexto, entendo que o processo de reforma agrária, além de todos os componentes, as variáveis de produção e de desenvolvimento, a reforma agrária tem um elemento, que foi pouco discutido neste país e que, no meu entendimento, tem um valor extraordinário: o valor da soberania nacional. Mais do que todo o nosso Exército, todo o sistema de defesa nacional é a agricultura familiar, é o povo que vive no campo, que defende esse Brasil e que tem muito mais poder de defender o Brasil do que toda a estrutura que temos.

Então, a minha concepção é que, no processo de reforma agrária, de assentamento e de valorização da agricultura familiar, temos de estruturar esse campo, temos de investir com mais agilidade, para que o Brasil seja verdadeiramente o território do povo brasileiro. É outra questão que quero colocar aqui para vocês e, finalmente, tratar do planejamento estratégico de produção.

Temos hoje no Brasil - no mundo inteiro, mas o Brasil também faz parte dessa situação perigosa - a questão nutricional, que merece uma atenção muito especial do ponto de vista de saúde pública. Não é só o problema da desnutrição, é o problema da má nutrição, o que nem sempre significa falta de alimentos. Significa uma desmedida, uma dissociação, uma alteração entre a relação do alimento necessário para uma vida saudável e o alimento que eventualmente, por excesso de conteúdo, de constituição energética, leva a determinadas situações de obesidade, que hoje está se transformando em verdadeiro problema de saúde pública. Assim, a ação mais importante da agricultura familiar, no contexto de uma política de Estado nutricional, é tratar da nutrição nas escolas. Entendo que é possível, necessário e urgente - e minha expectativa é que o próximo passo que daremos seja nesse sentido - estabelecer mecanismos para que a alimentação na escola não seja só a de oferecer uma ração, uma quantidade adequada, mas que seja um processo pedagógico civilizatório de integração do campo com o ser humano. Aí é importante o planejamento estratégico, estabelecer os diferentes componentes nutricionais na alimentação, estabelecer uma integração, fazer com que o espaço da escola e a alimentação na escola não seja apenas um produto a ser oferecido às crianças ou aos jovens, mas que seja realmente um elemento civilizatório em que professores, trabalhadores da educação, todos na escola, até os pais, num determinado momento, compartilhem da mesa como processo de formação de uma civilização saudável.



Esse é o contexto, é a concepção que me coloca dentro dessa grande aventura humana. Digo que sou menino da roça. Meus 12 anos de vida foram muito bem vividos e de maneira muito feliz, embora tenha sido à luz de lamparina. Não tínhamos computador, não tínhamos carro, mas foi um tempo muito interessante de minha vida. Não perdi essa dimensão de fazer com que esse tempo não seja apenas de produção, de sacrifício, de desafios e às vezes até de escuridão, mas que seja um tempo realmente em que possamos expressar, em sua inteireza, a condição humana dos desafios, das conquistas, das relações de fraternidade, de amizade e de amor entre as pessoas, de construção e fortalecimento da família.

Aqui estão duas palavras que entendo serem chaves na construção dessa sociedade que queremos fraterna e solidária. A agricultura familiar está no centro dessa questão, a família brasileira construtora de uma vida saudável, produtiva, de um Brasil verdadeiramente pertencente ao povo brasileiro.

Por isso é com muita alegria que venho aqui, apesar de ter sofrido um corte na barriga há pouco tempo, para participar deste momento de encontro a fim de debater um tema de que tenho alegria de também fazer parte. A política de agroecologia, de agricultura orgânica faz parte hoje do acervo legal do Estado, com minha modesta participação. Mas é assim que faremos o Estado, que faremos este nosso Brasil melhor.

Desejo muito sucesso a vocês. Se Deus quiser, ao final, todos sairemos daqui aprendendo um pouquinho mais e fazendo muito mais pela agricultura familiar, por Minas e pelo Brasil. Obrigado.

O presidente - Muito obrigado, deputado Adelmo Carneiro Leão. Passarei para a Juliana Veloso para que ela dê um informe dessas questões que estão sendo pensadas em relação ao Plano Estadual da Agricultura Familiar. A Juliana é de Montes Claros e faz uma homenagem ao nosso pequi - ela é roedora de pequi. Pois não, Juliana.

Palavras da Sra. Juliana Cecília Veloso

Boa tarde a todas e a todos. Realmente, deputado Rogério Correia, precisamos pensar no dia de amanhã para ter mais mulheres participando deste debate.

Aproveito para divulgar o processo que está em construção desde o ano passado. Após a realização da conferência estadual, iniciamos um processo de construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que foi fortalecido com a publicação e homologação da Lei Estadual da Agricultura Familiar, desenvolvimento em prol da agricultura familiar. O plano está sendo elaborado, não estamos inventando as rodas, estamos trazendo uma contribuição do acúmulo de pessoas que vieram para a agricultura familiar, principalmente nos últimos quatro, cinco anos, e também resgatando uma série de demandas que já vêm sendo apresentadas. Não estamos construindo uma nova discussão da agricultura familiar, mas resgatando todas as demandas, todas as construções feitas, os debates, os desafios e as estratégias apresentadas pela sociedade civil, em discussão com o poder público, com todas as instâncias, as federais e estaduais, e também as contribuições das etapas municipais em conferências do ano passado.

O plano tem como objetivo levantar estratégias e desafios para a agricultura familiar no Estado. Ele é atemporal no sentido de que não o estamos trabalhando com base no atual PPAG, mas para subsidiar os instrumentos de planejamento do governo do Estado, os quais também podem ser aproveitados para pensar nos instrumentos de planejamento dos governos federal e municipais. Já há uma primeira versão, que foi trabalhada, apresentada na reunião do conselho no último 12, e que vai ser revisada e apresentada novamente na reunião do conselho do mês de outubro para sua validação. Esperamos que até novembro tenhamos uma versão para ser lançada na Assembleia. Muito obrigada.

O presidente - Muito bem. Obrigado e parabéns pelo seu trabalho, Juliana. Convido o deputado André Quintão para também fazer suas considerações.

Palavras do Deputado André Quintão

Boa tarde a todas e a todos. Vou falar aqui embaixo para ser mais ágil. Gostaria de cumprimentá-lo pela coordenação deste importante ciclo de debates, e, na sua pessoa, as quase 40 entidades parceiras que integraram esse esforço de realizar, neste momento, a reflexão sobre as políticas nacionais e do Estado em relação à agricultura familiar.

Amanhã haverá sete painéis, então teremos tempo de aprofundamento na parte da manhã. No entanto, queria rapidamente destacar dois pontos que são muito importantes para Minas Gerais.

O primeiro é sobre o debate que será realizado amanhã, na parte da manhã, quanto ao orçamento e planejamento. Acompanho na Assembleia, por meio da Comissão de Participação Popular, a revisão anual do Plano Plurianual e também a discussão das leis do ciclo orçamentário. Sabemos da importância e do esforço da Subsecretaria de Agricultura Familiar, com o nosso amigo Edmar e equipe. E sabemos também que as estruturas institucionais e governamentais dependem do investimento, do recurso orçamentário, para o desenvolvimento de políticas públicas universais para o conjunto das regiões do Estado.

Este debate é muito importante. Nosso Estado de Minas tem, na agricultura familiar - ou poderia ter -, uma centralidade econômica, social e ambiental. Infelizmente temos um ranço e um traço de economia colonial, baseada em exportação de *commodities*, basicamente na mineração e no café, que respondem por mais de 50% do PIB mineiro, trazendo problemas econômicos, sociais e, no caso da mineração principalmente, ambientais. A necessidade da diversidade econômica adequada à diversidade regional e a vocação regional em Minas tem de ser prioridade. Esse é um aspecto que depende de orçamento e de política pública.

A segunda questão é a integração governamental. O deputado Adelmo, com propriedade, expôs, por exemplo, o tema da alimentação escolar, da Lei nº 11.947. No meu entendimento, foi uma das mais importantes leis federais dos últimos anos. Ela permite uma alimentação escolar de melhor qualidade, beneficia a criança, agiliza, efetiva, intensifica a comercialização e dinamiza a economia local, mas depende de uma concertação de atores institucionais da agricultura familiar, dos órgãos de assistência técnica, da própria Secretaria de Educação e do seu corpo técnico, da área de nutrição, da comercialização, da manutenção de estradas vicinais. Então, é um conjunto de ações que dependem dessa integração.

Os desafios são muitos. Os expositores que nos antecederam expuseram os gerais, os nacionais. Reitero que é um debate estratégico para um estado como Minas Gerais. Se o nosso estado colocar a agricultura familiar no centro da sua prioridade, isso faz bem para a



saúde, para a educação, para a economia, para o meio ambiente e faz bem, no geral, para as pessoas, principalmente as que labutam no dia a dia.

Então, parabéns, deputado Rogério Correia, a você que defende essa causa. Mais do que defende, já teve oportunidade também à frente do Executivo federal aqui em Minas Gerais de mostrar que, além do Legislativo, no Executivo você reitera, cotidianamente, esse compromisso. Um abraço a todos os companheiros e companheiras da agricultura familiar. Que tenhamos um excelente debate nos próximos dias. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem, deputado André Quintão. Agradecemos as suas palavras. Ele lembrou, bastante bem, que precisamos fazer esse debate estratégico da agricultura familiar em Minas, até porque o PIB mineiro no ano passado foi o pibinho dos pibinhos, foi 0,5%, o 22º pior PIB dos estados brasileiros. Foi um pibinho de 0,5%. Quer dizer, o Estado depender da exportação de minério é um absurdo, pois ele causa transtorno enorme ao meio ambiente. Como se não bastasse isso, há até um mineroduto querendo ser viabilizado, tirando água até do Rio Jequitinhonha para levar para Ilhéus. Isso nos deixa realmente consternados. E o pibinho mineiro foi de 0,5%. Acho que é hora de incentivarmos um desenvolvimento estratégico regional que, com certeza, terá de levar em conta a agricultura familiar para fazer crescer também o PIB econômico. Então, foi bem lembrado pelo deputado André Quintão. Agradeço a intervenção dele, da Juliana e também do Adelmo aqui no final.

ATA DA 44ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2014

Presidência da Deputada Maria Tereza Lara

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Aviso Eleitoral - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras da Sra. Maria Luiza Grossi - Palavras do Sr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - Palavras do Deputado Federal Nilmário Miranda - Palavras do Sr. Mateus Felipe dos Reis Martins - Palavras do Sr. Felipe Gomes Ribeiro Passos - Registro de Presença - Palavras do Sr. Edmar Gadelha - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Adelmo Carneiro Leão - Maria Tereza Lara - Rogério Correia - Sebastião Costa.

Abertura

A presidente (deputada Maria Tereza Lara) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

A presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta, que tem como objetivos: comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar - AIAF 2014 -, instituído pela ONU para Alimentação e Agricultura - FAO-ONU; promover o lançamento, em Minas Gerais, o Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015; debater questões estruturadoras da agricultura familiar como: modelo de desenvolvimento, gestão ambiental, políticas públicas, financiamento, organização e representação, acesso à terra, assistência técnica, pesquisa, extensão rural e comercialização da produção.

Este ciclo de debates foi uma iniciativa do deputado Rogério Correia, acatada pela Comissão de Agricultura desta Casa, cujo presidente é o deputado Antônio Carlos Arantes. As assessorias dos deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, ao lado da assessoria da Casa, dos assessores das comissões e da GPI, foram responsáveis pela organização deste evento.

O tema é extremamente importante para o Brasil. Sabemos que conquistamos nossos direitos com organização. Vocês estão de parabéns por se organizar e debater esse tema, fazendo propostas e sugestões, celebrando os avanços e também reivindicando os direitos.

Composição da Mesa

A presidente - A presidência convida a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. deputado federal Nilmário Miranda, representando a Câmara dos Deputados; a Exma. Sra. Maria Luiza Grossi, professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG; e os Exmos. Srs. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, professor do Instituto de Ciências Agrárias da UFMG; Mateus Felipe dos Reis Martins, especialista em políticas públicas e gestão governamental da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão; Felipe Gomes Ribeiro Passos, assessor de Gestão Estratégica e Inovação da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária; e Edmar Gadelha, subsecretário de Estado de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André Luiz Coelho Merlo.

Aviso Eleitoral

A presidente - A presidência, tendo em vista a legislação em vigor e especialmente a Resolução nº 23.390, de 2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda tanto aos expositores quanto aos convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral. Os pronunciamentos devem ocorrer independentemente de partido ou de quem quer que seja, estando contra ou a favor. Isso é uma norma da Casa. Como este é um evento oficial e está sendo televisionado ao vivo, sugere-se ou se propõe que consideremos a legislação vigente. É lógico que podemos fazer a análise de realidade e lembrar os direitos, mas não será possível pedir voto e falar em candidatos. Realmente a legislação impede-nos de fazer isso neste momento.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

A presidente - A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para o debate. As pessoas que estão presentes poderão fazer perguntas por escrito ou oralmente, como aconteceu ontem. Para quem quiser fazer pergunta por escrito, haverá um



formulário disponível. Quem quiser fazer sua intervenção deverá especificar isso no formulário, ou seja, que deseja fazer considerações ao vivo. Os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Proponho que primeiro possamos ouvir os expositores e depois as autoridades. Iniciaremos agora o painel “Sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar e a sucessão rural”. Com a palavra, a Sra. Maria Luiza Grossi, professora adjunta do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, que disporá de até 20 minutos para sua exposição, para que possamos dar oportunidade a outras pessoas de se manifestarem. Se houver necessidade, prorrogaremos um pouco esse tempo. Mais uma vez, quero parabenizar vocês que estão presentes e vieram debater esse tema. Vocês terão oportunidade de fazer propostas, sugestões e questionamentos. Esse é um momento propício a isso. Esta Casa tem o papel de abrir espaço para a participação popular e as reivindicações dos movimentos sociais organizados. Com a palavra, a Sra. Maria Luiza Grossi, para iniciar suas considerações. Você pode usar a tribuna ou falar de onde está. Fique a seu critério.

Palavras da Sra. Maria Luiza Grossi

Acho que falo daqui mesmo. A tribuna nos deixa em destaque demais. Acho que todos somos irmãos quando nos preocupamos com a questão da agricultura familiar. Não há necessidade disso. Como professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, primeiramente quero iniciar agradecendo à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o honroso convite para participar deste encontro com os senhores, os agricultores familiares e os deputados e deputadas. Vocês são um público caloroso. Neste ciclo de debates coube-nos neste momento falar um pouco sobre a sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar e a dimensão da sucessão rural.

Às vezes, como professora, gostamos muito de retomar as palavras e os conceitos para entendê-los com mais vigor. E, ao ampliarmos o nosso entendimento, o nosso vigor em relação aos próprios conceitos, podemos, nas nossas práticas, aguerrir-los um pouco mais no nosso dia a dia. Então, gostaria de me antecipar dizendo que as ideias que passo a apresentar são frutos de algumas discussões que fazemos na sala de aula, nos corredores, no café e no Departamento de Geografia da UFMG. Pela natureza da geografia, desse estudo, dessa ciência que se propõe ser uma escrita do mundo, procuramos entender esse mundo nas suas muitas relações, nas suas complexidades, nos processos que nele acontecem, nas suas muitas escalas. Esse entendimento nos dá a cara do que seja a geografia.

Então, na exposição que inicio vou procurar fazer algumas inter-relações, dando ênfase ao entendimento sobre desenvolvimento, sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar e a sucessão rural. Reafirmo então o pressuposto que anima este ciclo de debate: a agricultura familiar é uma prática social, ambiental, cultural, territorial e histórica da organização da família em torno do rural e da produção agrícola. Primeiramente quero destacar o entendimento do que seja o desenvolvimento. Isso porque muitas vezes tomamos o desenvolvimento na sua referência mais desenvolvimentista e aí fragilizamos a concepção do próprio desenvolvimento e do entendimento do que seja sustentável do desenvolvimento.

O termo “desenvolvimento” é referenciado muitas vezes por vários autores a partir de uma tendência à valorização - não só os autores, mas nós também - dos aspectos econômicos de uma sociedade. Essa perspectiva é muito comum ao se fazer referência ao desenvolvimento, colocando-o como um único referencial, que é o projeto desenvolvimentista. Historicamente, a concepção desenvolvimentista do desenvolvimento coloca-o dentro de um esquadro que projetamos como progresso, progresso das nações, progresso dos povos, progresso do Brasil. Essa palavra é veiculada desde muito tempo na história do nosso país. Acreditou-se então que, a partir dessa dimensão desenvolvimentista ou do progresso, a gente reduziria o fosso entre nações e povos muito ricos, constituído pelo núcleo das regiões ricas, dos países ricos e dos povos ricos do mundo e os menos ricos ou os pobres do resto do mundo, com base em políticas de modernização, especialmente a modernização tomada como industrialização, induzidas e apoiadas pelo Estado, tanto pelas políticas internas quanto externas. Esse procedimento tem sido legitimado pela ilusão de que aquele pequeno grupo de nações ricas, ou de povos ricos, ou de regiões ricas que estabelecem o padrão hegemônico da riqueza da economia mundial é um clube aberto.

O desenvolvimentismo equivale a um retrato distorcido do desenvolvimento pela via do progresso, termo que é muito comum nas políticas públicas de modo geral. Há um estudioso muito importante no campo da economia, chamado Giovanni Arrighi, que escreveu um livro, traduzido para o Brasil em 1997, chamado *A ilusão do desenvolvimento*. Lá ele diz: “No processo de modernização, todos concordariam que a industrialização geralmente é buscada não como um fim em si mesmo, mas como um meio na busca de riqueza, ou de poder, ou de bem-estar, ou de uma combinação disso, e que a questão é, ou parece ser, portanto, bastante legítima. Mas, para que se possa levantar a questão, e de fato torná-la legítima, é necessário abandonar o postulado de que a industrialização é o equivalente do desenvolvimento. Se assim pensarmos, corremos o forte risco de nos atermos aos postulados das políticas meramente desenvolvimentistas que tomam o desenvolvimento sempre pelo viés econômico.

Portanto, o crescimento econômico ou os resultados do crescimento econômico tomados unicamente, de per si, encobrem a tendência desenvolvimentista de ampliação da distância entre riqueza, poder e bem-estar social.”

Dito de outra maneira, para que possamos melhor compreender a face desenvolvimentista, apelo para o próprio significado da palavra “desenvolvimento” na língua portuguesa brasileira. O prefixo “des” tem a conotação de tirar ou retirar algo de alguma coisa, de alguém ou de grupos. Por exemplo, desembrulhar é tirar o que encobre o embrulho, uma caixa, um papel; desorientar é tirar o que cobre, encobre a orientação de alguém ou alguma coisa; e desfazer é tirar o fazer de alguém ou de alguma coisa. Nesse sentido, o desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro, de modo geral, significa tirar, encobrir o envolvimento de alguém, de grupos sociais ou de alguma coisa. Essa é uma perspectiva perversa do desenvolvimento centralizado e de matriz meramente econômica. O desenvolvimento, nessa perspectiva, é desenvolvimentismo e equivale apenas ao progresso de uma nação, de um povo e de um grupo social; é apenas o crescimento econômico desse povo, desse país, desse grupo, de uma região ou de um lugar.

Em uma concepção que almeja o alargamento das fronteiras do entendimento e das práticas do que seja o desenvolvimento, é preciso tomá-lo como aquilo que está encoberto, que está por debaixo e que precisa ser descoberto pelo envolvimento. No

desenvolvimento em uma perspectiva emancipatória dos homens, mulheres, idosos, jovens e crianças, o que se espera é que o crescimento, talvez econômico, esteja atrelado ao crescimento social, ambiental, cultural, político, ecológico e territorial e que seja atravessado pela emancipação e pela autonomia dos sujeitos sociais. Penso na dimensão que deve prover e promover a agricultura familiar, que é a do envolvimento. No caso da agricultura familiar, o envolvimento certamente possibilita a ampliação do aprendizado, da troca de saberes, do querer fazer, da autonomia e do empreendedorismo cooperado e associado, que mostra as muitas faces da diversidade da agricultura familiar e do seu sujeito social. Precisamos alargar as nossas fronteiras do entendimento, para que haja verdadeiramente o sentido do desenvolvimento, que é o envolvimento.

Por sua vez, em relação à sustentabilidade, que é um termo surgido ao longo do século XX, após debates e discussões sobre as questões prementes do meio ambiente no Brasil e no mundo, a língua portuguesa brasileira adota o que tem sido denominado sustentável. No final o que é a sustentabilidade, ou seja, o que é a condição do que é sustentável? É aquilo que é passível de sustentação no tempo, no espaço, na memória e no viver das pessoas. A sustentabilidade trata da produção, do abastecimento, da distribuição, do consumo, da autonomia dos homens, das mulheres, dos idosos, dos jovens e do conjunto das substâncias necessárias para a conservação da vida como processo histórico humano e natural. A sustentabilidade é também felicidade.

Um dos precursores da discussão sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento sustentável é o economista e crítico Ignacy Sachs, nascido em Varsóvia, Polônia, em 1927, que, em 1971, se tornou cidadão francês. Os seus estudos sempre foram mediados pela visão do socialismo de estado e do capitalismo liberal e neoliberal. Já nos anos de 1980, ele consolida a discussão sobre o entendimento e lança o conceito do que é o desenvolvimento sustentável. Primeiramente, Ignacy Sachs nos ensina sobre o valor da natureza como ente de sustentação da comunidade planetária. Nele, a natureza não é concebida como materialidade ou recurso natural a ser extraído pelo homem, muito menos se encontra apartada do homem. Não há natureza sem homem, não há homem sem natureza. Nesse aforismo, Sachs expressa a noção de complexidade auto-organizada que é a natureza, o princípio de que em seu movimento se estabelecem as leis e dinâmicas próprias de realização e regulação onde se insere o homem na natureza. Sachs dá um novo sentido à discussão sobre tecnologia - é preciso atentar que não há uma neutralidade no avanço tecnológico, a exemplo dos agrotóxicos, dos organismos geneticamente modificados entre outros -, mostrando que as consequências do seu uso estão na base da história da humanidade na sua relação mercantil e, muitas vezes, predatória com a própria natureza. Aqui se estabelece o afastamento narcíseo do homem com a natureza.

Paralelamente, Sachs elabora o conceito de tecnologia adaptada e/ou criativa mediada pela sustentabilidade. Parece-me que os povos rurais, que a agricultura rural, sabem fazer isso com muita criatividade. Finalmente, entende que não há sustentabilidade econômica, social e ambiental separadas entre si. O que existe são critérios que, para Sachs e para nós também, definem os princípios que norteiam a sustentabilidade, os princípios social, cultural, ecológico, ambiental, territorial e econômico. O social busca o alcance de um patamar razoável de justiça social. Em relação ao critério cultural, esperam-se dele mudanças no interior das comunidades, mas, ao mesmo tempo, continuação e equilíbrio entre a tradição e a inovação; capacidade de autonomia e autoconfiança para a elaboração e a condução de projetos endógenos em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas ou mesmo hegemônicos. No critério ecológico, busca-se a preservação do potencial da natureza na produção de um patrimônio ambiental renovável. No critério ambiental, almeja-se o respeito e realce aos ecossistemas naturais e estratégias seguras para áreas ecologicamente frágeis, ou seja, é preciso pensar as adversidades. No critério territorial, propõem-se configurações equilibradas entre fronteiras do urbano e do rural, isto é, a eliminação das inclinações exclusivas do urbano nas alocações dos investimentos públicos. No critério econômico, anseia-se pelo desenvolvimento equilibrado, pela segurança alimentar, pela capacidade de modernização dos instrumentos de produção sem o aniquilamento do homem. Finalmente, no critério político, reafirma-se o papel da democracia, do desenvolvimento com envolvimento, definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos com a presença e estímulo do estado na criação conjunta, coletiva, participativa daqueles projetos de âmbito e escala local, territorial e regional. São esses sete critérios que definem o horizonte do que podemos pensar que seja um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Pensem um pouco sobre a juventude. Estudiosos da juventude se referem a ela como sendo o período da vida do ser humano compreendido entre a infância e o desenvolvimento pleno do organismo. Muitos podem considerar a faixa etária entre 14 e 29 anos como correspondente à juventude. Outros a dividem internamente: dos 14 anos aos 20 anos, a adolescência; dos 21 anos aos 29 anos, jovens adultos. Por sua vez, do ponto de vista cultural, essa demarcação da juventude toma outros contornos: pode ser referenciado como a etapa do fim dos estudos ou o início da vida profissional, a saída da casa paterna ou o período da constituição da própria família.

A diversidade do ser jovem nas sociedades modernas nos coloca o desafio de compreender tal fenômeno em suas múltiplas dimensões. Dessa forma, é necessário relativizar definições que tratam a juventude como uma experiência vivida por todos. De fato, a unificação dos jovens em torno de um único fator, o etário, empobrece a própria dimensão da juventude. Os indivíduos seriam vinculados pelo sentimento de pertencimento a um grupo compartilhado na mesma faixa etária. É preciso, então, abrirmos o sentido de juventude, do que seja a necessária interpretação cultural do entendimento dessa dimensão, que é a cultura de resistência dos próprios jovens. Os valores compartilhados pelos jovens seriam reflexos dos valores de suas correspondentes experiências e vivências. Portanto os jovens rurais correspondem a uma situação singular no conjunto dos jovens brasileiros. As experiências vivenciadas pelo jovem rural têm dimensões específicas que, sob vários aspectos, são distintas daquelas vividas pelos jovens urbanos, que decorrem precisamente de seu pertencimento a um ambiente social específico, que é o meio rural. No caso da agricultura familiar, há uma unidade familiar agrícola com características também específicas. O meio rural é um espaço diferenciado, é um lugar de vida, lugar onde se vive, onde se tem um modo particular de vida e referência identitária, lugar de onde se vê e onde se vive o mundo, a cidadania do homem, da mulher, do jovem rural e sua inserção na sociedade nacional.

De fato, parece que estamos estrangulados. Qual o caminho que queremos para a juventude em termos de Brasil, em termos de Minas Gerais? Conforme o censo de 2010 do IBGE, o Brasil possui mais de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos, o que equivale a 27% da população total. Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar - Pnad - mostram que o Brasil, em 2007,



possuía 4 milhões de brasileiros entre 18 e 29 anos que estavam fora da escola e do mercado de trabalho. Além disso, essa faixa etária é justamente a que concentra os piores índices de desemprego, evasão escolar, falta de formação profissional, mortes por homicídio e envolvimento com drogas. No Brasil, em 2010, um total de 7.500.000 pessoas que viviam em área rural encontravam-se na linha de extrema pobreza. No Sudeste, esse dado somava 580 mil pessoas. Comparativamente, a renda média de um trabalhador rural no Brasil é de R\$360,00; a de um trabalhador urbano é de R\$1.017,00. É preciso que a sucessão rural, algo caro na reprodução social da agricultura familiar, seja permeada por essa discrepância de dados.

Como trabalhar com um jovem que vivencia experiências entre o urbano e o rural? O urbano chega à casa dele, toca diariamente sua vida, quando vai à escola na cidade. Ele pode querer reproduzir a situação de jovem rural, encontrando patamares constrangedores de cidadania, patamares constrangedores de sua vida social e cidadã. É preciso entendermos dimensões, criarmos possibilidades nas políticas públicas que abracem essa perspectiva estrutural de base e de envolvimento das populações jovens no meio rural. Muito obrigada.

A presidente - Profa. Maria Luiza, na sua fala, chama-me a atenção a integração dos aspectos ambiental, social e político, que não são isolados. A questão do agrotóxico também é gravíssima. No interior, viajando, deparei-me com uma situação em que um jovem de 15 anos, que trabalhava com o pai na agricultura, faleceu por causa de agrotóxicos. E uma jovem mãe, com apenas 23 anos, morreu pelo mesmo motivo. A situação é muito grave e precisa ser colocada em pauta. A alternativa da agricultura familiar sem agrotóxico é realmente aquela em que acreditamos para Minas Gerais e para o Brasil.

Você falou ainda sobre os 51 milhões de jovens, 27% da população, que são outra preocupação de todos os Poderes. O que desejamos para os nossos jovens? Há muitas políticas públicas em desenvolvimento, mas precisamos de mais. Logo, o debate é necessário. Agradeço à Profa. Maria Luiza, ilustre expositora.

Com a palavra, o Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro.

Palavras do Sr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Agradeço o convite para participar do ciclo de debates. Bom dia a todos. Agradeço à Profa. Maria Luiza, que fez a revisão bibliográfica, parte que nós, da universidade, sempre fazemos ao iniciar as atividades, e ela a fez por mim.

Em Minas Gerais, o tema da agricultura familiar tem crescido bastante nos últimos tempos. Lembro-me de que, em 1996, há quase 20 anos, esta mesma Assembleia Legislativa promoveu um ciclo de debates sobre o meio rural. Naquela época, a agricultura familiar ocupava parte de uma mesa-redonda. Quase 20 anos depois, temos, nesta mesma Assembleia, mais de dois dias para debater o tema, o que significa o crescimento da sua importância, da capacidade de organização dos agricultores familiares e do conhecimento sobre o assunto, o que é fantástico, pois, num período de tempo tão curto, conseguimos acumular uma massa de conhecimentos e de organização muito relevantes.

No caso mineiro, ao debater sobre o tema, destaco que sempre encontramos certa dificuldade, pois é costume identificar agricultura familiar no Brasil com os Estados da Região Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, lugares onde existe essa prática. Isso é apenas uma meia verdade, porque, ao olharmos a distribuição da agricultura pelo País, percebemos que os dois Estados com o maior número de agricultores familiares são a Bahia, em primeiro lugar, seguido por Minas Gerais, que tem quase 10% do total no País. Como já foi enfatizado, Minas Gerais tem quase 2 milhões de agricultores familiares. A prática responde por 80% dos estabelecimentos rurais de Minas, 70% da população ocupada no campo e 1/3 do PIB da agropecuária. Em termos econômicos, em termos de representatividade econômica e social, a agricultura familiar tem grande força em Minas Gerais. Além disso, há o aspecto cultural - não podemos esquecer isto -, pois todos nós, mineiros, orgulhamo-nos, entre outras coisas, do que comemos, de nossa comida típica.

Enquanto pensamos na comida típica, nos lembramos da farinha de milho, da farinha de mandioca, dos embutidos, da rapadura, da cachaça, produtos, por excelência, da agricultura familiar. A agricultura familiar, além de responder pela produção, responde pela guarda, pela reprodução de grande parte da nossa cultura, da nossa identidade, do nosso sentimento de pertencimento, do que, afinal de contas, faz de todos nós mineiros.

Quando os organizadores deste ciclo de debates me convidaram para falar de sustentabilidade, optei por selecionar três questões: em primeiro lugar, gostaria de ponderar a respeito dos avanços em termos de agricultura familiar em Minas Gerais; em segundo lugar, gostaria de apontar algumas dificuldades sérias que enfrentamos em relação à sustentabilidade da agricultura familiar; e, em terceiro lugar, queria falar dos sistemas emergentes, como o da sucessão, pois nos fizeram uma encomenda especial para abordarmos essa questão.

Se observarmos os avanços da agricultura familiar, é importante destacarmos primeiramente o crescimento da capacidade de organização, principalmente da capacidade de auto-organização, com a criação e o fortalecimento de sindicatos, organizações locais, ONGs que representam ou assessoram a agricultura familiar, que suam a camisa pela agricultura familiar de Minas Gerais e que constroem uma série de iniciativas nas áreas de educação, de saúde, das mulheres, da juventude. Isso faz com que, na base da nossa sociedade, exista um movimento ativo, muito vivo e que as questões sejam postas não obrigatoriamente pelas agências do governo ou por outros agentes mediadores, mas pela representação, pela organização dos agricultores familiares. Por conta disso, temos visto, nesse tempo de caminhada da organização independente da agricultura familiar em Minas Gerais, tantas conquistas e inovações em áreas diferentes, como espero detalhar um pouco mais à frente.

Há um segundo avanço extraordinário, do ponto de vista de dar suporte, de sustentar a agricultura familiar: a diversificação e a extraordinária melhora das políticas públicas. As políticas públicas para a agricultura familiar começaram a ser levantadas no Brasil depois da ditadura, em 1979, em um congresso histórico da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que naquela época exigia uma política pública voltada, como se dizia, para a pequena produção. No decorrer do tempo, foram criados programas de desenvolvimento rural integrado, como o MG2, até a criação, finalmente, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf -, em 1993. Este programa é praticamente um divisor de águas, em termos de qualidade de políticas voltadas para a agricultura familiar, como enfatizou o Edmar aqui ontem. Desde então, vem ocorrendo uma diversificação, um aprofundamento, uma



melhoria, uma especialização em termos de programa público, de maneira que agora há programas de agregação de valor e programas voltados para o turismo na agricultura familiar, as mulheres, a juventude, que procuram focar o conjunto, a diversidade, a totalidade, a complexidade da agricultura familiar.

Quando pensamos nos programas que consideramos principais no crédito - afinal de contas, o crédito costuma ser a base de tudo, em termos de desenvolvimento e capacidade de sustentação da agricultura -, podemos perceber que, em Minas Gerais, segundo os últimos dados publicados no relatório do Ipea, há 60% de cobertura do Pronaf na agricultura familiar. Segundo levantamento publicado pela Emater no ano passado, há 800 mil Declarações de Aptidão ao Pronaf - DAPs -, documento que permite ao agricultor acessar o crédito. O número de DAPs é equivalente a aproximadamente o dobro de agricultores familiares, o que mostra que o trabalho dos sindicatos, da Emater está sendo cumprido.

Esses problemas cresceram não só em alcance, mas também em um aspecto muito rico, qual seja a complementaridade, a convergência e a integração entre organizações.

Quando pensamos em um programa, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar, observamos que há uma diretriz e recursos do governo federal. Também há o empenho, a assessoria e a articulação principalmente por parte da Emater, na Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. Também contamos com o empenho das organizações locais, dos sindicatos, das associações e das ONGs para colocarmos esses programas de pé.

Um programa que considero extremamente bem criado e que ainda merece uma avaliação mais rigorosa é o Programa de Monitoramento da Qualidade do Leite Longa Vida. Seus recursos saem do Fome Zero, passam pela gestão do Idene e, no fim da linha, são executados pelas associações, pelas organizações locais. Os efeitos mais impressionantes que vemos a respeito do leite longa vida são: melhoria do rebanho, crescimento da produtividade do gado e reerguimento dos laticínios nos pequenos municípios.

Quando vemos essa capacidade de articulação dos programas com a agricultura organizada, percebemos que, realmente, as organizações da agricultura familiar e os programas voltados para a agricultura familiar estão cumprindo boa parte de suas funções.

Com base nisso, destaco um aspecto que tem me parecido um dos mais importantes na trajetória da agricultura familiar, no rumo da sua autonomia: a conquista ou a reconquista de mercados. Isso aconteceu porque desde a década de 1970, a partir da Revolução Verde, houve um movimento de exclusão da agricultura familiar dos grandes mercados, por conta das escalas de produção e da padronização da produção. Desde então, os agricultores familiares e as organizações de agricultores familiares têm envidado esforços para conquistar mercados, principalmente aqueles de proximidade.

O que tem contribuído muito para isso, nos últimos anos, é a disseminação dos programas de seguridade social, aposentadorias e pensões e o Programa Bolsa Família. Os pequenos municípios, principalmente, criaram um fluxo de renda contínuo voltado para idosos e mulheres. Como idosos e mulheres tendem a privilegiar o gasto com o consumo da família, aconteceu que a venda desses produtos transformou-se em um movimento virtuoso de expansão da produção local, da agroindústria local nas feiras locais.

Observamos, em grande parte de Minas Gerais, um movimento de exclusão das feiras livres como pontos de venda da agricultura familiar. Esses mercados, de certa maneira, são protegidos da invasão da produção de grande escala. Em alguns municípios, assistimos a um movimento quase que de fechamento de ciclos da agricultura familiar. Essa conquista do mercado local, da feira livre, é um enorme passo para o PAA e o Pnae. E, de quebra, conquistamos espaços nas prateleiras dos supermercados do município.

Um exemplo que gosto de citar é o de Veredinha, no Alto Jequitinhonha, onde os agricultores conseguem 100% da feira livre e alguma coisa perto de 95% das compras da merenda escolar. E ainda colocam produtos nas prateleiras dos supermercados da sede do município, o que é um feito extraordinário. Assistimos a esse movimento de conquista de mercados que garante autonomia e capacidade de sustentação da agricultura familiar.

Outra informação muito interessante a ser comentada é sobre a capacidade de sustentação da agricultura familiar em Minas, o que proporcionou a elevação da qualidade de vida, trazendo bem-estar à população, e da renda rural, principalmente nas áreas de regiões marcadamente de agricultura familiar, com uma combinação do acesso à terra, produção de autoconsumo, capacidade de organização e um conjunto de programas públicos.

Ainda estamos por avaliar qual é o resultado dessa combinação, porque esses dados demoram a aparecer nos indicadores de qualidade e nos indicadores de renda.

Avaliar renda da agricultura familiar é uma das coisas mais difíceis. Uma vez, eu e um conjunto de pesquisadores passamos seis meses tentando dimensionar o que era renda de agricultores familiares e não conseguimos chegar a um resultado satisfatório. Há uma parte da renda em dinheiro, mas há outra que sai do terreiro, que sai do quintal; há aquela parte advinda de um cunhado que enviou uma banda de porco; há outra parte proveniente de um filho que está viajando e enviou um dinheiro; enfim, vamos tentar dimensionar a renda da agricultura familiar e passamos a vida nesse esforço sem conseguir chegar a um resultado decente. Mas quem viaja pelas áreas rurais de Minas Gerais percebe a melhoria nas casas, na qualidade da alimentação, da saúde, além da quantidade de motos que agricultores familiares têm comprado. Ainda levará muito tempo para que nossos agentes de pesquisa identifiquem essa evolução na renda.

Em 2010, 2011, procedemos a um levantamento naquelas áreas mais frágeis do Vale do Jequitinhonha, naquelas consideradas mais pobres, com uma amostra bem significativa, pois entrevistamos 250 agricultores familiares, e os dados obtidos foram uma surpresa muito feliz para nós: 95% dos domicílios tinham energia elétrica; as famílias dos agricultores faziam quatro refeições diárias, mostrando a força da produção de autoconsumo; 82% das casas tinham água - esse dado dobrou entre 2002 e 2010; 87% das famílias tinham fogão a gás; 78% das famílias tinham geladeira; 45% das famílias tinham moto, o que nos conduzia a indicadores de consumo muito semelhantes à média de consumo da população urbana brasileira. Tivemos, portanto, um tremendo salto de qualidade em direção à capacidade de autossustentação da agricultura familiar, apesar de que esses dados demorarão muito para se tornarem públicos, consolidados e apresentáveis.

Mas não me convidaram apenas para descrever as maravilhas do rural. Portanto, destacarei alguns pontos que me parecem ser entraves sérios em relação à caminhada da agricultura familiar na direção da sua sustentabilidade, da sua autonomia. A primeira



dificuldade a que me refiro é a timidez das prefeituras municipais. Observamos que o governo federal cria um conjunto muito grande de programas; o governo estadual faz o mesmo: basta vocês irem aos escritórios dos técnicos da Emater nos municípios para perceber que há uma enorme pauta de trabalho vinculada a programas federais e estaduais. Mas, quando chegamos à instância do município, praticamente não existem programas próprios, criados pelo município, ou não existe capacidade de operacionalizar os programas criados pelo Estado e pela Federação. É muito importante observarmos isso porque é exatamente no município que a agricultura familiar acontece. O município tem uma importância estratégica fundamental porque a agricultura familiar vive daquela base de recurso local, tem a sua rede de negócio, sua rede de catira, sua rede de trocas localizadas. E suas interações são principalmente com o local, recorrendo ao município na busca de educação, de saúde, na busca de estradas.

Ocorre também que as nossas secretarias de agricultura, que respondem pelo atendimento da agricultura familiar, na grande maioria das vezes, estão tremendamente mal aparelhadas. Nos nossos pequenos municípios, que são majoritariamente rurais, onde se encontra a maior parte da nossa agricultura familiar - segundo um estudo que realizamos no ano passado -, as secretarias de agricultura dispõem de três funcionários e meio. São eles: o secretário, a secretária do secretário - aquela moça que atende ao telefone e passa os recados -, o operador de máquina agrícola - de trator ou retroescavadeira - e meio técnico agrícola por município. Portanto, quando observamos o volume de programas do governo federal, o volume de programas do governo estadual e o alcance de ação da secretaria de agricultura, temos até de admirar o fato de ainda conseguirem executar esses programas. Acho que é extremamente necessário pensarmos em valorizar, em aparelhar, em qualificar a secretaria de agricultura para que possamos ter uma caminhada mais consistente da agricultura familiar no rumo da sustentação.

O segundo ponto são os problemas de entendimento, de governança das agências públicas. Existe um número muito grande de órgãos públicos dos governos estadual e federal formulando e executando políticas para a agricultura familiar, mas o que percebemos é que não há articulação entre eles. Cada agência pública tem o seu próprio programa, tem a sua própria linha de atuação, tem o seu próprio financiamento, e não há diálogo com a organização que está ao lado. Não há programas complementares; não há articulação entre as organizações que são incumbidas de executar política pública. Isso cria uma dificuldade de entendimento, porque boa parte é formada de sindicalistas que participam de conselhos de várias organizações que executam o mesmo programa e, mesmo assim, um programa não conversa com o outro, não busca complementaridade, não busca articular-se.

Há alguns anos, fui com um oficial da FAO visitar os programas de casas digitais, e, no município, encontramos uma casa digital da agricultura familiar, uma casa digital dos excluídos, uma casa digital das mulheres. Todas elas com equipamentos, fazendo desfile no dia da inauguração, churrasco, mas nenhuma delas funcionava. É imenso o desperdício de recursos públicos na operacionalização de políticas porque não se faz planejamento e articulação entre as organizações. Temos uma ideia posta na mesa pelo governo federal, que é o programa Territórios da Cidadania, em que se deveria enfrentar essa dificuldade, mas a dificuldade maior desse programa tem sido conseguir sair do papel e se operacionalizar. Ideias antigas também já foram tentadas em Minas, como o Programa de Desenvolvimento Rural Integrado, que tentava reunir esforços de articulação de programas regionais. Poderemos até voltar a pensar neles, mas de toda maneira temos que pensar numa solução, porque, da forma como está, temos imenso desperdício de recursos, imenso desperdício de esforços e, principalmente, imenso desperdício de tempo dos sindicalistas e de agentes de desenvolvimento que participam de 500 plenárias no ano para repetir o que já foi visto em plenárias anteriores.

Uma terceira dificuldade que gostaria de comentar - e vou fazer coro com o que o Edmar apresentou ontem - é a ausência de pesquisa adaptada à agricultura familiar. A agricultura familiar é um estilo de produção que tem características muito próprias. Há um vínculo muito forte com a localidade. Os companheiros das organizações dos agricultores familiares que já acompanharam o deslocamento de atingidos por barragem e atingidos por parques sabem da dificuldade que o agricultor tem para se readaptar a uma nova localidade. Então, o agricultor tem um vínculo muito forte com a localidade, tem uma escala muito reduzida de operações e tem aquela singularidade de produzir e agregar valor ao que produz, de maneira que aquele conjunto de técnicas, aquele conjunto de pesquisas que é criado para o grande negócio rural não serve para a agricultura familiar. Os sindicalistas que ontem reclamavam do desnível entre o volume de recursos que vão para as organizações patronais em termos de crédito e o pouco recurso que vai para a agricultura familiar ficariam muito mais impressionados se vissem os desníveis de pesquisa que são colocados para as *commodities* e o volume de recursos que são colocados para os assuntos que interessam à agricultura familiar. Se vocês fizerem um comparativo entre o que existe de recurso colocado em soja ou cana e o que existe de recurso colocado em mandioca e feijão, vocês ficariam assombrados com a diferença.

Então, é necessário levarmos isso a sério. Como disse o Edmar ontem, há a necessidade de se criar uma instância de pesquisa que funcione sob controle da sociedade, que tenha responsabilidade social sobre aquilo que produz.

Temos necessidade de colocar a pesquisa pública do Brasil voltada para o varejo, voltada para a localidade, voltada para o bioma, voltada para a microbacia, voltada para a comunidade rural. É fundamental fazermos isso, senão vamos continuar a ter um hiato, uma diferença muito grande entre aqueles recursos de crédito que são alocados na agricultura familiar e a capacidade de a agricultura familiar agregar valor e potencializar esse recurso. É importante nos lembrarmos de que, entre esses que não estão fazendo pesquisas voltadas para a agricultura familiar, estamos nós, da universidade, onde o número de pesquisadores sobre esse tema pode ser contado nos dedos da mão e, talvez, nos dedos de uma mão só.

O coordenador avisou que meu tempo está se esgotando, então quero fazer um último comentário a respeito desse tema que vocês me encomendaram com tanta ênfase que abordássemos aqui, que é a questão da sucessão.

Do meu ponto de vista, o assunto deve ser visto da seguinte maneira: estamos vivendo, no Brasil, desde a década de 1970, um fenômeno que os demógrafos têm denominado de transição demográfica, ou seja, o envelhecimento da população, a redução do número de filhos, a fecundidade menor, casamentos mais tardios, famílias menores. Isso aconteceu na área urbana e na área rural. Hoje, na área rural, as famílias têm o mesmo número de filhos que as famílias da área urbana, com dois filhos, no máximo. O número de famílias com três filhos tem diminuído muito rapidamente.

No Brasil, as organizações de agricultores familiares e os pesquisadores da agricultura familiar, principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, levantaram a questão da sucessão. Eles começaram a pesquisar e a debater esse assunto e chegaram a resultados muito assustadores. Alguns pesquisadores do Rio Grande do Sul dizem que 15% das unidades de produção da agricultura familiar já estão abandonadas e que 50% das unidades de produção não têm perspectiva de ter um sucessor. Exatamente por isso, o tema costumeiramente chamado de esvaziamento do campo tomou conta do Brasil.

Em relação a Minas Gerais, temos que ser mais cautelosos porque não temos uma situação semelhante à do Rio Grande do Sul e à de Santa Catarina. Apresentarei dois motivos como argumentos. O primeiro deles é que o Censo Agropecuário de 2006 mostrou que, em Minas Gerais, houve crescimento do número de estabelecimentos da agricultura familiar. Houve um crescimento de 17% no número de estabelecimentos. E tivemos, também, segundo o censo de 2006, um crescimento de 10% no número de agricultores familiares, com 50 mil a mais em 10 anos. Esse é um dado de Minas e quero destacar que é diferente dos dados do Sul. Em relação a esse indicador, o censo apontou queda no Sul, mas não apontou queda em Minas Gerais. Temos que levar esse dado do censo a sério, pesquisando o que aconteceu em Minas Gerais para explicar o crescimento do número de estabelecimentos e do número de agricultores familiares.

O outro argumento que quero debater com vocês é uma pesquisa feita pela Profa. Kênia Mendonça, da UFVJM, publicada no final do ano passado na *Revista Brasileira de Estudos de População*. Ela fez um estudo minucioso entre gerações de agricultores, avós, pais e filhos, para ver o que estava acontecendo em relação à sucessão e à herança nas unidades familiares. A Kênia percebeu que houve um declínio de 3,5% no número de sucessores, ao longo de 10 anos. Ou seja, esse número diminuiu, em 10 anos, cerca de 3,5%.

Outro fato apontado por essa pesquisa é que os agricultores familiares vão assumir a unidade de produção com muito maior escolaridade do que seus pais. Enquanto os pais têm dois ou três anos de escola, os filhos têm 10, 12 anos de escola. A diferença de nível de escolaridade entre uma geração e outra é assombrosa.

O terceiro aspecto observado pela Kênia é que a sucessão está acontecendo muito mais tardiamente. Os jovens que estão assumindo as unidades familiares não são tão jovens mais. Os pais estão entregando a condução das unidades familiares para os filhos na faixa de 35, 40 anos. Então, muito mais tardiamente.

Dessa maneira o cenário em Minas precisa de uma investigação mais rigorosa e de uma apuração maior dos dados, pois o Estado é muito grande, e podemos estar assistindo a fenômenos diferentes em regiões diferentes. Entretanto, de todo modo, nossos dados gerais não são tão assustadores quanto os do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Por fim, como se esgotou meu tempo, queria agradecer a vocês a atenção e, aos organizadores, o convite e dizer que realmente temos condição de ver com otimismo o futuro da agricultura familiar mineira devido a seu desempenho nesses últimos anos: o crescimento da capacidade de organização, a capacidade de conquista de mercado, as novidades que tem criado e a capacidade de animar, ativar e estimular a economia nos pequenos municípios, dando-lhes uma vitalidade extraordinária. Às vezes, observamos um movimento de comércio e de diversificação de atividades muito maior nos pequenos municípios do que nos grandes, principalmente devido à melhoria da qualidade de vida e da renda, o que, como todos sabemos, não aconteceu por acaso, mas sim graças ao esforço e à capacidade de trabalho desses agricultores e ao empenho das organizações que atuam junto deles.

Então, fico por aqui e acredito que são perfeitamente justificáveis esses três dias de debate sobre o assunto. Muito obrigado.

A presidente - Obrigada, Prof. Áureo. Vocês viram que, realmente, estão de parabéns no envolvimento, na discussão e na organização.

Professor, uma questão me chamou muito a atenção: você falou que a agricultura familiar tem um vínculo forte com a localidade, logicamente, e que uma das dificuldades existentes é a interlocução com os municípios. O governo federal tem suas políticas públicas, e o índice do Pronaf aumentou muito; o governo do Estado também tem suas políticas, e está aqui o Gadelha; mas ainda faltam algumas coisas. A primeira delas - mencionada pelo Prof. Áureo - é a falta de envolvimento dos municípios. Deputado Rogério Correia, que propôs este debate com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, cujo presidente é o deputado Antônio Carlos Arantes, creio que é importante reivindicarmos que haja uma sensibilização dos prefeitos e dos secretários. Existe a AMM e podemos solicitar o debate desse assunto por meio de vocês, de suas entidades, a fim de que os municípios possam integrar-se mais.

Outra questão exposta e também séria é a integração entre os vários órgãos. Precisamos das três esferas de poder, federal, estadual e municipal, mas precisamos mais ainda de que os órgãos públicos se integrem. Existe um debate na Assembleia Legislativa, e a expectativa é que haja realmente uma mudança, uma melhora, um desdobramento concreto dessas questões. É importante que vocês anotem isso para, depois, reivindicarem a melhora nesses aspectos expostos como dificuldades, limites. Isso é fundamental.

O deputado Nilmário Miranda fará suas considerações, pois terá que se ausentar mais tarde. Quero pedir que, caso haja alguma entidade representada que ainda não foi nominada, passe, por favor, essa informação às assessoras da Casa, pois não temos nenhum documento relacionando o nome dos presentes.

Com a palavra, o deputado Nilmário Miranda, que, na Câmara Federal, tem acompanhado de perto esse tema.

Palavras do Deputado Federal Nilmário Miranda

Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os deputados desta Assembleia que estão promovendo este encontro - o Rogério, a Maria Tereza e outros - e também esta Mesa ilustre. Estamos vivendo um tempo no Brasil em que se discute muito o papel da memória e da verdade. É uma coisa nova na história do Brasil. Tomar a memória e a verdade como um direito fundamental me afeta muito, por isso, em homenagem a veteranos combatentes presentes no Plenário, farei breves observações sobre isso, porque entendo que o que tem de ser dito sobre o objetivo central do seminário está sendo dito por vocês e por pessoas engajadas a fundo nisso, cada um na sua área.

Ontem eu estava no Tribunal Regional do Trabalho num momento importante: no lançamento de uma campanha estadual contra o trabalho escravo. A novidade é haver um tribunal envolvido nisso. É muito importante. Estava lá o Poder Judiciário, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego, pessoas que combatem o trabalho escravo e degradante, a OAB e várias



entidades que há anos lutam por isso. Participei disso durante muitos anos, e a emenda que expropria terra usada para a prática de trabalho escravo levou 16 anos para ser aprovada. O processo começou em 1999, e ela foi aprovada somente este ano. Mas foi aprovada de tal maneira que agora depende de uma regulamentação. Na regulamentação, a famosa bancada ruralista quer transformar a referida emenda. Quer dizer, expropriar a terra usada na prática de trabalho escravo para fins de reforma agrária é uma coisa inócua. É uma espécie de leão sem um único dente na boca. Ele consegue dar um rugido, mas não consegue morder nada. Então é uma lei sem dentes, uma lei inócua. Falei que na Câmara dos Deputados e no Senado existe a bancada da casa grande, a velha casa grande, aquela que existia há 126 anos. Acabou a escravidão mas a casa grande continua. E essa bancada é muito ativa. A casa grande não descansa nunca. Eles têm uma emenda constitucional, a PEC nº 215, cujo objetivo é claro: jogar terras indígenas, quilombolas e unidades de conservação no mercado de terras. É esse o objetivo. Acham pouco o que têm. São poucos ruralistas poderosos, do ponto de vista social. Apenas 60 mil pessoas no País detêm mais de 50% da terra agricultável e detêm o poder. Na ponta, onde atuam, eles controlam a mídia. Nesse modelo apodrecido de eleição no Brasil, eles se elegem à custa do dinheiro. Então é uma bancada desproporcional ao seu tamanho social. Ao passo que a agricultura familiar, que tem essa importância enorme, que emprega tanta gente, que produz tanto num espaço de terra menor tem pouca influência no Congresso. Essa é uma questão importante. Por isso falei ontem e estou falando aqui hoje que é muito importante fazer uma reforma política no Brasil, para que o país represente mais a sua sociedade. Aí eu penso sempre na agricultura familiar. Tanta gente e tão poucos representantes.

O Eduardo falou aqui sobre os municípios. É claro, começa nos municípios, mas é no Congresso que as coisas são decididas. É lá que as coisas caminham ou não caminham. A deputada Maria Tereza Lara e o deputado Rogério Correia estão superenvolvidos nisso. Vai haver o plebiscito popular da constituinte exclusiva, de 1º a 7 de setembro. É importantíssimo que as pessoas votem. Não terá repercussão institucional, mas terá repercussão política. Vão obrigar o Congresso a discutir uma reforma política para que esse sistema apodrecido seja reformado de maneira a se tornar mais representativo, para que haja mais representação da agricultura familiar, de negros, de mulheres e de indígenas.

Ao prestar atenção na fala da Maria Luiza e do Eduardo, achei que seria importante dar o meu breve testemunho. Fiquei durante muitos anos fora do Parlamento, mais de 10 anos, e, por força do meu trabalho, voltei a viajar muito e me espantei com a situação de qualquer região do Noroeste de Minas. Vou falar sobre a região que mais me espantou.

Existe o mito do *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa, e quem nunca leu esse livro ou se emocionou com tudo aquilo, uma, duas vezes? Aquele grande sertão está acabando. O tempo de Guimarães Rosa está acabando. Estou me referindo ao latifúndio, à monocultura, ao uso do veneno, e ao assoreamento dos rios. O começo da desertificação é um fato real e alarmante no Noroeste de Minas. Aliás, dizem que o pior cego é o que não quer ver. É até chato dizer isso porque há muitos cegos fantásticos, mas esse velho ditado existe.

Se não fosse a agricultura familiar ou os assentamentos de reforma agrária, não sei o que seria daquele Noroeste, talvez estivesse um milhão de vezes pior. Quem preserva tradições, terras, águas, e traz alguma esperança de futuro para aquela região são os agricultores familiares. Aí do Noroeste e aí do Brasil se não fosse a agricultura familiar. É importante deixar esse testemunho.

Vim para a Assembleia em 1983, como assessor do deputado João Batista dos Mares Guia, e neste momento estou me lembrando de dois fatos ao ver esse pessoal aqui, sobretudo as mulheres. Em 1983, deputada Maria Tereza Lara, parece que em Padre Paraíso, foram presas cinco mulheres magrinhas, pobres e idosas, por falsificação de um documento. Elas eram viúvas e queriam se aposentar pelo Funrural, com meio salário-mínimo, e foram presas. Aliás, naquela época, havia vários escândalos relacionados a pessoas ligadas à ditadura, envolvendo milhões de dólares, e cinco mulheres foram presas por falsificarem suas idades para ganharem meio salário-mínimo. Na verdade, essas mulheres só poderiam se aposentar se fossem viúvas ou se nunca tivessem se casado. Só se aposentava a mulher viúva de trabalhador rural, isto é, mesmo que essa mulher trabalhasse dobrado não se aposentava se o marido já fosse aposentado. Apenas uma pessoa do casal poderia ganhar meio salário-mínimo. Mas a luta foi grande. Aconteceram muitas marchas, sobretudo dos sindicatos que organizavam sistematicamente os movimentos sociais e as entidades de apoio, para conquistar, na Constituição, que a mulher fosse aceita como trabalhadora rural e não apenas como mulher de trabalhador rural.

Concluindo, posso dizer que levou muitos anos para que essa conquista se efetivasse porque no final tudo era travado no INSS. Eu acompanhava os sindicatos de todos os lugares e posso afirmar que havia pilhas e pilhas de pedidos travados pela burocracia, sem solução. Digo isso porque julgo importante registrar a memória para valorizar as conquistas das pessoas. Por mais que existam muitos desafios pela frente, é importante todos saberem disso. Não estou falando para vocês, que são os lutadores sociais que conquistaram tudo isso, mas para deixar registrada a minha admiração pela luta de todos.

Sou de Teófilo Otôni, e, naquela mesma época, também fiz algumas viagens com o Mares Guia, para realizar várias assembleias em regiões que haviam sofrido secas, como o Vale do Mucuri, que pertence ao semiárido, em sua grande parte. Naquele tempo, foi criado um financiamento para a agricultura familiar para o plantio de mandioca, mas, com a seca, os agricultores não produziram o suficiente para pagar o financiamento, e o Banco do Brasil começou a tomar as terras dos pequenos e pobres agricultores, vítimas da seca, como garantia do pagamento. Vejam que situação mais esdrúxula. Estou falando de financiamentos pequenos e de pessoas muito pobres.

Então, hoje, briga-se muito com o Banco do Brasil, que deve dar mais atenção, deve estender tapete vermelho também para a agricultura familiar, e não apenas para o agronegócio e o latifúndio. Ele é o agente financeiro do Plano Safra e do Pronaf e tem que receber, negociar e treinar novas gerações dos seus funcionários para atender com respeito e dignidade os trabalhadores rurais. Sem agricultura familiar, o Brasil não seria o que é hoje, não teria avançado. Como seria o Brasil sem agricultura familiar? Então quero também destacar isso.

Por fim há uma terceira observação em razão de haver tantas mulheres aqui. Fui ministro dos Direitos Humanos no primeiro governo Lula. Nunca houve isso no Brasil. No primeiro ano o governo enfrentou um enorme desafio para organizar as finanças públicas, que estavam bem desorganizadas. O Lula pediu que cada ministério apresentasse três prioridades de baixo custo até que se reorganizassem as finanças e o governo deslanchasse. Então o primeiro ano foi de arrumação de casa. Quando chegou a minha vez, disse: "Quero três propostas: erradicação do trabalho escravo, que achava um escândalo e não aparecia muito na agenda do País; da



exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, uma coisa banalizada; e do sub-registro”. Quero lembrar também essa conquista que ocorreu sobretudo para as mulheres. Lula perguntou: “Como assim?”. Falei que havia milhões de pessoas que não tinham o registro civil, e Lula tinha um sonho: que as mulheres tivessem um protagonismo crescente no campo e nas cidades, que fossem titulares de contrato. Ele queria que o Pronaf fosse quase todo das mulheres. Disse: “Presidente, será difícil, porque há milhões de mulheres que não têm sequer o registro civil nem os documentos civis básicos”. É importante lembrar isso porque estamos na era do neoliberalismo. Há um odioso presente contínuo: você se esquece do que aconteceu ontem, só vale hoje; amanhã você se esquece do que aconteceu hoje; e assim vai passando e atropelando, sem devolver os créditos a quem lutou e conquistou avanços.

Então vemos hoje que as mulheres, por exemplo, são titulares do Bolsa Família. A mulher recebe aquele cartãozinho com tão pouco dinheiro, mas faz milagres. A mulher sabe fazer aquilo render até seu último centavo. As mulheres são titulares do Minha Casa, Minha Vida. A mulher na crise não vende a casa, que é o lugar da crise. Elas também estão conquistando espaços. Há também a aposentadoria rural, que se universalizou no País por meio de programas específicos, incluindo-se o Pronaf Mulher.

Quero deixar isso como homenagem. Hoje temos o PAA e o programa da merenda. Antes não existia nada disso. Quando visitávamos as cidades dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, do Noroeste e do Norte, víamos os caminhões do Armazém Martins, o ABC vendendo merenda para todos os lugares. Independentemente dos costumes, das tradições e dos hábitos alimentares de cada lugar, a mesma merenda tinha de valer para todos. A merenda era comprada de fora. Hoje ela deve ser comprada em uma parcela grande do município. Deve haver PAA e outros programas. Quantos agricultores familiares encontramos orgulhosos por terem filhos estudando na universidade, nos institutos federais e no Pronatec? Encontramos agricultores familiares que têm filhos estudando no exterior, pelo programa Ciência sem Fronteira. Quer dizer, essas são grandes conquistas. Há ainda muito a caminhar, mas todos devemos ter a clareza do que não podemos nem devemos perder.

Parablenizo a Assembleia e todos os presentes. São todos lutadores e lutadoras sociais. Obrigadoo.

A presidente - Obrigadoo, deputado Nilmário Miranda, que veio de Brasília para estar conosco neste debate. Outro deputado que acompanha muito de perto a questão do agrotóxico é o deputado federal Padre João, que tem feito essa luta no Estado. Deputadoo Nilmário, mais uma vez quero agradecer sua presença e colaboração.

Quero lembrar que a Assembleia tem mais uma ferramenta para que o cidadão possa participar de suas atividades: Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. As pessoas que quiserem acompanhar os projetos, e isso é muito importante, poderão dar opinião nas redes sociais. Todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos que estiverem em discussão. É muito fácil! Você pode opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e, ainda, escrever seu comentário. Pode também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar a sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em Participe e em Dê Sua Opinião sobre Projetos em Tramitação.

Essa participação é muito importante para que possamos conquistar os nossos direitos. Para que a política esteja a serviço do bem comum, é importante não apenas votar, mas também acompanhar os mandatos. E para acompanhá-los, isso pode ser feito por meio das redes sociais, que hoje facilitam muito a comunicação. Então, é fundamental acompanhar os parlamentares. Somos 77 deputados nesta Casa. O cidadão deve acompanhar o que cada deputado faz, o que cada bloco faz, o que cada bancada faz, o papel do parlamentar, quem não está atuando e quem atua mais ou atua menos. Isso tem de ser feito. Não há possibilidade de todos estarem aqui na Casa permanentemente, mas é possível acompanhar o trabalho do Parlamento por meio das redes sociais. Então, temos essa nova ferramenta na Assembleia de Minas: um portal no qual você pode dar opinião sobre os projetos em tramitação. Vou repetir: www.almg.gov.br. Como o Nilmário disse, é muito importante acompanharmos o que acontece para que possamos verdadeiramente nos tornar cidadãos participantes e contribuir para que a política seja transparente e esteja a serviço do bem comum, e não de interesses particulares.

Vamos passar ao tema “Financiamento e orçamento do Estado para agricultura familiar”. Com a palavra, o Sr. Mateus Felipe dos Reis Martins.

Palavras do Sr. Mateus Felipe dos Reis Martins

Obrigadoo. Bom dia a todos. Deputadoo Maria Tereza Lara, na sua pessoa cumprimento todos os componentes da Mesa. Parablenizo a Assembleia por esta iniciativa. Nós, que somos do governo do Estado, vemos as iniciativas da Assembleia que aumentam a participação popular. Já existem as audiências públicas, e essa é mais uma das iniciativas que colaboram com a participação popular.

Nossa intenção hoje, além de passar as informações das ações que são relativas à agricultura familiar, que ocorrerá em um segundo momento, com o Felipe, é também utilizar esse espaço para fazer um momento de formação - formação no sentido de entender um pouquinho melhor como é esse processo de construção do orçamento. Temos de entender que as políticas da agricultura familiar e as políticas em geral do Estado são materializadas na Lei Orçamentária Anual - LOA -, mas vêm de um planejamento de longo prazo. Portanto, temos de entender um pouquinho esse processo de construção do orçamento que vai do PMDI à LOA. Então, pela nossa agenda de hoje, vamos passar pela articulação do planejamento e orçamento, com uma visão geral de como esse orçamento é elaborado, entender o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI - e ver onde a rede de desenvolvimento rural se enquadra, passando um pouquinho pelo PPAG, que é o nosso planejamento de médio prazo, e pela LOA, para entender como o ciclo do planejamento se dá no ano.

Inicialmente trouxe o conceito de planejamento. Todos sabem que planejamento é estabelecer um curso de ação, um norte para alcançar um objetivo. Para o Estado, o objetivo posto tem uma visão de futuro e está estabelecido a longo prazo pelo PMDI. Planejar é gerir e administrar as ações que vão acontecer para consecução desses objetivos de longo prazo.

Trouxemos uma visão geral dessa articulação de planejamento e orçamento.

O primeiro instrumento de planejamento de que dispomos é o PMDI, que nos fornece uma visão de futuro. Vemos que o seu horizonte temporal é de 2011 a 2030. Trata-se de uma visão a longo prazo, com macrodiretrizes. O plano é estratégico e está organizado em redes. Nos *slides* seguintes, mostrarei isso mais detalhadamente.



Há alguns objetivos estratégicos. A partir desse PMDI, temos os desdobramentos dessa estratégia a longo prazo. O primeiro desdobramento é o PPAG, plano de médio prazo, com um horizonte temporal de quatro anos. Atualmente está em vigor o PPAG de 2012 a 2015, mas ele é revisto anualmente e trará os programas estruturadores, que são os programas estratégicos do governo, os associados, os especiais e as metas plurianuais. Em toda revisão do PPAG, estabelecemos essas metas para um horizonte de quatro anos. Apesar de o PPAG vigente ser de 2012 a 2015, todo ano ele é revisto, projetando-se as metas para os quatro anos seguintes. Ele materializará a médio prazo a estratégia do PMDI.

Em seguida, há a LDO, lei que estabelece as diretrizes para a elaboração da LOA. A despesa tem de estar de acordo com a receita. São apresentados alguns demonstrativos específicos, como os gastos com crianças e adolescentes e com a segurança alimentar. A LDO apresenta as diretrizes para a LOA, lei que estabelece as ações para o exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano corrente.

Entenderemos mais sobre cada um desses instrumentos e saberemos como esse desdobramento acontece pelos *slides* seguintes.

Esse é um esquema geral de como o PMDI, o PPAG e a LOA se relacionam em relação ao detalhamento e à perspectiva temporal. O PMDI tem uma perspectiva temporal mais longa e um detalhamento maior das diretrizes; o PPAG tem uma perspectiva temporal intermediária; e a LOA está em um micronível de detalhamento.

Passaremos a falar sobre o PMDI. Como já disse, o PMDI é o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, que é estratégico e consolida esse conjunto de metas e diretrizes para o Estado a longo prazo. O seu horizonte temporal é de 2011 a 2030.

O próximo *slide* mostrará a macroestratégia do PMDI. Vocês já devem ter ouvido falar muito sobre essa visão de futuro, que é a proposta de tornar Minas o melhor Estado para se viver. O PMDI considera quatro pilares para conseguir alcançar essa visão de futuro, que são a prosperidade, a qualidade de vida, a sustentabilidade e a cidadania.

Abaixo estão as Redes de Desenvolvimento Integrado. Foi dado um destaque especial para a Rede de Desenvolvimento Rural. Nessa rede, há uma meta simples, que traz explícita a questão da agricultura familiar.

Edmar, estávamos conversando e discutindo um pouco sobre a apresentação. O PMDI de 2011 trouxe explicitamente a questão da agricultura familiar já na meta simples da Rede de Desenvolvimento Rural, que almeja mais produção e qualidade na agricultura familiar e no agronegócio de Minas Gerais. Na rede, já foi inserida essa questão da agricultura familiar.

Há outras redes que também se relacionam com a agricultura familiar. Citarei alguns exemplos durante a apresentação, como a Rede de Desenvolvimento Social e Proteção e até a própria Rede de Educação e Desenvolvimento Humano, que também tem relação com a agricultura familiar. O desenvolvimento sustentável também tem essa relação com a agricultura familiar. Vemos isso nos programas estabelecidos no governo do Estado.

Como passei a evidenciar, a Rede de Desenvolvimento Integrado tem arranjos que propiciam essa articulação em rede e essa cooperação entre os agentes governamentais para que os objetivos sejam atingidos. Vemos que, na Rede de Desenvolvimento Rural, há a meta de mais produção e qualidade na agricultura familiar. Isso envolverá mais de uma secretaria e irá além dos limites da Seapa, da educação, da Sedru e de outros entes do Estado que atuarão em rede. A rede tem vários elos. Então, o PMDI não segue aquela lógica de estrutura hierárquica. As secretarias conversam e se articulam entre si. Um exemplo desse arranjo e articulação é o seguinte: no Programa Estruturador Cultivar, Nutrir e Educar, que talvez alguns de vocês conheçam, fica muito clara essa articulação. Talvez esse seja o maior exemplo de intersetorialidade no governo. Vi que a Jaqueline está ali. Ela e o Lucas, gerente do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, podem testemunhar essa intersetorialidade.

É um programa que está na gestão da Governadoria Intersetorial, cuja gerente é a Jaqueline. Ele conta com dois projetos e um processo. Um projeto é o fortalecimento da agricultura familiar, que está sob responsabilidade da Seapa; outro é o de alimentação escolar e o outro é o de estratégias nutricionais de promoção à saúde. É um projeto de saúde que promove a chamada nutricional para ver a condição dos alunos, são feitas as medidas antropométricas e a pesagem dos alunos. Esse programa promove a articulação das diversas secretarias. Por exemplo, além da aquisição dos gêneros alimentícios para os alunos no Alimentação Escolar, que é o processo da educação, temos orientações para que os diretores das escolas façam esse contato com o fornecedor, que é o agricultor familiar, nas chamadas públicas realizadas para a aquisição dos gêneros alimentícios.

No ano passado, por exemplo, tivemos uma chamada conjunta, assinada pelo secretário de Estado de Agricultura e pela secretária de Estado de Educação, em que foi colocada essa necessidade tanto para o diretor tornar público o processo de aquisição dos gêneros alimentícios, como também para o agricultor procurar esses editais e ter acesso a isso. O programa está o tempo todo promovendo essa ponte entre o agricultor e a escola, tentando entender e promover uma melhor articulação ouvindo os dois lados. Ainda tem a saúde que promove a vigilância sanitária, a medição antropométrica dos alunos. Esse é um bom exemplo de programa porque, além dessa intersetorialidade, foi citada aqui a questão da atuação do município, da atuação no nível local. No nível local, o programa tem um comitê gestor que também é intersetorial. Nesse comitê gestor local no município há um técnico da Emater, um diretor da escola e outras representações do município responsáveis pela coordenação local da atuação do programa no município. Ou seja, várias secretarias atuam em rede nessa questão do desenvolvimento integrado.

Voltando ao PMDI, as grandes metas colocadas para a rede de desenvolvimento rural são as seguintes: aumentar a produtividade e competitividade na área rural e valorizar os produtos e serviços da agricultura familiar, proporcionando segurança alimentar, sustentabilidade e aumento da renda. Essas metas só serão possíveis se realmente houver essa articulação e essa integração. Passamos aqui o panorama geral do planejamento de longo prazo, que é um pouco abstrato, são diretrizes macro, mas ele vai se desdobrando e o próximo instrumento que temos é o PPAG 2012-2015. O PPAG é o Plano Plurianual de Ação Governamental, que tem duração de quatro anos. Ele vai materializar em médio prazo as diretrizes e metas propostas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Como já disse, é um plano estabelecido para os quatro anos seguintes. Em Minas Gerais tanto a revisão anual da lei do PPAG quanto a LOA ocorrem de forma participativa.

No início da apresentação, parabeneizei a Assembleia por essa iniciativa de participação popular. As audiências públicas tratam da revisão do PPAG. O Executivo faz uma proposta desse planejamento de quatro anos, que é analisada aqui na Assembleia. Nesse



espaço de análise, que são as audiências públicas, é aberta a participação popular para que as entidades e todos os cidadãos possam contribuir para esse planejamento de quatro anos.

O próximo é só um quadro ilustrativo, uma ação da Emater de assistência técnica e extensão rural para que vocês vejam quais são as ações do PPAG e a finalidade de cada uma delas. Essa ação de assistência técnica e extensão rural é para viabilizar os agricultores familiares, suas comunidades e representações, e formações técnicas que possibilitem a criação da oferta de alimentos.

Aí está a finalidade da ação, o produto, a meta física que denominamos produto, que, no caso é o agricultor familiar atendido, as regiões em que isso vai ser feito, as regiões de planejamento do Estado e o total de recursos financeiros que será disponibilizado para os quatro anos previstos no PPAG. Feito esse planejamento de quatro anos, desdobrado para o PMDI, há um detalhamento maior para o exercício, que é a LOA. A partir da receita que foi estimada, vamos estabelecer a despesa bem detalhada para cada nível de elemento item do plano de trabalho previsto para o ano. O orçamento vai organizar de forma sistemática a atuação do Executivo, concretizando as ações e metas previstas no PPAG.

Esse é um exemplo do detalhamento da mesma ação de assistência técnica e extensão rural, com todos os elementos itens de despesa. É bem detalhado. É o volume 5, o quadro de detalhamento da despesa. Por exemplo, o nº 60, fonte: a fonte quer dizer origem do recurso. Então, fonte 60 é recurso diretamente arrecadado pela Emater. A LOA vai trazer tudo isso bem detalhado e os elementos itens de despesa. Por exemplo, 14, diária de viagens. Então, vai trazer para cada ação tudo que está previsto, bem detalhado no nível do elemento de despesa.

Essa é a visão geral do desdobramento da estratégia. Primeiro, elabora-se a estratégia, definem-se metas e indicadores, como é feito no PMDI. Essa estratégia vai sendo refinada. Temos instrumentos para pactuar acordo de resultados e acompanhamento de projetos estratégicos, por exemplo, que acabam impactando as avaliações de desempenho dos servidores. Há vários instrumentos para pactuar essa estratégia, contratualizar mesmo para que os objetivos sejam alcançados. Como eu disse, do PMDI vai para o PPAG e se materializa na LOA. Anualmente, é feito um processo de revisão do PPAG, que, como destaquei, conta com a participação popular e audiências públicas da Assembleia Legislativa.

Trouxemos um ciclo para que vocês tenham noção de como isso acontece no ano. Em junho começamos a pensar no planejamento para o ano seguinte. As secretarias se reúnem. Trabalho no escritório central que gere os processos e os projetos estratégicos do Estado. Definimos algumas diretrizes; entramos em contato com as secretarias, com o superintendente de planejamento de gestão e finanças, a fim de verificar a questão orçamentária. Em julho, reunião com a Seplag. As informações vão sendo inseridas nos programas para a sistematização desse planejamento, que é o Sisor e o Sigplan, em agosto. Então, estamos no auge desse trabalho. As equipes estão envolvidas na definição do planejamento, na revisão do PPAG e da LOA para 2015. Todos estão imbuídos nisso. Em setembro, a avaliação das informações e os dados são compilados, enviados à Assembleia, que inicia o processo de análise, que vai culminar com a aprovação da LOA e do PPAG em dezembro. Então, entre setembro e dezembro, ocorrem as audiências públicas para a revisão do PPAG, a análise da Assembleia, a composição de emendas em cima da proposta encaminhada pelo Executivo.

Foi bem rápido. A minha intenção era passar por todo esse processo de planejamento. O Felipe vai falar um pouco sobre as ações executadas na Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outras ações que têm relação com a agricultura familiar. É importante este momento de informação para que vocês possam contribuir cada vez mais e melhor no planejamento, nesse processo. Às vezes, ficamos muito focados no controle social da ação que está acontecendo, então é bom entender o contexto do planejamento, a fim de ver que o desenvolvimento rural e a agricultura familiar estão previstos não só nas ações, mas também no planejamento de longo prazo do governo.

Obrigado. Os meus contatos estão aí. Se tiverem alguma dúvida, podem procurar-me.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente - Obrigada, Mateus Felipe, ilustre expositor, especialista em políticas públicas. Lembro, como ele já disse, que temos a revisão do PPAG na Assembleia. Várias comissões estão acompanhando o desempenho do orçamento. O Executivo e a Assembleia estão nessa parceria para tornar transparente o orçamento, o investimento. A participação de vocês nesse processo é importante.

Com a palavra, o Sr. Felipe Gomes Ribeiro Passos, para sua exposição sobre o mesmo tema "Financiamento e o orçamento do Estado para a agricultura familiar".

Palavras do Sr. Felipe Gomes Ribeiro Passos

Bom dia a todos. Agradeço o convite ao Dr. Edmar para representar a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária na Assembleia.

Dando continuidade à exposição do Mateus, falarei sobre orçamento, ações, programas e projetos executados pela subsecretaria. Na ementa constam financiamento e orçamento do Estado para a agricultura familiar, processo de construção do orçamento para a agricultura familiar, com a abordagem dos programas alojados nesta e em outras secretarias de Estado, e o monitoramento do orçamento executado. Trataremos, ainda, da estrutura orgânica, legislação, mapa estratégico da secretaria, programas, projetos e orçamento, programas e projetos intersetoriais, além de desafios e oportunidades futuras.

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem o secretário, o secretário adjunto, o chefe de gabinete e duas subsecretarias. Há um recorte específico da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, em que há três superintendências: Superintendência de Agricultura Familiar, representada pelo Tizé; a de Gestão de Mercados Livres, representada pelo Lucas; e a de Regularização Fundiária, representada pelo Dr. Evandro Neiva. Há diretorias, entre elas de Cidadania no Campo, Crédito Fundiário, Regularização Fundiária e outras que integram nossa estrutura orgânica.

A primeira legislação que dispõe sobre a estrutura da secretaria é de 2011. Este ano, houve a incorporação da Regularização Fundiária e a alteração foi feita pelo Decreto Estadual nº 46.471/2014.

Ali está o nosso mapa estratégico. Entre os objetivos da subsecretaria estão garantir a sanidade animal e vegetal, fortalecer o apoio à comercialização e ao abastecimento e estimular a produção. Tudo isso é retirado do PMDI, que faz a previsão até 2030, e de ações inseridas nos objetivos da subsecretaria.



Vamos falar agora do que todos querem saber, ou seja, dos programas e projetos executados pela Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária: fortalecimento da agricultura familiar para abastecimento alimentar, valor autorizado para 2014 de R\$1.091.299,00; apoio ao extrativismo em Minas, R\$100.000,00; Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais - Agriminas -, R\$290.000,00; garantia de renda mínima aos agricultores familiares, R\$3.419.550,00; fomento à atividade produtiva e organização da agricultura familiar, R\$1.306.588,00; apoio à comercialização da agricultura familiar, R\$700.000,00; controle e gestão social das políticas públicas de agricultura familiar, R\$180.000,00; apoio ao crédito fundiário, R\$100.000,00; intermediação de conflitos fundiários coletivos, R\$20.000,00; apoio à regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, R\$10.000,00; legitimação de posse em áreas rurais, R\$40.000,00, num total aproximado de R\$7.300.000,00. Esse é o orçamento autorizado para 2014.

No nosso planejamento as ações executadas diretamente são as demonstradas no quadro. Para que haja complemento de tudo o que é feito para a agricultura familiar e para a regularização fundiária, há a intersetorialidade, e elaboramos projetos e programas em parceria com outros órgãos. Aqui está um desenho dos órgãos que possuem programas e projetos e executam orçamento direta ou indiretamente com a Seapa, para que as ações e os projetos sejam executados. Dessa estrutura constam o IMA, a Ruralminas, a Epamig e a Emater, vinculadas ao sistema de agricultura e que trabalham com assistência técnica, sanidade animal e vegetal, pesquisa, infraestrutura; e órgãos, como a Seplag, Sedinor, Secretarias de Meio Ambiente, de Defesa Social, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, de Saúde, de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, de Ciência e Tecnologia, com programas e projetos que atingem algumas metas e atividades que apoiam a agricultura familiar.

De acordo com esse escopo, vou apresentar alguns programas e projetos executados direta ou indiretamente por meio das vinculadas e os valores disponibilizados, autorizados pelo governo para fazer essa execução. Na Emater, por exemplo, há programa de assistência técnica e extensão rural, com aproximadamente R\$33.453.000,00; Minas Sem Fome, com cerca de R\$6.500.000,00; Programa Queijo Minas Artesanal, com aproximadamente R\$200.000,00, embora conste aqui R\$120.000,00; tanques de resfriamento de leite, com o envolvimento também da Embrapa, da Seapa, da Faemg e da Sedinor, R\$1.300.000,00; manutenção das atividades do Conselho de Segurança Alimentar, por meio da Governadoria, R\$250.000,00; Água para Todos, por meio do Idene e da Ruralminas, R\$215.000,00; programa de segurança de alimentos, por meio do IMA, com aproximadamente R\$7.160.000,00; apoio à Feira de Agricultura Familiar de Minas Gerais - Agriminas -, R\$290.000,00; programa sustentável da agricultura familiar, com aproximadamente R\$5.700.000,00; Irrigaminas, R\$200.000,00; Programa Nacional de Crédito Fundiário, R\$100.000,00; adequação socioeconômica e ambiental das propriedades, por meio da Seapa, Emater e Epamig, R\$300.000,00; Certifica Minas Café, com R\$300.000,00; Programa Minas Leite, com R\$182.000,00; Garantia Safra, com aproximadamente R\$3.420.000,00; Educação para as Águas, através da SECTS, Unesco e do Hidroex, com R\$9.000.000,00; Programa Travessia, da Sedese, com R\$36.000.000,00; Programa de Combate à Pobreza Rural, através da Sedinor e do Idene, no valor de R\$1.200.000,00; Leite pela Vida, no valor de R\$83.000.000,00; Programa de Saneamento para Todos, da Sedru, com aproximadamente R\$43.000.000,00; Segurança no Campo, com R\$300.000,00; Educação no Campo, com R\$4.300.000,00; Programa de Desenvolvimento Sustentável de Recursos Hídricos, junto à Semad e Igam, com R\$2.200.000,00, e o Programa Cultivar, Nutrir e Educar, com a Secretaria de Educação, Saúde, Seapa e a Governadoria, com aproximadamente R\$171.000.000,00.

Através da execução desses programas que citei, temos alguns resultados a mostrar. Por exemplo, o fortalecimento da agricultura familiar. O projeto foi criado em 2011 e, até meados de 2014, temos aproximadamente 3 mil agricultores capacitados e aptos a fornecer alimentos para as escolas.

Contamos também com apoio ao extrativismo em Minas, no que se refere à aquisição de material de consumo para associações e cooperativas. A Feira Agriminas, que dá apoio, tem 140 *stands* montados, garantia de renda mínima a 41.734 agricultores familiares atendidos; fomento à atividade produtiva e organização da agricultura familiar, com a realização de convênios pra executar o projeto; apoio à comercialização da produção da agricultura familiar, com aproximadamente mil agricultores beneficiados em aproximadamente 50 municípios; controle de gestão social das políticas públicas da agricultura familiar, providenciando a 2ª Conferência Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável; apoio ao crédito fundiário, com 115 mil agricultores apoiados com crédito rural; intermediação de conflitos fundiários coletivos, onde aproximadamente 80% de desocupações das áreas rurais ocorreram de forma pacífica; apoio à regularização fundiária das áreas ocupadas por comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais, atendendo a quatro comunidades quilombolas; legitimação de posse em áreas rurais, com aproximadamente 6.535 processos regularizados.

Essas são algumas informações que temos para mostrar a vocês sobre os resultados. Estamos tentando muito mais.

Dr. Edmar explanou ontem sobre alguns desafios e oportunidades que temos para os próximos anos. E 2014 é o Ano Internacional da Agricultura Familiar, o que dá visibilidade a essa atividade. Assim, podemos conseguir mais parceiros, atendendo a mais municípios, tornando agricultores aptos em outros municípios que ainda não foram atendidos; elaboração e implantação ao Plano Estadual de Desenvolvimento Rural e Sustentável Solidário, com base na Lei nº 21.156, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar - Pedraf; criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Anater, além da territorialização do Estado de Minas ou territórios da agricultura familiar em Minas, apoio aos povos e comunidades tradicionais, fortalecimento das instâncias de controle social, criação de um programa de financiamento para a agroindústria familiar e diálogo com os municípios para institucionalização e estruturação das políticas municipais de SANs e de agricultura familiar.

Esse é só um recorte do que temos disponibilizado no Orçamento do Estado para a Agricultura Familiar, através da Subsecretaria.

Sabemos das dificuldades enfrentadas pelas equipes que trabalham conosco, mas também conhecemos a sua felicidade quando conseguem atingir as suas metas. O nosso orçamento para 2014, e o que tentamos obter para os próximos anos, é oriundo de demandas, feitas por vocês, que são repassadas a essas equipes. Fazemos o possível para efetivar os projetos e os programas. Aí estão



os meus contatos. Não nos aprofundamos muito no assunto, mas estamos à disposição para responder às perguntas e aos questionamentos que surgirem. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

A presidente - Agradecemos ao Felipe Gomes, que foi bastante claro e pedagógico na sua exposição.

Agradecemos a presença do deputado Adelmo Carneiro Leão, nosso companheiro de bancada. Obrigado Adelmo, você que tem trabalhado nesta Casa, juntamente com o deputado Rogério Correia - que tomou a iniciativa de realizar este importante ciclo de debates -, em prol da agricultura familiar.

Registro de Presença

A presidente - A presidência registra a presença dos representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg, que também é integrante da comissão organizadora deste evento. São 28 entidades que participaram da organização deste evento, o que é muito importante. Registrarei o nome das entidades em três momentos, para não ficar cansativo. Os ciclos de debates são realizados por esta Casa a partir da solicitação de um parlamentar ou de uma comissão, e são convidadas entidades afetas ao tema para deles participarem, inclusive na organização do evento. São realizadas reuniões preparatórias, tornando os eventos mais participativos e democráticos. Em ordem alfabética, as entidades parceiras deste evento são: Associação dos Fiscais Agropecuários de Minas Gerais - AFA-MG; Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas - Amefa -; Associação Mineira de Municípios - AMM -; Banco do Nordeste do Brasil - BNB -; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais - Ceasa-Minas -, de que fui diretora (ficava impressionada ao ver a produção de Minas Gerais, uma riqueza muito grande que não podemos perder de vista); Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar - Cecane -; Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes -; Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea -; Companhia Nacional de Abastecimento - Conab -; Conselho Comunitário de Segurança Pública - Consep. Essas são as 10 primeiras.

Além dessas, temos como parceiros o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - Crea; Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater; Empresa de Pesquisa Agropecuária - Epamig; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg; Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais - N'Golo, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Fetaemg; Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Uberlândia; e Fundação Rural Mineira - Ruralminas. Vejam quantas entidades se envolveram neste debate. Isso realmente o enriquece.

Vamos registrar ainda outras entidades parceiras desse evento: Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária de Minas Gerais - Inbra; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa; Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa; Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas - Sednor; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad; Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais - Sintamig; Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Sinter.

Com a palavra, o Sr. Edmar Gadelha, para as suas considerações, após o que passaremos aos debates.

Palavras do Sr. Edmar Gadelha

Bom dia a todos, agricultores e agricultoras. Minha intervenção, neste momento, é para falar da conquista que foi a criação da subsecretaria de Agricultura Familiar. Era uma reivindicação histórica do movimento sindical, do movimento de trabalhadores rurais e de agricultores familiares de Minas Gerais. Os movimentos reivindicavam ao Estado uma instância para dialogar, receber demandas, formular políticas, implementar e executar as diversas ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado.

Essa subsecretaria foi criada em 2011, quando assumimos a coordenação e montamos uma equipe de trabalho muito pequena, com recursos também muito pequenos, muito aquém da necessidade e do merecimento que a agricultura familiar do Estado de Minas Gerais tem, como o Prof. Eduardo mostrou. Houve um esforço muito grande da subsecretaria em buscar a coordenação das ações. Temos o Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Soapa -, composto por 4 instituições, mas que já foi composto por 10. A Ceasa já foi parte do sistema, assim como a Casemg, a Camig, o IEF e outras instituições e fundações. Hoje estas quatro instituições têm trazido uma colaboração extremamente importante para o fortalecimento da agricultura familiar: Ruralminas, Epamig, Emater e IMA.

A Subsecretaria de Agricultura é a cabeça do sistema para elaborar as diretrizes e coordenar as ações pensadas para a implementação dos projetos. Sabemos que existe uma série de outras iniciativas voltadas para a agricultura familiar que se aloca em outras secretarias: nas de Educação e de Saúde, na Semad, na Sedese. Mas há a dificuldade de coordenar, de haver uma governança sobre as diversas ações. Esse é o grande desafio que temos no âmbito do governo e do Estado, daí o esforço da secretaria de trabalhar as redes temática e procurar, por meio dessas redes, organizar as ações. Não é uma tarefa fácil. Começamos a trabalhar em alguns programas com o objetivo de articular essas ações. E um desses programas é o Cultivar, Nutrir e Educar, criado com a Lei nº 11.947, da alimentação escolar, principalmente a partir da provocação e proposição do Consea de Minas Gerais, tendo à frente o presidente D. Mauro Morelli, com a proposta de se implementar essa lei tão importante, como foi falado aqui ontem, inclusive pelo deputado Adelmo Carneiro Leão. Então, há o esforço de juntar pelo menos as Secretarias de Agricultura, de Educação e de Saúde para pensar uma ação conjunta, coordenada e organizada para viabilizar a implementação dessa lei no Estado de Minas Gerais, em toda a sua dimensão, não só para cumprir os 30%, mas também para trabalhar a alimentação de qualidade, os aspectos da alimentação saudável e adequada, o acompanhamento nutricional dos alunos. Enfim, é um esforço muito grande, difícil da secretaria nesses quatro anos.

Quando realizamos o primeiro seminário estadual sobre agricultura familiar, em 2011, convidamos todos os movimentos, organizações e entidades representativas da agricultura familiar no Estado, numa tentativa de elaborar uma plataforma. Naquele momento assumimos o compromisso com os agricultores familiares e com os movimentos representativos, que continua. A segunda questão é a participação sempre aberta, por meio das conferências estaduais que realizamos, a Conferência Estadual de



Desenvolvimento Sustentável e a Conferência Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, e uma série de seminários e congressos.

Realizamos também uma série de outros seminários e congressos sobre esse tema, como o Seminário Estadual da Adaptação no Campo e o Seminário Estadual de Agroecologia, que foram momentos em que interagimos, promovemos e buscamos a participação efetiva das organizações ligadas à agricultura familiar.

E, por último, temos que partir da realidade e não querer inventar. Temos que ter o pé na realidade; a nossa estrutura faz parte dessa realidade; o orçamento também faz parte dessa realidade; isso é real. É preciso fazer algumas correções na apresentação. Depois poderemos esclarecer isso, mas esse orçamento faz parte da nossa realidade e daquilo com que estamos trabalhando. Precisamos de muita mobilização e de muito esforço porque sabemos que esse processo de elaboração e de planejamento é muito disputado. Há uma disputa pelo orçamento, pelo recurso tão necessário para viabilizar as políticas públicas. É uma demanda da sociedade. As disputas começam na subsecretaria e na secretaria. Temos duas subsecretarias, a de Agronegócio e a de Agricultura Familiar. Ali já começam as disputas pelos recursos. Depois vem o âmbito do planejamento como um todo, realizado pela Seplag, junto a todos os setores, com todos os órgãos. E há também a estimativa de receita. O orçamento é elaborado a partir de tudo isso.

Há o momento de participação da sociedade, por meio da Assembleia, com as revisões etc. Essa é a toada, é a caminhada que estamos implementando na perspectiva de dar uma visibilidade cada vez maior. Quando chegamos à Subsecretaria de Agricultura Familiar, ouvíamos muito isso: “Para que Subsecretaria de Agricultura Familiar? A agricultura familiar e o agronegócio são a mesma coisa, não precisava”. E, chegando lá, criamos ainda uma Coordenadoria de Povos e Comunidades Tradicionais. E disseram: “Para que isso? O que são povos e comunidades tradicionais? Isso existe em Minas?”. São grandes os desafios e é nessa perspectiva que vamos construindo a estabilidade e mostrando a importância da agricultura familiar.

Este Ano Internacional da Agricultura Familiar, promulgado pela FAO, contribui para esse processo. A agricultura familiar produz alimentos e tem uma grande participação, como foi muito bem apontado pelo Prof. Eduardo Ribeiro. Essas são minhas considerações. Muito obrigado.

A presidente - Obrigada pela sua participação, pelas informações e por propiciar este espaço de debate entre as entidades e sua participação efetiva no processo que desenvolvem em relação à agricultura familiar.

Esclarecimentos sobre os Debates

A presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Reforçamos também a recomendação, feita no início desta reunião, para que os convidados e participantes evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Debates

A presidente - Passaremos às perguntas. Indago ao deputado Adelmo Carneiro Leão se quer manifestar-se agora ou depois das perguntas. Enquanto o deputado Adelmo Carneiro Leão chega ao microfone, informamos que receberemos as perguntas e as passaremos para a Mesa, para serem respondidas em bloco. Solicitamos às pessoas que se inscreveram para fazer perguntas orais que não ultrapassem 2 ou 3 minutos, para dar oportunidade a todos que desejarem se manifestar. Depois, os componentes da Mesa farão suas considerações finais e encerraremos a reunião, porque o nosso tempo já está bem exíguo. Com a palavra, o deputado Adelmo Carneiro Leão, para suas considerações.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Bom dia. Mais uma vez, é bom estar aqui com vocês. Quero saudar a deputada Maria Tereza Lara e, na sua pessoa, todos os componentes da Mesa. Estou aqui, primeiro, para dizer que reconhecemos que é importante o que o governo do Estado está fazendo.

A criação da Subsecretaria de Estado da Agricultura Familiar é uma semente plantada de alta significação. Entretanto, considerando-se que temos que construir um estado forte para cuidar dos que mais precisam, ainda estamos desafiados a inverter determinadas prioridades e muitas ações do Estado. Entendo que o setor do agronegócio, organizado e fortalecido como está, poderia muito mais dispensar o Estado que o setor da agricultura familiar. Assim, em vez de termos uma Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento voltada para o agronegócio e uma Subsecretaria da Agricultura Familiar, considerando-se a complexidade, a extensão, a importância e o valor da justa distribuição da riqueza, seria muito interessante pensarmos em uma inversão da estrutura do Estado. Nem falo em transformar a Secretaria de Estado de Agricultura em uma subsecretaria para tratar do agronegócio, mas sim em termos uma secretaria de estado de agricultura familiar, com orçamento e estruturas próprios e com muito mais investimento. Essa é a minha primeira consideração.

A segunda é a seguinte: os dados do Felipe são muito interessantes: há muitos recursos e várias ações no setor, mas, se analisarmos cada uma dessas ações voltadas para a agricultura familiar separadamente, veremos que os números são muito pequenos, muito tímidos, diante do tamanho do Estado. Por exemplo, há uma ação que proporcionou - e ainda proporciona - a inclusão de mil famílias da agricultura familiar, mas onde estão essas famílias? Estão praticamente em 1 município, quando, na verdade, temos 853 em Minas Gerais. Entendo isso como uma semente plantada, mas ela precisa ser fertilizada, irrigada, cultivada de maneira mais célere e intensa, ou seja, precisa haver mais recursos.

É preciso haver também maior integração dos diferentes níveis de governo. Somos um estado democrático, republicano, portanto não é admissível que essas questões tão universais sejam tratadas de maneira, muitas vezes, segmentada. Ou seja, é importante haver maior integração entre todos os governos e todas as entidades, como, por exemplo, as cooperativas, a fim de termos o melhor resultado possível. E temos pressa. Na realidade, o tamanho do Estado e as demandas que temos para esse setor não admitem que a solução dos problemas venha na velocidade que estamos praticando; o processo precisa ser mais célere.

Por último, quero trazer uma questão que sempre me causou muita inquietude. Na realidade, ela é uma derivação, ou seja, não está no núcleo efetivo da produção. Muitas questões precisam ser tratadas do ponto de vista da nutrição, levando-se em consideração a



qualidade, a natureza e a diversidade dos produtos, mas aqui, até em homenagem ao pessoal da nutrição, quero dizer-lhes que espero mais - mas muito mais - dos nossos governos - e temos que trabalhar por isso -, no sentido de garantir não apenas nas nossas escolas, mas também de maneira especialíssima nelas, uma política nutricional mais ousada do que a que estamos praticando hoje. Podemos dizer que avançamos muito e que há mais recursos - e é verdade -, mas a política está distorcida.

A política nutricional das escolas - já disse e quero repetir - tem que ser tratada como um processo pedagógico, pois não é admissível que nelas o alimento chegue como ração, como um produto a ser entregue para ser consumido: ele tem que chegar à escola como um valor civilizatório.

Considerando a nutrição um fator tão determinante no desenvolvimento humano, não posso conceber que a escola possa oferecer alimentação de qualidade e verdadeiramente nutricional, na quantidade e na qualidade que estão sendo oferecidas. Espero que os nutricionistas, ao tratarem dessa questão, possam refletir um pouco. Essa é uma pergunta que temos de fazer e os governos têm de responder. Aliás, acho que pode até dizer que não é possível oferecer uma nutrição de qualidade para as nossas crianças e para os trabalhadores e trabalhadoras da educação, porque não se admite esse processo ser dirigido ao segmento educacional e não é possível oferecer com os recursos hoje disponíveis. Mas alimentação na escola não é gasto. De todas as variáveis - livro, material escolar, professor qualificado, sala climatizada -, a nutrição é um valor de tamanha relevância que não pode ser colocada numa condição secundária; tem que ser colocada no nível de todas as variáveis constituintes dos fatores mais determinantes do processo pedagógico, do processo educacional. E, como todos nós compreendemos que educação é o fator decisivo de transformação deste país, essa questão tem que ser colocada no sentido de inversão de prioridades. Temos que colocar a questão nutricional como uma prioridade na escola. A partir dela podemos discutir a agricultura familiar, como plantar, o que plantar, quando plantar, a diversidade da produção, a questão do planejamento, ou seja, todos os componentes que fazem do nosso território o território que queremos construir, o espaço da cidadania.

Queria apenas trazer essas reflexões e dizer que compartilho esse momento com companheiros que têm alta cumplicidade com essa causa, com essa política. Ontem o Rogério coordenou a mesa, hoje é a Maria Tereza Lara. Entendo que, se pudermos juntar os nossos sonhos, os nossos esforços, a nossa melhor energia, poderemos fazer o Brasil que queremos. Muito obrigado.

A presidente - Obrigada, Adelmo. Coloco a questão da merenda escolar como um direito. Temos que fazer uma profunda discussão da questão da merenda escolar sob esse aspecto.

Gostaria de dar mais um aviso: a secretaria do Consea Minas Gerais solicita aos conselheiros que estiverem presentes nessa plenária que, ao final dos trabalhos desta manhã, permaneçam na antessala deste plenário para uma breve reunião.

Vamos agora passar para o debate propriamente dito, começando com algumas perguntas que foram dirigidas à Mesa. Vamos passar as perguntas para os expositores que, depois, vão a elas responder em bloco. Solicitamos mais uma vez às pessoas que se inscreveram para fazer uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivas, falando em até 2 min. A leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume das sugestões.

Reforçamos a recomendação para que seja cumprida a Resolução nº 23.390/2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral. Já mencionamos que neste momento, pela lei eleitoral - creio que todos sabem disso -, não podemos usar o microfone para pedir voto nem falar de candidaturas. Perguntas orais feitas aos nossos ilustres expositores: Maria Celuta Machado Viana, da Epamig, pergunta ao Felipe Gomes Ribeiro: “Tendo em vista que Minas é o 1º produtor de leite do Brasil, o senhor não acha que o valor de R\$180.000,00 destinado ao Minas Leite é insuficiente para atender a um programa importante para a agricultura familiar?”

Ricardo pergunta ao Áureo Magalhães: “Por que se fala tanto em desenvolvimento da agricultura, que é a responsável por grande parte do PIB, e, como foi dito, não existe uma política como a da educação ou da saúde para equipar as Secretarias Municipais de Agricultura, de forma que elas também tenham veículos, computadores e equipamentos básicos e profissionais?”

Juliana Simões, da Epamig, pergunta ao Prof. Áureo: “Referente aos temas “governança e articulação entre as instituições”, como estimular o diálogo entre as instituições e entre os extensionistas, pesquisadores e agricultores familiares, tendo em vista que as pesquisas dependem de editais que não são demandados por esses atores que favorecem a academia e também tendo em vista que as metodologias para geração e apropriação das tecnologias não são participativas, como o fato de se mudarem ou se adequarem as metodologias e a agricultura?”

Amilton Bernadino Teixeira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Oriente de Minas, dirigida ao Prof. Áureo: “Por que o governo criou um modelo de educação no campo, se os filhos dos agricultores vêm estudar na sede do município, empobrecendo a cultura e a tradição locais?”

Marinalva Pedrosa e Celuta Viana, da Epamig, perguntam ao Mateus Felipe: “No PPAG apresentado, consta o plano de ação para a empresa de extensão rural. Qual é o plano de ação para a empresa de pesquisa agropecuária direcionado para agricultura familiar?”

Neste momento, quatro pessoas farão perguntas orais. Peço a todos que se identifiquem e fixo o prazo de 2 minutos para cada pergunta.

Com a palavra, Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes. Posteriormente, a palavra será franqueada à Sra. Valdete Siqueira dos Santos.

O Sr. Josadac Marques - Primeiramente gostaria de parabenizar a Assembleia e os demais parceiros pela iniciativa deste ciclo de debates e, principalmente, pela comemoração do Ano Internacional da Agricultura Familiar, cujo nome atende a nossa entidade Instituto Mãos e Vozes.

Por falar de questão internacional, estou aqui como representante do Núcleo dos Objetivos do Milênio. Trata-se de um acordo consolidado no ano 2000, com metas de 2000 a 2015, e agora estamos exatamente no final desse processo. Agora estamos iniciando um diálogo para a discussão dos objetivos do desenvolvimento sustentável, que foi a discussão da Rio+20, com metas pré-estabelecidas para o período de 2015 a 2030. A verdade é que estamos enfrentando algumas dificuldades de consolidação desse modelo no Estado, porque até então a proposta era a articulação da sociedade civil para o diálogo, mas, em Minas, neste momento, a coordenação do núcleo estadual está localizada em uma sala na prefeitura de Belo Horizonte. Consequentemente, isso dificulta o



diálogo. Aliás, como sociedade civil, não consigo entender que técnicos da Assembleia Legislativa, do governo e de outras instituições possam discutir uma temática internacional dentro de uma sala da prefeitura da capital. É importante registrar esse fato.

Gostaria de aproveitar a presença do Mateus, da Seplag, para fazer um encaminhamento. Nós próximos dias, quando começarmos a discutir a pauta internacional, espero que tenhamos de fato a participação das representações nesse processo.

Gostaria de solicitar, por meio da Assembleia Legislativa, das secretarias e das instituições aqui representadas, que o diálogo que se está começando sobre a agenda "O mundo que queremos" possa ser incluído nos programas estaduais que estão sendo predefinidos. Até o momento, houve a discussão em 50 países. No Brasil, houve 14 eventos presenciais e 5 regionais, sendo um deles em Belo Horizonte, mas não temos visto isso na mídia local, principalmente quando temos representantes do Estado. Finalizo iniciando o diálogo. A senhora esteve conosco. Estamos iniciando os preparativos para o II Fórum Metropolitano de Mobilização dos Objetivos do Milênio, que deverá acontecer em novembro para que, assim que forem definidos os governantes para o próximo mandato, eles recebam a informação do que foram a agenda do milênio e a pauta da Rio+20, anteriores ao período eleitoral. Muito obrigado.

A presidente - Obrigada, Josadac, que representou e falou como membro do Instituto Mãos e Vozes e sobre a organização dos Objetivos do Milênio. Com a palavra, a Sra. Valdete Siqueira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha. Depois, ouviremos o Marcos Vinícius e o Carlos Augusto.

A Sra. Valdete Siqueira dos Santos - Quero, em primeiro lugar, cumprimentar todos os parlamentares, toda a Mesa e o Plenário. Sou diretora do Sindicato dos Trabalhadores de Jequitinhonha e assentada no projeto da reforma agrária no assentamento Transval. Quando se trata de debate sobre agricultura familiar, quero dizer que faço parte desse processo. Somos nós que encaramos na ponta as dificuldades. Temos muitos avanços em termos de organização. Considero que a categoria mais organizada é a dos trabalhadores rurais, com seus sindicatos e outros movimentos sociais. Vejo a Mesa fazer um relato dos avanços e desafios. Há, graças a Deus, muitas políticas conquistadas. Pedimos que nossos governantes levem em consideração as nossas políticas já conquistadas. Por outro lado, há muita desigualdade social. Quando tratamos da agricultura familiar, vemos que o maior impacto que nos afeta é o agronegócio. Este está em disputa com nosso projeto da agricultura familiar. Faço uma pergunta aos nossos parlamentares: por que existe a má distribuição dos recursos? Estes estão voltados para as empresas patronais, ficando para a agricultura familiar a menor fatia. Não há desenvolvimento se nossos governantes não colocarem, em primeiro lugar, a agricultura familiar. Somos nós que levamos o alimento à mesa da nação brasileira.

Tenho aqui quatro pilares que são o maior impacto social que encaramos. Não pode haver avanço da agricultura familiar se a reforma agrária não sai do papel. Nos últimos anos, a reforma agrária parou no tempo. Então devemos ter estratégias e cobrar medidas dos órgãos competentes para que a reforma agrária saia do papel. Os assentamentos existentes precisam ser estruturados. Temos assentamentos que tomamos posse em 2005, mas até hoje não acessamos nem sequer o crédito de habitação. Então como haverá desenvolvimento sustentável, se os assentamentos estão nesse patamar? Algumas regiões avançaram, mas em outras, principalmente no Vale do Jequitinhonha, onde há muitos assentamentos, existe essa deficiência por conta dos nossos governantes. Precisamos ter um olhar diferenciado das empresas patronais.

Outra coisa é a assistência técnica. Pedimos que nossos governantes contratem mais técnicos para abranger mais a extensão rural. Há horas em que vamos aos escritórios e encontramos um técnico para atender a toda a demanda.

A outra pergunta faço ao representante da Subsecretaria de Agricultura. Falo da questão da regularização do crédito fundiário. Queremos uma estratégia para avançar na regularização, porque os nossos agricultores dependem do título da terra para acessar mais os projetos do governo federal. No Vale do Jequitinhonha, as empresas foram lá, mediram a terra e até hoje não deram resposta alguma, e nós, agricultores, estamos impedidos de acessar os projetos do governo federal. Então, pergunto ao representantes da subsecretaria: qual é a estratégia de avanço?

Muito obrigada por ter me dado a oportunidade de dizer o que sentimos e encaramos lá na ponta.

A presidente - Obrigada. Com a palavra, Marcos Vinícius, da Fetaemg.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes - Bom dia. Sou diretor de política agrícola e cooperativismo da Fetaemg e também sou lá do Vale, da cidade de Jordânia.

Quero trazer alguns questionamentos partindo principalmente dos pontos que a Mesa comentou em relação aos avanços que tivemos nos últimos anos no campo. Isso é nítido, e nós, do movimento, reconhecemos. No entanto, temos de observar que os avanços não foram só no campo e, mais uma vez, o campo continua com as desigualdades quando se considera quem está no campo e quem está na cidade. Não podemos esquecer isso. Da mesma forma, como foi dito ontem, há grandes diferenças entre o agricultor familiar, o trabalhador rural e o grande agricultor e o agronegócio. Há uma discrepância muito grande que precisa ser corrigida.

Nesse sentido, quero trazer alguns pontos que considero importantes e que também foram comentados pela Mesa. Um deles é relativo à realidade que temos vivenciado no campo. Hoje, no campo, há uma masculinização. O êxodo rural caiu, mas ainda existe. Ainda se tem grande saída dos jovens do campo. Uma das questões que precisamos observar - e nós que somos do movimento sindical andamos muito e por todo o Estado -, ao chegarmos às comunidades rurais, é que quem está nas casas são os aposentados, o homem e a mulher, são eles quem, de certa forma, acaba mantendo a família. Os jovens, na maioria das vezes, estão indo estudar na cidade. E quando o jovem não está morando na cidade, vai por meio do transporte escolar, pois a maioria das escolas rurais têm fechado.

Esse é um desafio para todos. Pergunto aos jovens que estão aqui: imaginem se vocês estivessem no campo, sem acesso à educação, ao trabalho e à renda, continuariam lá? Esse é um desafio que apresentamos ao governo. A política pública precisa resolver isso. O jovem quer permanecer no campo, mas ele quer uma qualidade de vida diferente da que tiveram os pais e os avós. Precisamos de tecnologia e de reformas diferentes para continuarmos no campo.

Aí há outra questão: os adolescentes e as crianças têm de conviver com a terra. Se eles aprendem a conviver na cidade, muitas vezes não vão conseguir se adequar à realidade do campo.



Outra questão me trouxe aqui também. Acho que o Pronaf e a previdência foram conquistas importantes na parte do grito da terra em 1995. A própria previdência, a partir da constituição, foi uma política importante. Estamos vendo resultados importantes dessas políticas, e existem outras. O grande desafio agora é fazer com que essas políticas cheguem à base. Ontem, quando falávamos do Plano Safra, de R\$24.000.000.000,00, ressaltou que no Alto Jequitinhonha houve situações de agricultores familiares que levaram não sei quantos meses para receber um empréstimo no Pronaf, de R\$2.500,00. Isso é inaceitável. Ainda hoje, isso ocorre com toda a tecnologia, internet e muitos parceiros. Lembro ainda que boa parte desses programas que ainda estão sendo executados, Pronaf e previdência, são executados pelos sindicatos. Cadê o papel do Estado nesse processo?

Quero reforçar também outra questão a que se referiu a Valdete: a regularização fundiária. Amanhã vamos ter um momento para conversar sobre isso, mas não podemos deixar esse assunto de lado, porque muitos agricultores estão deixando de acessar política pública, habitação rural, crédito, porque a área onde moram há 10, 15, 30 ou 50 anos não está regularizada. E o pior: as empresas foram lá, fizeram o levantamento da terra, mas o agricultor não consegue nada, porque o processo está na mão do Estado.

Então, acho que essa é a observação. Para encerrar, gostaria de fazer uma pergunta sobre a nossa assistência técnica em Minas Gerais. Infelizmente, os técnicos de hoje são insuficientes para atender à demanda. Precisamos observar que não se pode produzir hoje sem assistência técnica. A Emater não promove concurso. A cada ano, dizem que haverá concurso na Emater, mas, até hoje, não conseguimos ver isso sair do papel.

Precisamos trabalhar para que o concurso aconteça. Não é possível ter um técnico para um município que, muitas vezes, tem 5 mil a 10 mil trabalhadores rurais. Ele não dá conta nem dos trabalhos internos do escritório. Temos de discutir isso com o Estado. Estamos em ano eleitoral, e, no ano que vem, iniciará outro governo. Temos de discutir a questão como movimento social, senão teremos de ir para as ruas. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Marcos Vinícius. Com a palavra, o Sr. Carlos Augusto de Carvalho, último inscrito.

O Sr. Carlos Augusto de Carvalho - Bom dia. Estou na direção do Sindicato dos Trabalhadores da Extensão Rural de Minas Gerais.

A minha pergunta é dirigida ao Mateus. No final, gostaria de dizer algo à Mesa.

Conforme foi claramente exposto, a Assistência Técnica e Extensão Rural é um dos principais instrumentos de política agrícola familiar no Estado. A Emater é o órgão responsável pela sua execução. Entretanto é preciso registrar a grave situação em que se encontram os empregados da empresa. Com um quadro de pessoal insuficiente, em razão da saída de funcionários sem expectativa, por não existir um plano de cargos e carreira, e com remuneração baixa, a situação está insustentável. Fico até emocionado. Há sobrecarga para os extensionistas, que têm de cumprir metas absurdas. E o concurso?

Vimos solicitar que seja submetida à aprovação do Plenário uma manifestação ao governo do Estado pela necessidade da aprovação urgente do plano de carreira e do concurso público para a Emater. Muito obrigado.

A presidente - Obrigada, Carlos. Há uma pergunta da Marinalva Pedrosa, da Epamig, para o subsecretário Edmar Gadelha. (- Lê:) "A olericultura é um dos carros-chefe da agricultura familiar. Minas é o segundo maior produtor de hortaliças do Brasil. Qual a preocupação com a identificação e descrição das cadeias produtivas de seus diversos produtos, de modo a subsidiar e direcionar os trabalhos de pesquisa e extensão, para a melhor inserção dos agricultores familiares no processo produtivo?"

Parabenizo vocês que estão aqui durante toda a manhã. Vocês não saíram e estão firmes participando da discussão e ouvindo os oradores. Com certeza, esta Casa e os parlamentares querem assumir com vocês o compromisso de fazer os encaminhamentos propostos, para que sejam enfrentados os desafios e resolvidos os problemas pontuados, fortalecendo o que foi positivo, para conseguirmos muito mais direitos e para que as situações-problema sejam resolvidas. Isso é muito importante.

Concederei a palavra aos integrantes da Mesa, pedindo que sejam breves, pois o término da reunião estava previsto para o meio-dia. Ultrapassaremos o prazo, e o pessoal retornará às 14h30min para dar continuidade ao debate. Haverá sete painéis temáticos. Vocês já receberam o papel. Quem tiver dúvida em relação aos painéis pode verificar o número da sua inscrição no crachá. Com esse número, a pessoa saberá de qual painel participará. Estão definidos os locais.

A reunião será reiniciada às 14h30min. O deputado Rogério Correia, que ontem presidiu e tomou a iniciativa de propor esse debate, estará aqui à tarde conosco. Desde já, agradeço-lhe a oportunidade de presidir esta Mesa da manhã. Um dos aspectos mais positivos desta Casa é proporcionar esse espaço aberto para a participação popular. As comissões temáticas, os ciclos de debate e os seminários têm ajudado no avanço da nossa sociedade para conseguir os direitos que tanto queremos para todos os segmentos.

Vamos passar a palavra à Sra. Maria Luiza Grossi, para as suas considerações finais. Desde já, agradecemos a sua participação e solicitamos que seja breve.

Com a palavra, a Sra. Maria Luiza Grossi.

A Sra. Maria Luiza Grossi - Embora não tenha sido feita uma pergunta diretamente para a minha pessoa, a colocação do Marcos Vinícius vai ao encontro do que discutimos agora, pela manhã. O Marcos, assim como nós, fica ansioso e preocupado com a saída dos jovens do campo e, por isso, quer saber como pensar a permanência deles lá. Comunidades rurais muito mais avivadas pela grande quantidade de pessoas idosas e aposentadas e o fechamento das escolas rurais são o indicativo dessa saída contínua dos jovens. Vejo que nos municípios, como disse o professor Áureo Eduardo, há uma inversão de valores ou, às vezes, desconhecimento. Os orçamentos são majoritariamente destinados às cidades, às sedes. Às vezes, o próprio corpo político do município, os vereadores que estão ali discutindo o orçamento municipal, esquece que o município é também constituído de vilas, povoados e aglomerações rurais, sem o aporte das políticas públicas. Houve um período intenso de fechamento das escolas rurais em favor de uma "economia", entre aspas, mal conduzida, mal gestada, colocando-se apenas a questão dos veículos para transportar os jovens para as escolas da cidade. Obviamente, esses jovens vão encontrar na cidade muito mais os valores urbanos do que os valores rurais. A migração já vai acontecendo a partir daí. Parece que há uma necessidade urgente, premente, de outra concepção de município que vá além da cidade, como, por exemplo, a necessidade de se pensarem as utopias da urbanização das vilas e dos povoados - por que não? -, de se pensar a perspectiva de retomada da educação no campo, e da educação no campo de forma sistêmica, orgânica, com bons professores, com



escolas equipadas, com motivação, com mobilização, proporcionando alegria nesses locais, nesses espaços de vida. Agradeço a todos o momento tão maravilhoso deste encontro.

A presidente - Obrigada, Profa. Maria Luiza. Com a palavra, o Prof. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro, da UFMG.

O Sr. Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro - Vou começar pelas questões levantadas pelo Marcos e pelo Amilton a respeito da educação no campo e da diferenciação da população. São temas que preocupam a todos nós e têm nos saltado aos olhos muito mais no campo do que na cidade, porque no campo a população é mais diluída, as pessoas moram mais longe umas das outras. Percebemos isso com muito mais facilidade quando, por exemplo, observamos um ônibus que faz um trajeto de 15km para ir a uma comunidade rural pegar uma ou duas crianças.

Salta aos olhos de todos como essa mudança das características do perfil da população está acontecendo rapidamente. A solução que está sendo adotada para o tema da educação no campo, para a formação da juventude, tem sido a escola família agrícola. Até agora essa é a solução por excelência que tem-se disseminado por várias áreas de Minas Gerais, num esforço extraordinário dos sindicatos, das associações, dos grupos locais para sustentar essas escolas, às vezes com sacrifícios imensos, enfrentando pressões extraordinárias, a fim de que um modelo novo de educação se sustente.

Apesar disso, não temos ainda certeza de que as escolas família agrícola representem efetividade de conservação da juventude no campo. Na UFMG, temos recebido uma grande quantidade de jovens que saem de escolas família agrícola e fazem cursos conosco, nas áreas de ciências agrárias. Estão fazendo cursos superiores de zootecnia, agronomia e engenharia florestal. A grande questão é a que foi levantada pelo Marcos: existe lugar para essa juventude no campo? Estamos procurando monitorar o retorno dos jovens às suas áreas de origem depois de qualificados, depois que concluem um curso superior. Conseguimos acompanhar, monitorar esse retorno em algumas regiões. Podemos perceber, por exemplo, que, em algumas áreas do Vale do Jequitinhonha, tem acontecido o retorno de jovens qualificados, formados, que decidem viver em sua própria cidade. Isso vai depender naturalmente das condições de renda, de trabalho, de sobrevivência naquela localidade. Aí, volto ao que o Marcos disse com toda a razão: o pequeno município e o mundo rural precisam de políticas de renda, de profissionalização, para que tenhamos condições de conservar essa população, se for de interesse dos jovens que se qualificam, em suas próprias áreas de origem.

Se não houver esses programas, as coisas vão ficar muito difíceis. Em Minas também há um crescimento relativo de população no campo, que é derivado de migração de retorno, ou seja, aqueles jovens que migraram nos anos 80 e 90 para São Paulo - considerado lugar ideal - e para grandes cidades estão se aposentando agora e retornando. Retornam com mais dinheiro, mais experiência e também mais idosos. De acordo com o levantamento feito pelo Ipea, há pouco tempo, 65% da população do campo de Minas Gerais têm mais de 45 anos, 25% da população de Minas Gerais têm acima de 60 anos. Um dado que é o diferencial, como vocês destacaram, é que existe muito mais homem que mulher no campo, algo entre 4% ou 5% de homens a mais que mulheres.

Esse fenômeno de mudança do perfil da população, esse fenômeno demográfico, tem atingido o meio rural com uma força muito grande. Precisamos de elementos para construir políticas, programas, condições de adaptação a essa situação, que é inteiramente nova, ninguém jamais previu que isso aconteceria no Brasil. Até a década de 1970, as famílias tinham 8 ou 10 filhos. De repente, as famílias ficaram menores, havendo até mesmo famílias sem filhos, famílias de idosos, o que dá um diferencial enorme para pensar programas públicos, para pensar a condição de permanência e da qualidade de vida dessa população.

Uma consequência disso que estamos vendo em todo o Estado de Minas Gerais é o crescimento da quantidade de pessoas que vivem em povoados. O pessoal do CAA do Norte de Minas costuma usar a expressão "povoadização", em razão da quantidade de pessoas que se mudam de áreas rurais para povoados, onde permanecem, indo, eventualmente, para as áreas rurais.

Podem parecer uma pequena mudança uma população que sai do campo e se muda para o povoado, mas estudos feitos há alguns anos, pela Universidade Federal de Lavras, mostram uma grande diferença de custo no que se refere às políticas públicas. A pessoa que se muda para o povoado terá, no que se refere a programas públicos, um custo equivalente ao da população que fica na cidade. Logo, isso representa um ônus adicional para o município. Esse tema é muito vasto e deve ser desenvolvido. Você tem toda a razão ao tratar dele. É necessária uma reflexão mais madura. Fico triste por não ter uma resposta mais objetiva para a pergunta feita pelo Hamilton e pelo Marcos, mas sou solidário às angústias de vocês.

O Ricardo perguntou sobre a falta de dotação de recurso carimbado para as secretarias municipais de Agricultura. Realmente, é verdade. A saúde e a educação têm seus próprios recursos. Em geral, ao olhar as condições de trabalho do secretário de Agricultura, constata-se que ele precisa do carro cedido pela secretaria de Transportes, da máquina cedida pela secretaria de Obras e quando necessita de algum recurso adicional precisa chorar na porta da secretaria de Finanças. Ao considerar que Minas Gerais tem um número enorme de municípios pequenos e que a maioria deles tem a maior parte da população no campo, só temos que admirar os esforços feitos pelos nossos pobres secretários municipais de Agricultura, que carregam, nas costas, toda a demanda por saúde, educação e transporte. A pessoa que está na roça, doente, e que precisa fazer um deslocamento não vai atrás da secretarias da Saúde ou da Educação. Ela vai atrás da secretaria de Agricultura, que tem que dar todas essas respostas diante da modéstia de recursos que têm. Realmente, é preciso redesenhar as secretarias e as políticas para que possam dar finalização a esse conjunto de programas criados no governo federal e no governo estadual e que encontram estrangulamento na ausência de condições de trabalho do secretário da Agricultura.

A Juliana, da Epamig, disse, em sua pergunta, que as metodologias para gerar a reapropriação de tecnologias não são participativas. Tenho duas considerações. Primeiro, as metodologias de geração e apropriação de tecnologias são participativas na pesquisa agropecuária. Quando elas não são participativas? Quando são feitas para a agricultura familiar. As grandes empresas, as grandes corporações que atuam no campo vivem batendo na porta dos pesquisadores dos centros de pesquisas e de universidades. Essas portas são abertas e são feitos bons acordos de pesquisa. As empresas, às vezes, patrocinam conjuntamente, mas, na maior parte dos casos, captam recursos da Fapemig, do CNPq ou da Finep. Assim, são felizes para sempre. O que não acontece é a participação da agricultura familiar na reivindicação do mesmo tratamento, da mesma porta aberta para propor seus temas, para ter controle do que é pesquisado e da massa de recursos gasta. Esse é um caminho que precisamos trilhar. Como foi ressaltado pelo representante da

Fetaemg, ontem, a agricultura familiar precisa redescobrir o valor da ciência, da tecnologia, da inovação e principalmente como estes podem beneficiar a área. Não será por meio de transferência de pacote tecnológico. Temos certeza disso, porque a agricultura familiar é extremamente assentada em um lugar, no ambiente, no patrimônio de recursos que sabe utilizar. É preciso fazer um caminho inverso em termos de pesquisa agropecuária adaptada à agricultura familiar, que consiste em construir programas de desenvolvimento tecnológico a partir da base de recursos que os agricultores utilizam, sabem utilizar e conhecem.

Os agricultores tradicionais, geralmente do Norte e do Nordeste de Minas, com vínculo mais forte com o agroextrativismo, sabem identificar perfeitamente as cepas, as matrizes do pequi, do jatobá e da cagaita que dão o melhor produto. Eles têm um conhecimento local extraordinário, que precisa ser potencializado pela pesquisa. Mas isso só ocorrerá se essa pesquisa estiver sob o controle desses agricultores. Podemos ter a certeza de que, fora do controle deles, vão ser gerados e publicados muitos artigos científicos em revistas acadêmicas, que farão brilhar o currículo do pesquisador, mas para a agricultura familiar vai sobrar apenas aquela pequena nota de rodapé, se muito: “Agradeço aos agricultores da comunidade que me indicaram as melhores cepas de pequi”. Para por aí o benefício que vai para a agricultura familiar, ou seja, uma citação de rodapé.

Portanto é muito importante que as organizações de agricultores familiares, da mesma maneira como foram conquistados os direitos da mulher, os programas de crédito rural e de infraestrutura, conquistem também a pesquisa. E, voltando ao tema anterior mencionado pelo Marcos e pelo Amilton, que conquistem também a ciência demográfica, até para sabermos as consequências futuras das transformações demográficas.

Concluindo o tema de pesquisa, queria dizer que, há algum tempo, em Minas Gerais, nas décadas de 1970 e 1980, a Epamig possuía um mecanismo não exatamente de controle, mas de articulação de pesquisa pública, em que a empresa do governo do Estado tinha sintonia com universidades, centros de pesquisa, Embrapa, de forma a criar uma massa de conhecimento articulado e voltado para Minas Gerais. No final da década de 1980, quando o governo estadual chegou à conclusão de que pesquisa era besteira, de que não valia a pena gastar dinheiro com pesquisa de mandioca, porque mandioca nascia até em lajedo, o nosso sistema estadual de pesquisa foi desmontado, desarticulado, desvalorizado. Precisamos pensar nisso.

Santa Catarina construiu um sistema articulado de pesquisa e extensão, que tem gerado excelentes resultados. Como é focado na agricultura familiar, voltamos àquele tema que o deputado comentou há pouco, relativo à necessidade de ações da secretaria voltadas principalmente para a agricultura familiar. Os catarinenses conseguiram isso e têm a sua agência estadual de pesquisa, que analisa os valores, os canais de comercialização, a adaptação das variedades àquelas condições locais e ambientais. Esse é um trajeto que precisamos cumprir para que tenhamos a valorização efetiva da agricultura familiar.

Agradeço aos senhores a oportunidade de participar deste ciclo de debates, de discutir com vocês e, na universidade, de sermos orientados por esses temas que vocês vivamente destacam como importantes para a nossa sociedade debater. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Prof. Áureo, da UFMG, pela sua participação e contribuição.

Passo a palavra ao especialista em políticas públicas Mateus Felipe dos Reis, da Secretaria de Planejamento e Gestão, para as suas considerações finais.

O Sr. Mateus Felipe dos Reis Martins - Vou começar as minhas considerações finais respondendo a algumas perguntas dirigidas a mim. A primeira é da Marinalva, da Epamig: “Na apresentação do plano de ação da Emater não foi apresentado o da Epamig. Qual seria o plano de ação da Epamig para a agricultura familiar?”. A apresentação foi a título de exemplificação. É claro que a Epamig também possui suas ações, previstas no PPAG. Uma delas é a ação de geração de conhecimento. Ainda que não seja específica para a agricultura familiar, sabemos que a Epamig atua, como comentei, apoiando a Seapa e outras secretarias na geração de conhecimento. Alguns projetos em que a Epamig atua, articulando e participando, têm relação com a agricultura familiar, como a adequação socioeconômica e ambiental das propriedades rurais. A Epamig atuou proativamente e de forma bem intensa na definição do Índice de Sustentabilidade Ambiental, reconhecido como inovador, que tem sido aplicado com a ajuda da Emater e da Epamig nas propriedades rurais. A Epamig também atua no Certifica Minas e no Minas Leite.

A Epamig tem essa ação de geração de conhecimento e de pesquisa para apoio à agricultura familiar.

Apesar de não aparecer na apresentação, estou com um volume do PPAG, que também está disponível na internet, no *site* da Secretaria de Planejamento, em que as ações de todas as áreas de governo podem ser visualizadas.

Outra pergunta a mim direcionada foi de Josadac. Na verdade, foi uma solicitação de encaminhamento para que o programa comum que queremos possa ser incorporado nas políticas de Estado. Josadac, vejo que essa demanda sua é a cara da audiência pública. Primeiro, temos de conhecer do que trata o programa Mundo Que Queremos. Você comentou sobre a necessidade de torná-lo mais evidente, mas o espaço da audiência pública é justamente para apresentar um programa, verificar se ele se enquadra em alguma das ações do Estado e, possivelmente, enquadrá-lo também no Orçamento, através de emenda parlamentar.

Passsei meus contatos de *e-mail*, e você pode me mandar algum dado do programa para começarmos a discutir e verificarmos se há alguma política de Estado que pode incorporar esse programa. Não tenho esse conhecimento, e agora fica difícil evidenciar em qual política esse programa se enquadraria.

Por último, um ponto apresentado aqui tanto pelo Marcos Vinícius da Fetaemg quanto pelo Carlos Augusto Carvalho é a questão do concurso, do plano de carreira da Emater. Trabalho em um escritório que acompanha esse projeto, os processos estratégicos do Estado e a agricultura também. Sabemos da importância da Emater para a execução das políticas de agricultura. Ela tem uma capilaridade que talvez não exista em nenhuma outra secretaria de Estado, pois está em todos os municípios. Isso é muito importante para a difusão das políticas de Estado. Realmente, sabemos dessa questão do concurso, mas, infelizmente, não tenho informações da situação atual. Sei que está sendo discutido com o presidente da Emater, com a secretária de Estado de Planejamento e Gestão, mas apoio o requerimento para que informações sejam prestadas sobre a situação desse concurso. Novamente ressalto a importância dos técnicos da Emater e me comprometo, além do requerimento, a relatar pessoalmente a gravidade e o senso de urgência dessa demanda dos funcionários da Emater para a melhoria do plano de carreira e para a realização do concurso.



Nas considerações finais, estou reconhecendo alguns parceiros de outras entidades, como o Consea e o Ctsans, que também promovem essa participação popular.

Antes de ser um agente do Estado, também sou um cidadão e me alegra muito saber que as políticas estão sendo discutidas e que há essa abertura para a participação do cidadão nas políticas públicas.

Novamente, gostaria de parabenizar a Assembleia por este espaço de discussão e de me colocar à disposição, como representante da Secretaria de Planejamento, para maiores esclarecimentos. Espero ter contribuído para a melhoria desse processo participativo, com as informações que eu trouxe. Obrigado.

A presidente - Agradeço ao Mateus, especialista em políticas públicas.

Antes de passar a palavra ao Felipe, quero dar mais um aviso: o Marcos, da Fetaemg, pede para avisar aos representantes da Fetaemg que, ao término deste evento, fiquem mais alguns minutos neste Plenário, para orientações sobre o almoço.

Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Felipe Gomes Ribeiro Passos, administrador e assessor da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária.

O Sr. Felipe Gomes Ribeiro Passos - Obrigado. Responderei à demanda da Sra. Maria Celuta Machado Viana, da Epamig, sobre o valor disponibilizado para o Programa Minas Leite ser insuficiente. Maria, concordo, é insuficiente sim. Inclusive realizamos um estudo com o subsecretário, à época, Dr. Baldonado Napoleão, sobre isso. Tivemos uma ideia de como o recurso é insuficiente para se atingir a meta de colaborar com a estruturação das propriedades rurais que trabalham diretamente com o programa Minas Leite.

Da forma como está, demoraríamos 900 anos para atingir isso. Estamos fazendo esforços, elaborando alguns projetos, algumas ações em conjunto com as associações, com as cooperativas, com as universidades federais, para tentar viabilizar o atendimento a todos os agricultores que trabalham no Programa Minas Leite. Atualmente, aproximadamente 1.300 propriedades são atendidas, o que é quase irrisório se tomarmos uma vertente de 400 mil. Faremos um esforço conjunto para atender a todos os necessitados. Atualmente, na Seapa há apenas um gestor que vai aos municípios para levar a didática de como fazer o planejamento da propriedade, para que o agricultor tenha aumento de renda, tornando-se cada vez mais eficiente. Espero ter respondido à sua pergunta, mas, realmente, há necessidade de mais recursos.

Com relação à questão do Marcos Vinícius sobre a juventude rural no campo, há algumas ações trabalhadas em conjunto com a Secretaria de Educação, inclusive estamos revendo um termo de cooperação técnica, a pedido do secretário André Merlo, em que apresentaremos novas atividades para o jovem rural. Temos alguns programas com o IMA referentes a sanitaristas mirins e sanitaristas juvenis. Esses termos de cooperação a serem assinados contribuirão para que o jovem e o cidadão rural permaneçam no campo e agregarão valor à vida deles.

Quanto à questão do Carlos Augusto, o Mateus já deixou bem claro.

Para finalizar, gostaria de fazer uma menção às equipes que trabalham na área finalística da secretaria e da subsecretaria, aos nossos parceiros, à Marisa, da Emater, que trabalha conosco em alguns projetos, à equipe do Lucas, à Mariana, ao Raul, ao Charles, à Juliana e a muitos outros. Eles são parte do mecanismo e acrescentam muito para nós, que estamos na área meio, que aplicamos as metodologias, elaboramos o planejamento e verificamos a disponibilidade do orçamento. Sem essas pessoas que nos trazem as demandas e as informações, os projetos, da forma como são executados hoje, não seriam tão bons quanto são. Sabemos que ainda podem melhorar bastante, que enfrentamos várias dificuldades, mas queria deixar essa menção a essas equipes porque são parte do processo, trabalhamos em conjunto e estamos sempre juntos para o que der e vier. Agradeço também à Sara Mourão, à Viviane Nascimento, ao Mateus Martins, que nos ajudaram a compilar as informações que foram repassadas a vocês. Estamos no mesmo barco e na mesma equipe, buscando ajudar os agricultores familiares, os produtores, as cooperativas, as associações e as entidades que fazem parte do sistema. Agradeço também à Adriana, que ajudou bastante, ao subsecretário e à Assembleia. Obrigado.

A presidente - Obrigada, Felipe, por sua contribuição. Passamos a palavra ao Edmar Gadelha, subsecretário de Agricultura Familiar de Minas Gerais, para suas considerações finais.

O Sr. Edmar Gadelha - Gostaria apenas de fazer uma pequena correção. Na apresentação de *slides* feita pelo Felipe, quando se referiu ao Pnae, aquele montante de recursos é, na verdade, repassado pelo FNDE à Secretaria de Educação, a fim de atender a aproximadamente 3.700 escolas estaduais.

São 2.500.000 alunos, naquele percentual de R\$0,30 vezes 200 dias, vezes o número de alunos. Aquele recurso não é o recurso oriundo do Tesouro do Estado. Já solicitamos um estudo na Secretaria de Educação para ver qual é a contrapartida do governo de Minas em relação à alimentação escolar, porque aí você inclui as profissionais que preparam os alimentos, os salários, a capacitação, o gás, a energia elétrica, os utensílios. Há um orçamento para que os alimentos cheguem aos alunos. Nós ainda não conseguimos levantar esse valor. Parece-me que seria importante saber quais são esses valores.

A outra pergunta é da Valdete, sobre a questão da regulação fundiária. Amanhã teremos um painel sobre a regulação fundiária, sobre crédito fundiário da reforma agrária. Então, proponho a ela deixar esse assunto para amanhã. A regulação fundiária, até o final do ano passado, era de responsabilidade da Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária e de uma autarquia, que foi extinta. Nós assumimos a competência de trabalhar a questão da regulação fundiária no Estado, na subsecretaria, tornando-a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária, conforme foi apresentado aqui. Amanhã vamos apresentar essas informações e teremos um bom debate. É extremamente crítica essa situação.

A Marinalva, da Epamig, pergunta sobre cadeia produtiva da olericultura. Não sou especialista no assunto, mas o que sei é que essa questão de cadeia é muito complicada. O agricultor familiar entrar em uma cadeia é muito arriscado. Mas como teremos um painel temático sobre a questão das tecnologias e da assistência talvez possamos nos aprofundar. Eu peço ao pessoal da nossa equipe que nos auxilie nessa questão. A única coisa que sei é que, para sair de uma cadeia, é muito difícil. E quando sai, sai perdendo muito, podendo perder até a terra. Esse enfoque é mais do agroecossistema, uma coisa mais diversificada. Mas é um bom debate.

Por último, na questão orçamentária, quero destacar as emendas dos parlamentares. No ano passado tivemos 72 emendas voltadas para as ações da Subsecretaria da Agricultura Familiar para atender comunidades, municípios, associações, cooperativas de



agricultores familiares. É extremamente importante esses recursos que vêm das emendas parlamentares. Aproximadamente 33 deputados apresentaram emenda nesta Casa. Às vezes fazemos críticas porque temos um diagnóstico da realidade da agricultura familiar, sabemos das demandas, das prioridades, e muitas vezes as emendas já vêm direcionadas e acabam não tendo a mesma governabilidade sobre isso. Então, há dificuldade de executar 72 emendas e colocar o pessoal para ser gestor desses convênios de repasse. Acabamos tendo uma certa dificuldade de fazer a gestão na perspectiva de diretrizes de política, de prioridades, mas tem sido uma boa forma de captar recursos. A outra é dos parlamentares federais que têm apresentado emendas voltadas para a agricultura familiar nessa perspectiva de apresentar contrapartida. Temos que ter uma reserva de recurso para a contrapartida a essas emendas, que são bem-vindas e que têm fortalecido muito o nosso pequeno orçamento, o que não deixa de ser importante.

A presidente - Agradeço ao subsecretário, que foi palestrante ontem e está presente hoje, participando deste debate. Sempre tenho falado, nesta Casa, que tem que haver uma integração entre as três esferas de poder: federal, estadual e municipal. Assim, quem ganhará será a população. Não podemos abrir mão disso. A AMM, por exemplo, é uma das parceiras do evento. Temos, portanto, uma oportunidade de discutir com a AMM sobre o envolvimento dos prefeitos e dos secretários municipais de Agricultura, pois eles são importantes. Os fatos acontecem no município. Não queremos sobrecarregar mais os municípios, mas, ao contrário, queremos integrá-los nessa discussão e reivindicar mais recursos para eles. Sabemos que é assim mesmo. Infelizmente, em muitas cidades nem existe Secretaria de Agricultura, que muitas vezes tem um pequeno espaço na Secretaria de Desenvolvimento Econômico ou não tem nem uma salinha. Temos que fazer esse debate. É isso que vocês estão fazendo, trazendo reivindicações, discutindo e levando a discussão para sensibilizar e mostrar a importância disso.

Tenho aqui alguns dados: “A agricultura familiar, no Brasil, emprega 13 milhões de trabalhadores rurais e detém 78% dos empregos gerados no campo”. Isso está no *site* da Fetaemg. Se não for verdade, cobrem deles a veracidade disso. Isso é brincadeira, pois sabemos que essa é uma entidade séria. A agricultura familiar produz 60% dos alimentos consumidos pelos brasileiros e movimenta 160 bilhões por ano. Há as dificuldades que vocês já mostraram, mas vejam a potência que é a agricultura familiar. Realmente vocês têm razão em reivindicar um envolvimento maior do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais para que haja uma integração de todos os órgãos públicos e possamos fazer valer a força da agricultura familiar.

Quero abrir parêntese para falar sobre um outro assunto que não está propriamente relacionado ao tema da agricultura familiar, que é a questão da merenda. Estamos com um problema sério. Sou professora, com 25 anos de trabalho em escola estadual, fui diretora de escola e agora sou vice-presidente da Comissão de Educação desta Casa. Há algum tempo nos foi trazida uma situação muito grave: professores, cantineiros e funcionários não podem merendar na escola. Ora, isso é o cúmulo do absurdo. É o mesmo que ter uma cozinheira em casa que não pode participar do momento da alimentação. Na escola, os alunos se alimentam, mas a cantineira que fez a merenda e o professor que está lá não podem se alimentar. Isso é o cúmulo do absurdo. Os recursos da merenda vêm do governo federal, por meio do Ministério da Educação, como disse o Gadelha, só que, na lei atual, esse recurso é destinado somente para os alunos. E uma discussão se faz: alguns jogam a culpa no governo federal, outros no governo do Estado. É lógico que é o Estado que paga aos profissionais da educação, aos professores e aos cantineiros, então isso pode ser resolvido tanto pelo governo federal quanto pelo estadual. Quem teria que manter a merenda - e aí vem uma contrapartida -, ao pé da letra, seria o governo do Estado. O que estou pontuando aqui? Não quero jogar nem para lá e nem para cá, proponho que os governos federal e estadual se sentem e resolvam esse problema. Não é possível que aconteça uma coisa dessas.

Então, estou aqui, de público, afirmando que, depois do dia 5 de outubro, faremos um amplo debate e traremos todos os entes e órgãos responsáveis para encontrarmos a solução de maneira bastante urgente. A burocracia muitas vezes emperra as coisas, e não podemos aceitar que isso aconteça. Provavelmente alguns professores, diretores e alunos estão nos vendo pela TV Assembleia e sabem dessa situação por que estamos passando e que precisa ser resolvida. E temos visto que a agricultura familiar e o programa de compra direta dos agricultores têm sido um caminho muito interessante para a merenda escolar. Não é isso? Vocês concordam? Esses são programas importantes que precisam ser ampliados, valorizados e, se houver alguma dificuldade de desenvolvimento, é preciso que seja solucionada. Não faltam produtos alimentícios no Brasil para chegarem não apenas à mesa dos alunos, mas também à mesa dos professores, dos funcionários e dos cantineiros. Esse problema, indiretamente, está ligado à agricultura familiar e precisamos resolvê-lo. Não quero dizer que é um problema criado pela agricultura familiar, mas, pelo contrário, que ela pode ser a solução.

Mais uma vez, quero agradecer a todos os ilustres expositores e expositoras, participantes, entidades parceiras e parlamentares que aqui estiveram e participaram, além de organizarem o evento. Quero novamente dizer que a iniciativa foi do deputado Rogério Correia, que teve apoio de vários parlamentares e da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Agradecemos ainda aos assessores desta Casa, pois sempre digo que nosso trabalho seria impossível sem a assessoria das comissões, da GPI e da TV Assembleia.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a equipe da TV Assembleia e dizer que a repercussão do seu trabalho tem sido muito interessante na sociedade. Andamos pelas cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte e de outras regiões, e as pessoas nos param para dizer que estão acompanhando a situação pela TV Assembleia, que tem sido um veículo para tornar este Poder transparente. Quero parabenizar também aqueles que nos assistem e acompanham o trabalho dos parlamentares e suas assessorias e aproveitar ainda para pedir que nos ajudem, sugerindo, questionando, elogiando, para termos forças para continuar, e trazendo propostas, pois muitos estão em casa nos vendo, e é importante para a democracia que os Poderes sejam transparentes.

Então, mais uma vez, agradecemos a todos os órgãos aqui presentes. Tivemos aqui o deputado Nilmário Miranda, da Câmara Federal, o Gadelha, do Estado, e vários outros. Vários parlamentares aqui estiveram, e já falei do deputado Rogério Correia. Estiveram aqui também o Adelmo Carneiro Leão e o deputado Antônio Carlos Arantes. Digo a cada um e a cada uma de vocês, das 28 entidades, que, se não estivessem presentes, de nada adiantaria esta Mesa com seus ilustres expositores; isso de nada adiantaria se não fosse a participação efetiva de suas entidades, que fazem com que tudo aconteça.

Parabéns a todos vocês que ficaram a manhã inteira, que prestaram atenção a tudo. Este momento é apenas um passo. Continuaremos o debate às 14h30min. Cada um de vocês vai para o local do debate com seu número de crachá.



Além disso, podem acompanhar a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, para que as propostas sejam efetivamente encaminhadas e que venham as soluções. Não podemos ficar apenas na fala e no debate, isso não leva a um lugar efetivo. O debate é muito importante quando nos leva a propostas, a encaminhamentos e a soluções dos problemas e dos desafios apresentados. Então, mais uma vez que Deus continue abençoando a nossa luta, que é árdua. Não podemos parar.

O mundo de hoje é incrível. A política está desvalorizada e desqualificada, o que não é bom para a democracia. Hoje se generaliza muito, como se todo mundo não trabalhasse, fosse preguiçoso e corrupto. Isso não é verdade. Temos pessoas sérias em todos os campos, inclusive na política. Se existem problemas, eles têm que ser resolvidos. Vamos resolver com o controle social, com a participação efetiva da sociedade, mas a verdadeira política é necessária, pois é instrumento de transformação social. Ela é necessária para conseguirmos os nossos direitos à educação, à valorização da agricultura familiar, à saúde. É a política que faz isso. A política é um bem quando realmente leva à garantia dos direitos de todos, sobretudo daqueles que mais necessitam.

Encerramento

A presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DO EVENTO REALIZADO NA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2014

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Sr. José Antônio Ribeiro - Designação de Coordenador - Aviso Eleitoral - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Marco Antônio Leite - Palavras do Sr. João Guadagnin - Palavras do Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Palavras do Sr. Ananias Pereira de Souza - Palavras do Coordenador dos Trabalhos - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente (deputado Rogério Correia) - Destina-se esta parte da reunião à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta, que tem como objetivos: comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar - AIAF 2014 -, instituído pela ONU para Alimentação e Agricultura - FAO-ONU; promover o lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015; debater questões estruturadoras da agricultura familiar como: modelo de desenvolvimento, gestão ambiental, políticas públicas, financiamento, organização e representação, acesso à terra, assistência técnica, pesquisa, extensão rural e comercialização da produção.

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a compor a Mesa os Exmos. Srs. José Antônio Ribeiro, superintendente de Agricultura Familiar da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Seapa-MG; Marco Antônio Leite, diretor do PAC Equipamentos e do Programa Mais Alimentos da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário; Carlos Geovane Rodrigues Queiroz, gerente de Negócios de Desenvolvimento Sustentável da Superintendência Estadual de Minas Gerais do Banco do Brasil; Ananias Pereira de Souza, gerente executivo da Superintendência dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo do Banco do Nordeste do Brasil; e João Guadagnin, diretor do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

O Sr. José Antônio Ribeiro é o nosso Tizé, nosso conhecido, que tem feito um trabalho exemplar. Ontem, Tizé, elogiei-o pelo trabalho no Pró-Pequi. É uma lei da Assembleia Legislativa, de minha autoria, no meu primeiro mandato de deputado estadual, o Pró-Pequi, principalmente para o Norte de Minas. Agora o Tizé está presidindo o Conselho do Pró-Pequi. Com a sua ida para essa tarefa, para essa função, o programa passou a ter um novo funcionamento e um novo conselho. Há muito investimento e muita política de apoio para os que vivem da colheita do pequi e dos frutos do cerrado. O programa é chamado Pró-Pequi, porque o pequi é o rei do cerrado, mas a lei abrange todos os frutos do cerrado. É uma lei importante, que traz uma preocupação com o bioma tradicional no Brasil e em Minas. Além desse aspecto, ele também incentiva a produção, a panha, a geração de renda. Hoje as entidades produzem farinha, polpa de pequi e dos demais frutos. O programa tem dado qualificação especial para quem vive do extrativismo. O Tizé tem tido, além de outras, essa tarefa com a gente.

O Marco Antônio é o homem das máquinas e depois vai explicar o PAC Equipamentos. Trata-se do Programa de Aceleração do Crescimento na área rural, responsável pela entrega da maquinaria que veio do governo federal para os municípios de todo o Brasil, e aqui em Minas Gerais em vários municípios tivemos oportunidade de participar com entrega de pá-retroescavadeira, caminhão-pipa e caminhão-caçamba - faltou um, pois são cinco máquinas. Então, quero agradecer a vinda do Marco Antônio para nos falar sobre o PAC Equipamentos e o programa Mais Alimentos.

Obrigado, Geovane, pela presença. Quando delegado do MDA, Geovane já estava nessa tarefa, não é mesmo? Agradeço muito o trabalho que você vem prestando junto ao Banco do Brasil. O Sr. Ananias Pereira de Souza é responsável também pelo Banco do Nordeste e pela superintendência dos Estados de Minas e do Espírito Santo. O Sr. João Guadagnin é o responsável por vários desses programas de tanta necessidade na área rural. Ele vai fazer exposição para nós sobre esses programas na área de produção.

Gostaria de informar que esta nossa reunião dos grupos temáticos está sendo transmitida ao vivo para toda Minas Gerais. Se quiserem participar depois com alguma pergunta, poderão utilizar o *site* da Assembleia. Depois passaremos as informações de como fazer isso. Também foi comunicado aos diversos sindicatos de trabalhadores rurais, à Emater, e provavelmente haverá muitos telespectadores que estão nos assistindo pela TV Assembleia, que está pelo Estado de Minas Gerais afora, prestando atenção neste ciclo de debates. É o ciclo de debates que também comemora o ano internacional da agricultura familiar.



Palavras do Sr. José Antônio Ribeiro

Boa tarde a todos e a todas. Agradeço ao deputado Rogério Correia e ao presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial esta oportunidade, este ciclo de debates em comemoração também pelo ano da agricultura familiar. Inicialmente, gostaria de fazer essa saudação e dizer que na Subsecretaria de Agricultura Familiar do Estado de Minas Gerais também estamos empenhados.

A partir da criação da subsecretaria, em 2011, conforme o subsecretário Edmar Gadelha disse ontem e hoje, estamos nos empenhando para avançar no rumo de construir e fortalecer cada vez mais as políticas públicas voltadas para esse setor extremamente importante para a nossa economia e para o nosso dia a dia, que é a agricultura familiar.

Deputado Rogério, aproveitando a oportunidade, quero falar sobre o que você citou sobre o Conselho Diretor do Pró-Pequi, que foi criado a partir de uma lei votada e aprovada nesta Casa, em 2001. Somente em 2011, com a criação da subsecretaria, reativou-se esse programa e o Conselho Diretor do Pró-Pequi. Quero dizer que estamos juntos, principalmente no Norte de Minas e em todas as regiões de Minas Gerais onde há cerrado, fazendo essa discussão, por meio do conselho. Nesta Casa, foram motivo de emenda na Comissão de Participação Popular, para incentivar a produção, o financiamento e a comercialização dos frutos do cerrado, tendo o pequi como carro-chefe.

Temos avançado no rumo de pensar, no Estado, um programa estadual de apoio ao agroextrativismo a partir de um diálogo com outras políticas. Na semana que vem, o Núcleo do Pequi, que é formado por entidades e universidades do Norte de Minas, estará dialogando com a Prefeitura Municipal de Montes Claros para incluir na alimentação escolar a polpa do pequi. E nós, enquanto conselho, vamos fortalecer esse projeto, mandando ofício para o prefeito. Na parte da manhã, no ciclo de debates, o Arquimedes, secretário de Agricultura de Montes Claros, falou da necessidade de incentivarmos outras políticas públicas, buscando sinergia com várias ações.

Este tipo de discussão que esta Casa proporciona para debater os rumos das políticas públicas para a agricultura familiar é da maior importância, no sentido de articularmos, de unirmos forças, de dialogarmos, de buscarmos transparência com os movimentos sociais e com os cidadãos de Minas Gerais. É importante que se verifique a melhor forma de aplicar os recursos públicos, que é o objetivo também deste painel, que trata do financiamento para a agricultura familiar.

Deputado Rogério, inicialmente era o que queria falar. Volto a palavra para você.

Designação de Coordenador

O presidente - Obrigado, Tizé. José Antônio Ribeiro, o Tizé, vai me ajudar na coordenação dos trabalhos. Cada grupo tem o seu coordenador. Por estarmos aqui no Plenário, é necessário a presença de um deputado coordenando, mas o Tizé me acompanha na coordenação dos trabalhos. Agradeço-lhe por nos ajudar no cumprimento dessas tarefas.

Aviso Eleitoral

O presidente - A Assembleia de Minas, tendo em vista a legislação em vigor e especialmente a Resolução nº 23.390, de 2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos promovidos por esta Casa que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - O primeiro painel temático diz respeito ao financiamento da agricultura familiar. Hoje, na parte da tarde, há vários grupos temáticos reunidos. Os trabalhadores rurais, sindicalistas e técnicos estão nos outros grupos.

Temos o painel temático “Escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar”, que está funcionando no Teatro da Assembleia; o painel temático “Agricultura familiar: organização e representação” está na Sala 2 da Escola do Legislativo; o painel temático “Assistência técnica, extensão rural e pesquisa”, no auditório da Escola do Legislativo; o quinto painel temático, “Consórcios intermunicipais multifinalitários e secretarias municipais de agricultura”, na Sala 4 da Escola do Legislativo; o painel temático “Gestão ambiental na agricultura familiar”, no auditório do Edifício Carlos Drummond de Andrade; e o painel temático “Gênero, aspectos geracionais e educação no campo e sucessão rural”, no Plenarinho I.

Conforme já anunciei, a comissão organizadora definiu por sete painéis temáticos que aqui já foram lidos. Esta Mesa representa o painel por intermédio dos expositores e dos coordenadores, no caso eu e o Tizé. Foram indicados pela mesma comissão representantes das diversas entidades que atuarão como debatedores. Então vamos, em primeiro lugar, passar a palavra aos debatedores e, posteriormente, abrir para o público para que cada participante do debate possa expor também sua opinião.

Qualquer participante do evento pode apresentar propostas e sugestões, que serão recebidas desde que apresentadas com a assinatura de 30% dos participantes de cada painel temático. Enfim, se alguém quiser apresentar uma proposta é só pegar o apoio ou ainda, apresentando a proposta e sendo ela consensual, já a submeteremos como aprovada no grupo temático. Qualquer sugestão que queiram fazer poderá ser por escrito ou oralmente. Fazemos as inscrições para que seja recebida ao final do procedimento.

As contribuições recebidas serão encaminhadas à Comissão Permanente de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia Legislativa, conforme orientação da comissão organizadora. Ou seja, após terminarmos o evento, teremos duas tarefas posteriores, a primeira é municiar a Comissão Permanente de Política Agropecuária da Assembleia Legislativa, que ajuda também na elaboração deste ciclo de debates; e a segunda é contribuir para a elaboração do plano anual da agricultura familiar do Estado de Minas Gerais. Ele é obrigatório agora, a partir da lei estadual que conseguimos aprovar na Assembleia Legislativa no ano passado e que foi sancionada pelo governador este ano. A lei estabelece que todo ano o governo de Minas terá de elaborar um plano junto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar - Cedraf. É dado conhecimento público desse plano aqui, na Assembleia Legislativa, e a partir dele as entidades então têm como cobrar. Foi um avanço que tivemos da lei da agricultura familiar. Ela estabelece ainda que cada município terá de ter lei semelhante a esta a partir deste ano. Então foi um grande avanço da lei estadual.



Em novembro teremos aqui na Assembleia Legislativa a apresentação desse primeiro plano. Este ciclo de debates já vai ajudar a Subsecretaria de Agricultura Familiar para que possa elaborar esse plano que será aprovado pelo Cedraf. Então todo ano teremos um plano para a agricultura familiar, dizendo aquilo que é essencial, que o governo do Estado terá de contribuir em políticas públicas, seja na área de crédito, seja na área de assistência técnica, seja na área de comercialização de produtos. Assim, teremos o plano estadual. Não é o Plano Safra da agricultura familiar nacional, mas é um plano estadual - não é, Rômulo? - que terá sua importância com certeza aqui na nossa Minas Gerais. Passamos às exposições. Com a palavra, o Sr. Marco Antônio Leite

Palavras do Sr. Marco Antônio Leite

Deputado Rogério Correia, é um prazer estar em Minas Gerais e falar desse tema tão importante para nós. Quero ressaltar o trabalho que a Assembleia tem feito por meio de você para dar mais importância ao nosso público da agricultura familiar. Sobre você dizer ter aprovado uma lei para a agricultura familiar, penso que isso é um grande avanço, pois consolidamos uma política diferenciada para esse público. Quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo. Também quero cumprimentar os colegas do banco; o meu amigo Guadagnin, do MDA, e o nosso companheiro do governo do Estado. É um prazer estar aqui com vocês.

Vou falar principalmente do PAC Equipamentos, pois é um programa de atendimento aos municípios em uma lógica de mobilidade rural. Construímos um programa após a consolidação de vários outros que o ministério vem trabalhando. Temos uma política de crédito, temos uma política de assistência técnica e extensão rural, criamos uma política de compras governamentais e avançamos nas políticas de seguro. Ao longo dos últimos anos, avançamos muito nessas políticas.

Entendemos que também seria importante para a agricultura familiar melhorar sua mobilidade. Portanto criamos um programa para atendimento a 5.061 municípios em todo o Brasil, sendo 792 em Minas Gerais. Fizemos uma aplicação, um investimento da ordem de R\$726.000.000,00. Doamos a 134 municípios do semiárido cinco equipamentos: uma motoniveladora, uma retroescavadeira, um caminhão-pipa, um caminhão-caçamba e uma pá-carregadeira. A pá-carregadeira e o caminhão-pipa entraram na questão emergencial. Assim, esses 134 municípios do semiárido receberam dois equipamentos a mais. O restante dos municípios de Minas Gerais receberam três equipamentos: a motoniveladora - como se diz em Minas, a patrol -, o caminhão-caçamba e a retroescavadeira. Estamos falando de um quantitativo de máquinas, pois foram doados 2.644 equipamentos. Essa doação de máquinas tem como contrapartida o município utilizá-las em prol, prioritariamente, da agricultura familiar. Portanto essas estradas são para beneficiar o agricultor familiar. Obviamente, na mesma estrada em que passa um agricultor familiar, também passa um grande agricultor, um grande proprietário. Isso acaba beneficiando toda a sociedade rural que está lá.

Por que avançamos muito no conceito de mobilidade rural? Porque sabemos que, para as pessoas continuarem no rural, teremos de fazer mais do que dar crédito e assistência técnica, teremos de dar mobilidade. Essa é a lógica que estamos trabalhando.

Esse é um programa de sucesso e tem como grande foco beneficiar a agricultura familiar. Porém acho importante ter este espaço para falar. Às vezes recebemos algumas denúncias e reclamações da má utilização das máquinas. É importante que os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável e a sociedade em geral se organizem e fiscalizem para que tenhamos uma boa utilização desses equipamentos. Isso é fundamental. Se imaginarmos que esse grupo de máquinas recupera por município, no mínimo, 100km - estamos falando aqui de quase 100.000km -, são 80.000km recuperados no Estado de Minas Gerais. Apesar de termos muito mais que isso no Estado, ainda assim é, com certeza, um grande apoio dado à mobilidade do Estado.

Então, precisamos e contamos com a colaboração dos movimentos sociais. Criamos uma portaria específica para tratar desse tema, pela qual a gente obriga a prefeitura a publicar um plano de utilização desse equipamento e empodera o CMDRS, dando-lhe condições de supervisionar e auditar esse processo. Então, para nós, é muito importante a participação da sociedade civil organizada.

Mas é um desafio para nós que queremos avançar. Estamos na iminência da discussão do PAC 3, e a proposta é continuar nessa lógica de desenvolvimento, levando para o nosso público da agricultura familiar outras máquinas que possam ser utilizadas na continuação da recuperação de estradas. Esse é o nosso foco no PAC Equipamentos, em que temos o tripé da compra, da entrega e da utilização. Destaco que já entregamos todas as máquinas, de forma republicana: para todos os municípios com menos de 50 mil habitantes ou que estavam em situação de emergência, no semiárido. Agora, nossa grande questão é a boa utilização desses equipamentos. Nisso precisamos muito do apoio de vocês porque, com 5.061 municípios, não conseguimos fazer uma fiscalização tão efetiva de Brasília - é preciso o envolvimento da sociedade nesse processo.

João Guadagnin, nosso diretor de Crédito, ainda vai falar, mas gostaria de fazer uma citação do programa Mais Alimentos. Minas é o Estado que mais aplica e que mais aplicou nesse programa desde sua criação. É o Estado que mais tem comprado máquinas e equipamentos. No entanto, temos no Estado mais de 500 mil agricultores familiares, dos quais mais de 200 mil são do grupo variável, e ainda não temos nem 100 mil contratos com o Mais Alimentos. Portanto, ainda temos muito espaço para crescer, de modo que os agricultores familiares possam recuperar a infraestrutura rural e ter mais produção e produtividade. Esse é outro desafio.

Sei que o João ainda vai falar mais sobre o crédito em geral, mas queria ressaltar que temos mais de 500 mil agricultores, não só familiares, dos quais mais de 200 mil são do grupo variável. Os agricultores desse grupo, principalmente, embora não apenas eles, têm grande potencial para acessar as linhas de crédito do Mais Alimentos, cuja grande proposta é a recuperação da infraestrutura rural dos agricultores familiares, na lógica da produção de alimentos e da redução da penosidade no campo. É um programa caro, mas que tem dado um retorno muito grande. Ele tem uma pauta até no setor industrial. Para que vocês tenham ideia de como a agricultura familiar mudou o perfil da própria indústria brasileira, ela é responsável pela compra de 70% dos tratores com menos de 80cv. É claro que os grandes produtores compram tratores maiores, mas, em termos do total de tratores comercializados no Brasil, no ano passado comercializamos cerca de 19 mil de um total de 72 a 73 mil tratores.

Então, a agricultura familiar, que era um público que até então comprava somente trator usado, passou a comprar trator novo. Acredito que é um grande avanço que o governo traz para a agricultura familiar, para a nossa agricultura, que é responsável por grande parte do alimento que consumimos e que, em alguns casos, até participa do processo de exportação. Creio que ainda temos muito a avançar, mas já avançamos muito. O Mais Alimentos cada vez mais deixa de ser uma política de governo e passa a ser uma política de Estado.



Então, quero ressaltar aqui a importância desses programas para o nosso público, que são os agricultores familiares do Estado de Minas Gerais, e faço aqui um apelo, não é nem um pedido, mas um apelo mesmo, quanto ao PAC: cobrem dos seus prefeitos a boa utilização desses equipamentos. O equipamento foi doado numa lógica de atender aos agricultores familiares. Não que ele não possa utilizá-lo de forma alguma para fazer outro tipo de serviço, mas a prioridade é a agricultura familiar. E cabe à sociedade contribuir nesse processo de cobrança dos gestores públicos, que são, no caso, os prefeitos. Então, faço um apelo a vocês para que possamos seguir com esse programa nos próximos anos e que vocês possam nos ajudar nesse monitoramento, nessa fiscalização. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem. Queremos agradecer ao Marco Antônio, que representa aqui o MDA, por meio da Diretoria do PAC Equipamentos, um programa do governo da presidenta Dilma que beneficiou todos os municípios brasileiros com maquinários de infraestrutura para a agricultura familiar.

Ontem esteve aqui o delegado federal do MDA. Como nessa questão dos equipamentos sempre surge algum tipo de dúvida sobre para que são essas máquinas, como elas devem servir, vocês podem também, caso tenham alguma crítica ao funcionamento ou alguma denúncia de não funcionamento das máquinas a favor da agricultura familiar em algum município, fazer denúncia à Delegacia Federal do MDA em Minas Gerais ou mesmo ao Ministério Público local. A maioria dos prefeitos, como sabemos, faz a utilização correta. Já estão instruídos em relação a isso, mas, se houver alguma prefeitura que não está utilizando o maquinário de forma correta, evidentemente vocês têm de denunciar. Vocês precisam nos ajudar na fiscalização desse programa, até porque, se os programas não são bem utilizados, tendem a desaparecer. Como sabemos, trata-se de um programa muito útil, todo o mundo comemorou a chegada das máquinas. Quem não quer uma máquina?

Eu visito muito o interior e tenho visto a qualidade das estradas rurais, das nossas estradas de terra. Elas já estão com outra cara, não é, Bete? É assim no Jequitinhonha, por onde andei, na Zona da Mata. Isso advém desse programa, do PAC, como o Marco Antônio acabou de dizer. Mas é preciso o pessoal fiscalizar para verificar se há algum lugar onde o maquinário não está sendo bem utilizado. Vamos agora passar a palavra ao Sr. João Guadagnin.

Palavras do Sr. João Guadagnin

Boa tarde, agricultores e agricultoras. Muito obrigado por mais esta oportunidade. Todas as vezes que temos esse contato crescemos mais, aprendemos mais, e é fundamental para quem está na vida pública, no trabalho público, esse aperfeiçoamento. Quero também agradecer pelo esforço e pela colaboração à agricultura familiar mineira aos dois grandes bancos que atuam aqui com crédito rural do Pronaf: o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste.

O Marco Antônio já mencionou que temos um grande desempenho em termos de financiamento, de crescimento do volume dos recursos aplicados e do número de contratos em Minas Gerais. É verdade, como vou mostrar, que nós ainda temos um bom caminho para percorrer, mas os bancos que atuam aqui, em Minas Gerais, atuam muito bem. Creio que vocês também têm uma virtude - os agricultores, as organizações de agricultores, as secretarias de agricultura dos municípios, as prefeituras e a Emater de Minas, que também tem ajudado. O diálogo com os agentes financeiros tem melhorado, o que faz com que o crédito cresça.

O outro agradecimento é ao deputado Rogério Correia, um grande defensor da agricultora familiar, um grande colaborador das políticas que desenvolvemos lá: o crédito seguro e o programa Garantia Safra.

O Garantia Safra cresceu muito de uns anos para cá. Já estamos chegando talvez à quase universalização do público do Programa Garantia Safra de Minas Gerais, e isso é muito importante. Este ano todos os 92 municípios que aderiram ao programa tiveram perdas, e já os indenizamos. A maior parte dos agricultores dos municípios da região semiárida de Minas já receberam a primeira parcela de indenização do pagamento do benefício neste mês.

O presidente - Qual é o valor?

O Sr. João Guadagnin - São cinco parcelas de R\$170,00, no total de R\$850,00 no ano. A primeira já está sendo depositada agora para os agricultores, junto com o Cartão do Cidadão, que os agricultores recebem na Caixa Econômica ou nas lotéricas.

Fiz um registro muito rápido do serviço de extensão rural. Minas Gerais é um estado muito grande, com muitos agricultores familiares e muita necessidade de melhorar sua produção, sua produtividade. Quem faz esse esforço é a extensão rural, o extensionista. Seguramente é a política mais importante de todas que desenvolvemos lá, o apoio e o esforço que se faz no sentido de auxiliar o serviço de extensão rural. Os extensionistas locais aqui são dedicados, pessoas que se comprometem com a agricultura familiar, e isso também tem de ficar registrado. Se avançamos no crédito rural, no seguro, no programa Garantia Safra, no PGpaf, é muito porque há alguém auxiliando o agricultor a acessar essas políticas.

Farei uma apresentação com 31 slides. Talvez eu não consiga passar todos eles no tempo de 20 minutos, mas trataremos de algumas questões mais importantes.

O presidente - Fique à vontade, João.

O Sr. João Guadagnin - Deputado Rogério Correia e companheiros agricultores, aqui há uma contribuição muito importante para os bancos também. Esse é um dado do Censo de 2006. É verdade que há alguma defasagem, o IBGE está preparando o próximo censo agropecuário, mas podemos ver uma coisa muito interessante: 51% dos agricultores de Minas Gerais entrevistados pelos recenseadores em 2006 disseram que não precisaram de crédito rural. Seguramente devemos ter um grupo muito grande. Vejam que mais de 212 mil famílias disseram que não precisam de crédito. Falta informação. Ao mesmo tempo que elogio a extensão rural, tenho também de reconhecer e dizer que ainda falta extensão rural. Mais da metade, 51% dos agricultores, alegou que não precisava de crédito, quando temos linhas muito preparadas para todas as faixas de renda dos agricultores. O grupo B, o pessoal da reforma agrária, também tem um crédito muito favorecido. E para os agricultores do grupo V, ou renda variável, os créditos do Mais Alimentos e de custeio, a que o Marco Antônio também já se referiu.

Outro detalhe: a extensão rural e o movimento sindical ajudarão a reduzir o medo de contrair dívidas. Os mineiros reconhecidamente são seguros, mas 23% deles estão dizendo que não pegam crédito porque têm medo de ficar endividados. É uma segurança quase exagerada. Se somarmos os 51% que não pegam crédito com os 23% que têm medo, praticamente 75% dos



agricultores estão sem crédito em Minas Gerais. O Marco Antônio registrou, e eu também tenho falado isso, que está crescendo na média de 20%, 25% ao ano, o volume de crédito emprestado para a agricultura familiar mineira. Ainda há uma larga estrada a percorrer. É uma estrada que nem sempre está patrolada com as máquinas do PAC máquinas, às vezes há buracos, problemas de relacionamento entre técnico e agente financeiro, entre agricultor e agente financeiro, entre agente financeiro, técnico e agricultor, e por aí vai. Precisamos patrolar isso, se possível até asfaltar essa relação, melhorar a conversa, o diálogo, porque há um caminho longo a percorrer.

Dos agricultores daqui, praticamente 75%, ora por medo... Não tem de ter medo porque o crédito é muito favorecido. De um lado, os juros são baixos, de outro há um seguro para quando o crédito for de custeio agrícola. Há um programa de garantia de preços que garante que, se o preço ficar abaixo do custo de produção, a diferença é bancada pelo governo federal. Então temos de percorrer um caminho maior aí. Vou deixar esses dados, isso deve, se me permite, deputado Rogério, contribuir para o Plano Safra da Agricultura Mineira. É um pequeno diagnóstico. Seguramente os técnicos, o pessoal da Emater, os movimentos sindicais daqui devem ter outras informações. Mas esse é o nosso caminho. Temos ainda talvez metade dos agricultores que têm necessidade e capacidade de pagar crédito aqui em Minas tenham o crédito. Esse é o retrato.

Aqui estão demonstradas algumas coisas que vocês já conhecem, mas é bom recapitularmos. No Brasil, tudo que trata de crédito rural quem regula é um tal de Conselho Monetário Nacional - CMN -, que é a reunião de três ministros: o da Fazenda, que preside, o ministro presidente do Banco Central e a ministra do Planejamento. Todas as normas de créditos são decididas pelo CMN, por esses três ministros. Isso está publicado no *site* do Banco Central, que divulga. Às vezes as pessoas dizem "as normas do Banco Central", mas as normas são do CMN e quem divulga é o Banco Central. Esta é a página do Banco Central. Está assinalada, vocês podem ver o *Manual de Crédito Rural* com as informações sobre crédito rural. É importante que todos os líderes sindicais, os técnicos, o pessoal que mexe com crédito acesse essa página para conhecer as constantes medidas que são adotadas todo mês. Este mês devemos ter uma mudança importante, a mudança da agricultura familiar, sobre a qual vou falar um pouco mais. Isso estará publicado nessa página. Onde nos informamos? Nós nos informamos no *site* do Banco Central.

Aí estão algumas informações. De todo o *Manual de Crédito Rural*, o Pronaf é a parte mais densa, que tem maior volume, maior número de páginas. Este ano, fruto da ação de muitos mineiros e de demanda da Assembleia Legislativa, estamos implantando uma linha de crédito chamada Pronaf Produtivo Orientado, que está destacado aí, e vai funcionar com recursos do FNE, para a região de atuação da Sudene, no Norte de Minas. O grande diferencial - como é FNE, só o Banco do Nordeste vai operar - é que, além da taxa de juros ser baixa, vamos ter assistência técnica com o crédito. Essa é uma luta histórica. Companheiros que passaram pela delegacia do MPA já lutavam por isso. Conseguimos fazer o que já estava na lei, uma de 2008. Os fundos constitucionais podem, quando o crédito é concedido a agricultores das regiões dos fundos, patrocinar, pagar os serviços de assistência técnica. Possivelmente o início das operações do Banco do Nordeste deve se dar pelo final de outubro, início de novembro; a partir de então R\$1.100,00 por ano por família será destinado ao pagamento da assistência técnica durante três anos. Portanto, durante todo o período de carência, o agricultor será apoiado, acompanhado por um técnico que ele vai escolher. Pode ser da iniciativa pública, Emater, ou da iniciativa privada, desde que esteja credenciado num agente financeiro, no Banco do Nordeste, e que passe por um curso de capacitação que a Secretaria de Agricultura do MDA vai proporcionar.

Essa é uma grande novidade para a região daqui de Minas Gerais em que as dificuldades são maiores: o Norte de Minas. É um crédito orientado e supervisionado, um crédito produtivo e orientado com recurso do FMA. Depois, falarei um pouco mais sobre isso, mas, de todas as linhas que temos, o Mais Alimentos, linhas de custeio e tal, este ano, começamos uma linha destinada a Minas Gerais e à região mais pobre do Estado, que é o Norte de Minas. Isso também fica como contribuição ao Plano Safra de Minas Gerais. Acho que precisamos de metas nessa linha e um número de agricultores bastante importante tem de entrar aqui.

Imaginamos também que o grande esforço que os técnicos farão nessa região é supri-la de recursos hídricos, água, fazer uma reserva de água, para que os agricultores que vivem na região, que tem muito problema de abastecimento, não passem dificuldades. Então, imaginamos que uma grande parte do recurso dessa linha de crédito seja destinada - e o Plano Safra do Estado vai definir isso melhor - para que os agricultores convivam com a região semiárida. Essa é outra postura que vocês podem adotar no Plano Safra, em Minas Gerais.

Recapitulando algumas questões importantes. Este ano inovamos; estamos dando um nome diferente à DAP e a estamos chamando de DAP Ativa. Todo mundo sabe que DAP é a Declaração de Aptidão ao Pronaf. Sem essa declaração, nenhuma das políticas públicas do MDA são acessadas. Começou como DAP, mas hoje ela serve ao PA, ao Pnae, a um programa de habitação rural e à aposentadoria rural. Hoje são 14 políticas públicas que se valem da DAP. Há um grande esforço do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Fetaemg, dos serviços da Emater, na concessão dessa declaração. Ela é a porta de entrada. O que mudou é que antes ela se chamava DAP Válida, agora se chama DAP Ativa. Toda vez que a realidade da renda do agricultor mudar, ele pode ter uma nova DAP. A sua validade é de três anos, mas, se por qualquer razão a renda subir, diminuir, o número de pessoas que trabalham na propriedade mudar ou o proprietário vender um pedaço da sua área, enfim, quando houver qualquer variação da composição das informações que estão hoje na DAP, muda-se a DAP. Então, DAP Ativa é a última que está no nosso sistema.

Hoje, o sistema de DAP tem 4.800.000 DAPs. O Estado que tem o maior número de DAPs é Minas Gerais, mas - repito - ainda temos um caminho para percorrer, porque uma parcela dos agricultores ainda não acessaram esse instrumento. Há pouco conversei com alguns agricultores na entrada do prédio da Assembleia. Um deles me confessou que só tem a DAP recentemente porque sua esposa é servente na prefeitura, ganha um salário mínimo por mês, e isso impedia o acesso à DAP. Essa também é uma novidade importante que adotamos. Não vou entrar em detalhes, mas, depois, lendo o manual de crédito rural ou eventualmente participando do debate que iremos estabelecer, poderão entender.

Hoje, temos mecanismos para aceitar o que a lei da agricultura familiar diz: é agricultor familiar aquele que tem renda predominante do estabelecimento. Ou seja, quem tem metade e mais um pouquinho da renda advinda da propriedade rural é agricultor familiar. Isso significa dizer que um filho, a esposa ou ele mesmo, eventualmente, podem prestar serviço fora da propriedade, seja no serviço



público, seja no privado, mesmo assim permanece sendo agricultor familiar. Essa é uma mudança grande, que facilita para que muita gente que antes tinha restrição ao acesso às nossas políticas públicas não tenha mais. Agora, está mais fácil. Então, o que vale é a DAP Ativa.

A outra coisa que temos de fazer sempre que falamos em crédito rural - e o pessoal do banco nos ajuda nisso - é lembrar alguns conceitos. Primeiro, para que se destina o crédito Pronaf? Quem vai trabalhar ou trabalha no meio rural sabe que ele usa o dinheiro para gerar renda. O Pronaf se destina a apoiar as atividades econômicas geradoras de renda da unidade familiar. O crédito rural não serve para comprar remédios ou para melhorar a geladeira de casa. O crédito rural é para atividade produtiva geradora de renda.

Ele tem de ser aplicado naquilo para que foi contratado. Em todos os diálogos que mantemos com os movimentos sociais, em todas as oportunidades de falar sobre crédito, precisamos reforçar isso, porque algumas pessoas pensam que, se precisam fazer um banheiro na sua casa, podem pegar um crédito rural do Pronaf. Crédito rural do Pronaf não serve para reforma nem melhoria de habitação; crédito rural é para atividade econômica, para geração de renda, para aquilo a que se destina a produção.

Outra coisa importante do crédito rural é que precisa favorecer a melhor ocupação da mão de obra da família. Crédito rural bom é aquele que ajuda as pessoas da propriedade a se ocupar e ter renda. Toda vez que vocês forem às agências do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, lembrem-se de que crédito rural é para atividade produtiva que gera renda e que ocupa a mão de obra da família.

Na concessão do crédito, a assistência técnica é facultativa. Isso é bom e ruim ao mesmo tempo. Precisaríamos que a assistência técnica fosse obrigatória, que todo crédito rural, que todo financiamento fosse dado com o apoio de um técnico. Como temos esse problema, a que já nos referimos antes, qual é a saída que encontramos? A obrigatoriedade de contratar o crédito rural com a assistência técnica é uma opção do agente financeiro. Quando entende que aquela atividade é mais complexa, que o agricultor ainda não tem conhecimento suficiente, ou que é uma atividade inovadora, como a irrigação, que é uma ciência - o agricultor nunca irrigou, mas de repente passa a ter uma reserva de água e começa a usá-la para irrigação -, nessa situação o banco pode dar o crédito para fazer a atividade, desde que tenha assistência técnica. Então esse critério foi adotado pelo conselho monetário a pedido do MDA, porque reconhecemos que ainda, e por algum tempo infelizmente, não teremos todos os agricultores que estão com um crédito com um técnico para orientá-lo. Temos uma quantidade de contratos muito maiores que aqueles que conseguem acessar a assistência técnica.

Esse é o espaço para ser percorrido nos Planos Safra deste ano e dos próximos anos em Minas Gerais. Quanto mais próximo estiver o crédito da assistência técnica ou, melhor ainda, a assistência técnica próxima do agricultor com o crédito, mais certo dará a política pública. Ganha mais o agricultor que, ao mesmo tempo que acessa o crédito, acessa novas tecnologias, aumenta a produtividade, conserva melhor o solo, conserva melhor os recursos naturais. É a assistência técnica que faz essa orientação para a conservação do solo, para melhoria da produtividade, para uso das máquinas do Mais Alimentos. O crédito dado com assistência técnica é o bom crédito, ou o melhor crédito. Não que o outro não seja bom, ele ajuda o agricultor, que é muito inteligente, sabe usar direito o crédito, mas não tenho dúvida de que o melhor crédito é o que damos com o apoio da assistência técnica. Temos de pelear - não sei se é possível colocar isso no Plano Safra - para que o número de agricultores que acessa o crédito cresça e, mais que isso, cresça o número de agricultores com crédito e assistência técnica. Com isso, o interesse dos bancos em dar mais crédito cresce mais. Todos os bancos, o pessoal das agências, todos os gerentes sabem que aquele que tem mais conhecimento, mais apoio, mais orientação, produz mais, tem mais facilidade para devolver o dinheiro, é um bom cliente, nunca será inadimplente, nunca ficará devedor do banco.

Esse *slide* é sobre assistência técnica. Vou deixar essa apresentação para vocês. Todo esforço que precisamos fazer é para melhorar essa aproximação, que já existe e é muito boa em Minas Gerais, de todas as agências do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste com a agricultura familiar, com os sindicatos e com a assistência técnica e extensão rural.

Esse diálogo, quando existe lá no município, melhora muito a vida de todos, ajuda o agricultor e o desenvolvimento do município e, lógico, ajuda o banco, que ficará mais seguro, mais tranquilo quando souber que esse agricultor está sendo bem orientado e está conseguindo melhorar a renda, aumentar a produtividade e vender melhor o seu produto, enfim, ter ganhos efetivos.

Outra questão que às vezes aparece é a DAP e o cadastro. Por uma obra interessante do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste, a nossa declaração de aptidão, que é dos agricultores familiares, serve como porta de entrada para o banco. É o cadastro. O crédito rural só pode ser concedido à pessoa que fornece todas as informações, por exemplo, quem é ela, qual a quantidade de terra que possui, qual o tamanho de sua propriedade, o que produz e qual sua renda. Tudo isso está na DAP. Também está na DAP se ele é proprietário, meeiro, posseiro, arrendatário etc. As informações que estão registradas em nosso sistema migram para os bancos. Os sistemas dos Bancos do Brasil e do Nordeste se comunicam com o sistema do MDA. Todas as noites, todas as DAPs feitas durante o dia, entre 1 hora e 2 da madrugada, migram. Nessa comunicação, o cadastro dos agricultores é atualizado. Hoje o sistema de DAP tem também essa importância, serve para que os agricultores tenham um cadastro, serve para que as informações sejam registradas dentro das máquinas dos bancos. O banco conhecerá o produtor através da DAP, através desse cadastro que é uma cópia da DAP.

Isso facilita e, ao mesmo tempo, gera algumas dificuldades, como tudo na vida. Temos de mostrar todos os lados. A facilidade se dá pelo fato de ser feito uma só uma vez. A cada três anos é renovado. O banco não tem custo. Recebe os dados todas as noites. A declaração está sempre atualizada. Agora, a informação é muito importante, desde que verdadeira. A renda informada na DAP e as atividades produtivas da propriedade precisam ser reais, ser aquilo que de fato acontece. Assim, o documento passa a ter mais valor, o banco o valoriza mais. O montante do crédito que o banco concederá está em razão direta com aquilo que o agricultor produz.

Algumas agências, particularmente do Banco do Brasil, quando o agricultor, por exemplo, que não é produtor de leite, quer passar a produzir esse produto, dizem que não podem financiá-lo na construção de um silo porque ele não possui vaca. É verdade, ele tem essa informação. O que é necessário nesse caso? O técnico que está elaborando o projeto para o silo, para as pastagens e para a aquisição de animais informa ao banco que aquele agricultor, a partir daquele momento, passará a ser também produtor de leite.

Algumas informações vão além do que está na DAP, que é o cadastro. O futuro é o projeto de crédito. Esse futuro pode representar mudança importante dentro da propriedade, como aquisição de uma máquina, de mais animais, de mais matrizes para produção de leite, de implantação de pastagens, de construção de estufas, e por aí vai. Coisas novas que o agricultor não está desenvolvendo precisam estar no projeto de crédito. De novo o diálogo do técnico com a agência é importante para facilitar a interação. Se a agência

se basear apenas no cadastro, no DAP, não concederá crédito, nesse caso, para aquele que não é produtor de leite ainda. Tem de haver esse diálogo.

Há um outro aspecto que envolve o banco, particularmente os dois bancos que estão aqui. Por obrigação e até para ser honesto com todos, tenho de dizer que, quanto ao Banco do Nordeste, raramente - acho que isso nunca ocorreu na história de Minas Gerais - houve denúncia de reciprocidade. Já tivemos isso no Banco do Brasil, no passado.

Hoje as agências dos dois bancos, a do Banco do Nordeste, há mais tempo, e a do Banco do Brasil, recentemente, estão proibidas de exigir o que era mais comum. A Fetaemg, os sindicatos, como um todo, a classe política, os vereadores, os secretários municipais de Agricultura, os deputados estaduais aqui de Minas Gerais e até alguns deputados federais manifestavam, aqui e ali, e o gerente do banco exigia alguma forma de reciprocidade, como o Ourocap, a compra de um seguro de vida, um depósito no CDB, um depósito na poupança, a abertura de uma conta e por aí vai. Isso hoje está proibido nas agências de todos os bancos. Não é possível, não é admissível o banco exigir qualquer reciprocidade.

A mudança no Banco do Brasil é que o Ourocap que ele vende para um agricultor familiar não conta para a meta da agência. A agricultura familiar não conta mais como meta dentro do banco. Todas as formas de reciprocidade para a agricultura familiar estão proibidas. A Fetaemg faz um trabalho importante e o divulga entre seus associados. O seguro de vida é bom. Eventualmente, os agricultores que querem ter um seguro de vida, no Banco do Nordeste, no Banco do Brasil ou naquela agência onde têm o crédito rural do Pronaf, podem fazer isso de livre e espontânea vontade, não porque houve pressão do gerente ou do funcionário da agência, está certo? Essas formas de relação também devem ser construídas no dia a dia.

Quando o Rogério era delegado aqui em Minas Gerais, ele me ensinou que mineiro gosta de cafezinho e que um bom técnico e um bom sindicato são aqueles que tomam cafezinho, uma vez por semana, com o gerente do banco. Essa regra continua valendo. Tomem cafezinho, uma vez por semana, com o gerente do banco, dialoguem com ele, mas todos os problemas que vocês tiverem de relacionamento, em geral ou particular, relacionados à reciprocidade, têm de ser resolvidos na agência. Isso se os problemas existirem, e serão pontuais, porque eles hoje estão realmente desaparecendo, graças a Deus. Essa relação é diária. É bom porque, pelo menos, quando o problema surge, o presidente do sindicato e o técnico da Emater ligam para o gerente. O próprio agricultor vai até o gerente e diz: isso eu não aceito. Não há obrigatoriedade, não há mais possibilidade disso acontecer.

Outro grande entrave ou facilitador, novamente, são os dois lados. Há a questão das garantias do crédito rural. Uma grande parte dos agricultores familiares, 51% dos agricultores mineiros, ainda não acessam o crédito. Os outros 23% têm medo de acessá-lo. Uma parcela diz que há problemas de burocracia dentro do banco e que é difícil obtê-lo. Uma parte está na história das garantias. Não há nenhum agente financeiro para nenhum crédito e para nenhuma loja comercial. Que tipo de loja? Hoje está na moda o celular. Qualquer empresa dessas, que dá um crédito para qualquer pessoa, precisa dar um mínimo de garantia de que aquilo vai ser honrado pelo tomador daquele crédito, e a forma de se conceder crédito é tendo garantias. Quando o trabalhador é um trabalhador urbano, ele faz o cadastro na empresa para obter um celular e vai pagar R\$39,00, por mês. Aí ele informa o valor do seu salário, qual a empresa em que trabalha, e o pessoal da companhia telefônica lhe entrega o celular, baseado naquelas informações. Para crédito rural, a DAP, o crédito de custeio, é suficiente. As agências têm autonomia para créditos de até R\$10.000,00, e, em outros casos, de até R\$20.000,00. Em muitos casos, concede-se o crédito só no fio do bigode, só com a assinatura do agricultor, sem nenhuma espécie de garantia. Só a pessoa é o garantidor daquilo. Para outros casos, como os créditos pequenos, de R\$2.000,00 ou R\$3.000,00, mesmo sendo de custeio, o banco já pede o penhor ou um avalista.

Então as garantias são negociadas entre as partes. No crédito rural, elas são negociadas pelo banco e pelo agricultor. Isso precisa ser compreendido por todos. Por que alguns posseiros, meeiros e arrendatários têm mais dificuldade para obter crédito? A garantia principal do agricultor é a terra, mas ele não a detém. Quando ele quer comprar trator através do Mais Alimentos ou uma ordenhadeira, fazer um silo, comprar animais ou fazer qualquer outro tipo de investimento com maior volume de recursos, precisa dar uma garantia do tamanho do que está sendo financiado, mas nem sempre ele possui garantia suficiente. O problema é: como superar as exigências das garantias? Os bancos seguem as mesmas regras das lojas comerciais, ou seja, começam dando um financiamento menor e, à medida que o cliente paga a dívida, o valor do crédito vai crescendo. É a tal da reciprocidade positiva ou fidelização. O agricultor toma crédito, paga e, então, o seu crédito cresce. Numa loja comercial, raramente a pessoa sai com carro. É muito provável que os primeiros financiamentos se refiram a pequenos produtos, como rádio e bicicleta, depois passando para geladeira e televisão moderna, chegando até o carro. É um processo crescente, a pessoa deve mostrar que é honesta, idônea, que honra seus compromissos e tem capacidade para fazer o pagamento. O crédito rural funciona dessa maneira também. Ninguém nasce grande no crédito nem na vida. É preciso evoluir.

Alguns gerentes de bancos que operam com o crédito rural, seja o Banco do Nordeste, o Banco do Brasil ou o Crediminas, são mais seguros e exigem muita garantia. É a chamada roda presa, dificuldade para dar crédito. É necessário lubrificar essa roda. Se há dificuldade, é preciso dialogar. Todos nós devemos ter a consciência de que o banco só dará crédito quando se sentir confortável, souber que aquela operação tem grande chance de dar certo, que o agricultor é honesto e devolverá o crédito. Sabemos que jamais 100% dos agricultores familiares mineiros terão crédito. Alguns não têm necessidade, outros têm pouca terra, pouca garantia e enfrentam dificuldades, estão inadimplentes, compraram um sapato novo na loja, esqueceram de pagá-lo, e o seu nome está no SPC. Isso acontece frequentemente. A facilidade dos celulares é boa para todo mundo, mas, como o pagamento é mensal, às vezes as pessoas esquecem e o seu nome vai para o SPC. E aí perdem o crédito rural do Pronaf e os demais créditos. Essa é a mecânica que precisa ser trabalhada.

Temos uma informação importante: a DAP serve como documento que comprova a condição de agricultor familiar. Quando é meeiro, posseiro ou arrendatário, ele não precisa de outro documento para dizer que é produtor rural. A DAP é suficiente.

O banco tem de dar preferência a quem possui o Cadastro Ambiental Rural. Essa é uma novidade importante. Os agricultores que já estão nesse cadastro - e muitos mineiros já estão - têm preferência na obtenção do crédito, e o banco precisa seguir essa regra. Crédito



tem limites no Pronaf. Nem sempre esses limites que estão na tela - R\$200.000,00 para custeio e R\$300.000,00 para investimento - todos os agricultores irão acessar. O limite é esse e cada um tem a sua capacidade de crédito. Não é para todos que eles levem isso.

Os créditos de custeio. O mais importante a dizer sobre crédito é que, por uma ação do governo federal, cresceram as taxas de juros de crédito para a média e grande agricultura, mas os créditos do Pronaf permanecem com as mesmas taxas, são juros negativos. Estamos com 1,5% de juros na faixa de financiamento de até R\$10.000,00 de custeio. São juros muito baixos. Permanecem os mesmos juros da safra passada. Então, essa é uma novidade. Até gostaria que o pessoal da imprensa alentasse isto: o crédito Pronaf tem juros de 1,5% até R\$10.000,00. Para quem pede entre R\$10.000,00 e R\$30.000,00 os juros são de 3%. Vejam só: quem pede de R\$30.000,00 até R\$100.000,00 paga só 3,5% de juros no custeio.

Outro detalhe rápido é que os prazos de carência têm de ser adequados ao tipo de atividade. Temos financiamento de custeio, por exemplo, da palmeira real e do açafrão, que são culturas que demoram para produzir até três anos, em que o limite é por safra. Quem tem produção agrícola e pecuária, que produz leite, tem duas safras. Então, esses R\$100.000,00 podem ser por safra, está entendido? Na verdade, ele pode chegar a R\$200.000,00 em um ano, que é o limite máximo de endividamento, desde que tenha capacidade. Mas todas as vezes que o agricultor pega o financiamento de R\$10.000,00 para produção de produtos agrícolas - feijão, milho, mandioca - e precisa de mais R\$10.000,00 para custeio da pecuária, da produção de leite, ele sempre pagará nos dois financiamentos 1,5% de juros. Então, para os financiamentos de até R\$10.000,00, os juros são de 1,5% e pode-se tomar R\$10.000,00 em cada safra.

A linha do Marco Antônio, que é o diretor, é muito bem-cuidada - e estamos progredindo muito, particularmente em Minas Gerais. Trata-se da linha de investimento do Pronaf, o Mais Alimentos. As taxas de juros também permanecem as mesmas, ou seja, não houve alteração. Financiamentos de até R\$10.000,00: 1%; em financiamentos entre R\$10.000,00 e R\$300.000,00, paga-se 2% de juros ao ano, com 10 anos de prazo e 3 anos de carência. Os R\$300.000,00 são dados para algumas atividades. Não são todas que podemos financiar. Todos os produtores de suínos, de aves e de frutas podem pegar até R\$300.000,00.

Neste ano o Marco Antônio será condecorado pelos produtores de caminhonetes no Brasil, pois ele é um grande vendedor. Os agricultores precisam transportar a produção, e o Mais Alimentos financia isso. A novidade é que essas caminhonetes têm agora um prazo um pouco menor, seis anos, e um ano de carência. Mas ele pode ter um meio de transporte barato, com valor fixado em um acordo entre o Marco Antônio e o fabricante. São preços bem abaixo do preço de mercado, de 10% a 15% abaixo do preço de mercado, 2% de juros e 6 anos de prazo. Reduziu-se de 10 para 6 anos.

O Pronaf Jovem é uma novidade importante, mas ainda temos que melhorar muito a nossa ação para a juventude rural. Conseguimos um avanço, mas isso não é sempre fácil. Os financiamentos para o Pronaf Jovem eram uma única operação e passamos agora a ter três. O microcrédito do Grupo B é uma linha em que o Banco do Nordeste é um destaque e tem um trabalho de excelência, que é o Agroamigo. É um programa de crédito para o agricultor de baixa renda. Tem uma inadimplência muito boa, abaixo de 4% e faz com que os agricultores de menor renda melhorem muito a sua condição dentro da propriedade.

Elevamos os limites para R\$4.000,00, quando há a metodologia do Agroamigo. O assessor do crédito existindo, orientando o agricultor, o financiamento pode chegar a R\$4.000,00. A agroecologia. Há muitos agricultores agroecológicos em Minas Gerais. Todos os financiamentos de investimentos da agroecologia até R\$150.000,00 terão juros de 1%. Então aquela escada de 1%, até R\$10.000,00, e 2%, de R\$10.000,00 até R\$150.000,00, para a agroecologia não existe mais. Todos os financiamentos têm juro somente de 1%.

Na reforma agrária, haverá grandes novidades para os assentados. Haverá crédito de instalação, apoio inicial, fomento e fomento para a mulher. Isso se implantará a partir do mês de setembro. Uma resolução do Conselho Monetário vai sair no dia 28, semana que vem, aprovando essas medidas. Os créditos de estruturação inicial, que chamávamos de crédito de apoio, de estruturação, também melhoraram. Vocês vão ficar com todas essas informações, para não tomar muito tempo. O crédito do grupo A e do AC melhoram bastante. O limite, que é 20, passa para 25. O crédito do custeio AC, da reforma agrária, que são três operações, está em 5 e vai para 7,5. No dia 28, será aprovado isso. Essa é uma novidade importante.

Para os agricultores da região da Sudene, as taxas de juro são mais favorecidas, tanto no custeio quanto no investimento. Há uma redução na taxa de juro. O custeio inicial não é 1,5%, mas 1%. Então, para todos os agricultores da região Norte de Minas, aquilo que falei antes é melhor ainda, as taxas de juros são menores. Isso também tem de entrar no Plano Safra de Minas Gerais, porque é uma região que precisa de mais atendimento. Podemos crescer no crédito lá, em que o risco do banco é menor, a taxa de juro é menor. O risco é menor porque o juro é mais baixo.

Produtivo orientado. Aqui há várias lâminas, vou falar um pouco delas. O mais importante - esta é a manchete - é que vamos ter um crédito para Minas Gerais, para o Norte de Minas Gerais, dentro do Banco do Nordeste, com apoio da assistência técnica. O limite de crédito é de R\$18.000,00 até R\$40.000,00. Não é um crédito imenso, mas é para agricultores que precisam estruturar sua propriedade, especialmente para obras hídricas.

Quanto à remuneração da assistência técnica, na região Nordeste e na região Centro-Oeste, a assistência técnica vai receber R\$1.100,00 por ano, por família; e, na região Norte, vai receber R\$1.500,00, porque a logística lá é mais cara. Vejam que vamos atrelar crédito à assistência técnica. Começaremos no final de outubro, início de novembro, e o ano-safra termina no dia 30 de junho. A ideia é que a gente faça pelo menos 5 mil operações nesse período, que vai do final de outubro e início de novembro até junho. Claro que esses números dependem muito da capacidade de dedicação dos técnicos. Vamos estabelecer que esses técnicos tenham dedicação quase que exclusiva a essas famílias, e não vamos aceitar que eles tenham mais que 100 famílias assistidas. O ideal é que eles trabalhem em grupo e organizem essas 100 famílias por grupo de vizinhança. A ideia é que o técnico tenha dedicação exclusiva a esse grupo de cerca de 80 a 100 famílias, tendo uma renda boa pelo menos nos próximos três anos.

À medida que o agricultor paga esse crédito, ele pode fazer outro crédito. Na verdade, a assistência técnica passa a ser por seis anos. É lógico que mais adiante vamos mudar esse valor de R\$1.100,00, porque, à medida que esse valor fica defasado, isso vai crescer um pouco também. Esse é um grande anúncio, uma grande novidade. A Assembleia Legislativa precisa nos ajudar. Juntos precisamos divulgar essa linha de crédito na região Norte, fazer com que os agricultores e os técnicos se interessem. A Fetaemg precisa nos ajudar



também. É claro que o grande parceiro dessa ação é o Banco do Nordeste. Os recursos são do FNE. É um crédito orientado e supervisionado, destinado para os técnicos credenciados dentro do banco, que vão passar por um programa de capacitação elaborado por nós.

Peço ao deputado Rogério Correia que me permita falar um pouco mais sobre o seguro de renda. Estamos numa peleia meio pesada com os companheiros do Banco Central e do Ministério da Fazenda, mas penso que no dia 28 será aprovada a medida que tratará do seguro de renda. É um compromisso assumido pelo governo federal, pela presidenta Dilma, conforme anúncio do Plano Safra. O que vai mudar? O modelo atual do seguro é bom. Ele tem um foco no custo de produção. Cobrimos 100% do valor financiado e até 65% da receita líquida esperada, limitada a R\$7.000,00. Isso é um negócio complexo para o agricultor entender. E é um seguro de renda também, só que se baseia no custo de produção. O que vamos mudar? Vamos ancorar o seguro na receita bruta esperada. O governo se compromete a garantir 80% da receita bruta esperada e, além disso, não dá só R\$7.000,00, mas até R\$20.000,00 de renda líquida. Isso muda muito o conceito do seguro. Como é uma mudança estrutural e importante no sistema do banco e no sistema do Banco Central, será aprovado agora, neste mês, e implantado no dia 1º/1/2015. Esse é o compromisso já assumido e vai acontecer. Vamos ter, de fato, um seguro de renda. Hoje nós já temos um seguro, mas precisamos melhorá-lo. Quando o deputado Rogério estava na delegacia, nos ajudou a implantá-lo. Vamos garantir 80% da receita bruta, até R\$20.000,00.

É importante dizermos que só tem acesso ao programa de seguro quem faz custeio agrícola, quem toma créditos do Pronaf para atividades agrícolas zoneadas ou não zoneadas. Temos uma mecânica no Pronaf pela qual, quando a cultura não está zoneada... Se bem que hoje tenhamos 54 culturas zoneadas, a maior parte delas cultivadas aqui em Minas Gerais. O que precisamos estimular? A ampliação dos créditos de custeio agrícola. Todas as vezes que o agricultor faz custeio agrícola, ele tem outra vantagem: garante as parcelas de investimento. Isso diz respeito à caminhonete com que o produtor transporta o leite do Pronaf Mais Alimentos ou ao trator que ele comprou.

Se o preço do milho baixar 10% em Minas Gerais, além do custo de produção haverá uma redução de 2,5% no pagamento de todos os financiamentos de investimentos em Minas Gerais. E 25% do bônus do programa de garantia de preço da agricultura familiar do leite, do milho, do feijão e da mandioca passam para as operações de investimento. Muitos agricultores daqui têm se beneficiado disso, embora seja uma política desconhecida por muitos outros. O Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar é uma política que chamamos de muda e surda. Às vezes nem o companheiro do banco sabe por que o agricultor está pagando menos, pois o mecanismo é muito automático. O banco de Brasília ou o banco de Fortaleza manda cobrar menos, o agricultor chega lá com R\$1.000,00 para pagar, mas tem de pagar só R\$900,00 porque o preço daquele produto baixou 10% além do custo de produção. Quando isso acontece com o leite, com o feijão, com a mandioca ou com o milho, 2,5% da redução desses quatro produtos passam também para as linhas de investimentos. Todos os créditos de investimento têm essa redução. Quando o agricultor perde e tem as parcelas de investimento seguradas, todos os créditos de investimento também têm seguro.

Isso, o café. Na cesta do PGPaf? O café não está na cesta. Neste ano demos, sim, um bônus de 36%, se não me engano, aos agricultores de Minas. O preço do café arábica baixou - isso foi na safra passada, esta safra está boa - e o valor do financiamento baixou. Essas mecânicas tanto de clima quanto de seguro só acessam quem tem crédito.

Quero apresentar a lista dos endereços eletrônicos da equipe do crédito, que é pequena. Meu endereço é o primeiro da lista: joao.guadagnin@mda.gov.br. Respondemos praticamente a todos que nos escrevem e ainda utilizamos a dúvida da pessoa, seja ela técnico, agricultor, liderança, secretário municipal de agricultura ou prefeito, que até tem escrito para nós. Respondemos para aquela pessoa e para um mundo de gente que recebe nossa informação. Mandamos informações para mais de 3 mil e-mails cadastrados. Não fiquem na dúvida.

Finalizo dizendo que quem mora na cidade tem de conhecer o seu caminho, que passa por um bom diálogo e envolve assistência técnica, sindicato, bancos. Pessoal de banco é gente como a gente, quer ver o município progredir. Ele só precisa ter certeza daquilo que vai fazer, que o crédito irá retornar. Se não retorna, o dele fica na reta - usei uma expressão meio chula, mas é isso mesmo. Precisamos reduzir o medo do pessoal do banco, mas ele só é reduzido quando nos aproximamos, quando dialogamos. Não podemos fazer isso que fiz aqui hoje, pois só falei. Vocês precisam trocar ideia lá. Se isso acontecer nos municípios, Minas Gerais continuará liderando o crédito rural do Pronaf. Parabéns para vocês. Continuem avançando.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito bem, João Guadagnin. Deixei o João falar porque ele tem muita notícia boa, muita novidade. Gostamos de escutar notícias boas. Ele é meio mago, meio bruxo no MDA, pois vive inventando coisa nova. Eu estava querendo saber qual novidade ele ia nos trazer. A novidade do crédito com assistência técnica é excelente. O técnico recebe R\$1.100,00.

O Sr. João Guadagnin - Isso mesmo.

O presidente - Ele vai fazer o crédito com assistência técnica durante três anos e pode fazer para 80 famílias.

O Sr. João Guadagnin - Pode fazer para 80 a 100 famílias e até R\$110.000,00 por ano.

O presidente - Portanto são R\$110.000,00 para o técnico. Pessoal que está no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico - Pronatec - na área rural, e jovens do campo, quem tem aptidão à profissão de técnico agrícola, como foi dito pelo João, vai estourar. E também há a Anater. O Pronatec é uma política importante. O jovem adquire uma profissão e ainda ajuda os companheiros e as companheiras na roça. Essa é uma boa notícia. É para a área do Nordeste e do Norte de Minas?

O Sr. João Guadagnin - Área da Sudene.

O presidente - Para a área da Sudene. É uma política que vai... Lá é difícil pensar em crédito se não fizer assistência técnica. Quando eu ainda estava no MDA, essa era uma das coisas mais faladas: "De que adianta eu pegar crédito, se não tenho assistência técnica e vou ficar endividado?". Essa é uma grande novidade que o João Guadagnin trouxe, além de outras, pois foram muitas notícias boas em relação à política de crédito.

Ver alguém do governo federal falar e incentivar o crédito, é muito diferente do que acontecia antigamente, quando o crédito era só para o grande, o pequeno não o tinha. Mesmo quando eu estava no MDA, o governo do presidente Lula já incentivava o crédito. Era



dito aos gerentes: “Precisa fazer o crédito”. Vou passar a palavra aos representantes dos Bancos do Nordeste e do Brasil, e eles irão concordar comigo. Mas muitas vezes o gerente achava que aquilo era brincadeira: “Você está ficando doido? Vou soltar crédito desse jeito?”. Quem está nos escutando pode estar estranhando e pensando: por que o João Guadagnin está falando para o povo ter crédito e por que o banco vai querer fazer crédito? Ele mencionou os motivos, mas há também a questão econômica nacional.

Vivemos uma crise internacional muito grande e que afeta todos os países. Assim, se não tivermos uma política própria de desenvolvimento regional e nacional e ficarmos dependendo apenas da política econômica internacional, o Brasil entra em crise. Então, é preciso que também aqui a roda da economia continue girando. O crédito serve para isso, especialmente o crédito ao pequeno, que vai comprar o que é essencial para o País se mexer. Se ele tem crédito para comprar um trator, por exemplo, está ajudando a indústria; se tem crédito para construir uma casa, está ajudando o setor de serviços e construção civil; se tem crédito para comprar alimento, ele incrementa o comércio da região etc. Então, o crédito passou a ser um instrumento importante.

O ex-presidente Lula, naquele seu jeito mais simples de falar, dizia que o pobre salvou o Brasil da crise. Isso é verdade porque, passando a ter o seu dinheirinho vindo de programas como o Pronaf e o Bolsa Família, o pobre girou a economia. Assim, a roda da economia se movimentou e o Brasil não parou. Se estagnarmos, teremos, sim, uma crise profunda: estagnação, recessão, desemprego etc. Cruz-credo, não gosto nem de falar nisso.

Então, quando ouvimos o governo falar em crédito, entendemos a importância da agricultura familiar para mover a roda da economia do Brasil. Foi por isso que falei, na abertura, que o Brasil e a agricultura familiar têm um dado importante a comemorar: a agricultura familiar é responsável por 10% do PIB. A participação é a mesma da indústria automobilística, mas aqui é pela base. Isso é para vocês verem a importância econômica da agricultura familiar, que faz o Brasil se mexer. Além da importância dessa atividade para a segurança alimentar - por isso, este é o Ano Internacional da Agricultura Familiar -, com produtos de melhor qualidade e sem veneno, com agroecologia e tudo o que temos discutido, ela tem importância para a geração de emprego e renda e a melhora da qualidade de vida das famílias e, em terceiro lugar, para a economia nacional, já que incentiva o Brasil a continuar fazendo girar a economia. Então, não se estranha que, como o João Guadagnin acabou de explicar, o governo da presidenta Dilma venha falar em incentivar o crédito. Estou certo ou errado?

Vou passar a palavra a quem entende de fato desse assunto, de que sou apenas um aprendiz. Com a palavra o Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz.

Palavras do Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz

Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui mais uma vez, e gostaria de agradecer ao deputado Rogério Correia o convite formulado ao Banco do Brasil e, na pessoa dele, cumprimentar os demais integrantes desta Mesa.

O Pronaf é um dos produtos com o qual nós, do Banco do Brasil, temos mais orgulho de trabalhar em Minas Gerais, especialmente pelo fato de este estado ser reconhecido pela força da sua agropecuária e da sua agricultura familiar. Isso nos orgulha e nos move a procurar atender cada vez melhor aos pronafianos. O João Guadagnin já nos mostrou muito bem as principais condições e características de cada linha do Pronaf, e não vou repeti-las, até porque esta apresentação também estará disponível.

O que quero abordar no tempo de que disponho é a evolução do crédito aplicado principalmente em Minas Gerais. Assim, demos início a um trabalho forte neste estado, em parceria com a Secretaria de Agricultura e outros parceiros. Vendo o Marcos na plateia, quero lembrar que a Emater é uma das nossas principais parceiras, porque o crédito sem assistência técnica, como já se disse bastante aqui, não funciona. Se o produtor não tiver assistência técnica, não terá como melhorar sua renda, sua produção e produtividade e, conseqüentemente, quitar seus financiamentos junto ao banco.

Então isso não funciona. A Emater é uma das nossas principais parceiras, eternamente uma grande parceira nossa. Além da Emater, a Fetaemg, que coordena todos os sindicatos do Estado, de maneira especial, de maneira destacada. Então, é também uma grande parceira que temos em todo o Estado. A Faemg, Federação da Agricultura, apesar de ter mais médios e grandes produtores, ela tem também um forte sindicato que contempla os agricultores familiares.

A Secretaria de Agricultura procurou o Banco do Brasil para poder alavancar o crédito aqui mesmo. Então, na safra 2002-2003, ou seja, há 12 anos, nós começamos um movimento forte. Nessa safra, Minas Gerais era apenas o 5º melhor aplicador em Pronaf. Lembro-me bem de que, em 30/6/2003, encerrou-se a safra, e nós estávamos comemorando uma evolução, pois haviam sido aplicados R\$200.000.000,00, contemplando cerca de 30 mil contratos. Já havia evoluído bastante em relação à safra anterior, mas era um número muito tímido ainda. Comemoramos a safra que acabou agora, em 30/6/2014, a safra 2013-2014, porque chegamos a uma marca em que emprestamos R\$2.346.000.000,00 ao Pronaf em Minas Gerais, contemplando 128 mil contratos. Ou seja, isso dá um valor médio por contrato de R\$17.000,00. É bem pulverizado. Não há nenhum estado no País que tenha tamanha diversificação de produtos de cultivo como Minas Gerais.

Quando verificamos o resumo de aplicação da safra, vimos lá alface, cenoura, vagem. Isso falando de hortifrúti. Temos avicultura, suinocultura, avestruz. Lógico, predomina a pecuária leiteira, a pecuária de corte. Temos a cafeicultura, muito café. Então, é bastante pulverizado. O que é mais bacana também é o índice de inadimplência, abaixo de 2%. Então, sempre traçamos uma meta; fazemos isso para que o nosso índice de inadimplência não ultrapasse 2%, em geral. Isso a gente tem orgulho de dizer, que o índice de inadimplência de Minas Gerais é um dos menores, sempre abaixo de 2%. Ou seja, é um programa muito sério, que é levado muito a sério, como sempre foi considerado aqui, e nós conseguimos manter isso. Isso graças às parcerias e graças ao caráter e à idoneidade que nossos agricultores familiares têm, historicamente.

Hoje ocupamos a 2ª posição em aplicação em Pronaf no País. A gente só perde para o Rio Grande do Sul. Por quê? Porque o Rio Grande do Sul, no tocante à operação com o Pronaf, tem um histórico bem mais antigo que o nosso. A organização de cooperativas lá é muito forte. Mas sabemos que eles praticamente chegaram ao limite. Eles não têm mais onde crescer. E, conforme aquele levantamento do IBGE que o Guadagnin nos mostrou, apesar de ser de 2006 o último levantamento fechado, nós avançamos, lógico, mas temos certeza de que muito agricultor familiar aqui, no Estado, ainda não acessou o crédito, as nossas linhas de crédito disponíveis.



Eu falava com o pessoal que me pediu uma entrevista ali fora sobre o porquê disso. Talvez seja receio de chegar ao banco, de ser, vamos dizer assim, desprezado, o que não acontece aqui - eu lhes garanto - em Minas Gerais. Nós trabalhamos aqui, na superintendência, fortemente, para que o Pronaf seja reconhecido como um dos nossos melhores produtos. A maioria das agências operam com crédito rural. Eu posso dizer que todas as agências compraram isso, então; elas fazem questão de atender aos pronafianos com todo o destaque, com toda a especial atenção que eles merecem.

Hoje temos em Minas Gerais 515 agências do Banco do Brasil. Lógico que as agências da capital não têm clientes pronafianos, mas posso afirmar que cerca de 400 agências têm pelo menos um contrato do Pronaf. Há um destaque: Manhuaçu tem 5 mil contratos de Pronaf, é a que tem mais. Além de Manhuaçu, partindo para outra região, Boa Esperança tem cerca de 3 mil contratos. Há vários casos em que o Pronaf é o principal produto da agência do Banco do Brasil.

Uma questão importante, que o Guadagnin abordou aqui, é a reciprocidade. Realmente, não se pode exigir qualquer reciprocidade. O que nossas agências fazem? Sabem que os pronafianos são seus ótimos clientes, então elas têm liberdade de lhes oferecer seus produtos. Se o Banco do Brasil não oferecer, o concorrente oferecerá. Ai o nosso cliente pronafiano fará o Pronaf no Banco do Brasil e contratará um seguro num outro banco. Então o Banco do Brasil tem essa liberdade, e lógico que o abordará para que concentre seus negócios no Banco do Brasil.

Não podemos divulgar nomes e cidades, mas um exemplo bacana é que recentemente um pronafiano ganhou R\$2.000.000,00 em sorteio de Ourocap. Imaginem a alegria desse pronafiano. Ele comprou um título de capitalização, que lhe foi oferecido pela agência do banco - não lhe foi enfiado goela abaixo, falando no popular -, e foi sorteado com R\$2.000.000,00. Um pronafiano com uma renda bruta anual de R\$50.000,00. Imaginem a sua alegria e felicidade. É importante frisarmos que é proibido qualquer exigência de reciprocidade bancária, mas que muitas agências nossas do interior do Estado, por terem esse público como seu principal cliente, oferecem seus produtos e serviços.

Gostamos de destacar justamente o crescimento. Em 12 anos, a marca de segundo maior aplicador de Pronaf no Brasil. Ela foi conquistada há cerca de três anos; então, durante nove anos, lutamos para crescer cada vez mais, com essas parcerias que já citei. Ela se consolidou, e a tendência e o nosso objetivo é ultrapassar o Rio Grande do Sul, porque há muito agricultor familiar que ainda não procurou o banco para acessar o crédito. Então temos esse objetivo forte e a certeza de que conseguiremos alcançá-lo. É uma meta nossa, a do Estado de Minas Gerais, que temos condições de conseguir, sempre reforçando que é com essas parcerias.

Não quero me alongar mais, deputado Rogério Correia, porque o Guadagnin já falou sobre todas as condições, mas não podia deixar de destacar todo esse trabalho. O deputado Rogério Correia foi delegado federal do MDA e durante bom tempo participou diretamente conosco dessa luta incansável. Hoje o Pronaf está andando tão bem em nossas agências do banco, e se estabeleceu um contato tão fácil do Banco do Brasil com nossos parceiros: a Fetaemg, a Emater, o MDA. Se houver algum problema em alguma agência, alguma dúvida que gerou um problema, eles nos ligam na superintendência e procuramos uma solução o mais rápido possível, porque entendemos o quanto esse público é importante para nós. Isso no Brasil inteiro e mais ainda em Minas Gerais.

Gostaria de agradecer e parabenizar os agricultores familiares por essa nobreza que vocês têm. Se não fossem vocês, não teríamos alimento, não teríamos esse café maravilhoso. Sou um bebedor de café e já ganhei muito café de agricultor familiar, e café de primeiríssima qualidade. O trabalho de vocês é nobre, e queremos atendê-los cada vez melhor e levar-lhes cada vez mais crédito a juros baixos e a prazos compatíveis, para que vocês possam pagar com facilidade. Continuem tendo crédito, continuem melhorando de renda, que é o propósito do Pronaf.

Conheci um produtor de Lagoa Formosa que era pronafiano e hoje ele é um grande produtor. E isso em cinco anos. Numa ocasião em que estive em Patos de Minas, numa reunião regional, fui apresentado a ele, e pude ver a sua satisfação em falar que o crédito do Pronaf o ajudou no começo do seu trabalho e propiciou seu aumento de renda. Há vários casos como esse de Lagoa Formosa.

Lembro-me muito bem de que ele é um dos maiores produtores de hortifrúti da região; então isso nos enche de orgulho e satisfação e nos move. Muito obrigado. Contem sempre com o apoio do Banco do Brasil.

O presidente - Muito obrigado, Geovane, gerente de Negócios de Desenvolvimento Sustentável da Superintendência Estadual de Minas Gerais, que falou em nome do Banco do Brasil.

Alguém forneceu um dado no início dos nossos trabalhos sobre a melhora de renda na área rural. O grande responsável por isso é o Pronaf. Para 80% dos pequenos produtores, houve melhora na renda. Deram os dados também de quantos saíram do nível de pobreza, quantos passaram para a classe média. O Pronaf é um dos responsáveis. Quando estávamos no MDA, ainda havia dificuldade de uma gerência ou outra, havia muita reclamação. Como deputado, quando vou ao interior, o que ouço é muito pouca reclamação sobre o funcionamento do Pronaf, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. Então houve, de fato, uma melhora substancial, e a tendência é melhorar mais.

Quem forneceu os dados foi o Argileu. Mas não sei de cor. Tudo que estamos passando vamos também deixar na página da Assembleia Legislativa. Depois vem o resumo da nossa região. Então vocês terão acesso a esses dados, às planilhas apresentadas, aos *powerpoints*.

O último inscrito da Mesa para fazer sua exposição é Ananias Pereira de Souza. Depois dele, passaremos a ouvir também as demais pessoas que estão participando do nosso debate.

Palavras do Sr. Ananias Pereira de Souza

Boa tarde a todos. Inicialmente, queremos agradecer, em nome do nosso superintendente Wesley Maciel, o convite formulado ao Banco do Nordeste. Na pessoa do deputado Rogério Correia, que preside os trabalhos, estendemos nossos cumprimentos aos demais membros da Mesa.

Considerando que o Banco do Nordeste atua apenas em uma parte do Estado, quero iniciar esta apresentação com algumas informações básicas, já que nesta parte da capital, muitas vezes, muitas pessoas não conhecem exatamente a atuação do Banco do Nordeste, em razão da restrição da área onde atua. O Banco do Nordeste atua, de maneira geral, na Região Nordeste, em 11 estados, considerando-se Minas Gerais e Espírito Santo, em uma área acima de 1.500.000km².



Essa mancha que os senhores estão vendo é a parte do semiárido. Embora sejamos acostumados a ver informações na mídia em que a área da Sudene e o semiárido às vezes aparecem como sinônimos, na verdade o semiárido é um subconjunto da área da Sudene. O banco atua em quase 2 mil municípios. Já estamos passando de 240 agências. Atualmente temos cerca de 6.300 funcionários.

Na área mineira da Sudene são 168 municípios, distribuídos em quatro regiões. No Norte de Minas, 89 municípios; no Vale do Jequitinhonha, 52; no Vale do Mucuri, 25; no Noroeste, 2, Arinos e Formoso, inseridos recentemente. É uma área de cerca de 210.000km², que correspondem mais ou menos às áreas de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Rio Grande do Norte somadas, faltando ainda um pouco. São 168 municípios.

Aqui estão as nossas agências. Temos apenas 15 agências nessa área mineira da Sudene. Para dar conta da missão do banco, temos uma ação peculiar, com trabalho de assessores do Agroamigo, gerentes de desenvolvimento e gerentes de negócios Pronaf, que atuam no território para cobrirmos toda essa área, mesmo com poucas agências.

No banco temos uma estrutura voltada especialmente para a agricultura familiar. Nessa lista estão as prioridades do banco voltadas a essa política, começando com a inserção no planejamento estratégico do banco, em que o Pronaf recebe um destaque especial. A agricultura familiar é priorizada no planejamento anual dos recursos do FNE, um fundo constitucional que o banco administra. São cerca de R\$12.000.000.000,00, R\$13.000.000.000,00 por ano. Dentro desse valor, a parte do Pronaf no banco, de que vou falar mais à frente, é um pouco acima de R\$2.000.000.000,00; e, em Minas Gerais, de R\$200.000.000,00 na área mineira da Sudene.

Temos uma estrutura institucional voltada para esse segmento, começando com uma superintendência na direção-geral, com mais gerências e ambientes em Fortaleza. Descendo para os estados, em cada superintendência temos uma célula, uma estrutura de gerência estadual, pela qual respondo aqui, em Minas Gerais, e no Espírito Santo. Em cada agência, temos gerentes do Pronaf; no Estado, uma gerência para o microcrédito, especialmente para o Agroamigo; e mais um grupo em torno de 100 assessores do Agroamigo que atuam nos territórios, fazendo esse crédito orientado. Temos também articulações, parcerias, acordos de cooperação, buscando atingir o melhor resultado possível com essa política para a agricultura familiar.

Como disse, o semiárido é um subconjunto da área da Sudene. Aqui, em Minas Gerais, são 85 municípios, um pouco mais da metade, sendo 54 municípios do semiárido no Norte de Minas, 31 no Vale do Jequitinhonha, e nenhum município no semiárido, no Vale do Mucuri e Noroeste. Essa informação é importante porque, agora, nesse Plano Safra 2014-2015, há um tratamento diferenciado para os municípios que estão no semiárido e que tenham decretado estado de calamidade ou emergência em consequência da seca. Os senhores vão notar, lá na frente, que há uma ação para esses municípios do semiárido.

Aqui está a lista do Norte de Minas, com os 54 municípios do semiárido dessa região. De vez em quando, há uma confusão, mas, como disse, no Norte de Minas são apenas esses municípios, dentro da área da Sudene, que fazem parte do semiárido; e, no Vale do Jequitinhonha, mais 31 municípios. Então isso soma os 85.

Houve uma alteração no Plano Safra, lançado no final de junho. No dia 31 de julho - hoje completam exatamente três semanas -, houve uma nova resolução do Conselho Monetário Nacional, falando que todos os municípios - não apenas os do semiárido, como está no Plano Safra anterior - da área da Sudene que tenham decretado estado de calamidade ou emergência entre 1º de janeiro e 30 de julho terão também o tratamento diferenciado nas operações que forem contratadas até 30 de dezembro deste ano. Ou seja, temos uma janela de tratamento especial para todos os municípios, não só os do semiárido, mas desde que obedeçam a essas condições.

Como na programação estavam frisados os Pronafs Mulher, Jovem, Eco e Agroecologia, coloquei algumas informações como estavam no Plano Safra. Mas, como o Dr. Guadagnin já explanou isso detalhadamente, não vou repetir, apenas frisar os pontos que chamarem atenção.

Na taxa de juros, coloquei em destaque o semiárido, e nas demais situações estão as outras regiões. O diferencial no tratamento de juros vai obedecer à lista de municípios apresentada aos senhores. Os mesmos detalhes dizem respeito ao público-alvo, finalidade, tudo que já foi apresentado. Juros de 1% ao ano para o Pronaf Jovem, a mesma coisa para o Pronaf Eco. As informações estão repetidas.

Aqui, listei alguns gargalos, em razão do que ouvimos nas discussões com os colegas do banco e parceiros. Por que às vezes os Pronafs Mulher, Jovem, Agroecologia e Eco não alcançam a dimensão prevista no programa? No Banco do Nordeste, quando somamos as operações contratadas para os quatro Pronafs, tanto em quantidade quanto em valores, não chegamos a atingir 5% do volume total.

O Pronaf Mulher é específico para atender a mulher, mas ouve-se muito falar sobre a questão cultural. Às vezes a documentação não está com a mulher; às vezes, por tradição, é o homem que continua liderando. Então temos a questão de gênero, de que tanto se fala nas políticas públicas, perpassando pelo Pronaf Mulher.

O Pronaf Jovem enfrenta também alguns problemas estruturais, como documentação da terra, assentamentos que estão em fase de estruturação. Enfrentamos problemas estruturais que acabam rebatendo no tratamento e na possibilidade de expansão desses dois grupos.

Quanto aos Pronafs Agroecologia e Eco, falta oportunidade de acesso, em razão de embaraços diversos nos demais grupos. Temos inúmeras opções de acesso ao Pronaf, mas, quando o beneficiário começa a ter problemas com um dos programas que já acessou, ele nem chega a fazer essa proposta nos demais grupos, no banco. Essa possibilidade fica ociosa porque ele já se embaraçou com algum problema no outro grupo e nem chega a acessar o Pronaf Agroecologia ou Eco, assim como outros programas que também existem - falei desses dois porque estão na lista do debate -; enfim, observamos isso com muita frequência.

De maneira sintética, em todos os grupos observamos a questão da terra, da insuficiência de terra, da falta de documentação da terra. Nesta semana, estava reunido em Brasília de Minas com diversos sindicatos, e mais uma vez entrou na pauta essa discussão sobre insuficiência de terra ou falta de documentação da terra. Apresentei essas questões para pontuar em alguma parte do debate do desdobramento dos grupos. Eram esses os pontos que queria apresentar no âmbito do Banco do Nordeste. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Muito obrigado, Sr. Ananias. No caso do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri, do Noroeste de Minas, além do Banco do Brasil temos também o Banco do Nordeste, que é fundamental para o crédito nessas regiões. Foi bom o Ananias já ter apresentado aqui - abriremos depois do debate - alguns gargalos. Essa questão fundiária em Minas tem sido muito reclamada. Às vezes as pessoas não têm acesso ao crédito para investimento, só para custeio, porque a questão fundiária não está resolvida. Esse é um dos gargalos. O João Guadagnin falou que uma grande parcela não tem crédito. Aqui em Minas, uma parcela grande não o tem até por uma questão fundiária. Isso, que estava meio parado, agora está sendo retomado. Ficamos parados por um tempo enorme quanto à questão fundiária e à regularização fundiária, por meio dos lotes. Não é, Tizé? Esse é um problema, que outro grupo está discutindo, que certamente afeta a questão do crédito. Foi bom o Ananias ter tocado nesse assunto.

Passarei a palavra para o José Antônio Ribeiro, o Tizé, para que possa também fazer um resumo do que vimos, como ficou previsto. Ele está lembrando muito bem que esse assunto fundiário será visto amanhã, no Plenário. O problema é tão grave aqui em Minas, que o apresentamos para o conjunto dos trabalhadores rurais e sindicatos, que aqui estarão.

Palavras do Coordenador

Deputado Rogério Correia, esse assunto é tão importante que será tema do último painel, que acontecerá amanhã, na parte da manhã, aqui no Plenário. Os temas são "Acesso à terra, reforma agrária, regularização fundiária e garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais". A proposta é reflexão e debate sobre as políticas públicas ligadas à reforma agrária, à regularização fundiária, à titulação de terras, ao monitoramento e aos desafios e perspectivas, com destaque para a articulação das ações e parcerias, dos territórios dos povos e comunidades tradicionais e dos assentamentos e créditos fundiários.

Estarão aqui, para o debate, os senhores Evandro Oliveira Neiva e André Luiz Marinho, da Subsecretaria de Agricultura Familiar; o Sr. Danilo Prado, superintendente do Incra, que também esteve conosco ontem; e o Sr. Adhemar Lopes de Almeida, secretário de reordenamento agrário do MDA. As questões que possam surgir no debate de agora talvez tenham seu aprofundamento amanhã. Quanto a esse tema de hoje, daqui a pouco franquearemos a palavra para as intervenções e para o debate, lembrando que as questões podem ser encaminhadas para alguns dos palestrantes desta tarde.

Deputado Rogério Correia, pela programação, havia o papel dos debatedores. Temos uma contribuição do Marcos Melo Meokarem, da Emater, que ficou de pontuar as questões mais relevantes e de maior destaque de cada uma das falas dos quatro participantes, para provocar em seguida o debate com todos os participantes nesta tarde.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer a sua intervenção. Lembramos que a leitura e apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Reforçamos também a recomendação, feita no início desta reunião, para que os convidados e participantes evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Debates

O presidente - Com a palavra, o Marcos Melo, que nos dará essa contribuição.

O Sr. Marcos Melo Meokarem - Boa tarde a todos. Primeiramente quero agradecer à Emater o convite para participar deste ciclo de debates. Cumprimento os componentes da Mesa: o Tizé, meu contemporâneo, coleta da antiga Ufla-Esal; o Geovane, com o qual sempre estou nessa batalha pelo crédito rural em Minas; o Dr. João Guadagnin, cujo *e-mail* não para de receber mensagens da Emater; o Marco Antônio, com o qual falamos algumas vezes, também no MDA, menos um pouco que com o Dr. João. Agradeço a atenção dispensada por toda a equipe do MDA, que nos atende sempre a contento quando de nossos apertos. Agradeço ao deputado Rogério Correia pelo convite. Falamos pouco com o Ananias, porque atua numa área menor do Estado de Minas. Ainda, sempre que consultado, somos bem recebidos.

Minha apresentação aqui parte do ponto de vista bem operacional. Sou coordenador, técnico de crédito rural da Emater e coordeno 47 unidades regionais, mais de 3 mil emissores de DAP. Queria falar um pouco da DAP. O Dr. João falou que a DAP subsidia 14 políticas públicas, e sem a DAP ninguém tem crédito, ninguém participa do PAA, do Pnae, do Minha Casa Minha Vida ou do Brasil sem Miséria. Não vou citar os 14 programas.

Se existisse uma carteira de identidade do agricultor familiar, seria a DAP. A DAP é emitida no escritório local da Emater, no sindicato, na Fetaemg, na Faemg, nesses órgãos que podem corroborar minha posição. O sistema de emissão de DAP apresenta uma demanda incrível. Imaginem, amanhã, Minas Gerais inteira, que é o maior emissor de DAP, emitindo DAP. Existem problemas de conexão. Não temos conexão nem internet excelente em todos os municípios de Minas Gerais. Existe computador velho, existem problemas entre o computador e a cadeira, que é o operador. Enfim, a emissão da DAP é super-importante e tem trazido muitos problemas, principalmente para Minas Gerais.

Não vamos dizer quais são os problemas, se eles são do MDA ou da Emater. O que precisamos é emitir DAP rápido, atender o produtor e, principalmente, não apertar o emissor. O colega que vai emitir a DAP pode ser interpelado pela Polícia Federal ou pelo Ministério Público, porque a DAP é declaratória. Se o produtor fala uma mentira para o colega numa declaração da DAP, posteriormente emissor e produtor serão intimados a prestar esclarecimentos. A DAP é declaratória. Isso tem de ficar claro. O produtor que mente no momento de fazer a DAP está se expondo. Essa volta toda que estou dando se deve a que, no passado, tínhamos um sistema de emissão de dados *off-line*, que funcionava exatamente como funciona o imposto de renda. Você fica ali 10 dias preenchendo o formulário e, no momento em que você o confere e vê que está tudo certo, você dá um clique e ele vai para Brasília. Iam 50 DAPs de uma vez. Esse sistema está inoperante há uns dois anos. Estamos dependendo apenas do sistema DAPWeb. Pelo fato de o sistema DAP *on-line* depender de conexão e de uma série de coisas, ainda passaremos por grandes problemas.

A primeira coisa que gostaria de ver constando neste ciclo de debates é a necessidade que temos de um sistema eficiente de emissão de dados. Precisamos proteger o emissor da DAP. O emissor não pode ser responsável por todas as informações e passar por todas as ideias que o produtor tem. Vou dar um exemplo: O MDA é chamado de DAP sanfona. É uma brincadeira nossa, porque lidamos com



isso todos os dias. Hoje a pessoa quer um crédito rural para comprar um trator de R\$75.000,00. Ela vai até o contador, e o contador mal-intencionado lhe dá um decore no valor de R\$150.000,00 por ano, e a pessoa vai na Emater com um documento oficial. Muitas vezes, o técnico, que é CDF mesmo, registra isso em cartório. Ele registra isso, pega uma DAP de R\$150.000,00 e compra o trator. Passados dois meses, ele quer uma carta do Programa Nacional de Habitação Rural. O limite é R\$14.000,00. Depois de dois meses, ele chega lá e fala: "Quebrei. Estou ganhando R\$10.000,00 por ano". Como o técnico vai confirmar isso? Ele tira o gado da propriedade. Quando o técnico chega, o gado não está lá mais. O que estou dizendo é o seguinte: vamos olhar o lado do emissor também. Não vamos deixar tudo nas mãos do emissor e vamos lutar para o sistema de dados *off-line*. Se houver uma previsão, o Dr. João, depois, poderá falar melhor sobre isso, para que consigamos colocar o sistema de dados *off-line* para funcionar. Para vocês não acharem que estou contra o crédito rural, quero frisar que não existe nada igual a crédito rural no Brasil. Uma montadora de veículo ou uma mineradora não tem o subsídio que o crédito rural tem. Então é uma ferramenta espetacular. Desde as épocas da Acar, aqui em Minas Gerais, que ele já é utilizado. A Emater, o Estado de Minas Gerais, a extensão rural do País e todos nós precisamos do crédito rural. Precisamos também do apoio de vocês para proteger o emissor e dar condições a ele de trabalhar melhor. Isso foi só um registro. Depois, se o Dr. João quiser complementar alguma coisa, será interessante.

Quanto ao Mais Alimentos, como na programação falei do viés do Pronaf Eco e da agroecologia, quero saber se há previsão de condição especial para equipamentos destinados ao plantio direto na palha, uma condição que justifique aumento dessa atividade, considerada por muitos como atividade de futuro. Trata-se de revolver menos o solo, diminuir os impactos ambientais de maneira geral, o sequestro de carbono, etc.

Quero dirigir-me agora aos candidatos à DAP. Segundo as normas de emissão da DAP, fica claro que o interessado deve solicitá-la 30 dias antes da data do crédito. O que tem acontecido nos escritórios emissores? O prazo do Safra e do Pnae vencem no dia seguinte, e os produtores querem a emissão de 40 DAPs numa manhã. Então, pessoal, por favor, não adianta pressionar o técnico ou o prefeito, ligar para o ministério, porque a norma estabelece que é preciso procurar o escritório 30 dias antes do crédito. Às vezes chegam várias pessoas, até de ônibus, pedem o documento, e a internet cai, o sistema está com problemas de manutenção, o que acaba gerando revolta. Isso é comum. Há dois lados. O emissor quer fazer direito, mas o agricultor também deve chegar munido de todos os documentos e no prazo hábil, além de entender que problemas acontecem. O técnico não tem interesse algum em não emitir a DAP.

Talvez eu tenha fugido um pouco do assunto, mas aproveito a presença do pessoal de Brasília. Como dito aqui, dependemos da emissão desse documento para tudo.

O presidente - Muito obrigado, Márcio. O Guadagnin e o Marco Antônio querem responder. Abriremos os debates e depois faremos um pinga-fogo para ficar mais dinâmico.

O Sr. João Guadagnin - Agradeço ao Márcio e a toda a equipe da Emater de Minas pela colaboração, pelo esforço e pelo apoio ao agricultor familiar. O Marcos trabalha praticamente 24 horas. Recebo mensagens dele o dia inteiro, até 1 hora da manhã, 3 horas, 5 horas. Ele sabe que, como o sistema DAP é muito utilizado, a demanda é alta, os equipamentos ficam sobrecarregados. Nos últimos dias, tivemos alguns problemas maiores, porque estamos migrando, melhorando a nossa infraestrutura. Os equipamentos terão agora uma velocidade 10 vezes maior. Esse processo iniciou-se há aproximadamente 30 dias e intensificou-se nos dias, 11, 12 e 13, ocasião em que ocorreram muitos imprevistos. Trata-se da migração de um sistema de grande porte, que possui 4.800.000 DAPs e diversos usuários, com os equipamentos sendo usados. É como trocar o pneu de um carro que está andando. E isso dá problema. Sabíamos que seria assim, mas não podíamos parar, evitar a emissão de DAPs por 10 dias. A orientação do ministro Rossetto era fazer todo o possível para evitar problemas, mas infelizmente eles estão ocorrendo. Ontem foi um dia com muitos problemas. Parece que a situação melhorou. Nos últimos dias, troquei aproximadamente 200 mensagens com o Márcio. Parece que hoje isso seria resolvido.

Na verdade, também não acompanhei isso. Trabalhei um pouco de manhã até a hora que sai do Ministério - mais ou menos 9 horas - e não tinha nenhum problema apontado. Pelo menos parece que está bem. Teremos muito mais do que temos.

O Off-line é um sistema para as pessoas fazerem o preenchimento e depois transmitirem. Por exemplo, como fizemos de novo mexidas nas regras de enquadramento - isso não falei aqui-, todo agricultor que tem renda de fora do estabelecimento, no valor de R\$10.000,00, quando produz, pelo menos, R\$1.000,00 de estabelecimento, ele desconta isso. Agora, o que é isso? Desconta, mas, para garantia da safra, volta a contar, porque a lei do Garantia-Safra diz o seguinte: um por ano para o enquadramento, contando todas as rendas. Então, desconta-se para fins de crédito Pronaf, mas para o Garantia-Safra tem de somar. É esse aperfeiçoamento que está nos dando uma dor de cabeça danada, porque uma hora conta, depois tem de descontar. Isso está no processo. Era para estar nesta semana nas mãos de vocês o Off-line. Vamos voltar a ter, vamos tentar dar estabilidade a esse sistema, especialmente não mexer mais ou, pelo menos, dar um tempo maior para mexer nas regras da DAP. Daí teremos isso por mais tempo.

A outra decisão que já está tomada é uma orientação do ministro Miguel Rossetto. Também é para quando formos mexer nas regras de enquadramento. O pessoal da área de TI tem de saber antes o dia em que sai a resolução do Conselho Monetário. A regra já está implantada no sistema, e não é para fazer isso como temos feito. Primeiro sai a resolução do Conselho Monetário e depois a turma de TI começa a trabalhar. Por isso acontecem esses problemas que você apontou. Também registro que o número de problemas é pequeno diante do tamanho do sistema. Já conseguimos estabilizar e melhorar muito, apesar de todas essas dificuldades. É claro que aquilo que você disse sobre a sanfona é um problema. Só em uma coisa discordo de você: não há nenhum extensionista de Minas Gerais e do Brasil que agiu corretamente - e todos agem corretamente, salvo uma ou outra exceção - incriminado por Polícia Federal ou Ministério Público.

O que existe é o seguinte: como a DAP serve para acesso à política pública, quando há especialmente uma denúncia, desvia-se não sei o que, aí o Ministério Público, a Polícia Federal vai lá e entrevista o emissor de DAP. Isso é uma função pública. Quando estamos fazendo a DAP, seja o presidente do sindicato, seja o técnico da Emater, está fazendo aquilo em nome do ministro do Desenvolvimento Agrário. Quem dá autoridade ao técnico para emitir a DAP é o ministro. É uma portaria ministerial. Então, naquele momento, ele é funcionário público federal. É uma função gratuita, mas é uma delegação que o ministro deu a ele: "Você pode emitir esse documento em meu nome". É isso que ele está dizendo naquela portaria. Então, ele é entrevistado como um delegado, como uma

pessoa que recebeu uma delegação do ministro para fazer aquele documento, mas só isso. Não há nada, nunca houve incriminação de técnicos e, sim, sobre os agricultores, porque a DAP é do agricultor.

Aqui, em Minas Gerais, temos de reduzir o medo, Marcos. Os nossos colegas, particularmente os da extensão rural, estão com muito medo. Ora, não tem de ter medo. Tem de avisar ao agricultor sanfoneiro, esse que é parente do Bóris, o gaúcho que toca gaita, que aquilo um dia pode dar problema para ele. Esse negócio de dizer que uma hora tem R\$150.000,00 - como disse o Marcos - e outra hora tem R\$14.000,00, mais cedo ou mais tarde vai dar angustia de carço para o lado dele. A DAP tem de ser a verdade, somente a verdade. E o que pedimos a todos e que estou pedindo agora a todos que estão nos vendo em vários locais deste grande estado é que denunciem essas coisas, não silenciem. A DAP é um documento público, um documento de cidadania tão importante hoje quanto o CPF ou a carteira de identidade. Por meio dele acessam-se políticas públicas subsidiadas, que o povo brasileiro paga para ter.

Não pode haver mentira, não pode haver falsidade, tem de ser uma coisa real. Vou brigar aqui porque espero que o Grêmio ganhe do Cruzeiro, finalmente o Felipão vai voltar do Mineirão com 7 a 0 em cima do Cruzeiro. Ontem estava torcendo para o Atlético, mas não conseguimos. Mas, tudo bem, ele vai chegar lá, não é Rogério?

Bueno, há uns cruzeirenses ou uns colorados que ontem, graças a Deus, perderam para o São Paulo. Eles fazem umas coisas mal feitas. Não há nem um gremista nem um atleticano fazendo coisa mal feita, somente quem faz coisa mal feita é cruzeirense ou colorado. Os colorados, ou os cruzeirenses, ou os gremistas, ou até mesmo os atleticanos, todos que fizerem coisa errada terão de pagar pelo erro.

O Rogério e o Marcos disseram bem, é um programa do povo, uma conquista. Política pública só prospera, e graças a Deus o Pronaf prospera, porque há pessoas sérias envolvidas. Os dois ou três, sejam eles cruzeirenses, gremistas ou colorados, que cometem fraude, têm de ser afastados, têm de ser entregues ao Ministério Público, têm de servir de Cristo. Precisamos penalizar essas pessoas. Não podemos pressionar o emitente de DAP, que não ganha nada para fazer aquilo, que é um serviço gratuito. É o papel da extensão rural brasileira, é o papel do sindicato, delegado pelo ministro. Então, vamos fazer a coisa bem feita.

Quero reafirmar: estamos melhorando o sistema, que já está bom, mas que vai melhorar ainda mais. E vai haver também a DAP *off-line*. Técnicos, deixem de lado o medo que vocês têm da Polícia Federal. Não existe um técnico incriminado. O que ocorre aqui e ali é de eles terem de dar um depoimento, prestar informação, dizer o que sabem ou o que viram. Então, não há motivo para preocupação.

Hoje respondi a uma pergunta de um colega que trabalha num banco do Espírito Santo. Há agricultores que ora vão para o Pronaf, ora vão para o Pronaf. A norma do crédito até permite isso em algumas situações. Agora, qual é o cuidado que precisamos ter? Com o sanfoneiro, aquele que quer sempre se beneficiar, o da Lei de Gérson, aquele que está sempre procurando tirar vantagem. Então, precisamos ficar de olho nele e avisá-lo de que está cometendo um erro. Hoje escrevi novamente isto: tem de dizer para o agricultor que toda vez que ele mente, mais cedo ou mais tarde, aquela mentira pode resultar numa penalização para ele. Então, fiquem tranquilos quanto a isso. Não há problema, não existe incriminação, e continuem fazendo o belo trabalho que fazem. Obrigado pelo trabalho.

O presidente - Obrigado, Guadagnin. Com a palavra, Frederico Pecorelli.

O Sr. Frederico Pecorelli - Boa tarde, minhas cordiais saudações a todos. Minha questão é uma contribuição humilde. Na perspectiva de que as normas são construídas pelas pessoas e podem ser alteradas, e costumam ser alteradas para a melhoria, o financiamento agroecológico considera que existe a transição agroecológica. Estou falando de onde? Estou falando de onde estou atualmente, que é numa residência agrária, na Unicamp, onde nos aperfeiçoamos em educação do campo e em agroecologia, nos assentamentos, onde nós, discentes, enquanto alunos, atuamos, mas também somos agentes de Ater, que é um dos requisitos da residência.

Aqui, fazemos um registro de gratidão ao movimento social que permitiu o financiamento das residências pelo Pronaf, ou seja, pessoas com muito afinco construíram essas normas e permitiram o acesso a esses cursos de residência agrária. Nessa perspectiva, os financiamentos devem considerar que a transição agroecológica muitas vezes não é bem sucedida, por isso é uma transição. Nessas tentativas e erros, o financiamento deve ter um dos itens de remissão da dívida, quando não há nem negligência, nem perícia, nem prudência, seja do agricultor, da agricultora ou de qualquer um dos envolvidos.

Então, gostaria que todos que estão aqui aprovassem uma proposição para que, no documento deste ciclo de debates, se houver algum documento, fosse privilegiada a transição agroecológica. E que o financiamento considere isso. Obrigado.

O presidente - Muito bem. Obrigado. Frederico, você podia, por favor, fazer essa proposta por escrito. Aqui está dizendo que é preciso ter 30% de assinaturas. Então, é preciso ter sete ou oito assinaturas.

Quem quiser subscrever com ele, já é automático, não precisa nem de aprovação. Se houver número de assinaturas suficiente, ela será incorporada à conclusão do nosso trabalho de grupo. Farei a leitura posteriormente para as pessoas compreenderem.

Uma pergunta foi feita para o Marco Antônio e vou passá-la a ele. Depois há mais três perguntas. Quem quiser pode se dirigir ao microfone.

O Sr. Marco Antônio Leite - A pergunta é do Marcos Melo, a quem agradeço o trabalho que fazem com a agricultura familiar no Estado. Sua pergunta é a respeito do que estamos pensando quanto ao Mais Alimentos, em relação ao plantio direto, ao plantio na palha.

O programa tem três pilares: o pilar do crédito, que tem prazo para pagar, carência e subvenção nos juros. Isso funciona bem e está indo muito bem. Uma outra questão é a assistência técnica e a extensão rural. Um percentual de 33% desse processo que envolve a assistência técnica e a extensão rural, que é fazer o projeto, acompanhá-lo e prestar assistência técnica, está com vocês. Há um outro ponto, que é o setor de tecnologia, relacionado à indústria que desenvolve os produtos. Vimos, antes do programa Mais Alimentos, que a venda de tratores de baixa potência estava caindo, e revertemos o processo.

O mesmo acontece para plantadeira de plantio direto. Há pouco mais de um ano, na Agrishow de Ribeirão Preto, houve o lançamento de uma plantadeira de cinco linhas que tinha a mesma tecnologia de uma plantadeira de 35 linhas. Temos um GT para discutir com a indústria continuamente sobre o desenvolvimento de tecnologia adequada para a agricultura familiar. Qual é o



incentivo que a indústria tem? A venda de máquinas e de implementos para o nosso público. Hoje a venda de máquinas e de implementos para a agricultura familiar representa cerca de 25% das vendas totais da Anfavea, da Abimaq e de todas as indústrias vinculadas aos sindicatos e às entidades representativas. Temos uma parceria com eles, por meio da qual desenvolvem essas tecnologias e fornecem esses produtos à agricultura familiar. É importante, Marcos, que essas demandas cheguem a nós para conversarmos com a indústria. Vou citar um exemplo. Há cerca de um mês estive na Bahia com o presidente da Casale, uma das grandes empresas produtoras de equipamentos para a pecuária. Visitamos uma grande fazenda que trabalha em parceria com a agricultura familiar para desenvolver uma máquina para colher palma forrageira. Fomos lá para conhecê-la. E qual foi a meta, a demanda que tracei para eles? Desenvolver uma máquina colheitadeira de palma forrageira para atender a todo o semiárido brasileiro. Essa é a nossa demanda. Então, precisamos ter essas demandas. É claro que vocês já têm as demandas, isso já está acontecendo. Já existe uma dinâmica, mas é importante sabermos sobre isso para podermos cobrar o setor industrial, que, na verdade, tem também um ganho nesse processo e terá total interesse em atender essas demandas.

O presidente - Vou passar a ler as perguntas escritas.

Pergunta de Joelma Lindomara dos Santos Souza Rocha, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tarumirim, para o Banco do Brasil: “Senhor palestrante, necessito de uma análise de resultado, pois, no período de 2012 até a presente data, não houve resultado prático. Sou uma jovem que quer continuar no campo através da agricultura familiar na agroindústria (rapadura e açúcar mascavo artesanal). Já temos um projeto e um plano de negócio no Banco do Brasil em nome do meu pai, e toda vez que procuramos o banco eles pedem contato, dizem que está tudo *o.k.*, mas o dinheiro para a concretização do projeto não sai”.

Esse questionamento é de um Pronaf para a agricultura familiar de agroindústria. Vou passar a pergunta a você. Por que esse Pronaf não está saindo?

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Pelo que entendi, a proposta está em nome do seu pai. Por favor, fale o nome dele para que eu possa pesquisar.

O presidente - Pode falar ao microfone.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Por favor, me dê o nome dele para que eu possa pesquisar. Vou me comprometer a olhar com a agência e verificar o que aconteceu. Depois lhe daremos a resposta. Pode ser?

A Sra. Marli Galvina - Eu sou Marli Galvina, esposa do Joel Moreira da Rocha, proprietário.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Certo, o nome é Joel Moreira da Rocha. Vou fazer assim: de posse disso, vou verificar o que aconteceu e peço que entrem em contato com vocês, no mais tardar, até segunda-feira.

O presidente - Geovane, para outros que têm esse tipo de demanda e não está funcionando, existe algum departamento no Banco do Brasil ou alguém para entrarem em contato em Belo Horizonte, na superintendência ou no agronegócio? Para quem quer saber a resposta ou tiver alguma reclamação da gerência, como pode ou deve agir - aos que estão nos acompanhando em casa -, para dar andamento ao seu projeto? Essa foi uma boa pergunta porque não existe somente o caso dela, que foi específico daqui. Mas quando visitamos e vamos aos sindicatos, muitos trabalhadores perguntam por que o crédito não saiu. Onde eles podem verificar isso?

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Podem nos procurar na superintendência do Banco do Brasil, que vamos verificar. Meu telefone é: (31)32173973.

O presidente - Repita, por favor.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Meu telefone é: (31)32173973. Meu *e-mail* é carlosgeo@bb.com.br. Estamos à disposição sempre. De posse desse contato, vamos verificar o que está acontecendo.

O presidente - Os sindicatos também têm o *e-mail* do Geovane. Ocorreu algum problema, procure o sindicato, que é importante. Estamos aqui com os companheiros da Fetaemg de diversos sindicatos. O sindicato é importante para fazer a fiscalização desse procedimento. Você, que está aí, procure seu sindicato ou associação, pois eles o ajudarão a dar encaminhamento. Além disso, o Geovane, do Banco do Brasil, se dispõe a encaminhar - já é uma regra - essas questões do crédito. Pois não, pode falar.

A Sra. Conceição Maria Tutuca - Meu nome é Conceição Maria Tutuca. Faço parte da Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Fórum Regional de Economia Solidária. Temos trabalhado com um grupo de agricultoras de três municípios dos Campos das Vertentes na produção de biscoitos caseiros sem leite para o Pnae e para o PAA municipal.

No que se refere à DAP, temos vivido a angústia do grupo de Alfredo Vasconcelos, Barbacena e Desterro do Melo. São 60 mulheres que passaram por qualificação no curso de nutrição do instituto federal. O biscoito, por ser direcionado à criança com intolerância à lactose, foi bem aceito na alimentação escolar. Agora vem a questão: a DAP é do marido e da mulher. Os maridos querem trabalhar outras culturas próprias da nossa região, como a fruticultura, mas as mulheres pelem para produzir biscoitos, pois não conseguem achar um norte para aquisição de equipamentos como forno, seladora e masseira. O instituto federal cedeu temporariamente a padaria deles, e semanalmente elas trabalham lá. Elas se deslocam de longe, ficam muitas horas lá, por isso a ideia é ter um local com equipamentos próprios. Como os maridos não apoiam muito, qual seria a saída desse grupo informal de mulheres para financiar os equipamentos?

O presidente - Quem se habilita a responder à Tutuca? Pois não, Geovane.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Vocês têm a DAP?

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Sim.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Já procuraram alguma agência do Banco?

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - A agência do Banco do Brasil de Barbacena.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Está em nome da associação?

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Não, são DAPs individuais, porque a proposta para o Pnae e para o PA, por compra direta local, pode ser individual. Temos uma associação, a Associação das Trabalhadoras Rurais e Urbanas da Graminha, Moraes e Região, que, na verdade, agrupou todas as outras, mas a conversa com o gerente foi feita por algumas agricultoras, não pela associação. Entendeu?



O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Entendi. E não avançou?

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Não avançou. Na verdade, se os maridos... O fato é que a DAP é dos dois, e eles já têm uma proposta de financiamento para a atividade deles. Mas elas têm trabalhado com entregas periódicas de um montante interessante dos biscoitos.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Vou ter de verificar. Se a senhora puder, escreva nesse formulário que vão me entregar para que eu possa ver o que aconteceu e te dar o retorno, porque há, sim, linhas de crédito para isso. Então temos de verificar.

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Certo. Ainda gostaria de saber se uma pessoa pode financiar o equipamento para todas.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Depende da linha. É preciso saber o valor das máquinas e verificar se o financiamento vai caber na capacidade de pagamento de uma pessoa só. Pelo que a senhora falou, entendo que o ideal seria fazer um Pronaf Agroindústria em nome do grupo.

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Isso. Os equipamentos, somados, ficam em torno de R\$10.000,00.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - É bom que seja um grupo de mulheres, porque, como acredito por uma análise superficial, isso é altamente viável.

O Sr. João Guadagnin - Gostaria de perguntar à senhora se o técnico da Emater está participando.

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Não.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Isso é importante. Por que não?

A Sra. Conceição Maria do Carmo de Souza Costa - Porque o instituto federal é que dá apoio lá.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Certo. Então já tem uma assistência técnica. Coloque aí, por favor, o nome de uma de vocês para que eu possa verificar, junto à agência de Barbacena, o que pode ter acontecido.

O presidente - Geovane, se for o Pronaf Agroindústria, ela pode fazer em nome da associação? É o ideal.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - O ideal é que faça em nome da associação, que tem de ter CNPJ.

O presidente - Isso é importante. Aproveito para fazer um adendo, porque o que a Tutuca perguntou é importante.

Recebemos muita solicitação de emendas parlamentares para algum tipo de agroindústria: às vezes para um caminhão; às vezes, uma farinheira... Isso é muito comum. Geralmente pergunto ao produtor se já olhou a modalidade do crédito, porque temos emenda parlamentar para um ou outro grupo, mas não para todos. Assim, com a emenda, que é pequena, o parlamentar não vai suprir essa necessidade geral do Estado. Portanto o ideal é que se tenha acesso a essas linhas de crédito. Quando podemos, ajudamos, e nesse caso seria custo a fundo perdido. Mas está valendo a pena fazer o crédito. Então recomendo isso muitas vezes. Não estamos nos negando a fazer a emenda, mas elas demoram - às vezes demoram um ano. Por outro lado, se você tiver acesso ao crédito, com esses juros, às vezes, vale mais a pena do que ficar esperando a emenda parlamentar. Então a pergunta da Tutuca foi importante para esclarecermos isso. É melhor fazer esse crédito em nome da associação, que deve ter o CNPJ. A carência vai ser 3 anos, dependendo do caso; os juros às vezes poderão ser de 1% ao ano; e vocês vão pagar em 6 anos, às vezes em 10 anos. Então, em vez de ficarem esperando uma emenda parlamentar, procurem crédito para isso, porque vale a pena. Isso vai dar um retorno mais rápido do que daria a emenda parlamentar. Não é, repito, que a gente se negue a fazer a emenda - quando podemos, fazemos, mas ela não vai abranger a todos. Então a linha de crédito é exatamente para isso. Não é, Tutuca? A Tutuca já é experiente em Barbacena e sabe como funciona.

Outra questão importante é que, com essa lei agora da agricultura familiar, nós vamos colocar o Estado ajudando nessa parceria de crédito, também ampliando e melhorando a assistência ao produtor. E os municípios também, que terão agora uma lei para a agricultura familiar para planejar essas questões; nós precisamos da União, do Estado e dos municípios. Eu, quando estava à frente do MDA, vi que é muito difícil você trazer do MDA a assistência. Então, se não houver o Estado funcionando e o município, fica mais complicado, fica direto o governo federal com entidade, o que é quase que impossível, embora as entidades ajudem muito, como os sindicatos, mas é uma parceria que precisa ser feita entre todos os entes federativos.

Há mais uma questão aqui de D. Valdete Siqueira Santos, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Jequitinhonha. Ontem o Argileu mandou um abraço para você, Valdete. Você havia saído. Ele se lembrou de homenagear Jequitinhonha. Ah, estava dando entrevista.

A Valdete perguntou o seguinte, verifique se é isso mesmo, Valdete. Ela propõe criar uma resolução para que se possa renegociar as dívidas do agricultor pronafiano, principalmente os assentados da reforma agrária, para que estes possam pegar outras modalidades de crédito.

A Sra. Valdete Siqueira dos Santos - É isso aí, porque lá, no Vale do Jequitinhonha, a maioria dos assentados estão endividados perante o Pronaf A/C e pelo Banco do Brasil não tem muita aceitação a renegociação. E não é só lá no município, mas é de forma geral, para que eles possam renegociar e poder pegar outras modalidades de crédito. E também muitos agricultores, talvez por falta de informação, pegam outro crédito, outro empréstimo consignado. Ocorre que, às vezes, chega a uma certa altura e não há como renegociar, por causa de outros fatores. Nós moramos num vale semiárido, e há época em que a gente não produz, então muitos agricultores ficam endividados com empréstimo consignado com o Banco do Brasil. Quando propôs a negociação, o Banco do Brasil não apresentou proposta para nós, então passa aquela dívida para empresa terceirizada. Se essa questão é com a agência local, então é com a agência local que a gente tem de renegociar, e não passar o nome do agricultor para empresa terceirizada, que não tem nada a ver com nossa realidade.

Então, eu gostaria que se criasse uma medida, sei lá, uma resolução para renegociação de todas as dívidas do agricultor para podermos pegar outras modalidade. Isso está afetando mesmo, principalmente nos assentamentos do Jequitinhonha. Há muitos agricultores endividados e não têm uma boa aceitação pelo Banco do Brasil. Eles vão lá e vão prorrogando, deixa para tal mês, para tal mês, e os agricultores assentados estão endividados. Isso é coisa real.

O presidente - Então fica aí a sugestão da questão de renegociação da dívida. Teve um procedimento de renegociação de dívida, não é, João?

O Sr. João Guadagnin - Presidente, há um tempinho para eu me manifestar?



O presidente - Sim.

O Sr. João Guadagnin - D. Valdete, há uma resolução em vigor. Você já conhece?

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Sim, mas quando vai na agência do Banco do Brasil, não é bem aceita a renegociação. Quantos agricultores foram lá e voltaram sem renegociar!

O Sr. João Guadagnin - Alguma coisa não deveria estar bem.

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Pois é.

O Sr. João Guadagnin - Provavelmente o pessoal da agência não está bem informado. Depois o Carlos vai ajudar. Mas está claro que esse recurso não é recurso do banco, não é risco bancário, é do governo, é Pronaf A/C, o A, o A/C. Tem solução, vai pagar só 20% do que deve. Está bem?

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Pois é. Nós encaminhamos os agricultores para lá e eles voltam. Agora, o Banco do Nordeste é o nosso grande parceiro lá no Jequitinhonha. Nós fazemos uma grande parceria com o Banco do Nordeste. Agora, com o Banco do Brasil, infelizmente, não sei o que está acontecendo.

O Sr. João Guadagnin - Não, se o crédito é do A e do A/C, tem solução. É igual no Banco do Nordeste e no Banco do Brasil. É uma regra que vale para todos. O que também ajuda vocês é a Sala da Cidadania do Inbra. Não sei se está instalada lá ou se vocês estão se valendo da Sala da Cidadania aqui. Acho que há lá também. Depois, procure essas informações com o Inbra, eventualmente com a agência. O mesmo tratamento que está dando o Banco do Nordeste para vocês, o Banco do Brasil vai dar também.

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Vamos ver se de agora em diante será dada essa oportunidade, porque não temos muita parceria, não.

O Sr. João Guadagnin - Se não tiver, cobre deste moço aqui, o Carlos Geovane.

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Quero até um cartão, para, qualquer coisa, eu entrar em contato. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitinhonha. Muito obrigada.

O presidente - A Valdete é uma parceira muito grande nossa lá, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Uma guerreira da Emater, do STR.

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Falou em reforma agrária, é comigo mesmo.

O presidente - Reforma agrária. Foi nossa vereadora lá no Jequitinhonha.

A Sra. Valdete Sirqueira dos Santos - Os recursos do projeto reforma agrária. Às vezes o Inbra fugiu da responsabilidade e jogou para a Caixa Econômica Federal. Aí fica esse impasse danado na liberação dos recursos. É um entrave, uma série de impactos sociais que encaramos lá na ponta. Às vezes aqui está as mil maravilhas, mas nós lá sabemos da nossa realidade. Muito obrigada.

O presidente - É isso que estamos querendo mesmo. Então, houve problema no Banco do Brasil ou no Banco do Nordeste, já sabem. Estão aqui os e-mails do Geovane e do Ananias. O pessoal já faz a reclamação para eles ficarem sabendo. Às vezes isso resolve questão relativa a algum funcionamento ou a algum mal-entendido. A regra é para resolver. Já existe a renegociação, que pode abater 80%, e pagamento 20% da dívida.

Depois precisamos falar também sobre o microcrédito urbano para as microempresas. A presidenta Dilma sancionou o SuperSimples recentemente e fez uma renegociação da dívida. Se foi ampla, não sei em quais termos. Não sei se o João Guadagnin tem notícia dessa parte mais urbana, se foi feita à semelhança do que foi feito no campo. Você tem alguma informação?

O Sr. João Guadagnin - As condições dadas ao microcrédito urbano são um pouquinho diferentes das do microcrédito rural. O rural é mais difícil, mas há uma regra para todos os agricultores e todas as pessoas que têm crédito, e o Rogério tem-nos ajudado nisso. Antes de vencer o financiamento, é preciso procurar o banco. Facilita muito o pequeno empresário que tem financiamento buscar o agente financeiro e informar-lhe que está com dificuldade. Fica mais fácil para o banco se as pessoas chegam antes de dever, para pedir informação. Quando chegam depois, o problema já está criado, é mais difícil, e aí só com uma medida do governo.

O governo tem procurado apoiar, mas todo crédito só anda quando as pessoas pagam, então os adimplentes têm que ser mais apoiados do que os inadimplentes. Essa que é a dureza da vida. O governo decidiu apoiar mais os agricultores, porque é mais difícil mesmo. Os pequenos empresários também têm apoio, mas os tamanhos dos bônus são diferentes. Mas quaisquer tomadores - agricultores, pequenos empresários ou até grandes empresários -, com dificuldade para pagar, têm que buscar o banco antes de vencer, não podem deixar o problema ficar cabeludo. Toda vez que deixamos um problema ficar muito velho, o banco tem mais dificuldade para resolvê-lo. Não pode passar do prazo. Vão ao banco 30 ou 40 dias antes de vencer, e falem que estão com dificuldades. Nem todo mundo consegue. Então, quando as dificuldades existem, busquem, que o banco dará apoio. Por que a pessoa tem de ir antes? É aquilo que falei: se um gerente está com alguma dificuldade, tem um comportamento mais conservador, é mais roda-presas, vocês podem chegar à superintendência, podem recorrer ao 0800 do banco. Há várias ações para buscarem a solução. Devem sempre ir primeiro à agência, e com muitos dias de antecedência em relação ao vencido.

O que vemos na agricultura familiar, e especialmente em relação ao microempresário? Quando ele chega ao banco, a dívida já está vencida, e ele só se dá conta que teve perdas quando não consegue outro crédito. Venceu, todas as portas de crédito se fecham para ele. Aí ele procura renegociar, e o banco não tem mais espaço para renegociar, porque o funcionário do banco tem que cumprir normas, e as normas não são definidas pelo banco, mas pelo Conselho Monetário Nacional. Então procurem antes de vencer, com muita antecedência. Se a agência tiver resistência, aí têm que buscar a superintendência e, eventualmente, até a direção-geral do banco, naquele 0800, que é gratuito e qualquer um pode ligar.

O presidente - Agora vamos partir para o final. Vamos escutar os companheiros que querem falar. João Guadagnin, aproveitando o espaço, quero dizer que é importante que o microempresário também procure saber sobre o Supersimples e das condições de renegociação.

O Sr. João Guadagnin - Deputado, tínhamos de fazer um debate exclusivo sobre o Supersimples e as condições que se tornaram mais fáceis hoje para a obtenção de créditos. Há medidas recentes - de ontem - do governo federal. A Assembleia Legislativa precisa debater isso. Tem de trazer as associações de pequenos empresários de Minas aqui, que são muitas, e debater o assunto. Hoje está



muito mais fácil tomar crédito. Até jornalistas mais conservadores, vamos dizer assim, estão elogiando as medidas que o governo adotou. É um programa muito bom, mas precisaríamos de um dia inteiro, talvez até mais, só para debater isso. Uma sugestão: o debate da pequena e microempresa tem de ser feito em um momento específico. Acho que vocês devem fazer isso. A Assembleia Legislativa é a Casa do povo, é o momento de se discutir isso, inclusive publicizar, divulgar as medidas que o governo federal adotou, que são muito boas.

O presidente - É importante dizer isso porque os microempresários já podem fazer a renegociação. Tem gente com dívida de R\$40.000,00, R\$50.000,00, R\$100.000,00, R\$400.000,00, e que vai pagar muito menos agora, já renegociando na medida do Supersimples. Não posteriormente pagar também um imposto muito menor. A medida foi criada para facilitar o crédito, dar ao pequeno e ao microempresário condições de manter os níveis de emprego no Brasil, e evitar recessão econômica e desemprego. Então, o crédito é importante, como disse, para a economia brasileira. Portanto você que é microempresário procure saber das vantagens que já existem.

Na área rural, há mais tempo, temos tido essas linhas de crédito, em que às vezes fazem essa renegociação. Mas, na área urbana, isso foi feito agora em dimensão muito grande, e será muito bom para o Brasil. Por isso estou chamando a atenção para essa medida. Companheira, diga o nome para a Taquigrafia anotar.

A Sra. Cristina - Sou de Espera Feliz. Estou representando a Fetraf. Queria fazer duas perguntas, uma em relação à negociação das dívidas e quanto ao Pronaf Jovem e ao Pronaf Mulher. Tivemos problema na negociação das dívidas. Em nossa região, quando o agricultor procurou renegociar a dívida, eles até renegociavam, mas o produtor perderia o direito de movimentar no banco durante um ano, porque muitos fazem a chamada ponte. Se eu negocio a dívida, mas, de repente, preciso de dinheiro às vezes para quitar a dívida, ou seja, jogar para a frente mais um empréstimo... O banco simplesmente tira o direito do agricultor, porque, se renegociar a dívida, você perde o direito de movimentar no banco durante um ano. Tivemos esse problema em nossa região.

A outra pergunta é sobre o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher. Por que, em algumas regiões, ele não sai do papel? E não é por falta de demanda, mas porque a burocracia é tão grande que o jovem ou a agricultora acaba desistindo, os empecilhos são de mais.

O deputado Rogério Correia - Muito bem, Cristina.

O Sr. João Guadagnin - Parabéns por você estar aqui nesta hora. Esse estímulo é muito bom. A renegociação de dívidas, em algumas situações, por decisão... O ministério não apoiou, mas acabou saindo assim. Foi o Conselho Monetário quem decidiu assim. Então, quando o agricultor renegociava a dívida, estava escrito na norma do Conselho Monetário que ele ficaria um ano sem operação de investimento. Portanto não é o banco. Este cumpre uma orientação do Conselho Monetário, está nas resoluções. Na página do Banco Central, você vai encontrar essas resoluções. Acesse a internet, e você vai ver isso. A decisão de não conceder crédito para quem renegociou foi do Conselho Monetário. Como eles raciocinam: se o agricultor renegociou, a capacidade de tomar novo crédito está diminuída.

Por que ele renegociou? Porque teve algum problema, e não dá para conceder crédito para quem não está bem. Esse é o princípio colocado. De um lado, isso foi feito para proteger o agricultor. Não vou dar corda para quem já está... Essa é a ideia. De outro, para proteger também o recurso que o governo gasta para conceder crédito. Então, para evitar esses dois problemas, especialmente para proteger o agricultor, o governo decidiu que você pode renegociar, mas vai ficar um ano trabalhando sem crédito, vai ter que remanchar por aí. Assim foi dito.

Pronaf Jovem e Pronaf Mulher. No Banco do Brasil, temos, de fato, uma dificuldade que não é do banco. Nem sempre há recursos para operar o Pronaf Jovem no Banco do Brasil. No Pronaf Mulher do grupo B, de vez em quando também falta dinheiro. Essas duas linhas, Pronaf Jovem e Pronaf Mulher, operam com o recurso do Orçamento Geral da União. Esta semana o Banco do Brasil recebeu um volume de R\$30.000.000,00 para todo o Brasil para operar o Pronaf A/C, Pronaf Jovem e Pronaf Mulher, florestal e semiárido também.

O Banco dará prioridade ao Pronaf A/C, pois o povo da reforma agrária precisa plantar, já que está na época; e ao Pronaf Jovem. Entretanto é preciso verificar como andam as propostas. O que aconselhamos ao banco sempre? Quando ele não tem dinheiro, tem de dizer exatamente aos agricultores: "O governo federal, o Tesouro Nacional, não nos deu dinheiro, por isso não posso te financiar". Essa era a verdade até ontem, quando o dinheiro chegou ao Banco do Brasil. Ele estava suspenso há 65, 70 dias. Aliás, acho que é mais tempo. Há 90 dias, o banco estava sem dinheiro. Nesse caso, se a resposta do banco não foi muito boa, como você tem acesso à internet, mande-me uma mensagem, e eu te direi o que está acontecendo. Sei que um financiamento. O ideal é que houvesse dinheiro, mas pelo menos a informação certa nós podemos lhes dar. Não é sempre que o Banco do Brasil tem dinheiro.

Agora, no Banco do Nordeste, é diferente. Quem opera com o Banco do Nordeste sabe que, como esse banco opera com o dinheiro do FME, tanto o Pronaf Jovem quanto o Pronaf A, o Pronaf A/C e o Grupo B, ele tem dinheiro. Aliás, para o Pronaf A e o Pronaf A/C, lá do Jequitinhonha, da área da Sudene, usem o Banco do Nordeste. Não usem o Banco do Brasil. Na verdade, o Banco do Brasil está proibido de fazer crédito para o Pronaf A, o Pronaf A/C, o Grupo B, o Pronaf Mulher e tal, na região da Sudene. Essa é uma região exclusiva do Banco do Nordeste. Exclusiva em termos. Admite-se que o Banco do Brasil entra aí, mas o ideal é que trabalhem com o Banco do Nordeste, que é um grande parceiro. Aquele elogio é verdadeiro. Os dois bancos trabalham bem, só que um tem limitação de recurso. O Banco do Brasil tem menos recursos para isso.

O presidente - A Cristina quer fazer uma réplica. Os habitantes de Espera Feliz podem tudo, pois lá tem cooperativa de produção, cooperativa de crédito, sindicato, agroecologia, tudo há em Espera Feliz.

A Sra. Cristina - Graças a Deus.

O presidente - Pode falar, Cristina.

A Sra. Cristina - Falando principalmente em Pronaf Jovem, temos os créditos fundiários. O jovem com seus vinte e poucos anos, e que não quer sair da roça, entra no programa do crédito fundiário. A partir do momento em que entra ali, quer se tornar um jovem independente. Então compra o seu pedacinho de terra, mas, quando vai fazer um Pronaf para investir na sua propriedade, o banco



emperra. As burocracias são tão grandes, que ele não consegue o dinheiro. Ou seja, ele se tornou um jovem endividado cedo porque o banco não facilita. Era o que queria dizer.

O Sr. João Guadagnin - O jovem até 29 anos, em qualquer situação, pode tomar o Pronaf Jovem. Não há problema nenhum. A prioridade que pedimos às regiões da Sudene é que usem o Banco do Nordeste, porque ele tem mais recurso, mais facilidade.

O presidente - Mas, em Espera feliz, não há Banco do Nordeste.

O Sr. João Guadagnin - Lá não tem?

O presidente - Não.

O Sr. João Guadagnin - Então, é Banco do Brasil. O que é preciso fazer? Um diálogo bom com o gerente para saber, por exemplo, dessa tranca de R\$30.000.000,00, quanto dinheiro chegará àquela agência e quantos Pronafs Jovens serão possíveis financiar. É melhor terem a informação de só um do que não ter informação nenhuma. Quer dizer, o pessoal da agência tem de ter sinceridade com vocês.

E, se o gerente disser que o pouco dinheiro que veio não chegou ali, ou chegou para A e A/C, mas não chegou para o Pronaf Jovem, vocês, como movimento social, têm meios de buscar com a sua liderança uma forma de fazer com que arrumem mais dinheiro para vocês. Sempre digam a verdade e peçam que o gerente só diga a verdade para vocês. É assim que crescemos, quando temos a informação verdadeira, pois melhora para vocês e para o banco.

O presidente - Com a palavra, o Sr. Sérgio Braga Filho, da Prefeitura de Visconde do Rio Branco.

O Sr. Sérgio Braga Filho - Boa tarde. Quero fazer uma observação e reforçar o que foi dito pela senhora anteriormente. Sou secretário de Desenvolvimento Municipal de Visconde do Rio Branco, na Zona da Mata, onde existe uma presença marcante do Banco do Brasil. Em nosso município, está crescendo muito a agricultura familiar, onde existe um assentamento local que está sendo muito incentivado pela atual administração. O produtor agrícola é acanhado por tradição, fica sem jeito de entrar em uma agência do Banco do Brasil, como antigamente, onde entravam somente os ricos e poderosos. Mas precisa partir de V. Exa. uma certa humanização dos funcionários do banco para atender o agricultor que chegar ao Banco do Brasil, para que seja recebido da mesma forma como eram recebidos os poderosos antigamente.

Estamos orientando alguns produtores e agricultores que estão com dificuldade para anteciparem o problema. Queria reforçar o pedido para a superintendência do Banco do Brasil regional ou estadual que fosse transmitido às agências locais no interior de Minas Gerais a necessidade de se fazer uma campanha. Assim como há uma faixa de propaganda de título de capitalização do banco, que coloquem uma faixa dando publicidade para que os agricultores procurem o Banco do Brasil antes que vença o seu compromisso. É importante fazer esse divulgação, pois, em cidade do interior, um comenta com o outro. Lá na cidade, estamos fazendo um trabalho muito grande em relação ao desenvolvimento da agricultura familiar, e é preciso tentar agilizar e melhorar o nosso assentamento local. Gostaria de reforçar esse pedido em nome da agricultura familiar, seja local, seja estadual, seja do Brasil inteiro. Queria a sensibilidade dos funcionários do Banco do Brasil em relação à divulgação, da mesma forma como divulgam outros produtos do banco, não só diretamente para a agricultura familiar, mas especificamente em relação aos vencimentos das suas carteiras agrícolas e outros segmentos.

No mais, cumprimento a Mesa e a todos por essa palestra brilhante e esse avanço que estamos dando à agricultura familiar. Obrigado.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Está registrado, Sérgio, obrigado pelas sugestões.

O presidente - Obrigado, Sérgio. Há uma pergunta do Sr. Amilton Bernardino Teixeira: "Deputado Rogério Correia, por que os poderes estadual e federal não olham para o Norte e Noroeste de Minas de outra forma, por que não ser de baixo para cima?". Está pedindo para olhar de baixo para cima em especial no Norte e no Nordeste de Minas.

Com a palavra, o Sr. Amilton Bernardino Teixeira, do Sindicato dos Produtores Rurais de Novo Oriente de Minas.

O Sr. Amilton Bernardino Teixeira - Deputado, minha sugestão é porque nós, trabalhadores rurais, agricultores familiares, vivemos no município.

Falarei sobre o único poder que temos para correr atrás de algo na hora que precisamos, na hora que um agricultor familiar adoecer lá na roça. Percorremos uma distância de 50km ou mais até a sede do município, quando vamos à prefeitura. Embora o agricultor familiar tenha tido avanços em termos de máquinas, de dinheiro do Pronaf, de crédito, ainda faltam algumas coisas. Por exemplo, quando o trabalhador rural adoecer, quando sente uma ameaça de infarto lá na roça, quando está trabalhando, é necessário ir atrás de um carro na prefeitura, que buscará o trabalhador. O que acontece? Serão necessários muitos minutos para que o trabalhador seja atendido. Ele precisa chegar à sede, passar no posto de atendimento e ser levado para outro local.

Vejam a dificuldade que enfrentamos em meu município, Novo Oriente de Minas. Temos de percorrer uma distância de cerca de 70km até a sede do município. O que acontece? Um agricultor que sofreu ameaça de infarto é levado para a sede do município. De lá, percorremos 75km com essa pessoa doente para chegarmos a um hospital, que está falindo. Ele fica em Águas Formosas. Alguns de vocês já devem ter ouvido falar dele ou o conhecem. Há umas caixinhas, no comércio, de SOS. Existem as faixas lá, pedindo ajuda para impedir que ele feche. Embora tenhamos tido alguns avanços, faltam muitas coisas.

Espero que este debate seja saudável e traga saúde para nossos trabalhadores rurais em relação a esse ponto que estou citando. Alguma coisa deve ser feita para que, quando procurarmos os prefeitos na prefeitura, quando procurarmos a secretária de Saúde, nosso trabalhador seja mais bem- atendido. Há reclamações até no sindicato. Precisamos conversar com a Secretaria de Saúde sobre o que está acontecendo. Falta carro, porque os carros são poucos. Não é que não haja o carro, o que ocorre é que os veículos são insuficientes para atender ao município. O carro existente já saiu para fazer algum atendimento ou está quebrado. Às vezes, o carro é fraco, não é suficiente para atender à zona rural.

Peço aos senhores que, por meio de fundo de participação, de emenda parlamentar ou de outra forma, ajudem o município para que a prefeitura possa ajudar o trabalhador rural. Nós cobramos. Fica registrada aqui essa indignação. No Norte e no Nordeste de Minas principalmente não existem empregos. Emprego é o do trabalhador rural e o da prefeitura. A renda é a do trabalhador rural.



Tudo é difícil. O IDH é baixo, ao contrário do índice de analfabetismo. Acho que me expressei de forma errada, não se trata de olhar de baixo para cima. Um cavalo pangaré ganhar uma corrida contra um cavalo que vive na cocheira, sendo muito bem tratado, é muito difícil. Nós, pobres dos municípios, temos de ser olhados de forma diferente. É sobre esse ponto que gostaria de falar para vocês. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem, Amilton. Você tocou num ponto muito importante. Eu coloquei o assunto apenas de passagem, mas precisa haver um funcionamento mais completo do apoio à agricultura familiar por parte de todos os entes federativos - União, estados e municípios. Se não for assim, não conseguiremos atender a todas as demandas, que são muitas.

A imensa maioria dos programas que estamos citando são financiados pelo governo federal, como o Luz para Todos, o Água para Todos, o programa das máquinas, do PAC, o Pronaf, o programa de assistência técnica, que é dividido com a Emater, o PAA e o Pnae. Quase todos eles são de origem do governo federal e foram conquistas dos trabalhadores, ao longo desse tempo. O MDA vem evoluindo com esses programas, mas você aplicar esses programas sem que o Estado e o município tenham sua parte funcionado para essa aplicação, dificulta muito.

Precisamos ampliar aqui em Minas Gerais os serviços para política pública na área rural. Isso é muito importante. A Emater é o principal instrumento que o Estado tem para esse apoio. A Emater hoje está muito sucateada. Ela está com poucos técnicos. São bons técnicos, mas são poucos. Outro dia, vieram os servidores da Emater aqui na Assembleia Legislativa fazer um debate público, e a principal reivindicação deles foi concurso público, porque a Emater está completamente defasada. Os técnicos da Emater não estão conseguindo dar assistência desses programas para os municípios de Minas Gerais. Além disso, cabe ao prefeito fazer o contrato com a Emater, e geralmente é a prefeitura que paga esse contrato. Isso tem ficado pesado para os prefeitos. O governo do Estado não está cumprindo, da forma como devia, com a elaboração desse programa. Essa é uma reclamação geral. Não é porque sou deputado do PT, da oposição, que estou dizendo isso. Não temos visto, por parte do Estado, o funcionamento adequado disso, apesar de termos avançado com a Subsecretaria da Agricultura Familiar, mas ela é apenas parte de um processo da secretaria, mais amplo que a Secretaria da Agricultura. Precisamos de uma especificidade maior do Estado de Minas Gerais para o funcionamento dessa importante parcela, que é a agricultura familiar. Essa lei da agricultura familiar, a que me referi, é parte desse esforço que estamos fazendo. Vamos passar a ter agora planejamentos anuais, ou seja, o que o Estado fará todo o ano para a agricultura familiar. Essa lei é uma lei importante que foi aprovada.

Eu disse para vocês que, em novembro, o Estado vai apresentar o primeiro plano. Vejam como estamos atrasados. Agora é que vamos ter o primeiro plano que o Estado vai apresentar, mais de público, sobre o que irá fazer na agricultura familiar. Mas isso terá de ser feito todo ano, e o governo deverá ter, portanto, planos que façam desenvolver reivindicações como essa, para que cheguem até os agricultores as políticas que nacionalmente existem. O Estado tem de contribuir para isso. Essa lei é importante, e temos de debater o papel que o Estado tem para a agricultura familiar. Se debatermos apenas a política nacional, mas não incluirmos quais são as obrigações do Estado, vamos ficar com muitas demandas não atendidas. Isso foi dito pelo Sr. Amilton. Com os municípios, deve ser da mesma forma. Cabe aos municípios fazer o controle da maquinaria que foi para lá e ver como está a questão do transporte.

A saúde pública está chegando às regiões da área rural, e as escolas e o transporte escolar estão funcionando. Cabe ao município fazer esse controle. Existem os ônibus escolares, existe o caminho da escola e existe uma série de políticas do governo federal, mas a aplicabilidade dela se deve ao município. As prefeituras também terão de fazer sua lei da agricultura familiar para responder isso. Será que estão chegando essas políticas públicas, no que diz respeito às prefeituras, lá na roça, lá na comunidade, lá no distrito? Isso terá de ser cobrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Isso é um pouco da resposta que queríamos dar, mas essas reclamações são muito comuns.

Há esses programas todos. Viemos aqui, falamos da existência deles, mas eles estão chegando à ponta? Se não estão chegando, por que isso está acontecendo? Como fazer com que eles cheguem? Esse nosso seminário tem também essa intenção. Foi muito importante a fala do Amilton para recuperarmos quais são as cobranças e quais são os setores que devemos ampliar, para a melhoria do sistema. Obrigado, Amilton, por sua contribuição.

Chegou-nos uma última e derradeira questão, que é da Roseli Dias Silveira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequeri. Ela está aqui? Já foi embora. Ela diz o seguinte: "O crédito rural e o financiamento da agricultura familiar estão com muita dificuldade de acesso pela agência do Banco do Brasil de Jequeri. O gerente tem negado o crédito e dito que não tem interesse na parceria com os pequenos produtores, não aceitando contratos de arrendamento. Isso dificulta o crescimento da produção para o PAA. Buscamos uma solução para resolver essa situação e entraremos em contato através da Fetaemg". Passo essa observação ao Banco do Brasil. Ela deixou o telefone e o e-mail do sindicato. É importante saber o que está acontecendo em Jequeri. Essa reclamação precisa ser averiguada.

A Tutuca trouxe mais uma questão. Segundo ela, o cartão do PAA e do Pnae, do Banco do Brasil, ainda não chegou para os agricultores cadastrados junto ao ministério. Os agricultores estão esperando há meses. É preciso verificar essa situação também. Fale ao microfone, Tutuca. É isso mesmo? Passaremos essa questão ao Tizé.

O coordenador (Sr. José Antônio Ribeiro) - Pedirei ao Raul Machado que verifique o que está acontecendo e dê um retorno à senhora. É o PAA do ação simultânea, não é? De qual município?

O presidente - Depois o Tizé conversa com a Tutuca, porque o telespectador pode não entender nada. Temos ainda a proposta do Frederico Pecorelli, onde consta várias assinaturas. Eles solicitam financiamento diferenciado para a transição agroecológica, considerando a remissão da dívida, com a respectiva assistência técnica, para estimular e consolidar a agroecologia. A proposta será encaminhada, Frederico. Alguém deseja fazer suas considerações finais? Com a palavra, o Sr. João Guadagnin.

O Sr. João Guadagnin - O ministério só existe porque a agricultura familiar é forte, organizada, produz alimentos, preserva o meio ambiente. É uma conquista da agricultura familiar. E ele se fortalece a cada dia porque a organização dos agricultores cresce muito, a produção de alimentos entregue aos brasileiros também cresce em quantidade e qualidade. Então existimos e crescemos na proporção do que vocês fazem lá na ponta. Muito obrigado pelo trabalho que vocês fazem diariamente.



O presidente - Agradecemos ao João Guadagnin. Com a palavra, o Tizé.

O coordenador - Agradeço aos deputados Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes a oportunidade de participar deste ciclo de debates.

Reforço mais uma vez para todos que estão nos acompanhando e a todos aqui presentes a construção do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que está acontecendo no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar - Cedraf -, que estará em outubro aprovando esse plano e em novembro uma agenda aqui na Assembleia, para dialogarmos. Já passadas, aliás, as eleições, saberemos quem vai ser o novo governador a partir de janeiro do ano que vem para termos a garantia de continuidade das ações que iniciamos em 2011 na Subsecretaria de Agricultura Familiar, a garantia de continuidade, fortalecimento e estruturação de uma política realmente estruturante para fortalecer a agricultura familiar aqui em Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem, Tizé. Obrigado pela sua colaboração. Já estamos ansiosos para iniciar essa nova etapa dos planos anuais também da agricultura familiar em Minas. Passo a palavra ao Geovane para ele fazer as considerações finais.

O Sr. Carlos Geovane Rodrigues Queiroz - Só gostaria de agradecer a oportunidade de participar e reforçar que estamos aqui à disposição para ajudar no que for preciso, junto às nossas agências localizadas no interior, para eventuais dificuldades. Podem contar com nosso apoio. Mais uma vez, parabéns pelo trabalho de vocês.

O presidente - Obrigado, Geovane. Por favor, Marco Antônio.

O Sr. Marco Antônio Leite - Deputado Rogério Correia, quero parabenizá-lo pelo trabalho que está fazendo aqui na Assembleia junto à agricultura. Trata-se de um trabalho de difusão do trabalho macro que acontece em nível federal, que é ter um tratamento diferenciado com a agricultura familiar no Brasil. Então, destaco isso aqui e o parabenizo, mas apresento também um desafio aos municípios, aos representantes dos agricultores familiares: levar também aos seus municípios a criação de modelos semelhantes a esses que temos no âmbito federal para que essas políticas que trabalhamos sejam mais apropriadas.

Algumas questões listadas aqui são de fácil resolução a partir do momento em que estivermos bem organizados. Então, esse é o desafio que também faço a vocês, colocando-me sempre à disposição para apoiar no que for preciso. Muito obrigado. Parabéns.

O presidente - Obrigado, Marco Antônio. Com a palavra Ananias, representando o Banco do Nordeste.

O Sr. Ananias Pereira de Souza - Também gostaria de agradecer, reafirmar o nosso compromisso com a agricultura familiar, colocar a nossa superintendência lá em Montes Claros sempre à disposição para qualquer demanda e informar que amanhã estarei aqui participando das discussões sobre o crédito fundiário, que também é da nossa área. Se houver alguma demanda que hoje não tenha sido possível tratar, amanhã, durante o dia, estarei aqui à disposição. Muito obrigado.

O presidente - Muito bem. Muito obrigado, Ananias. Também queria anunciar que, embora estejamos encerrando, está conosco há mais tempo o nosso delegado Ricardo Sapi, do MDA. É uma honra e um prazer tê-lo aqui novamente.

Espero que o grupo de hoje tenha contribuído para termos uma visão mais global de como anda a questão de crédito de financiamento para a agricultura. Creio que avançamos muito. Pude ver aqui, expresso por vocês, o reconhecimento, o avanço em relação à questão do financiamento. Claro que existem gargalos e precisamos estar sempre buscando avançar. Isso é uma obrigação que todos nós devemos ter enquanto agentes públicos, políticos e gestores. É fundamental estarmos sempre pensando no avanço. Então sabemos que alguns gargalos ainda permanecem.

O Pronaf Jovem precisa ter menos burocracia, precisa avançar. A juventude tem de continuar no campo. As coisas aqui na cidade não estão fáceis. Como diz o pessoal do campo: se o campo não planta, a cidade não janta. Então, precisamos plantar. Como é que é? Se o campo não planta, a cidade não janta. Se o do campo não roça, o da cidade não almoça.

Então, precisamos da garantia de ter lá os nossos jovens e ampliar a agricultura familiar. Aquele modelo de exclusão que existiu no campo brasileiro, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, chegou ao final. Finalmente já não pode ser visto como modelo a ser copiado. Excluiu gente de mais.

Quarenta milhões de brasileiros e de brasileiras saíram do campo e vieram para os grandes centros, sem preparo técnico para outra profissão, sem trabalho, sem acesso à educação. Então, favelizaram as periferias dos grandes centros. O Brasil era para ser um país mais igual, se, há 50 anos, tivéssemos tomado essas medidas que passaram a ser tomadas, principalmente, a partir da luta dos trabalhadores do campo e do governo do presidente Lula, que são as políticas sociais implementadas no campo.

Hoje, felizmente, a curva de êxodo rural já se estagnou. Está paralisado os números de êxodo rural. Isso é muito importante. Aquela reta ascendente de pessoas saindo do campo fez uma curva e estagnou. Isso também se deve muito às políticas públicas implementadas. Então, paralisamos esse êxodo rural, mesmo com três anos de grande estiagem no Nordeste. Até na Zona da Mata, local que chove muito, estamos com estiagem há dois anos. Há três anos, estamos vendo estiagem no Norte de Minas, no Mucuri, no Jequitinhonha e no Nordeste brasileiro. Se fosse há 10, 20 anos, o pessoal viria do Nordeste, de pau de arara, fugindo da seca, provavelmente em grande quantidade, como veio o próprio presidente Lula, naquela época, de Garanhuns, em Pernambuco.

Hoje há um cuidado com as políticas públicas que estão sendo implementadas. Mas precisamos ter um olhar muito especial para nossos jovens, porque esse ainda está saindo do campo, e nós precisamos de conservá-lo no campo. Para que isso ocorra, é preciso agregar assistência técnica a crédito, que foi a notícia dada pelo João Guadagnin, do avanço do Pronaf e do Plano Safra, que darão ao jovem a oportunidade de ele próprio fazer a opção por ser um técnico agrícola, por ter uma profissão, de trabalhar sua terra e de ajudar no trabalho dos outros. Esta é uma grande esperança: o jovem ter educação no campo, ter gosto pelo campo. Essa é uma das tarefas árduas que temos pela frente.

Há muito ainda que caminhar. Vamos seguir em frente no Brasil. Ninguém quer, de jeito nenhum, voltar atrás. Não é isso? Vamos avançar e melhorar.

**ATA DA 46ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2014****Presidência do Deputado Rogério Correia**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Aviso Eleitoral - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. Evandro Oliveira Neiva - Palavras do Sr. André Luiz Marinho - Palavras do Sr. Danilo Daniel Prado Araújo - Palavras do Sr. Adhemar Lopes de Almeida - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Adelmo Carneiro Leão - André Quintão - Fabiano Tolentino - Rogério Correia.

Abertura

O presidente (deputado Rogério Correia) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado André Quintão, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O presidente - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Agricultura Familiar: Mãos Que Alimentam e Cuidam do Planeta, que tem como objetivos comemorar o Ano Internacional da Agricultura Familiar - AIAF 2014 -, instituído pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO-ONU; promover o lançamento, em Minas Gerais, do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015; e debater questões estruturadoras da agricultura familiar como modelo de desenvolvimento, gestão ambiental, políticas públicas, financiamento, organização e representação, acesso à terra, assistência técnica, pesquisa, extensão rural e comercialização da produção.

Composição da Mesa

O presidente - A presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Evandro Oliveira Neiva, superintendente de Regularização Fundiária da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa-MG; André Luiz Marinho, diretor de Crédito Fundiário da Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária da Seapa-MG; Danilo Daniel Prado Araújo, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais - Incra-MG; e Adhemar Lopes de Almeida, secretário de Reordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário - SRA-MDA.

Aviso Eleitoral

O presidente - A presidência, tendo em vista a legislação em vigor e especialmente a Resolução nº 23.390, de 2013, que dispõe sobre o calendário eleitoral de 2014, recomenda aos convidados e participantes de reuniões e eventos de qualquer natureza promovidos por esta Casa que evitem, em seus pronunciamentos, conteúdos que possam ser caracterizados como propaganda eleitoral.

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - A presidência esclarece que, após as exposições, abriremos espaço para apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar.

Todo o evento no Plenário está sendo transmitido ao vivo para toda Minas Gerais. Para participar, basta acessar o portal da Assembleia Legislativa www.almg.gov.br, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar a sua contribuição.

É um prazer tê-los aqui no nosso terceiro e último dia do ciclo de debates. No primeiro dia de abertura, houve uma conferência sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar e sobre o lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2014/2015. No segundo dia, houve dois painéis, um intitulado “Sustentabilidade econômica, ambiental e social da agricultura familiar e a sucessão rural”, e o segundo “Financiamento e o orçamento do Estado para a agricultura familiar”. Na período da tarde, aconteceram painéis temáticos e trabalho em grupos sobre os temas relacionados ao financiamento da agricultura familiar; ao escoamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar; à organização e representação da agricultura familiar; à assistência técnica, extensão rural e pesquisa; aos consórcios intermunicipais multifinalitários e Secretarias Municipais de Agricultura; à gestão ambiental na agricultura familiar; e ao gênero, aspectos geracionais, educação do campo e no campo, e sucessão rural.

Foram esses os temas dos painéis de ontem. Não faremos resumo de cada um porque não temos tempo para isso, contudo vocês os terão disponibilizados no *site* da Assembleia Legislativa - e também os vídeos, tudo que foi discutido. O resumo das reuniões ficará ao acesso de todos. Todos os temas serão remetidos à Subsecretaria da Agricultura Familiar e à Secretaria de Agricultura, para contribuição do plano anual da agricultura familiar em Minas, a ser apresentado à Sedraf e aprovado pelo conselho. Então remeteremos tudo isso para que sirva de contribuição ao plano a ser apresentado ao Sedraf e, posteriormente, à Assembleia, no mês de novembro. Assim a nossa comissão técnica fará o envio de todo o material aqui aprovado e as propostas à subsecretaria.

O tema que hoje discutiremos será “Acesso à terra: reforma agrária, regularização fundiária e garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais”. Ou seja, políticas públicas ligadas à reforma agrária, regularização fundiária e titulação de terras - monitoramento, desafios e perspectivas; destaque para articulação das ações e parcerias; territórios dos povos e comunidades tradicionais; assentamentos; e crédito fundiário. A previsão é encerrarmos este encontro ao meio-dia. Então a Mesa começa com um atraso de meia hora, mas recuperaremos esse prazo, para que possamos terminar a reunião ao meio-dia. Muitos já marcaram seu horário de retorno neste horário.



Quero dar um aviso que nos foi solicitado. A Assembleia Legislativa tem agora mais uma ferramenta para que o cidadão participe de suas atividades: Dê sua Opinião sobre Projetos em Tramitação. Por meio dela, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos que estiverem em discussão. É muito fácil: você pode opinar sobre o projeto, mostrar se é a favor ou contra e ainda escrever seu comentário. Pode também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para mandar sua opinião, acesse o portal www.almg.gov.br, clique em “Participe” e em “Dê sua opinião sobre projetos em tramitação”. Acesse, participe e comente.

Iniciaremos, neste instante, o painel “Acesso à terra, reforma agrária, regularização fundiária e garantia dos territórios dos povos e das comunidades tradicionais”. Com a palavra, o Sr. Evandro Oliveira Neiva. Na sua pessoa, já agradeço a todos os expositores.

Palavras do Sr. Evandro Oliveira Neiva

Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o presidente, nosso chefe maior desta reunião, deputado Rogério Correia; o nosso secretário de Reordenamento Agrário; o Dr. Danilo, nosso superintendente do Incra, grande parceiro; o nosso colega André Marinho; o Dr. Edmar Gadelha, nosso subsecretário da Agricultura Familiar e Regularização Fundiária; os senhores trabalhadores; os associativistas; as federações; e os demais colegas da Secretaria da Agricultura.

É um prazer, uma honra e uma grande responsabilidade estar aqui hoje. Mais uma vez agradeço o convite e registro todo o nosso respeito e consideração por esta Casa e também pelos trabalhadores rurais, que são a nossa razão maior de existir na secretaria. Os trabalhadores rurais, os produtores rurais e os nossos parceiros são essa parte da sociedade que tanto precisa e clama por nossos serviços para o bem-estar social no campo, o bem-estar econômico, o desenvolvimento e o progresso do nosso Estado.

O nosso tema é a regularização fundiária em Minas Gerais. A estrutura da nossa apresentação contém: marcos históricos, legislação aplicada, objetivos, quem pode acessar, como funciona, prioridades 2014, resultados, parceiros e desafios. “Marcos históricos.” Procuramos delinear e consubstanciar em nossa fala aquilo que de mais importante e relevante ocorreu como marco histórico na história da regularização fundiária de Minas e do Brasil.

A primeira delas foi a Sesmarias, lei de Portugal que data de 1375, e o Brasil foi descoberto em 1500. Para que tenham ideia, essa lei foi aprovada pela Coroa portuguesa e já existia há 125 anos quando o Brasil foi descoberto. Ela foi a primeira lei aplicada ao caso da regularização fundiária e marcou toda noção de regularização fundiária que tivemos no Brasil e em Minas Gerais. Posteriormente, veio a Lei Imperial nº 601, datada de 1850.

Depois veio a Constituição de 1891, que definiu que a gestão das terras caberia aos estados, exceto aquelas afetadas ao interesse federal; o Código Civil, datado de 1916, que estabeleceu a vedação do usucapião de terras públicas; a Constituição de 1946, que trouxe a primeira noção de cunho social na Constituição do Brasil e a fixação do homem no campo. Segundo o Dr. Edmar, que é especialista no assunto, não existe fixação do homem no campo, existem condições, políticas públicas adequadas, deputado Rogério Correia, para que o homem permaneça no campo. Se não desenvolvermos políticas públicas, se não elaborarmos e implementarmos políticas que propiciem renda, condição de vida digna, saúde, educação, segurança rural, que é um grande problema que vivemos hoje e, principalmente, o lazer do jovem, o homem não fica no campo. Fixação do homem no campo foi uma expressão utilizada naquela época, muito embora hoje já esteja superada e não mais utilizada, como veremos adiante. Veio ainda o Estatuto da Terra, a famosa Lei nº 4.504, que trouxe a primeira ideia do que seria reforma agrária do ponto de vista de marco legal, que marcou a reforma agrária no Brasil.

Nas décadas de 1970 e 1980, tivemos os famosos contratos de arrendamentos. Famosos porque, quando houve aquela preocupação do Estado em desenvolver as regiões menos desenvolvidas, aquelas regiões, vamos dizer assim, esquecidas, o Estado, por meio da Ruralminas, fez a sessão de uso dessas grandes áreas, principalmente para a questão do reflorestamento. O ponto negativo disso é que tivemos a preocupação de desenvolver, mas erramos na retirada dessas pessoas de lá sem que houvesse um planejamento para realocá-las. Isso fez com que o Estado repensasse a ocupação das terras nas regiões que precisavam desenvolver. Por um lado, foi bom porque gerou emprego e renda, mas, por outro, não houve um planejamento correto, adequado para essa questão.

A grande inovação da Constituição de 1988 foi a vedação do grande latifúndio ou do latifúndio propriamente dito, que é aquela terra improdutiva de grande extensão, já que o que se queria era exatamente garantir a todos o direito à terra e a função social da propriedade, que veio marcar o pensamento social, não puramente o privilégio de alguns, mas a questão de interesse social de se pensar na família, nas condições sociais de vida digna para o homem do campo. Aos olhos da administração pública brasileira, a principal função da propriedade rural seria essa. A Constituição Estadual de 1989, que foi a Constituinte Mineira, para adequar a nossa Constituição à nova Constituição da República, a Lei Maior do País, estabeleceu o limite de 250ha para o fim dos arrendamentos e a limitação de apenas um título por beneficiário. Como se sabe, existiam pessoas possuidoras de mais de um título de terra. Isso era comum. O Paulo Leandro, nosso diretor da área, conhece bem o assunto, sabe que essa questão nos preocupava, saltava aos olhos, e a Constituição de 1989 veio corrigir isso.

Criação do Iter. O ex-governador Itamar Franco criou o Iter, sob o clamor público, social, para que ele cuidasse da questão da titulação, resolvesse a questão fundiária e o crédito rural. O Iter cuidou dessa questão e tituló, por meio de convênio com o Incra, de 2008 a 2011 ... Foi o maior número de titulações que o Estado teve, quando houve parceria muito profícua e grandiosa com o Incra. Aliás, o Incra é o nosso grande parceiro, o Dr. Danilo está aqui. O quantitativo de títulos emitidos, por outro lado, nos gerou alguns dissabores. Em setembro de 2011, a Operação Grilo da Polícia Federal propiciou a interposição de diversas ações civis públicas pelo Ministério Público, com vários pedidos, entre eles a suspensão da titulação de terras na microrregião onde pairavam essas questões duvidosas sobre a titulação, que precisavam ser esclarecidas. Isso foi muito ruim, porque, por causa de uns poucos mal intencionados, gerou-se prejuízo para a maioria da população, que não tinha nada a ver com isso, e a suspensão da titulação de terras. Estamos em tratativas finais para resolver essa questão, conforme veremos a seguir. Como vocês podem ver, em 2008, 2009, 2010 e 2011 houve o maior quantitativo de títulos expedidos pelo Iter.

Aí, veio a extinção da Secretaria de Regularização Fundiária e do Iter. Coube então à Sedru a titulação urbana, à Ruralminas, a gestão dos contratos de arrendamentos, e à Secretaria de Agricultura, a maior fatia do bolo, a maior incumbência, o maior encargo,



que hoje está na nossa Subsecretaria de Agricultura Familiar, muito bem gerenciada e liderada pelo Dr. Edmar Gadelha. A nós coube a questão da regularização das áreas rurais de até 100ha com dispensa de ação discriminatória, a destinação das terras arrecadadas pela Ruralminas, a prevenção e mediação de conflitos no campo, ou seja, as ocupações por trabalhadores, ocupações resistidas por um proprietário, por alguém. Fazemos a mediação com a Polícia Militar, a Defensoria Pública, o Poder Judiciário e o Ministério Público. Temos obtido sucesso em 90% dessas desocupações, de forma amigável, por meio de uma construção, e não de uma exigência.

A questão do crédito fundiário vai ser abordada pelo Dr. André Marinho, uma política extraordinária com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou seja, o financiamento para a aquisição da terra própria, além de trabalhar a terra, isto é, fazer a terra tornar-se produtiva, com juros bastante acessíveis, que variam de 0,5% a 2% ao ano.

Essa é nossa estrutura na Secretaria de Agricultura, que cuida da regularização fundiária. Somos a superintendência composta de três diretorias. Essa superintendência é vinculada, subordinada diretamente à Subsecretaria de Agricultura Familiar. Portanto a regularização fundiária é uma política de agricultura familiar, que era e se tornou mais legalmente visível sob o ponto de vista da estrutura organizacional do Estado.

Listamos todo o arcabouço legislativo aplicado à questão da regularização fundiária. Não vamos falar delas todas, mesmo porque já fizemos abordagens a respeito das constituições e das legislações infraconstitucionais. Quais são os nossos objetivos principais? Garantir o direito à terra, conferindo à população a propriedade definitiva do imóvel; acesso às linhas de crédito. O que significa isso? Quem não tem o título da terra, não tem o documento, não consegue pegar empréstimo no banco - banco só empresta com documento. Se ele só empresta com documento, quem tem a posse da terra, mas não tem a propriedade do título, não tem acesso a crédito, não gera emprego e renda, não desenvolve a microrregião, a localidade, nem se sente cidadão. Na verdade, de fato ele não goza dos plenos direitos da cidadania.

Temos ainda a regularização das áreas devolutas; a inclusão produtiva; e o desenvolvimento rural sustentável. Na verdade, o desenvolvimento rural sustentável é o que melhor explica a fixação do homem no campo, porque, na medida em que se faz o desenvolvimento sustentado pelos pilares econômico, social e ambiental, o que é clamado pela população mundial, é que conseguimos realmente o desenvolvimento responsável e aceitável, que consome os produtos vindos do campo, além da prevenção e mediação de conflitos existentes no campo - conforme disse, hoje ocorre êxito em 90% desses casos.

Quem pode acessar? Qualquer pessoa que tenha posse e uso da terra. Como funciona? O posseiro se dirige à Secretaria de Agricultura ou a uma de nossas seis regionais, que herdamos do extinto Iter e que fizemos questão de manter por meio de negociação do Dr. Edmar com o nosso secretário André Merlo, a fim de que, além de preservado, o trabalho fosse potencializado. Os escritórios regionais são uma forma de aproximar o serviço público de regularização fundiária da população diretamente beneficiada. A secretaria procede o cadastro, faz a medição, saneia o processo, emite parecer jurídico e emite o título.

Quais são as prioridades para 2014? Como não conseguimos fazer tudo, elegemos algumas prioridades. Depois de ampla discussão com as demandas diretas de gabinete, elegemos o projeto Desenvolver, do Ministério Público. Aliás, pela primeira vez, o Ministério Público dá o exemplo na área de regularização fundiária, deixando de agir como medida punitiva, coercitiva, para agir como parceiro. O Ministério Público está sendo nosso parceiro na regularização fundiária, porque descobriu que sem ela não se faz o desenvolvimento desses municípios, que têm o menor IDH do Estado. A maioria da população desses municípios de menor IDH é do campo, 70%, ao contrário de Minas Gerais, em que 85% é urbana. Nesses municípios, a dificuldade pela regularização fundiária se torna o principal fator de melhoramento de IDH e de desenvolvimento da região.

No Alto Rio Pardo, são 211 mil habitantes em 11 municípios, sendo 70% da população rural. A Fazenda Manga, do Gustavo, fica em Salto da Divisa. Temos o programa de Gestão de Processo, que nos dará a qualidade e a segurança da informação, que repassamos aos que nos consultam. Reinstrução dos 8 mil processos em tramitação na secretaria, para titulação. Esses processos tinham sido instruídos na época do Iter e da Secretaria de Regularização Fundiária, mas decidimos fazer a reinstrução, o reexame de tudo, a fim de evitar qualquer tipo de questionamento.

Projeto Turmalina e regularização das unidades de conservação dos parques estaduais. Resultados: acordo com o Ministério Público em fase final para a retomada da titulação no Alto Rio Pardo; cadastramento de novas famílias; criação do banco de dados e discriminatória em cinco municípios do Alto Rio Pardo; finalização dos trabalhos de diagnóstico para a regularização de unidades de conservação; levantamento da malha fundiária para subsidiar a criação e a conservação da Nascentes dos Gerais no Alto Rio Pardo; reanálise de 8 mil processos do Alto Rio Pardo, de 2007 a 2011; vistoria de campo; cadastramento de posseiros da Manga, do Gustavo.

Quem são os nossos parceiros? Ninguém faz nada sozinho. É muito importante enaltecer as parcerias com as quais estamos costurando, negociando, desenvolvendo, aprimorando, potencializando e tornando cada vez mais forte a ação de regularização fundiária. Os nossos parceiros são: Fetaemg, nossa principal parceira; Sedinor; Sedru; Conedh, Conepir, IEF, Incra, Ruralminas; Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo; Defensoria Pública de Direitos Humanos; Ministério Público Estadual; e Ouvidoria Agrária Nacional.

Desafios: adequar a legislação às realidades socioeconômicas do Estado, que possui dimensão continental e em que a maioria das regiões são díspares, totalmente diferentes umas das outras. Há vários biomas, várias situações climáticas. A exploração econômica no Jequitinhonha, no Mucuri e no Norte de Minas não é igual à exploração no Sul de Minas, são situações diferentes. Cerca de 80% das propriedades no Jequitinhonha não são exploradas; no Sul de Minas, 80% são exploradas. Recompôr a força de trabalho; garantir os recursos orçamentários. Deputado Rogério Correia, pedimos o seu apoio decisivo para isso, porque passamos muita dificuldade por falta de recurso orçamentário, principalmente para mandar a nossa equipe a campo, fazer as viagens. Reestruturar a política pública de regularização fundiária em Minas Gerais.

Temos uma grande missão a cumprir, e o desafio é árduo, a tarefa é hercúlea, como gostava de dizer o nosso Prof. Antonio Anastasia, ex-governador do Estado. Queremos arriscar, mas arriscar com responsabilidade e certos de que quem não arrisca não



constrói o novo. Esse é o nosso lema. Citando o Mário Sérgio Cortella, “arriscar faz parte da construção do novo. Ser audacioso é diferente de ser aventureiro”. Muito obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Evandro. Vamos dar sequência aos nossos trabalhos e explicar novamente a nossa dinâmica, porque recebi reivindicação das entidades dos trabalhadores para estarem na Mesa. Acertamos junto a todos os que planejaram a nossa etapa final que vão falar os representantes governamentais sobre as políticas e, depois, vamos abrir a palavra ao Plenário. Quem quiser pode inscrever-se, pois terá acesso à palavra. Sei que há muitas demandas, como crédito fundiário e reforma agrária. Na abertura, as entidades pautaram um pouco esse tema, por isso peço aos representantes governamentais que fiquem no limite do prazo de 30 minutos. Com a palavra, o Sr. André Luiz Marinho.

Palavras do Sr. André Luiz Marinho

Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa e fico muito à vontade, pois aqui estão um chefe e dois ex-chefes meus. O Evandro é meu chefe, trabalhei com o Rogério Correia na delegacia e tive o prazer de trabalhar com o Adhemar por três anos no ministério. O Danilo não é meu chefe, mas trabalhei no Incra por um tempo também. Cumprimento o pessoal da Fetaemg e da Fetraf. Na pessoa da Dete, presidente do sindicato do Jequitinhonha, cumprimento todos os presidentes de sindicatos. Na pessoa do Ananias, do Banco do Nordeste, cumprimento os nossos parceiros, agentes financeiros. Cumprimento os trabalhadores e trabalhadoras rurais, as agricultoras e agricultores familiares.

Falarei sobre a política pública de acesso à terra. Uma dessas políticas é o crédito fundiário. O acesso é realizado pelo Incra, pela regularização fundiária e pelo crédito fundiário. O crédito fundiário é uma política que permite o acesso ao trabalhador e à trabalhadora, agricultor e agricultora familiar, por meio de financiamento de terras. É um financiamento bancário. Ele gera escritura e prestação para pagar. É uma política que não vem de encontro à política do Incra, porque ela permite que os trabalhadores adquiram propriedades em áreas abaixo de 15 módulos fiscais e acima de 15 módulos fiscais de propriedades produtivas.

Como disse, é uma política pública complementar à reforma agrária. Além da terra, o crédito fundiário também permite que os trabalhadores acessem recursos para a estruturação das propriedades. Depois de contratada a proposta, ele permite que os trabalhadores acessem o Pronaf A, dos assentados na reforma agrária.

Quem pode acessar o crédito fundiário? Todos os trabalhadores, trabalhadoras, agricultores e agricultoras familiares que se enquadrem nas regras de elegibilidade do programa. Quem faz essa declaração? Quem atesta essa condição para que o trabalhador acesse o crédito fundiário? São os sindicatos e as federações de sindicatos de trabalhadores rurais. Na condição de representantes, eles nos informam se o trabalhador pode acessar o crédito fundiário.

Os sindicatos e as federações têm a senha do sistema, que é todo informatizado, há transparência. Os sindicatos inserem as propostas no sistema, juntam toda a documentação pertinente ao crédito fundiário, toda a documentação da terra, do vendedor, dos beneficiários e encaminha tudo para a unidade técnica estadual - UTE.

A unidade técnica estadual é uma instância do programa. Por força de termo de cooperação técnica entre o ministério e os estados, é necessário haver essa unidade técnica, que hoje está subordinada à Diretoria de Crédito Fundiário. É na minha diretoria que funciona a unidade técnica.

Essas propostas chegam das bases e são encaminhadas à UTE, que analisa essas propostas e providencia as vistorias nas áreas. Vamos verificar se as áreas comportam a quantidade de famílias que está sendo pleiteada, se têm capacidade de produção técnica, se a parte agrônômica das áreas é compatível e se vai gerar renda para o trabalhador. Analisa também toda a documentação da terra, na parte jurídica.

Depois disso tudo, encaminhamos essa proposta ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que é a instância que vai deliberar sobre a aprovação dessa proposta. Passada essa proposta pelo conselho, ela é encaminhada aos agentes financeiros para a contratação.

Principais vantagens do programa: hoje os juros são de 0,5% a 2%, dependendo da linha do programa, com rebate de 50% na prestação, e não, somente nos juros como antigamente; até 50%, dependendo da região do Estado. Na região do semiárido, chega a 50%; nas outras, chega a 30%. Recebi, ontem ou anteontem, um ofício do MDA, e, graças a Deus, o prazo de financiamento, que era de 20 anos, passou para 35 anos. Temos também os selos específicos para propostas de jovens, mulheres e negros.

A gestão do crédito fundiário é descentralizada, é executada pelos estados, por força de termo de cooperação técnica. No Estado, era o Iter - aliás, começou com a Sudenor, passou pelo Iter e, agora, foi para a Secretaria de Agricultura. O programa está vinculado à Diretoria de Crédito Fundiário.

Ali é a mesma lâmina do Danilo. Aquela setinha representa a nossa diretoria e a unidade técnica estadual. O recurso para gerir esse programa se chama Fundo de Terras da Reforma Agrária, cujo gestor é o Adhemar, que se encontra aqui, à minha esquerda. Ele é quem tem a caneta desse fundo. Esse fundo financia duas linhas de crédito do programa: a linha Combate à Pobreza Rural e a linha Consolidação da Agricultura Familiar. A linha Consolidação da Agricultura Familiar, como o próprio nome diz, é para aqueles trabalhadores que já têm uma certa estrutura, são parceiros, meeiros ou arrendatários - e também podem ter um pequeno pedaço de terra. Essa linha, no Estado, caiu como uma luva no Sul de Minas, na região cafeeira. Em muitas de nossas propostas, os trabalhadores estão comprando as áreas em que já estão trabalhando. Percebemos isso muito claramente porque a mão de obra está muito cara, os grandes proprietários não estão conseguindo pagá-la e estão transferindo essas áreas para os trabalhadores. E a única forma de acessar é o crédito fundiário. Nessa linha, os juros são mais altos, e os contratos são individuais. A linha CPR é para o trabalhador mais privilegiado, para o diarista, trabalhador do campo. Essa linha permite que, além do financiamento da terra, o trabalhador receba recursos não reembolsáveis para estruturar suas propriedades, podendo chegar até R\$25.000,00. Esses recursos não são reembolsáveis: são utilizados para comprar um trator, um animal, fazer uma cultura ou algo semelhante.

Os resultados do crédito fundiário no Estado de Minas Gerais: o crédito fundiário, em Minas Gerais, começou em 1997, com um programa chamado Cédula da Terra. Foi implementado, pela Sudenor, pelo Idene, nas regiões do semiárido. Houve um movimento -



uma solicitação legítima dos trabalhadores - para que ele se expandisse para todo o Estado, pois era um programa muito bom. Então, saiu do Idene, foi para o Iter. Depois disso, houve o Banco da Terra, que foi implementado principalmente na região do Triângulo. O Banco da Terra não contou com a participação do governo do Estado. O programa foi feito por meio de convênios entre o ministério e as associações de municípios. Em 2003, veio o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Hoje temos 193.452ha, adquiridos nestas três linhas: Cédula da Terra, Banco da Terra e crédito fundiário. São 5.058 famílias em 913 operações. Hoje temos no SQD, que é o Sistema de Qualificação da Demanda, 5.052 famílias. Esse sistema é alimentado pelos trabalhadores, pelas federações dos sindicatos. Essas famílias, em algum momento, inseriram seus nomes no sistema pleiteando o programa. Sabemos que, nessas 5.052 famílias, existem muitas que não seguirão os contratos, seja porque o proprietário vendeu a terra ou porque o beneficiário desistiu. Já recebemos do ministério uma solicitação para permitir que seja feita uma limpeza nesse sistema a partir de 2011. Ele vai diminuir essa qualificação que achamos não ser real. Na UTE temos 187 famílias tramitando e 202 famílias nos agentes financeiros para contratação. Achamos que o nosso grande problema é o prazo de contratação no banco. Temos propostas que já estão há um ano no banco e ainda não foram acatadas. Os principais parceiros são os agentes financeiros, BB, BNB e Caixa Econômica Federal, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e os conselhos municipais, a Fetaemg, a Fetraf, o MDA, através da Secretaria de Reordenamento Agrário.

Principais desafios que temos no crédito fundiário: acreditávamos, Adhemar, que, junto com o aumento do prazo de financiamento, viria também o aumento do parâmetro de elegibilidade dos trabalhadores, porque acreditamos que a renda anual, para a linha CPR, de R\$9.000,00, com patrimônio de R\$15.000,00, e, para a linha CAF, de R\$15.000,00, com patrimônio de R\$30.000,00, está muito baixa. Os trabalhadores estão ganhando mais, e queremos que esses parâmetros sejam corrigidos, mas não sei como.

Temos outro desafio importante, que é fazer o cadastro ambiental de todos os beneficiários do crédito fundiário, o CAR. Já fizemos o curso desse sistema. Não é uma coisa difícil de fazer, mas teremos de ajudar esse pessoal, porque, se não me engano, até 100ha, quatro módulos, é obrigação do Estado, e a maioria dos nossos contratos são desse tamanho.

Criação de uma rede de assistência técnica e extensão rural - Ater - no Estado: achamos que a rede de Ater do Estado está muito fraca. São muitas entidades, mas conosco é muito pouco. Estamos propondo um seminário, chamar as entidades, apresentar o crédito fundiário, porque as condições de Ater para o crédito fundiário são muito boas. São garantidos cinco anos para os beneficiários que contratam a proposta. São R\$1.500,00 por ano. Não é uma condição ruim. Ontem eu conversei com a Emater sobre fazer um acordo e acredito que vai fechar.

Entendimento com os cartórios: o deputado Rogério Correia fez uma lei para que todo trabalhador tenha a primeira escritura grátis. Acontece que, em todo cartório para onde mandamos a proposta, surgem dúvidas, ficando até seis meses para se resolver. O proprietário não pode esperar seis meses. Já pedi para o Carlos, meu colaborador, agendar uma reunião com o Sinoreg, com o juiz corregedor, para pacificar isso. Se a escritura chegar ao cartório, que ela seja feita sem dúvida. Tivemos problemas com o pessoal da Noiva do Cordeiro, que foram difíceis de resolver. Em Bocaiuva, quase 60 famílias perderam a terra.

O presidente - E a lei não deixa dúvida nenhuma, nada diz sobre a regulamentação. Ela diz que, no caso de crédito fundiário, é gratuito.

O Sr. André Luiz Marinho - A lei não deixa dúvida nenhuma: é gratuito. O que estou fazendo agora? Estou escaneando as decisões e mandando-as para o presidente da associação ir ao cartório antes de ir para o banco. E falo: "Vai lá e fala com o cara que é assim, para ele não pisar na bola".

Recomposição do quadro de servidores por meio de concurso público na UTE: acreditamos que estamos precisando, principalmente, de engenheiros agrônomos e de advogados para recompormos a força de trabalho da UTE e podermos fazer um trabalho mais qualificado - e também a redução do prazo de tramitação das propostas nos agentes financeiros. Este é um gargalo terrível.

O pessoal do Banco do Brasil não está presente, mas temos propostas desse banco há um ano, e, quando perguntamos, dizem que elas estão em análise num determinado lugar em Brasília, viu, Adhemar? Precisamos verificar isso. Era o que tinha a dizer sobre o crédito fundiário. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Agradecemos as palavras do André Marinho e queremos deixar muito claro que a lei não suscita nenhuma dúvida: ela é muito clara e não precisa de nenhuma regulamentação. Ela apenas determina que os cartórios não cobrem a taxa, neste caso, daqueles que têm acesso à terra por via de crédito fundiário, assim como é também no caso da reforma agrária. Isso é gratuito e determinado por lei. A lei não está sendo questionada. Não existe nenhuma ação de inconstitucionalidade da lei, nenhuma ilegalidade. Portanto, a lei está valendo, e é preciso que os cartórios saibam disso. A atitude do governo seria comunicar aos juizes o que os cartórios estão fazendo para que determinem a obediência imediata à lei. Agradecemos ao André Marinho.

Palavras do Sr. Danilo Daniel Prado Araújo

Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar o deputado Rogério Correia por estar presidindo a Mesa deste painel tão importante quanto as políticas que discutimos aqui para a agricultura familiar de Minas Gerais; os meus colegas expositores da Mesa - Dr. Evandro, o André e o Adhemar, colega de ministério; o deputado Adelman Carneiro Leão, que foi meu colega lá no Inbra, ex-superintendente - então, sabe um pouco dessa questão que envolve a reforma agrária; e, por fim, todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui participando deste evento tão importante para avançarmos nessas questões de acesso à terra em Minas Gerais.

Falar de reforma agrária é falar de uma política pública que deve ser o pilar de toda nação que vise, em sua essência, distribuir e dar acesso à terra. Como disse o Evandro ao mencionar a fala do Edmar Gadelha, não basta darmos acesso à terra; é preciso ainda dar as condições para as famílias se sustentarem a partir dela. Então, reforma agrária só é completa se permitirmos o acesso à terra e dermos condições para que as famílias se produzam socialmente nelas, o que passa pela implementação das políticas públicas, que são

ofertadas em um leque bastante vasto. Agora, entre o acesso à terra e o acesso a condições plenas de utilizá-la, vem esta discussão que estamos fazendo.

Trago para vocês um dado do nosso estado, que é de grande magnitude: atualmente temos 275 projetos de assentamento diretamente criados pelo Incra e distribuídos por toda Minas Gerais, em mais de 730.000ha. O número pode parecer grande, mas, em termos de extensão territorial, representa 1% do território do Estado.

Como todos sabem, somos um dos estados que ainda têm um ativo de terra devoluta bastante expressivo, e essa terra pode ainda ser incorporada à política de reforma agrária. Como exemplo, por meio de uma parceria com o governo, em função da luta dos povos geraizeiros de Rio Pardo de Minas, conseguimos, a partir de muita articulação com o governo e com os sindicatos daquela localidade, encontrar uma saída para resolver esse conflito histórico da região: a doação de uma propriedade do Estado que havia sido cedida para a Floresta Minas. Depois de todo esse processo de mobilização, fizemos a retomada, e o Incra pôde criar o primeiro projeto de assentamento agroextrativista destinado à população tradicional de geraizeiros de Minas Gerais.

Então, neste evento, a nossa principal colaboração seria apontar as perspectivas e os desafios, e, em um primeiro momento, Evandro, o nosso desafio seria discutir a questão. Posso assegurar a todos vocês que temos muita demanda por parte das populações tradicionais. Estamos trabalhando também com outras iniciativas nesse sentido, como, por exemplo, com a população tradicional dos vazanteiros do Rio São Francisco. Estamos atuando em parceria com a SPU para direcionar esse trabalho.

É uma articulação que envolve outros órgãos de governo, uma construção que demanda muita dedicação por parte dos órgãos públicos. Estamos caminhando para criar um projeto inédito no Estado de Minas, um projeto agroextrativista destinado àquela população do Estado. Pontuo essas duas questões específicas para fazermos um paralelo com o formato de reforma agrária clássica que tem sido feito, visando atender às pressões dos movimentos sociais que apresentam uma demanda legítima e que temos trabalhado incessantemente para atender.

Temos alguns gargalos a serem superados. Nos últimos anos, a política da reforma agrária tem passado por profunda transformação no sentido de rever métodos e formas de promover o acesso à terra. Isso ocasionou uma freada no processo de obtenção de terras, mas o objetivo principal é reorganizar esse processo de obtenção, com vistas a qualificá-lo e a dar maior celeridade ao processo.

Recebemos críticas referentes à redução do processo de obtenção de terras, mas por outro lado vemos para a frente um cenário melhor com a qualificação dos processos que já foram feitos. Na parte da questão fundiária que trabalhamos no Incra, é importante destacarmos, neste evento, que no ano passado o governo federal fez o lançamento do sistema de certificação de imóveis rurais pelo Sigef, que visa ampliar o controle da malha fundiária nacional. De novembro até agora, conseguimos certificar em nosso estado mais imóveis do que tudo o que foi certificado desde a criação da lei até 2013. Isso é um reflexo do esforço do governo federal de qualificar e modernizar as ações do Incra.

Nas questões afetas ao desenvolvimento dos assentamentos, que refletem necessariamente as condições para a permanência das famílias nos assentamentos, a reorientação do governo de integrar as políticas públicas para favorecer o acesso tem nos forçado a buscar parcerias que nos permitam levar água aos assentamentos por meio de parcerias com outros órgãos públicos, como a Codevasf e o Dnocs. No ano passado, celebramos uma parceria e disponibilizamos mais de R\$6.000.000,00, visando ao abastecimento dos assentamentos. Este é um desafio muito grande em razão de toda a demanda represada que temos.

Outro aspecto referente ao desenvolvimento é a assistência técnica. O André Marinho falou sobre isso aqui. Como pudemos observar na abertura deste evento por meio da explanação do Dr. Argileu, ele pontuou a criação da Anater como uma agência que possa ser capaz de reorganizar a estrutura de um programa público de assistência técnica que atenda realmente à demanda dos trabalhadores. Atualmente, existe mais de um terço das famílias assentadas pela reforma agrária que são assistidas pela assistência técnica, e o nosso principal desafio é alcançar a universalização. O nosso desejo é que isso ocorra no mais breve espaço de tempo. A expectativa era de se conseguir esse marco até o final do ano passado, mas isso não foi possível em função da baixa capacidade operacional das empresas de assistência técnica e até mesmo da própria Emater para poder participar dessa chamada pública. Agora estamos reformatando o nosso edital e dialogando com algumas entidades com o objetivo de atingir esse marco tão importante no próximo edital.

Sem a assistência técnica, outras políticas públicas ficarão impedidas de serem acessadas, por exemplo, o crédito. Por falar em crédito, também é importante destacar que o nosso crédito, o crédito de instalação do Incra passou por uma mudança para melhor. Ele foi regulamentado e aprovado por lei depois de uma grande discussão no próprio Congresso Nacional, onde foi viabilizado um programa de acesso ao crédito para as famílias assentadas, que atende àquela realidade com subsídios bastante consideráveis. Só para o Estado de Minas Gerais, a demanda registrada para as famílias com assistência técnica é de mais de R\$80.000.000,00. Os assentamentos contratados pela assistência técnica têm esta tarefa de auxiliar o Incra na elaboração desse projeto para que possamos destinar esses recursos de investimento e custeio para que essas famílias possam produzir mais alimentos. Este é um ponto que foi destacado por este seminário.

Em termos de desafio, pediram para que colaborássemos, e gostaria de destacar aqui quatro desafios para que possamos refletir sobre eles. O primeiro desafio diz respeito ao fortalecimento institucional para a implementação dessas políticas. Quando falo em fortalecimento institucional, me refiro ao fortalecimento do Incra e das estruturas do governo estadual, como é o caso da Emater e da secretaria. Esta é a pauta deste campo que defende a agricultura familiar e a criação de uma secretaria de Estado destinada a esse público. A meu ver, pelo que isso representa para o Estado, passou da hora de observar a demanda dos povos que até então eram considerados invisíveis, que são os povos e as comunidades tradicionais. Até hoje temos tentado direcionar a nossa gestão para atender a esse povo, aos vereadores, vazanteiros e geraizeiros que estão pelas Minas Gerais afora.

Destaco o desafio de universalizar a assistência técnica. Destaco também a necessidade de retomar a discussão sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Em Minas Gerais, nos últimos tempos, temos implementado um número de projetos bem baixo se comparado com o que já foi feito. A parceria com os movimentos e o governo do Estado é importante para qualificarmos os jovens e agricultores que trabalham nessa temática.



Por fim, gostaria de destacar uma ação que o Inca nacional lançou este ano. Estamos iniciando esse processo em Minas Gerais com o objetivo de qualificar a nossa intervenção, para garantir o melhor acesso do nosso público beneficiário às nossas demandas cotidianas. Tivemos o lançamento do Sala da Cidadania Digital, um portal que permite o acesso do proprietário rural, do assentado da reforma agrária aos serviços básicos oferecidos pelo Inca. Esse portal foi lançado em Minas Gerais, em Uberlândia, no início do ano, com a presença do presidente Guedes. Em Minas Gerais estamos fazendo contato com todas as prefeituras que têm em seu território assentamentos de reforma agrária e também a Unidade Municipal de Cadastro, a fim de difundirmos isso e levarmos um serviço público de melhor qualidade ao proprietário rural e ao assentado. Esse serviço visa a encurtar as distâncias entre o Inca e o beneficiário, que poderá, a partir de um simples acesso com seus dados pessoais, encontrar todo um leque de serviços públicos oferecidos pelo Inca.

Na semana passada assinamos um termo de cooperação com a Prefeitura de Jequitinhonha. Esta é a oitava prefeitura de Minas Gerais com a qual celebramos esse termo. Na semana que vem, nossos técnicos irão ao Jequitinhonha a fim de capacitar os servidores da prefeitura. Vi a D. Dete por aí. Então, a partir da semana que vem, os assentados do Jequitinhonha terão acesso ao portal. Nossa expectativa é que, para o próximo mês, estejamos com uma possibilidade de celebrar um acordo de cooperação também com as federações dos trabalhadores rurais, os sindicatos dos trabalhadores rurais e as cooperativas dos assentados. Essa será também uma forma de acesso a esse portal, para encurtar, cada vez mais, a distância entre nós e as famílias assentadas.

Já que estamos falando sobre a questão de acesso à terra, quero mencionar rapidamente os dados sobre os territórios quilombolas, ou seja, a demanda que temos em relação aos quilombolas. Atualmente há no Inca cerca de 188 processos administrativos abertos para regularização de comunidades quilombolas. Destes, 37 estão em andamento, sendo que 2 territórios estão decretados: o Brejo dos Crioulos e Marques. O Brejo dos Crioulos fica na região de Varzelândia e São João da Ponte, e Marques fica na região de Carlos Chagas.

Temos oito relatórios técnicos de identificação e delimitação aprovados, que compreendem Gorutuba, Marobá dos Teixeiras; Amaro e São Domingos, em Paracatu; Machadinho e Luizes, em Belo Horizonte. Atualmente há 14 comunidades com relatórios antropológicos aprovados e prontos para a iniciação da elaboração do RTID. Mais 13 comunidades estão em fase de elaboração dos relatórios antropológicos.

É importante destacar que o processo de regularização quilombola é bastante longo e demanda grande esforço de trabalho do Inca e dos outros parceiros, para darmos essa celeridade necessária. A nossa expectativa é podermos concluir essas áreas que já estão em decreto até o final do ano que vem. A outra possibilidade é, em 2015, encaminhar para decreto mais duas áreas de Minas Gerais, do território do Gorutuba, que representa uma faixa de terra expressiva na região do Norte de Minas. Teríamos um grande desafio, que seria a garantia do acesso às comunidades daquele território e, ao mesmo tempo, discutir as formas de “desinclusão” que afetam a agricultura familiar.

Está posto também o desafio do acesso à terra. Temos de saber como garantir o acesso histórico das comunidades quilombolas à terra e, ao mesmo tempo, evitar conflitos dessas comunidades com a agricultura familiar. Temos de reassentá-las sem que haja conflito. Isso é o que almejamos. Sei que extrapolei o tempo, mas, rapidamente, gostaríamos de dar essa contribuição. Agradecemos a oportunidade de, mais uma vez, estar na Assembleia Legislativa para tratar desse tema. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

O presidente - Obrigado, Danilo. Com a palavra, o Sr. Adhemar Lopes de Almeida.

Palavras do Sr. Adhemar Lopes de Almeida

Obrigado, deputado Rogério Correia. Na sua pessoa, cumprimento a Casa pela iniciativa de organizar este importante ciclo de debates nessa etapa da história do nosso país, em que o esforço de formulação de projetos e de continuidade está sendo posto em pauta e debatido. Essa é uma importante oportunidade para que a agricultura familiar possa ser percebida e trazida a esse debate que ocorre no processo eleitoral brasileiro.

Este ano é particular, pois é o Ano da Agricultura Familiar, decretado pela ONU, como disse o deputado. Esse é um ano em que se aprofundam os esforços de implementação das diretrizes voluntárias de governança fundiária no planeta. A FAO, em 2012, em seu Comitê de Segurança Alimentar, adotou uma resolução que traz a preocupação da sociedade em relação ao que está sendo feito com o nosso planeta no que diz respeito ao que se pretende como projeto de desenvolvimento.

E, no centro desse debate, de um lado está colocada a necessidade de incluir no processo de desenvolvimento parcela importante da população mundial que, ainda hoje, é privada do direito básico à alimentação, do direito básico de acesso aos bens naturais, e de outro a necessidade de ampliar a produção de alimentos, ampliar a qualidade dos alimentos produzidos, debatendo a necessidade da preservação ambiental. Isso é colocado claramente como uma diretriz voluntária, não é uma imposição por parte da FAO, mas, de nossa parte, no Brasil, podemos comemorar porque ela vem coroar aquilo que, na verdade, são os esforços que toda sociedade brasileira vem empreendendo no último período.

Cumprimento os parceiros do governo estadual, o Edmar Gadelha, chefe, como foi nominado aqui, na Secretaria de Agricultura Familiar do Estado, que responde pelo comando na execução das importantes parcerias que o governo federal tem com o governo do Estado para que possamos fazer com que as políticas públicas cheguem aqui. Cumprimento o Evandro, o André, o Carlos e toda a equipe da unidade técnica estadual e os demais servidores do governo do Estado; cumprimento os meus colegas do governo federal, o Daniel, do Inca; o Ricardo, delegado do MDA no Estado de Minas Gerais e os nossos companheiros da Secretaria de Reordenamento Agrário, o Rafael Severo, da nossa equipe de Brasília, que nos acompanha, e a Camila, também supervisora aqui no Estado. Como já disse o deputado Rogério Correia, registramos importantes participações de servidores que hoje prestam serviço público em outras frentes. O deputado, como delegado do MDA, indiscutivelmente, trouxe uma contribuição fantástica para que pudéssemos comemorar os números no Estado de Minas e, portanto, no Brasil. O deputado Rogério Correia trouxe inovações importantes na legislação, como essa da gratuidade do registro das propriedades adquiridas pelo crédito fundiário, que é um entrave importante na execução da política pública. O André Marinho voltou a coordenar a unidade técnica estadual, mas já foi nosso coordenador operacional em Brasília no



Departamento de Crédito Fundiário. Estou visualizando o meu companheiro e amigo Juarez, do movimento sindical. Cumprimento os companheiros da Fetaema, da Fetraf e do MST, de outros movimentos e de organizações como as escolas famílias, enfim, toda rede de organizações que compõem esse nosso esforço por um Brasil mais sustentável.

Dentro deste debate, deste desafio que nos traz a questão fundiária, quero fazer um rápido balanço sem entrar na polêmica do pequeno detalhe dos números. Mas, se trabalharmos em termos de grandes números, podemos afirmar que, somadas as realizações de crédito fundiário, de assentamentos pelo Incra, de regularização fundiária em terras públicas federais por meio da Serfal, particularmente na região da Amazônia, mas não só lá, e a regularização em áreas estaduais, como as realizadas e anunciadas aqui, no Estado de Minas, podemos comemorar um número próximo a 1.200.000 famílias beneficiadas por algumas dessas políticas, que entendo como políticas fundiárias, como políticas de inclusão de acesso à terra.

Podemos dizer que não são 1.200.000, mas 1.100.000, 1.000.000 ou 900.000. Isso não importa; o que importa é a grandeza, ou seja, 25% dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil têm sua origem em uma ação de reforma agrária, de regularização fundiária. Esse número não nos permite, de forma alguma, comemorar a reforma agrária realizada; não é isso. Não podemos deixar de perceber a importância e o desafio que esse número nos traz, proporcionar, apostar nessas ações de reforma agrária como ações - como disse o Daniel, do Incra - que têm como resultado final o fortalecimento da agricultura familiar. É isso o que queremos quando fazemos um assentamento do Incra; é isso o que queremos quando fazemos um assentamento do crédito fundiário ou uma ação de regularização fundiária. Não pretendemos criar um novo público. Ao contrário, o nosso objetivo é fortalecer um público que existe, isto é, a agricultura familiar, a agricultura camponesa, afirmar esse regime de condução, de exploração econômica, de modo de vida dessas populações. A partir desses estabelecimentos, pretendemos induzir, ajudar a fortalecer o processo de desenvolvimento desse segmento.

O Daniel falou sobre o grande esforço que fazemos para levar o conjunto de ações, de recuperação de famílias do Incra, que, por qualquer motivo, desde a década de 1980, vem acumulando passivos, cobrados, não cobrados, endividados ou não. Há necessidade de uma ação clara do poder público para que esse segmento possa voltar a contratar crédito e ter, assim, fortalecida a sua possibilidade de contribuir na produção de alimentos. É isso que estamos fazendo no Incra, associado ao esforço de retomada de assentamentos de novas famílias, não é um em detrimento de outro. As duas ações são articuladas. É esse esforço que estamos fazendo quando olhamos para o crédito fundiário. Como disse o André Marinho, criamos um conjunto de novas condições que vão facilitar, simplificar, baratear, dando cada vez mais condições para que um projeto do crédito fundiário seja bem-sucedido e possa contribuir, ou seja, induzir uma agricultura familiar, uma agricultura camponesa que tenha como base, no seu princípio, na sua orientação, a agroecologia, a convivência com o meio ambiente, a produção de alimentos de qualidade. Esse é o esforço que estamos fazendo.

Parto desse balanço que entendo positivo, não suficiente para dar conta da ação da reforma agrária, mas positivo para nos permitir afirmar que a agricultura familiar tem de ser um modelo de produção, de desenvolvimento que, cada vez mais, deve ganhar maiores espaços dentro do nosso projeto de desenvolvimento. A agricultura familiar detém algo em torno de 24% do território disponível. O restante está nas mãos dos médios e grandes empreendimentos do agronegócio. No entanto, mesmo detendo apenas 24% da área, produzimos 38% da riqueza econômica gerada no campo no Brasil. Isso é fato, é dado pesquisado e comprovado pelo censo agropecuário, uma das conquistas que obtivemos para que pudéssemos ter um dado estatístico que já conhecíamos, já sabíamos, já afirmávamos, mas é importante que uma instituição como o IBGE verifique, a partir de um censo agropecuário, e constata isso para a sociedade brasileira. É esse caminho que, com essas políticas e essas ações fundiárias, pretendemos afirmar, numa visão ampla, e não numa visão isolada, como disse anteriormente. Como se destina a reforçar a agricultura familiar, depende de crédito, de acesso ao mercado e seguro.

Tudo isso vocês já discutiram durante este evento. Em Minas, se a memória não falha, foram R\$2.700.000.000,00 de investimentos no Pronaf. Para essa safra, são R\$3.400.000.000,00 de investimentos, não é isso? Não, R\$2.400.000.000,00 foram os investimentos da safra passada. Para essa safra, a expectativa é ampliar o valor, não me recordo exatamente em quanto, mas isso já foi dito e está registrado nos anais deste evento.

Nesse universo, vemos a questão fundiária, ou seja, olhamos para as políticas de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e também para as políticas de desenvolvimento em geral. A agricultura familiar não existe apesar do Brasil, ela é Brasil, é o interior do nosso país. É um interior merecedor de políticas que deem o sustento necessário, o apoio necessário para que o desenvolvimento aconteça. Estamos falando de educação e de saúde. Os esforços feitos nesse sentido são claros, embora ainda contraditórios. Isso eu reconheço; nós reconhecemos. Quem trabalha com campo, mais diretamente vinculado ao trabalho, percebe que ainda temos a avançar. Avançamos e estamos indo nessa direção, mas a nossa educação, a metodologia, a estratégia de educação no campo ainda não se consolidou como a metodologia da alternância, desenvolvida pelas escolas famílias. Nosso esforço para trazer isso, universalizar para a formação do campo no Brasil, ainda está dado. Não que o Incra tenha que fazer a educação, mas o que os assentados do Incra aprenderam nas estratégias de educação mostra que o esforço deve ser trazer isso para as políticas tradicionais de educação, para conseguirmos dar conta da realidade exigida pelo campo.

Há, por exemplo, políticas de valorização do salário mínimo. Não adianta falar em fortalecer a agricultura familiar, se a economia dos municípios não rodar. Uma das estratégias para fazer rodar a economia do município é garantir a aposentadoria para o trabalhador rural e a aposentadoria em valores cada vez mais fortalecidos. Por isso, uma política de valorização do salário mínimo para a agricultura familiar é absolutamente estratégica. Assim, essas economias podem funcionar. Nesse ambiente, observamos a questão da reforma agrária, considerando que o desejo é apoiar e fortalecer as diversidades do campo brasileiro.

Ao falar em reforma agrária, estou olhando para regularização, crédito fundiário e desapropriação do Incra. Não queremos um modelo de reforma agrária que faça o agricultor ou o camponês do Norte igual ao agricultor, ao camponês do Sul. São todos brasileiros de realidades e trajetórias diferentes e devem ser respeitados e fortalecidos nesses caminhos. Essa é a estratégia. Falar sobre assentamentos agroextrativistas não é pouca coisa no contexto da reforma agrária. Isso significa reconhecer parte dos povos do meio rural brasileiro em suas diversidades, potencialidades, ajustando a política pública ao fortalecimento dessa experiência, e não

para enquadrá-la em um determinado modelo que entendemos deva ser estendido, estabelecido dentro em um padrão para todos os assentamentos. É nessa diversidade que o Inkra e suas políticas crescem.

No Inkra, foi a Lei nº 13.001, aprovada recentemente, com todas as inovações; e a Lei nº 145, do crédito fundiário, com todas as inovações. Minas Gerais foi o primeiro estado a elaborar o mapa fundiário total de um município, o cadastramento, o georreferenciamento e a titulação de todos os imóveis. Foi um projeto em parceria com o governo federal, que deu base ao nosso programa nacional de regularização fundiária. Realizamos projetos-piloto em cinco estados. Um deles foi em Minas Gerais, no Município de Janaúba. Poucas pessoas sabem disso, dos movimentos e do governo. Portanto, poucos se apropriam da importância do instrumento elaborado em Janaúba, a partir de um processo de varredura, quando todos os imóveis foram reconhecidos e regularizados.

Inicialmente, na época, o Inkra, o governo do Estado, o Iter, cartório, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Janaúba, todos nós olhávamos para aquele município e achávamos que ali havia cerca de 300 posseiros. Depois de realizado o trabalho, constatamos que havia 600. Olhem o tamanho da invisibilidade, do desafio que temos pela frente. Uma ação de regularização fundiária pode resolver isso, com esse leque de três blocos de políticas, vamos dizer assim - desapropriação pelo Inkra, crédito fundiário pelo MDA e regularização fundiária -, com diversidades em cada uma dessas políticas que tentamos empreender. Esse projeto busca reforçar as diversidades, ou seja, a afirmação do nosso projeto de desenvolvimento. Não queremos vender o mesmo sanduíche em todo o planeta. Está demonstrado, comprovado, que isso gera pessoas obesas, problemas cardíacos e ambientais e desemprego no meio urbano, porque se elimina uma série de pequenos comércios. Além do mais, torna a vida muito mais chata, porque saio de Minas e vou a qualquer lugar do País para comer o mesmo sanduíche. Não é esse o modelo de desenvolvimento que queremos; queremos um modelo de desenvolvimento de modo que eu possa comer o maravilhoso pão de queijo de Minas Gerais, ir a qualquer parte do Brasil e comer o que é característico de cada uma das nossas regiões. Se quiser, vou lá, porque é o lugar em que vou conhecer e conviver com essa experiência importante.

Quero dar um exemplo dessa diversidade das políticas. Poucas pessoas se dão conta da importância do trabalho que realizamos. Amanhã terei a oportunidade de visitar uma comunidade em Minas, no Município de Belo Vale, no entorno de Belo Horizonte, quando terei a oportunidade de visitar uma comunidade de 13 mulheres que compraram um imóvel pelo crédito fundiário. O nome da comunidade é Noiva do Cordeiro. Certamente muitos de vocês conhecem a história dessas mulheres e sabem da importância dessa comunidade no que diz respeito a um processo de emancipação e de afirmação de um povo, superando a questão do machismo, a questão patriarcal do final do século XIX, a imposição de determinados padrões que a maioria da sociedade tenta nos impor, até por questões de restrições religiosas, e que conseguem se afirmar.

Essa comunidade é liderada por mulheres. Sua vida comunitária não tem como valor de riqueza aquilo que acumulam monetariamente, mas a felicidade de seus filhos, dos membros da sua comunidade. Têm como padrão e orientação de vida a solidariedade.

O crédito fundiário e a reforma agrária ajudaram nesse processo. O Inkra não poderia elaborar um projeto desse tipo, pela característica do instrumento, que é de desapropriação, de intervenção. Nesse caso o crédito fundiário foi mais adequado. Do contrário, poderia ter sido o Inkra, poderia ter sido a Regularização Fundiária, não importa. O que importa é que 13 das mulheres da comunidade de Noiva do Cordeiro puderam acessar a terra e, portanto, ampliar a área de produção dessa comunidade, a partir de uma política pública de reforma agrária. É disso que estamos falando. É esse o Brasil que estamos construindo. Quando digo nós estamos construindo, é literalmente todos e todas juntos. E cada vez mais todas do que todos juntos.

Digo isso, pois, na conferência Desenvolvimento Rural Sustentável, as mulheres representavam 50% do nosso plenário, por um critério estabelecido na conferência. E, mais que isso, pela capacidade de mobilização das mulheres para participar disso. Cada vez mais, nos ambientes de representação das organizações sociais, vemos a presença da mulher organizada ocupando esse espaço. Por isso digo: cada vez mais todas do que todos. Esse é o projeto que pretendemos construir, é o projeto de Brasil que estamos construindo.

Deputado, vamos disponibilizar, para que o senhor possa juntar aos anais, uma apresentação bastante detalhada do Programa Nacional de Crédito Fundiário, para fazer parte desse registro, sabendo quais são as regras e o seu funcionamento. Também disponibilizaremos o documento que serviu de subsídio para o primeiro encontro que realizamos no início de 2013 para discutir as diretrizes de governança da FAO. É um documento que faz um resgate histórico e organiza nossas ações a partir daquilo e da forma como percebemos esse processo. Também recomendamos que as diretrizes voluntárias sejam incorporadas ao relatório desse seminário como um subsídio importante.

As diretrizes não foram construídas por um grupo de técnicos reunidos em qualquer lugar. Isso é desprestigiar a capacidade técnica. Mas é resultado de um amplo processo de consulta que passou, inclusive, por um evento internacional realizado, se não me engano, em 2005 ou 2006, em Porto Alegre. Foi uma conferência da reforma agrária, ou coisa assim. As organizações sociais participaram, portanto puderam opinar. Por isso esse documento nos serve tanto de referência.

Deixarei aqui quatro contribuições de desafios. A primeira já foi tratada aqui, e nós a destacaremos: trazer o município para o processo. Esse é o nosso desafio agora. Aprofundamos e trouxemos bastante a participação dos governos estaduais. Está na hora de aprofundarmos e trazermos, cada vez mais, o poder público municipal para participar das ações de apoio à agricultura familiar. Isso significa o desafio, por exemplo, de estruturação das secretarias municipais de agricultura.

Segundo, acho que devemos aprofundar nessa estratégia que vem se demonstrando acertada, de pensar territorialmente, para além do limite do município. Claro que o município, como ente federado, é parte constitutiva dessa regionalização. Mas a resolução dos desafios que nos são apresentados não será mais realizada olhando apenas um determinado município. A política de desenvolvimento territorial empreendida pelo MDA no último período, com a parceria dos governos estaduais, das organizações sociais e das prefeituras, vem demonstrando o sucesso e o acerto dessa forma de planejamento.



Terceiro: qualificar, fortalecer a participação social. Ter um marco que regule e fortaleça a participação social no âmbito da gestão do Executivo é um caminho que - não tenho a menor dúvida - foi o grande diferencial que construímos no último período. A existência do Conselho Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar é um diferencial determinante que nos possibilitou chegar até aqui. Regularmente nos assentamos com a participação de quem representa o público das políticas públicas sob nossa responsabilidade e debatemos as estratégias de desenvolvimento dessa política. Isso foi um avanço. Na última reunião do Condraf, tivemos a oportunidade de fazer o debate sobre o orçamento do MDA para o próximo ano - o que queremos do orçamento do MDA, para onde vai o dinheiro do MDA... Fortalecer essa participação social é um dos nossos desafios e uma das nossas estratégias: conselhos estaduais, conselhos municipais, colegiados territoriais, todo tipo de colegiado, de participação da sociedade paritária ou majoritária com o Poder Executivo.

Nesse ambiente, está o fortalecimento e a compreensão da importância da participação das organizações sociais. Como disse o Daniel, não daremos conta dessa empreitada em relação ao Incra se não contarmos com os sindicatos e com os movimentos junto conosco. Não adianta achar que banco vai resolver o problema. Não, as organizações têm de estar conosco, e, para tanto, elas têm de estar se vendo no que está sendo feito. E elas só vão se ver se participarem da construção daquilo que está sendo implementado.

Finalmente, a quarta questão, que é o fortalecimento institucional. Esse é um desafio para nós. Não tenho dúvida de que a construção do Ministério do Desenvolvimento Agrário foi fundamental para as nossas conquistas. Não tenho dúvida de que a existência de uma superintendência especializada na agricultura familiar é parte fundamental para que o governo do Estado compreenda toda a complexidade, a realidade e as demandas desse segmento. Portanto, o fortalecimento dessas instituições é parte fundamental e deve compor um dos desafios no desenvolvimento do nosso projeto. Terminando agradecendo esta oportunidade e dizendo que consegui cumprir o tempo - 30 minutos. Muito obrigado.

O presidente - Adhemar, agradecemos a sua explanação. O Adhemar tocou num tema importante, que é o papel dos municípios e prefeituras na agricultura familiar. Conseguimos aprovar, no fim do ano, três leis muito importantes para a agricultura familiar, sancionadas pelo governador Antonio Anastasia no início deste ano. Outras leis a esse respeito foram aqui aprovadas, mas essas três são recentes, e contamos, na sua formulação, com a Subsecretaria de Agricultura Familiar - o Gadelha nos ajudou muito -, com todos os movimentos sociais e a própria conferência estadual. Essas leis remetem aos municípios a atenção a elas para que neles repercutam. Uma é a lei estadual, que cria uma espécie de lei orgânica da agricultura familiar.

Ela vai estabelecer para Minas Gerais todos os princípios e obrigações do governo do Estado para com a agricultura familiar, seja do ponto de vista do crédito, comercialização de produto ou assistência técnica. E todo ano o governo fará um plano estadual apresentado ao Cedraf, que discutirá as prioridades e como o governo fará o investimento do Estado e qual a relação com os programas do governo. Essa é uma espécie de lei orgânica. E nós colocamos a obrigatoriedade de os municípios terem essa lei.

Chamo a atenção de todos ligados ao tema da agricultura familiar para que possam, no município, fazer o estudo do que seria essa lei. Na época eu enviei uma cartilha para todos os sindicatos, para a Emater, citando essas três legislações. Essa foi de minha iniciativa. Uma segunda foi uma iniciativa do deputado Adelmo Carneiro Leão, que estabeleceu, e nós aprovamos por unanimidade, os pressupostos e vantagens para o plantio agroecológico. Então, Minas já tem uma legislação para a nossa agroecologia. Uma terceira legislação diz respeito aos direitos das comunidades tradicionais, e inclui a questão do acesso à terra e o direito à terra para essas comunidades tradicionais. Essas três leis podem ser acompanhadas na página da Assembleia Legislativa e a cartilha também está à disposição. Essas três leis podem estar compiladas para que o município reflita sobre elas e planeje a agricultura familiar ano a ano. Isso fará um sistema da agricultura familiar, que vem desde a lei do presidente Lula, que criou a agricultura familiar como legislação, passando por essa legislação do Estado e a dos municípios. Há outras leis importantes que podem ser acessadas e refletem políticas públicas nos municípios: O PAA estadual, que foi aprovado nesta Casa por iniciativa do deputado Antônio Carlos Arantes, presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, e a Lei do Pró-Pequi, mais antiga, de minha autoria, que estabelece as normas para proteção do cerrado e para o agro extrativismo como formação de renda, geração de emprego. Chamamos a atenção dos prefeitos, secretários, sindicatos, trabalhadores rurais para que discutam uma legislação própria para a agricultura familiar, que certamente vai estabelecer conselhos municipais mais democráticos, secretarias municipais de agricultura familiar, como disse o Adhemar.

Quero deixar isso claro porque será importante para o crescimento da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais e pode servir de exemplo a outros Estados da Federação.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Reforçamos ainda a recomendação da presidência, tendo em vista a legislação em vigor que dispõe sobre o calendário eleitoral, para que os convidados e participantes de reuniões e eventos promovidos nesta Casa evitem em seus pronunciamentos a caracterização de propaganda eleitoral.

Informamos ainda que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo* na edição do dia 6 de setembro e poderá ser acessada pelo portal da Assembleia Legislativa: www.almg.gov.br. Portanto, a ata desse ciclo de debates estará, no dia 6 de setembro, no *site* da Assembleia Legislativa.

Debates

O presidente - Pergunta feita ao Evandro, que será repassada à Mesa ao final. Pergunta de Maria Aparecida Machado, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada do Norte: "Solicito posição dos títulos de terra dos trabalhadores que foram para o Vale do Jequitinhonha entre 2010 e 2011. Em função da migração temporária desses trabalhadores para a colheita de café, os títulos não foram entregues e, desde então, os sindicatos têm recebido questionamentos a esse respeito". Ao final, o Evandro vai responder à pergunta da Maria Aparecida, de Chapada do Norte.



Se houver mais perguntas por escrito, podem nos remeter que vamos lê-las. Vou passar a palavra para as pessoas que solicitaram a apresentação de perguntas oralmente, as quais podem se dirigir a qualquer um dos microfones que estão no Plenário. O primeiro inscrito é Éder de Oliveira Fernandes, da Fetraf. Pode utilizar o microfone e apresentar sua pergunta para um ou mais dos palestrantes.

O Sr. Éder de Oliveira Fernandes - Bom dia a todos e a todas. Antes da pergunta, quero comentar o que já foi falado. A respeito da regularização fundiária, fico triste em ouvir os números. Temos que ir pelos números. O Adhemar falou que não podemos ir pelos números, mas temos que ir pelos números. Vimos que a regularização fundiária das terras devolutas funcionou quando foi feita de forma errada. Isso foi citado em 2008, em 2009 e em 2010. No entanto estão olhando todos os títulos novamente. Infelizmente, em Simonésia, por exemplo, que é um pequeno município no Leste de Minas e tem mais de 2 mil agricultores, 540 propriedades são terras devolutas. Se verificarmos, veremos vários cadastros de Simonésia, que, até há pouco tempo, era prioridade. A Fetraf lutou para que o Iter não fosse extinto, mas isso aconteceu. Para o Iter, Simonésia era prioridade juntamente com Turmalina. Quando vejo ali que Simonésia não está como prioridade, fico triste. Infelizmente, temos de voltar para a base e dizer para os agricultores que Simonésia não vai ter regularização fundiária este ano. E o cadastro já está na casa há cinco, seis anos. O Evandro falou que é só fazer o cadastro, fazer a análise e, depois, emitir o título, mas esqueceu-se de dizer que isso vai demorar seis, oito anos. Acho que é bom citar isso para não vendermos uma coisa que não existe.

Este debate está sendo muito importante, mostrando a importância da agricultura familiar. Isso é muito bom, mas a maioria dos presentes - e o povo não é bobo nada - sabe que uma coisa ser importante é diferente de ser prioridade. Temos de separar isso. Todos sabem que a agricultura familiar é importante, todos estão dizendo que ela é importante, mas isso é diferente de ser prioridade. Temos de separar isso. Todos sabem que é importante e todos estão dizendo que ela é importante, mas, na hora de dizer o que é prioridade, a agricultura familiar não tem sido prioridade. E por que dizemos isso? No crédito fundiário, faltam técnicos. Na Emater faltam técnicos. Em tudo que pensarmos faltam técnicos, faltam pessoas, falta isso e aquilo. Na Conab faltam pessoas para operar. Então onde está a prioridade? Não existe. É importante? É importante demais. Tem tanto do PIB, pouca terra e produz demais. É importante demais, mas infelizmente, no nosso Estado, a agricultura familiar ainda não é prioridade. Tomara que venha a ser e que, em outros debates, possamos ter números diferentes. Já participei de vários debates, mas os números são sempre os mesmos, principalmente em relação à regularização fundiária. O fato de um crédito fundiário ficar um ano no banco para ser pago é estar de brincadeira com os agricultores. Isso demonstra que a agricultura familiar não é prioridade.

O presidente - Muito obrigado, Éder. Podem fazer perguntas e observações. A palavra está aberta de maneira geral. O próximo inscrito é o Marquinhos, da Fetaemg.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes - Sou Marquinho, diretor de Política Agrícola e Cooperativismo da Fetaemg. As posições expostas pela Mesa são importantes e nos esclarecem, mas nós, que estamos no campo, junto dos trabalhadores, vemos uma realidade lá e outra aqui e ficamos tentando entender, de fato, qual é a verdadeira. Os números trazidos são importantes, e sabemos dos avanços que tivemos para a agricultura familiar, mas, no que se refere à reforma agrária, à regularização fundiária - que traz a reforma agrária por meio da desapropriação - e ao crédito fundiário, precisamos fazer algumas observações.

Primeiro, em relação à regularização fundiária, não é de hoje que andamos nos municípios e constatamos que vários trabalhadores não têm conseguido nem acessar crédito, nem o Minha Casa, Minha Vida, nem outras políticas públicas porque não têm acesso aos títulos. Aí fico me perguntando quantos anos mais esses agricultores e trabalhadores terão que esperar.

Segundo, em relação à reforma agrária - e acho que o Danilo trouxe ali -, essa é uma questão de séculos. Temos um país de 500 anos onde terra, na verdade, é poder. E aí assistimos ao avanço de uma série de outras políticas, enquanto a reforma agrária não tem andado, não tem dado a resposta que deveria para os nossos agricultores, para os acampados, que estão debaixo da lona há 5, 10 ou 15 anos. E, além deste debate, vários outros foram feitos em nível nacional e em outros estados, mas a discussão permanece. Às vezes, fico imaginando o que os movimentos, o que nós, trabalhadores, precisamos fazer para que, de fato, a reforma agrária saia do papel.

Terceiro, em relação ao crédito fundiário, o próprio nome diz que é um crédito a ser disponibilizado para o agricultor poder comprar seu pedaço de terra. E fico imaginando o porquê de tanta burocracia, pois ele comprará a terra e morará nela, ou seja, a terra já é uma garantia. Por que há tanta burocracia dentro do programa? Vários grupos e proprietários desistiram do processo pela demora, pela burocracia.

Às vezes, parece chato nós do movimento ficarmos aqui batendo nessa tecla, mas não é verdade, pois quem está junto dos trabalhadores conhece a realidade. Por exemplo, no caso da Noiva do Cordeiro, comunidade que conheço e onde estaremos juntos amanhã, tenho certeza de que houve muita pressão para o processo andar, pois existem várias outras Noivas do Cordeiro pelo Estado que precisam de terra; são trabalhadores que trabalham em parceria, em sistema de arrendamento, mas que não têm terra.

Ontem, discutimos crédito e uma série de políticas, mas não adianta, pois não teremos agricultores nem trabalhadores rurais sem terra para trabalhar. Então, com essas palavras, queria encerrar e agradecer.

O presidente - Muito bem, Marquinho. Peço aos representantes da Mesa para anotarem as perguntas, a fim de darem as respostas. De fato, o crédito fundiário, a regularização fundiária e a reforma agrária são questões que provocam uma grande tensão no Estado há mais tempo. Está inscrita agora Celuta Borges Medeiros, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, Vale do Jequitinhonha.

A Sra. Celuta Borges Medeiros - Vale do Jequitinhonha, isso mesmo. Meu nome, como já foi dito, é Celuta Borges Medeiros. Sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itamarandiba, Vale do Jequitinhonha, coordenadora Regional de Mulheres pela Fetaemg e reassentada pela Cemig. E, como reassentada, quero fazer uma pergunta: por que os reassentados não têm uma linha de crédito exclusiva? Quando vamos acessar qualquer linha de crédito, fica meio complicado, os bancos não aceitam, e a burocracia é grande. Eles nos pedem avalistas, mas, como somos novatos no local em que fomos reassentados, não conhecemos ninguém ainda, e tudo se torna ainda mais difícil. Fala-se muito em assentamentos, ribeiros e outros, que têm uma linha de crédito exclusiva, mas nós, reassentados, não temos essa linha exclusiva para acessarmos com mais facilidade. Muito obrigada.

O presidente - Obrigado Celuta. A próxima é Valdete, do Sindicato dos Produtores Rurais do Jequitinhonha. Já falou o Éder, da Zona da Mata, agora temos três inscritos do Jequitinhonha. O Jequitinhonha está precisando regularizar as terras, não é, Valdete?

A Sra. Valdete Siqueira Santos - Bom dia à Mesa, bom dia a todos. Sou a Valdete, diretora do sindicato dos trabalhadores do Jequitinhonha e sou assentada no projeto de assentamento Transval. Minha pergunta é direcionada ao nosso secretário de Regularização Fundiária. Eu não queria sair daqui enganando nossos trabalhadores mais uma vez. Desde 2010 foram encaminhadas várias demandas de titulação de terra no Vale do Jequitinhonha. Queremos uma previsão de mais ou menos quando essas terras serão tituladas, porque nossos agricultores estão impedidos de acessar todas as políticas públicas por conta disso. Queremos saber se será daqui a um ano, daqui a dois anos ou menos que isso. Se for menos, melhor, mas não podemos enganar os trabalhadores que todos os dias cobram de nós no sindicato.

Ouvimos números relevantes do secretário do MDA, vários assentamentos, empreendimentos, imóveis, mas de que serve assentamento, se não há uma estrutura social para que os trabalhadores da agricultura familiar possam desempenhar suas atividades, sua produção agrícola? Temos vários assentamentos. No Vale já temos a posse da terra. Em Minas Gerais há regiões que já estão estruturadas, mas a maioria faz estrutura, faz financiamento mas não consegue acessar nem o crédito de habitação. Como vamos ter avanços na agricultura familiar sem uma moradia digna, sem ter um Pronaf? Como vamos avançar na agricultura com os assentamentos sem estrutura? Queremos uma reforma agrária com vida digna no campo. Queremos que nossos trabalhadores possam produzir e comercializar seus produtos.

A outra pergunta é para o nosso superintendente Danilo. Somos assentados. Nos últimos anos a reforma agrária parou no tempo mas, como você disse, foi para uma melhor reestruturação do Inca. Pedimos ao nosso secretário do MDA e a todos os órgãos governamentais que estruturarem o nosso Inca. Talvez eles não prestem um serviço melhor por falta de estrutura e recursos. O Inca está muito distanciado da ponta. Quando vai algum servidor lá, falam que não têm recurso, que não têm técnico para nos acompanhar. Então pedimos que os órgãos governamentais sejam mais estruturados para nos dar assistência.

O outro pilar que queremos solicitar aqui é que abram mais editais para concursos públicos para qualificação de técnicos, porque infelizmente somos carentes de assistência técnica. A Emater está desestruturada. Faltam técnicos para nos assistir. Esse é um pilar que precisa ter um olhar diferenciado para que tenhamos verdadeiros avanços na agricultura familiar. Muito obrigada por essa oportunidade.

O presidente - Muito bem, Valdete, agradeço-lhe a participação constante no nosso debate. O próximo inscrito é o Rômulo, da Fetaemg. O Rômulo é do Triângulo?

O Sr. Rômulo Luiz Campos - Sou do Vale do Jequitinhonha. Sou cruzeirense do Município de Novo Cruzeiro e sei que V. Exa. é atleticano e que o Flamengo ganhou anteontem.

O presidente - Não vamos falar de futebol, Rômulo. Vamos falar de crédito, porque é menos polêmico.

O Sr. Rômulo Luiz Campos - Eu me inscrevi para falar e vou usar um tom moderado nas palavras porque, apesar da vontade de falar de forma mais contundente, às vezes a pessoa que está conosco é a menos culpada de certas coisas e acho que não devemos expô-las a constrangimento. Não tenho interesse de constranger ninguém. Algumas coisas foram ditas, e precisamos levá-las em consideração.

O rapaz falou de regularização fundiária e fez referência ao IDH, e gostei muito da fala dele, que me levou a algumas reflexões. Além dessa discussão sobre agricultura familiar, também discutimos pobreza rural, miséria e riqueza. Diante do exposto, exatamente a região a que você se referiu é a região da qual sai o maior grupo de trabalhadores para cortar cana no Mato Grosso e no Estado de Goiás e para trabalhar em São Paulo ou em muitas outras regiões do Brasil. Fiz a minha inscrição para falar sobre isso exatamente para chamar a atenção para essa política de regularização fundiária, que precisa ser tratada como prioridade máxima do ponto de vista das ações de governo. Do contrário, teremos de imputar aos governos a responsabilidade de provocar a miséria e a pobreza das pessoas. Temos de responsabilizar o governo atual por criar bolsões de miséria no Estado de Minas Gerais. Não existe outra interpretação. Em Janaúba e também no entorno de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, na minha terra e na terra de muitos que aqui se encontram, saem trabalhadores para a construção civil em Rondônia e para o Pará. Temos de fazer uma profunda reflexão sobre isso, bem como uma análise institucional para saber como tratar esse problema.

Tenho duas perguntas e uma é para o MDA, porque gostei muito da exposição deles. Entretanto, falou-se apenas em números genéricos, e agora gostaria de ouvir do governo atual como ficou essa questão da reforma agrária. Quero saber o que está acontecendo. Por que a reforma agrária não está avançando? Sabemos que existem, sim, vários programas do governo federal para avançar na agricultura familiar, mas o governo de Minas Gerais não tem nada disso. É preciso falar, com bastante clareza, que está faltando política para a agricultura familiar no Estado de Minas Gerais.

O presidente - Muito bem, Rômulo. Obrigado. Agora teremos de remodelar o nosso debate para que possamos concluir mais ou menos dentro do prazo. Vou ler algumas perguntas. Pergunta do Sr. Nilton Gomes da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Murta. O Nilton está aí? Ele pergunta ao André Marinho: “Em nosso sindicato, existe um grupo de moradores que possui uma associação chamada Associação Aliança, e todos são assentados pelo crédito fundiário e estão insatisfeitos, pois estão há quase seis anos aguardando o processo de individualização do crédito e a aprovação de minutas pelo agente financeiro Banco do Brasil. Como fazer para evitar esses gargalos entre a UTE e os agentes financeiros, acelerando o processo e evitando a burocratização do acesso à terra?” O André Marinho responderá a essa pergunta.

Pergunta do Mário Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Monte Belo, dirigida a Evandro Oliveira. “A suspensão da regularização fundiária em 2011 no Estado ocorreu em função do escândalo na Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária, Secretário Manoel Costa? Gostaria de saber como está esse processo.” Ele se refere à saída do secretário e às denúncias que existiram em relação a problemas na secretaria, problemas de malversação de dinheiro público.

Pergunta do José Pereira de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ladainha, ao Evandro de Oliveira Neiva. “Como ficam os títulos requeridos perante o antigo Iter que ainda não foram liberados?” Havia vários títulos para serem liberados, não foram,



há outros que estão ameaçados de retornar porque pode não ter havido legalidade. Sempre que viajamos ao interior, essa pergunta é feita. “Cadê nosso processo que foi feito aqui? A empresa veio e fez o processo. Onde está? Parou? Não parou?”. Essa pergunta é recorrente, deputado Adelmo Carneiro Leão. Nós, deputados, também reiteramos a pergunta do José Pereira.

Pergunta do Renato Santos, do STTS, para o MDA e toda a Mesa. “Solicito posição quanto à regularização fundiária de terras de posseiros rurais, face à importância desse segmento.” Está querendo saber como fica a regularização em relação aos posseiros.

Pergunta do Hélio Olímpio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Almenara, para o André Marinho. “Por que a exigência da consulta por CPF, se o programa de crédito fundiário tem o objetivo de combater a pobreza?”

Pergunta da Dra. Sônia Prata, da Fetaemg, ao Evandro e ao Danilo. É uma recomendação. “Que o Estado promova a arrecadação de terras por meio de ação discriminatória, retomada e promoção de assentamentos nas áreas que estão arrendadas para reflorestadoras e que seja retomada a titulação de posseiros.” Além disso, ao Dr. Danilo, sugere “que o Incra retome as vistorias para desapropriação.” Então são duas solicitações: ao Danilo, que o Incra retome as vistorias para desapropriação; e ao Evandro, que o Estado promova a arrecadação de terras por meio de ação discriminatória, retomada e promoção de assentamentos nas áreas que estão arrendadas para reflorestadoras e que seja retomada a titulação de posseiros. Quero complementar o que foi mencionado pela Dra. Sônia. Existe uma PEC na Assembleia Legislativa que felizmente está parada. Até agora ela não foi aprovada em comissão. Temos uma grande preocupação com ela. Nós a chamamos de PEC do latifúndio. Hoje, toda ação do governo para desapropriação de reflorestadoras tem que ser feita para a reforma agrária. Foi isso que a Constituição Estadual publicou. Há também um número de hectares do qual não me lembro. Só pode ser feita a desapropriação até tantos hectares para efeito de reforma agrária. Essa emenda constitucional está retirando a obrigatoriedade de isso ser para a reforma agrária. Portanto, essas terras poderiam ir para reflorestadoras, entre aspas, e também ser um limite de terra muito grande. Então, ao invés de resguardar as terras devolutas para a reforma agrária, a PEC coloca a possibilidade de elas irem também para empresas agrícolas e não para reforma agrária.

Trata-se de uma PEC extremamente perigosa, que está paralisada na Assembleia Legislativa por força e ação dos movimentos sociais, mas, a qualquer instante, poderá voltar a tramitar. Essa é a preocupação da Dra. Sônia, que fica acrescida à pergunta ao governo do Estado, já que a PEC é da base desse governo, pois quem a assinou foram os deputados da base. Queremos saber se isso tem ou não o aval do governo e se o governo do Estado é contra ou a favor dessa PEC, para que possa haver uma ação conjunta do movimento.

Pessoal, são 11h45min. Como não conseguiremos encerrar ao meio-dia, estenderemos a reunião até as 12h30min. Como ainda há sete oradores inscritos, terei de pedir que utilizem no máximo 2 minutos, para que, às 12h15min sejam respondidas todas as perguntas até as 12h30min. Terei de ser rigoroso. Sei que depois das 12h30min, o Plenário estará vazio, o estômago falará mais alto e a cabeça vai doer. Às 12h30min é um bom horário para encerrarmos a nossa reunião com o Plenário cheio. Depois faremos os encaminhamentos finais. Com a palavra, o Sr. Amilton Bernardino Teixeira, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Oriente.

O Sr. Amilton Bernardino Teixeira - Bom dia, Mesa e companheirada da plenária. A minha pergunta quase foi respondida pelo Marquinhos, da Fetaemg, mas gostaria de uma complementação.

O crédito fundiário é um programa até bom para minimizar o conflito da reforma agrária. Desde quando nasci, ouço falar em reforma agrária. Não sei se é um palavrão ou se é palavra de quadrinhos. Para o crédito fundiário, é analisada a documentação da propriedade e do proprietário, que é enviada a uma instância para análise. Foi dito que, depois, isso vai para o banco, que demora um ano ou mais para dar parecer, dizendo se a terra será ou não paga.

Farei uma pergunta, mas não sei se estarei enganado em relação a quem dirigi-la. Por que há essa lentidão dos bancos para a liberação dos recursos para o crédito fundiário, sendo que a propriedade e o proprietário estão com a documentação em dia? Será que falta vontade de trabalhar ou recursos? Para mim, teria de estar alguém da instância financeira à Mesa. Será que estou enganado? Essa pessoa poderia responder essa pergunta aos trabalhadores rurais e ao sindicato, que está tendo o trabalho de organizar todo o processo para ser enviado para cá e ainda tem de deixar o trabalhador beneficiário em uma ansiedade que só vendo. Somente nós, da base, entendemos isso. Além disso, o proprietário da fazenda que queremos comprar fica nos pressionando. Depois, chegam plantadores do Espírito Santo e de outro lugar e compram a fazenda para plantar eucalipto ou criar bois. E o pequeno trabalhador fica esperando. Era só isso. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Amilton. Com a palavra, o Sr. Jason, de Urucuiá.

O Sr. Jason Berto - Bom dia a todas e a todos. Bom dia, Mesa! Companheiro Gadelha, acho que hoje estou no grupo certo, porque ontem não direcionamos bem as perguntas. Companheiro Marquinho, parece que vamos ter de colocar nome de bicho nos grupos do crédito fundiário. Não podemos colocar outro nome porque para a comunidade Noiva do Cordeiro foi liberada, e ficamos ao deus-dará.

Companheiros, trabalhei com o crédito fundiário que funcionava no Centro e depois foi para a Cidade Administrativa. Lá me entregaram aquele monte de papel, que levei de volta para Urucuiá. Hoje, se chegar em Urucuiá e disser que o crédito fundiário é uma beleza, estarei mentindo para o povo. Fico envergonhado disso. Se disser que hoje o crédito fundiário está sendo liberado, vou ser xingado. Não vou falar isso lá de forma alguma. Quero que um companheiro do Noroeste de Minas fale onde foi liberado crédito fundiário da Chapada Gaúcha até João Pinheiro, onde conheço mais ou menos. Essa pergunta é para o nosso companheiro Adelmo.

Companheiro Danilo, estou com um monte de projetos do Minha Casa, Minha Vida e espero que não aconteça conosco o que aconteceu com as associações, que tinham o dinheiro na conta e esse dinheiro foi ressarcido para trás. Esse dinheiro é para ser liberado. Se não for liberado, então não podemos trabalhar em vão com o nosso povo. Obrigado.

O presidente - Agradecemos ao Jason, que é do Sindicato dos Produtores Rurais de Urucuiá. Com a palavra, o Sr. Frederico Pecorelli, do Geped.

O Sr. Frederico Pecorelli - Cordiais saudações a todos. Para ser breve, requerimento de inclusão no coletivo que participou da elaboração do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Proner -, um programa fundamental que financia residências agrárias, alfabetização de adultos e outras atividades, que não foi discutido aqui. Requerimento de inclusão da comissão de



apresentação no coletivo de organizações do ciclo de debates do Grupo de Estudos e Pesquisa - Geped - e a Associação Mineira de Educadores Ambientais - Amea -, que vêm respeitosamente solicitar a sua participação e que o documento seja compartilhado com todos. Outro requerimento que vamos entregar ao senhor agora é para que seja realizado o fórum técnico sobre educação no campo - a educação no campo e outros temas precisam ser detalhados -, com a participação de outras instituições. Vou entregar o original e gostaria que fosse xerocado para que todas as instituições tenham acesso e sejam chamadas. Obrigado.

O presidente - Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. José Júlio Alves, do Sindicato dos Produtores Rurais de Diamantina. Com a palavra, o Sr. Renato, do Sindicato dos Produtores Rurais de Teófilo Otôni.

O Sr. Renato Pereira Rodrigues - O meu questionamento é dirigido ao companheiro André, que disse que algumas comunidades quilombolas já estão em andamento e têm alguma resposta. Sou de uma comunidade quilombola do Município de Teófilo Otôni, mas parece que a nossa está fora de cogitação.

Gostaria que fosse colocada em pauta a nossa comunidade, que tem associação, tem registro na Fundação Palmares com o nome de Pai João Preto. Gostaria que essa associação fosse levada em consideração, porque ficamos bem distantes dos benefícios que as políticas públicas oferecem; não estamos sendo enxergados. Assim estamos perdendo essas oportunidades. Por isso gostaria que essa comunidade também fosse levada em consideração.

A outra pergunta é para o expositor que falou sobre a parte de legalização das terras. O pessoal que foi cadastrado no Vale do Mucuri vai ao sindicato procurar uma resposta sobre os títulos, porque foram emitidos para alguns lá, mas outros voltaram para cá. Não houve mais respostas. Gostaríamos de uma resposta para que o sindicato saiba em que pé está o processo. Eram essas as minhas perguntas. Gostaria de receber respostas. Obrigado.

O presidente - Obrigado, Renato. Pecorelli, a sua sugestão está assinada por vários participantes, então fica considerada aprovada aqui. Será remetida à Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, que vai analisar quando poderá ser feito o ciclo de debates. Está aprovada e será remetida à Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial. Para que um ciclo de debates seja aprovado, é necessário que alguma comissão solicite isso. Peço à equipe técnica que apresente um requerimento para a realização desse ciclo de debates. Com a palavra, o Sr. Agmar Lima, da Federação de Quilombos de Minas Gerais.

O Sr. Agmar Lima - Bom dia a todos e a todas. Sou Agmar Lima, vice-presidente da Federação de Quilombos do Estado de Minas Gerais. A minha pergunta é dirigida ao meu querido amigo Danilo. Os territórios quilombolas estão reconhecidos pela Fundação Palmares, mas não estamos conseguindo acessar as outras políticas públicas. O máximo que conseguimos são algumas certidões do Incra que nos dão o direito de pleitear o Minha Casa, Minha Vida, mas nenhuma outra entidade, como os bancos, reconhece essas certidões. Por exemplo, conseguimos construir no Norte de Minas Gerais casas para quilombolas por meio de uma declaração do Incra, mas tudo parou ali. Como vamos fazer para que as pessoas morem nessas casas? Não conseguimos encaminhar nenhuma das outras políticas públicas, porque o território não é reconhecido, não há nenhum outro tipo de política sendo trabalhada para que os quilombolas tenham posse do território. Isso nos preocupa muito, porque sempre que falamos de território quilombola, de políticas públicas para os quilombolas, os governos dizem que está fácil, está acontecendo, mas, dentro dos próprios ministérios em que essas políticas estão sendo construídas, não há nenhuma ação afirmativa que possa dar a essas pessoas a posse do território.

Você falou bem sobre Brejo dos Crioulos. Isso foi assinado há três anos pela presidenta, mas até agora ninguém recebeu nada. Continuamos lá do mesmo jeito. Então, que sejam criados caminhos para que essa declaração do Incra seja reconhecida pelas outras entidades. Isso é de suma importância para que as pessoas permaneçam lá. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Agmar Lima, representante da Federação de Quilombos do Estado de Minas Gerais. O próximo inscrito é o Juarez Lopes Pereira, do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Virgolândia.

O Sr. Juarez Lopes Pereira - Boa tarde. Meu nome é Juarez, sou do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Virgolândia, sou assentado da reforma agrária - lá nas terras do rio sem dono, Adhemar -, no Município de São José da Safira, assentamento Formosa Urupuca. Trago algumas preocupações.

Ontem, em um dos grupos, houve um importante debate sobre o processo sucessório. Trago para a Mesa, principalmente para o deputado Rogério Correia, uma questão. A exemplo do que foi trabalhado na legislação, a fim de isentar de taxas, ITBI e outras, na questão da aquisição de terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, também seria importante trabalhar na isenção dos processos de regularização dos inventários. Percebemos as coisas quando elas chegam até nós.

Hoje vivo em Virgolândia, como diretor da área de documentação, e vejo a dificuldade de herdeiros para regularizar a situação. Em Virgolândia, por exemplo, o menor preço de inventário em acordo, sem precisar passar pelo juiz, o que requer um advogado para fazer a minuta de escritura, chega a R\$3.000,00, R\$4.000,00, R\$5.000,00. Como o filho do agricultor familiar, descapitalizado, irá fazer para pagar e consolidar o inventário? E o que acontece? Ele prefere passar a terra para a frente. Com isso, se conquistamos a reforma agrária pelo crédito fundiário ou pelo processo desapropriatório, na sequência se perde por não ter condições de fazer o processo sucessório. Perde-se, então, a lógica do fortalecimento da agricultura familiar. Essa é uma questão. Rogério, precisamos pensar o que pode ser feito em termos de legislação.

O companheiro Danilo saiu, mas a outra questão é sobre o processo emancipatório dos assentamentos. Para emancipar, entende-se que é preciso aplicar todas as políticas estabelecidas no programas de reforma agrária. Entretanto a burocracia, a demora na aplicação dos programas, impede o processo de emancipação. Assim, perde-se a lógica do fortalecimento da agricultura familiar. Qual família se sustenta, mantém uma estrutura familiar, no assentamento, a exemplo do nosso, que são mais de 17 anos assentados e 5 anos acampados debaixo da lona? As famílias não existem mais. O filho já foi embora, casou, constituiu outra família. O companheiro José Lopes, do assentamento Formosa Urupuca, e a companheira Sônia podem testemunhar. No caso dos que estão lá, como nós três aqui, eu, o José e a Sônia, os filhos querem ir embora. Já foram para outra vida, para outra atividade, enfim estamos no caminho oposto do fortalecimento da agricultura familiar, conforme a política estabelecida no Incra. Essa forma deve ser repensada. Quando os companheiros Adhemar e Danilo falam da importância do fortalecimento institucional, acho que este de fato é necessário em todas as esferas, mas também é preciso fortalecer a família, nosso referencial dentro das políticas estabelecidas.

Acabaram com o Iter. Há propostas políticas para acabar com os ministérios. E para nós? Qual ministério acabará? Temos dúvidas? Será mantido o agronegócio em detrimento da agricultura familiar, das políticas sociais de inclusão e de distribuição de renda? Não há como não ter essa preocupação. Um abraço, muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Juarez. Agora há dois inscritos: primeiro, o Ananias, que falará de algumas questões referentes ao Banco do Nordeste; depois, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Com a palavra, Ananias.

O Sr. Ananias Pereira de Souza - Bom dia a todos. Gostaria de fazer alguns esclarecimentos. O Banco do Nordeste foi citado na fala do diretor André Marinho, no momento em que se referiu ao tempo de contratação das operações de crédito fundiário. Queremos esclarecer que não há nenhuma operação de crédito fundiário em andamento no Banco do Nordeste. Nos últimos anos foram contratadas 29 operações; a última ocorreu há cerca de três anos, da Herança Divina, no Município de Crisólita, no Vale do Mucuri. As demais são mais antigas. Há ainda 15 operações da CAF, também antigas. As nossas demandas atuais se referem mais a renegociação de dívidas e a processos de individualização. Nesse sentido, há 48 operações antes administradas pelo Idene e agora assumidas pela UTE. Há também 489 operações do Procera, que serão saneadas com a aprovação recentemente de uma lei, o que vamos divulgar posteriormente aos interessados. Há outras ações em parceria com os sindicatos, para agilizar esse processo.

Já conversei com alguns parceiros sobre pensarmos em alguma representação no Norte de Minas para facilitar a triagem da documentação. Esse é o maior desafio nosso, pois há o trânsito físico na hora de se fazer a renegociação, a individualização, apesar do grande esforço da equipe competente da UTE. A nossa região é muito extensa, e reconheço que há grande dificuldade para essa documentação chegar aqui e voltar no tempo que precisamos. Eram esses os esclarecimentos que gostaria de fazer. Obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Ananias, que nos deu esclarecimento das questões levantadas em relação ao Banco do Nordeste. Com a palavra, o último inscrito, deputado Adelmo Carneiro Leão, que tem sido grande parceiro nossa na agricultura familiar e que muito nos ajudou na realização deste ciclo de debates.

O deputado Adelmo Carneiro Leão - Boa tarde. Quero cumprimentar a todos da Mesa e manifestar a satisfação de participar, no momento de construção política do nosso Estado, deste seminário, sob a coordenação do deputado Rogério Correia. O Rogério tem sido o deputado mais destacado na Assembleia de Minas na luta pela agricultura familiar, pela reforma agrária, pela organização e pela defesa do povo trabalhador do campo. Quero manifestar a minha alegria de participar deste momento.

Início a minha fala com a seguinte reflexão. Há um bom tempo, mais de 50 anos, se propôs no Brasil um projeto de transformação fundamental, que resultou no golpe de 1964. São três os pilares de transformação no País, e um deles é a reforma política, que acredito ser a mãe de todas as reformas. Porém não há referência no Congresso Nacional - e não espero que neste nem no próximo Congresso Nacional, por mais avançado e por maiores que sejam as transformações - de que a reforma política vai ser realizada. Por isso mesmo, faço parte daqueles que lutam pela constituinte exclusiva, pela reforma política no País, sem a qual as outras reformas não virão.

A outra é a reforma tributária, que continua sem as mudanças devidas, do ponto de vista de uma justa tributação no País. Continuam sendo os pobres e a classe média os setores mais tributados do País, enquanto os banqueiros, os ricos, os latifundiários, as grandes riquezas são menos tributados.

Quero focar na reforma agrária. Tenho boa experiência nessa área, e posso dizer a vocês que o que está aí não é suficiente para consolidar um processo de reforma agrária. Não devemos acusar o Incra ou o MDA. Embora possamos dizer que avançamos, os avanços não são suficientes. Por mais que queiramos, se não realizarmos reformas suficientemente amplas, não avançaremos muito mais do que o que estamos conseguindo fazer. Não vejo o Incra como o responsável pela reforma agrária no seu todo. É preciso que trabalhemos o Incra com funções específicas, e que sejam dadas ao Incra as condições necessárias para que suas funções possam ser executadas. Do modo que está, é insuficiente.

Também vejo no movimento social ou nos movimentos sociais um grande problema que se apresenta: o desafio de haver maior integração, maior interação desses movimentos. Não vejo como dar grandes saltos de qualidade na reforma agrária com 10, 12, 15 ou 20 movimentos sociais. Para que existem tantos? Como estão organizados?

Tenho referências de movimentos sociais, em que ficamos cheios de orgulho ao ver no País pessoas batalharem em condições precárias, difíceis, por diversas causas, como a da mística da reforma agrária. Mas vejo também nos movimentos sociais, muitos deles organizados, que o pragmatismo supera qualquer conceito e qualquer sonho de reforma agrária. E temos de avançar quanto a isso. Os movimentos sociais são chamados, neste momento histórico, como uma organização de maior interação e integração para que a reforma agrária seja efetivada na prática.

Na questão da terra, seja ela do ponto de vista dos assentamentos, da titulação, de todo o processo de regularização fundiária, para a questão da agricultura familiar, não pode ser considerado saudável colocar a terra da agricultura familiar como garantia de crédito, de financiamento e dos convênios que estão aí. Essa terra não pode ser fator de alienação. A terra tem de ser um bem definitivo de quem nela mora e trabalha. Vejo que é preciso regulamentar. A regularização fundiária é muito importante e urgente. A terra não pode ser disponibilizada para se conseguir crédito no banco. Mas todos que moram na terra, que têm um projeto de trabalho e de produção, têm o direito de buscar no banco o financiamento, e o Estado tem de se comprometer com isso. O avalista dessa situação é o Estado, não é a propriedade. Se entendermos isso, poderemos dar um salto de qualidade agora, mesmo trabalhando para a sua regularização, para a sua titulação.

A burocracia ainda é imensa neste país. É um entrave, mas deveria ser um instrumento de solução de problemas, de regularização, de melhoria de planejamento. A burocracia deve ser instrumento de planejamento, não instrumento de impedimento de acesso a crédito e melhoria de desenvolvimento no campo.

No caso dos assentamentos, da reforma agrária, deputado Rogério Correia, a parte das políticas públicas de saneamento básico, de moradia, de infraestrutura, deveria ficar fora das atribuições do Incra. Isso poderia ser de responsabilidade da CEF ou de outras instituições, para que o Incra tivesse sua *expertise* colocada, com inteira dedicação, no processo de arrecadação da terra, assentamento, regularização e definição dos lotes. Isso seria muito mais positivo para o salto de qualidade que queremos.



Finalmente, tratarei da questão das terras públicas no Estado de Minas Gerais, que conhecemos um pouco. Estudamos isso através de comissões especiais, na Assembleia. Na realidade, é um escândalo não revelado. Normalmente nos escandalizamos quando as coisas são bem informadas. O dia em que tivermos pleno conhecimento da estrutura do Estado de Minas Gerais, desde o choque de gestão, o chamado déficit zero, a questão da regularização fundiária, saberemos o que é escândalo.

Vejam que paradoxo, tratamos o escândalo que aconteceu na regularização fundiária em função do desvio de conduta. Mas a própria estrutura fundiária é o escândalo. É ela que temos de mirar e tratar.

Criar pequenos escândalos pode impedir o grande escândalo neste país, que é a apropriação indébita, a grilagem, a apropriação de milhões de hectares de terras pelos grandes grupos econômicos. O Danilo falou que 700.000ha foram regularizados. Mas há alguns milhões de hectares que estão nas mãos de quem? Portanto a discriminatória ainda é uma exigência a ser assumida por qualquer governo sério para que possamos estabelecer que a terra é para quem nela trabalha; terra é o espaço de cidadania; terra é o espaço de construção da nossa soberania nacional, ocupada pela agricultura familiar e pela reforma agrária.

O presidente - Agradecemos ao Adelmo que, além de deputado estadual por seis mandatos, também tem vasta experiência na questão agrária, foi superintendente do Incra na mesma ocasião em que fui delegado federal do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Obrigado, Adelmo, pela colaboração neste seminário e por suas palavras.

Cumprimos, com os companheiros do plenário, o nosso tempo certinho, extrapolando apenas 1 minuto. Passamos agora a palavra, por 5 minutos, para cada um dos componentes da Mesa. Sei que as perguntas são muitas, mas pediria que, ao responder a elas, vocês já fizessem suas considerações finais. Com a palavra, o Sr. André Marinho.

O Sr. André Luiz Marinho - Respondendo ao Nilton, do sindicato de Coronel Murta, digo-lhe que o processo do pessoal da sua associação já está no banco, mas está faltando a minuta da individualização. Essa minuta até hoje não ficou pronta, segundo o Banco do Brasil. As minutas da renegociação e a da regularização do quadro social já estão prontas, mas a minuta da individualização ainda não foi encaminhada ao banco. Portanto o banco está impossibilitado de encaminhar essa demanda.

Tentarei responder, ao mesmo tempo, ao Marquinho, da Fetaemg; ao Hamilton, e ao Eder da Fetraf, a pergunta relativa à questão da burocracia. O crédito fundiário tem regras estipuladas a serem seguidas. Trata-se de um financiamento bancário com dinheiro público. Esses documentos são necessários a qualquer transação que envolva imóveis. Portanto é preciso ter as certidões necessárias e todo esse aparato de documentos. Quando chegamos à UTE, há dois ou três meses, notamos que havia alguns procedimentos que estavam sendo feitos de maneira equivocada. Nós acertamos, com o pessoal da UTE, essa desburocratização - digamos assim. Aprovamos uma proposta de Unai, do Zezinho, dentro de três meses. Portanto é uma questão de entendimento. Mas, quanto à documentação exigida, ela é para qualquer transação comercial de imóveis, tanto pelo banco como pelo cartório. Não há como fugir disso. O que podemos fazer é agilizar o processo na UTE.

Quanto ao CPF, é a mesma coisa. O CPF é necessário para realizar uma transação bancária. E a Constituição do Brasil diz que ninguém pode retirar dinheiro público se não estiver com o nome limpo. Não há como fugir dessa questão. Sobre a lentidão dos agentes financeiros, acho que esse é um gargalo importante.

Ananias, você, como representante dos bancos, pegou carona na nossa insatisfação, mas o Banco do Nordeste não tem nenhum processo de contratação com você, porém com o Banco do Brasil tem muito. Nós temos algumas questões com o Banco do Nordeste de demora na questão das regularizações.

Sobre a pergunta do Jason, de Urucuia. Na sua região, temos vários créditos fundiários. Há exemplos de crédito fundiário em Unai e João Pinheiro. Não sei por que a sua proposta chegou e voltou. Eu teria de ver o que aconteceu. Encaminhe novamente, por meio do sindicato, que vamos analisar e ver o que pode ser feito.

O presidente - Muito obrigado, André Marinho, pela contribuição. Agradecemos suas palavras e sua contribuição. Vamos passar a palavra ao Evandro para responder às perguntas e já fazer suas considerações finais.

O Sr. Evandro Oliveira Neiva - Obrigado, deputado. Antes de mais nada, quero dizer que as perguntas não foram surpresas. Havia dito ao Dr. Edmar que teríamos muitas perguntas sobre a regularização fundiária e titulação. Em todos os lugares que vou representando o nosso secretário, a questão perpassa sobre a regularização fundiária. É impressionante como a demanda é grande. E a demanda sendo grande, o aparato estatal é acanhado para atender. Infelizmente a nossa estrutura de RH é pequena. Nós herdamos, sucedemos o Iter e a Secretaria de Regularização Fundiária, e temos, em toda a superintendência, apenas 35 pessoas. Imaginem cuidar da titulação de todo o Estado, cuidar do crédito fundiário e da mediação de conflitos com uma estrutura dessa. Imaginem o nosso desafio. Eu fiz até um pedido ao deputado Rogério Correia, à Assembleia Legislativa, para nos ajudar na formulação do orçamento, que passará pelo processo de aprimoramento a partir de setembro, para que nos ajudem nessa consignação de dotação orçamentária necessária, indispensável e suficiente para atendermos à demanda do Estado. Regularizar terras, titular terras, não é um favor do Estado, mas um dever. O deputado Adelmo Carneiro Leão é um deputado que envia demanda constantemente para a Secretaria de Agricultura. É impressionante como ele se dedica a essa causa da agricultura familiar e da agricultura em geral.

A pergunta do Éder fala sobre a demora da emissão dos títulos. É uma questão lamentável. Nós passamos pelo processo da suspensão da titulação, passamos pelo processo de absorção da função da estrutura do Iter e da Secretaria de Regularização Fundiária. Tivemos de incorporar e, ao mesmo tempo, aprimorar todo o aparato para atender à demanda estadual. Agora, falta recurso financeiro e de pessoal, mas boa vontade, senso de responsabilidade, abnegação, comprometimento e determinação superior não nos faltam.

O representante da Fetaemg também falou sobre a demora na emissão dos títulos; o sindicato de Itamarandiba falou sobre a burocracia; a Valdete, do Jequitinhonha, quer a previsão da titulação para o Vale do Jequitinhonha; o Rômulo, de Novo Cruzeiro, disse que a questão da regularização fundiária tem que ser prioridade do governo; o Mário, de Monte Belo, falou sobre o escândalo da regularização fundiária; o Zé Pereira, de Ladainha, perguntou onde estão os títulos do extinto Iter; alguém falou sobre a arrecadação das terras das reflorestadoras para fins de reforma agrária; Teófilo Otôni e Verdelandia também falaram sobre a regularização do Vale do Mucuri; e, por último, falou o deputado Adelmo Carneiro Leão.



Sob a orientação do Dr. Edmar Gadelha, nosso subsecretário, priorizamos, para 2014, a conclusão daqueles com que nos comprometemos. Isso não quer dizer que aquilo que não está como prioridade não seja nossa obrigação; pelo contrário, temos que atender a todos, indistintamente. Somos subsecretaria e superintendência estadual, por isso não atendemos somente a uma determinada microrregião.

Gostaria de dizer, com a permissão do cruzeirense, de Novo Cruzeiro, e de tanta gente do Jequitinhonha e do Mucuri, que sou, com muita honra, do Jequitinhonha. Nasci em Araçuaí, fui criado em Araçuaí, meu pai está lá até hoje, na beira do Rio Gravatá, que sofre tanto com a seca...

O presidente - Desculpe interrompê-lo, não serei mal-educado como o William Bonner, na entrevista, mas peço que seja mais sucinto, porque temos várias perguntas e o seu tempo já se esgotou. Vou conceder-lhe mais 3 minutos para ir direto às perguntas. Nosso tempo está curto.

O Sr. Evandro Oliveira Neiva - Prometo concluir nesses 3 minutos, deputado. A questão da titulação do Jequitinhonha, do Norte e Nordeste de Minas é fundamental para o desenvolvimento dessa região. Outro dia estávamos reunidos com a Sedinor, e ainda ontem houve uma apresentação do projeto de integração do Norte e Nordeste de Minas. A questão da titulação é preponderante. Sem titulação, não há acesso a crédito. Todos disseram isso. Se não há acesso a crédito, não há desenvolvimento, não há emprego. E mais: isso fomenta a clandestinidade. Quem não tem título produz, porque não pode passar fome, mas não pode vender, porque não tem registro. E aí tem que vender por meio de outro. E fica uma situação em que o Estado é corresponsável pela omissão ou pela lentidão.

O fato é que assumimos essa função em abril e estamos nos esforçando para atender a sociedade com a maior brevidade possível. Mas precisamos - e aí foi dito também - recompor a força de trabalho. Precisamos dessa recomposição por meio de concurso público e precisamos, também, de recurso orçamentário. Essa questão é muito debatida e é fundamental. Sem ela, não avançamos.

Em relação à previsão para o Jequitinhonha, vou responder a cada um por *e-mail*. Não temos uma previsão de entrega, mas temos um cronograma de execução que estamos cumprindo literalmente. Estamos revisando todos os títulos, todos os processos que foram instruídos na época do Iter, para que não paire nenhuma dúvida, nenhuma mácula, nenhuma suscitação de possível irregularidade. Enfim, tudo isso está sendo feito para conseguirmos atender à demanda da sociedade o mais rápido possível. Muito obrigado.

O presidente - Obrigado, Evandro. Lembro aos que fizeram as perguntas que serão respondidas por *e-mail* que, se ao final o Evandro se dispuser, poderão procurá-lo para terem respostas concretas às indagações que foram feitas e que não foram respondidas de imediato. Com a palavra, o superintendente do Incra, Sr. Danilo.

O Sr. Danilo Daniel Prado Araújo - Como se pode observar, um ponto em que há um certo consenso entre a exposição da Mesa e as considerações do Plenário é a necessidade de um fortalecimento institucional para atender à demanda da agricultura familiar. Isso está claro para mim e, considerando que estamos vivendo um período eleitoral em que os programas de governo estão sendo expostos para a sociedade, considero esse momento oportuno para tentarmos influenciar esses programas de forma a garantir que o fortalecimento institucional, quer dos órgãos estaduais, quer dos federais, seja realmente incorporado pelos candidatos à eleição.

Vou ater-me às questões mais objetivas. A presidente do sindicato de Itamarandiba falou das exigências exageradas para o acesso ao crédito por parte das famílias reassentadas. Trata-se do reassentamento da Barragem de Irapé?... Quanto às exigências de garantia para acessar o Pronaf A, elas não existem. Se for o caso do Pronaf A, existe algo errado. Precisamos conversar depois para verificar isso, pois pode haver algo errado, e precisamos ver onde está a confusão.

Em relação ao programa Minha Casa Minha Vida mencionado aqui pela Jason, de Urucuia, e pela D. Valdete, do Jequitinhonha, a inclusão dos beneficiários da reforma agrária vem ao encontro do que o deputado Adelmo Carneiro Leão disse: várias ações foram incorporadas ao Incra e estão sufocando sua estrutura. Considerando-se um programa dessa envergadura para a sociedade, em cujo bojo foram colocadas algumas transformações nesse último período, no que diz respeito à revisão pelo Incra de algumas ações e funções, decidimos direcionar esses casos para o programa Minha Casa Minha Vida, em vez de o instituto ter um programa habitacional.

Sei que estamos em um período de transição. Já temos alguns contratos assinados que beneficiam as famílias assentadas e temos trabalhado no sentido de fornecer a documentação necessária para os assentados, a fim de acessarem o programa. Sei que, em alguns lugares, eles têm tido dificuldades, até mesmo por certa incompreensão por parte dos agentes financeiros, mas estamos em um processo de aperfeiçoamento, e peço-lhes que nos procurem e nos informem sobre os gargalos que aparecerem, para tentarmos superá-los.

Os demais créditos da reforma agrária que foram aprovados por meio da Lei nº 13.001 estão condicionados às famílias que estão com assistência técnica, para as quais temos assegurados R\$80.000.000,00 ao longo dos ciclos positivos de cada crédito: o Apoio Inicial, o Fomento, o Fomento 1, o Fomento 2, o Pronaf A e o Pronaf Mais Alimentos, além do Pronaf Mulher, que é destinado a todas as mulheres titulares do programa de reforma agrária.

Neste ano estamos lançando novamente edital para assistência técnica. Esperamos conseguir atrair mais empresas interessadas em participar. Esse foi o grande problema no edital passado. Abrimos um edital com o objetivo de universalizar a assistência técnica mas, em função da falta de capacidade operacional de entidades, o número de entidades cadastradas para prestar esse serviço no estado foi insuficiente.

Só mais um minutos, Rogério, para dirimir outras questões que me foram colocadas aqui. Com relação à questão das vistorias, apresentada pela Dra. Sandra, da Fetaemg, gostaria de informar que estamos retomando as vistorias. Já iniciamos vistorias no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Rio Doce, e a expectativa é aumentá-las até o final do ano. Nossa previsão é fazer mais 10 vistorias neste ano para atender à demanda. Sei que o número é insuficiente mas, internamente, dentro da nossa capacidade operacional, essa é a nossa previsão de atendimento.

A respeito do companheiro que mostrou as dificuldades de os quilombolas acessarem outras políticas públicas para além do reconhecimento da Fundação Palmares e da titulação, gostaria de esclarecer que nós do Incra, nesse processo do mundo quilombola, da política Brasil Quilombola, temos a atribuição de regularizar o território, e esse processo de regularização não se dá de forma



rápida. Os avanços que temos obtido até hoje no Estado de Minas Gerais: o da entrega de um território de 17.000ha, O Brejo dos Crioulos, do qual mais de 50% já está em posse dos quilombolas. De posse desse contrato que já fizemos com eles, terão direito a acessar as políticas públicas disponíveis para a agricultura familiar em geral.

Outra questão importante com relação aos quilombolas é que nós instituímos aqui em Minas Gerais e em todos os estados brasileiros a mesa de acompanhamento das ações quilombolas. A federação tem participado e vários órgãos públicos têm acompanhado isso. Esse é um ambiente onde temos discutido esses gargalos com a participação do governo do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, procurando uma solução.

Gostaria de convidar o pessoal dos quilombolas para a reunião da mesa de acompanhamento quilombola da nossa Superintendência, que ocorrerá na próxima segunda feira, a partir das 14 horas, na Superintendência do Incra, aqui em Belo Horizonte.

Para finalizar, gostaria de agradecer mais uma vez ao deputado Rogério Correia e parabenizá-lo pelo trabalho que tem feito em prol da agricultura familiar e da reforma agrária no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O presidente - Muito obrigado, Danilo. Passo a palavra ao Adhemar, último da mesa a dar suas respostas e fazer suas considerações finais, ao representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e ao nosso Ministro Miguel Rossetto.

O Sr. Adhemar Lopes de Almeida - Obrigado, deputado. Vamos tentar mais uma vez cumprir o prazo. Vou partir da informação, do registro do deputado Rogério Correia sobre o conjunto de matérias aprovadas na Casa, que dão o endereço de apoio para se criar uma base legal e institucional de apoio à agricultura familiar. Em particular, no que diz respeito à lei da agricultura familiar, à lei orgânica da agricultura familiar, que estabelece a criação de um plano ou de uma política; dentro desse plano, parece que no seu art. 5º, inciso III, e entre os beneficiários do plano estão os beneficiários de programas estaduais e federais de crédito fundiário. Digo isso para exemplificar o instrumento estabelecido no Estado de Minas Gerais.

Assim, para que este nosso debate possa fazer o enfrentamento do conjunto das questões hoje aventadas, agora existe um caminho institucional para essa disputa. Esse é o ganho que temos acumulado nesse processo por meio do nosso esforço de reorganizar o Estado brasileiro para que ele consiga perceber o seu povo como prioridade. Esse é o nosso grande desafio quando falamos de educação, de saúde e de crédito para produção agropecuária, a fim de que a legislação ou todos os órgãos públicos, sejam eles estadual ou federal ou municipal, consigam atender à realidade de cada um desses públicos. Aliás, é por isso que ouvimos tantas reclamações referentes à burocracia, às dificuldades de atendimento e à desestruturação das instituições. O importante é enfrentarmos esse desafio e é o que temos feito no âmbito federal, com a clara consciência de que a tarefa não se resume a um ente federado ou a uma política específica. Esse esforço tem de ser conjunto e precisa percorrer toda a nossa estrutura republicana.

Entretanto, não estou me eximindo das responsabilidades, como gestor e representante do Poder Executivo, naquilo que temos de enfrentar. Realmente existem algumas questões de caráter mais pontuais e que precisam ser superadas. Um exemplo disso é a pergunta respondida pelo André Marinho em relação a uma proposta de financiamento que está parada a não sei quanto tempo no Banco do Brasil. A resposta que chegou até ele é a de que o problema está na falta de uma minuta. Isso não existe. Essa é uma informação repassada pela instituição financeira ao colaborador do André Marinho, absolutamente equivocada. Não existe essa pendência.

Então, Milton, posteriormente farei questão de levar esse encaminhamento, em particular, pontualmente ao Banco do Brasil, para que ele possa prestar a informação precisa do que está acontecendo. Esse tipo de situação está presente. Neste momento, precisamos saber qual o tratamento dado pela instituição para as situações em tramitação, em razão de suas carências e prioridades. Esse é um desafio, um processo que devemos enfrentar. Além disso, existe toda uma burocracia e falta de estrutura.

Agora precisamos parar e fazer um trabalho profundo para enfrentar a regularização e o registro de propriedade no Brasil. Do contrário, continuaremos tendo muitas dificuldades, que começam no custo absolutamente caro, conforme alguém disse aqui, e terminam no excesso de autoridade. Aliás, determinadas autoridades acabam se guiando pela estrutura estabelecida no Brasil na hora de fazer o registro de um imóvel. No meio desse caminho, existe um cidadão que acaba se sentindo no direito de ir além da autoridade que deve exercer para que os direitos sejam garantidos e ainda transforma a autoridade dele, que deveria ser usada para buscar soluções, em um problema no meio do caminho. Por isso digo que é muito importante enfrentar a questão dos cartórios no Brasil.

Vamos modernizar os cartórios. Por falar em cartório, algumas pessoas pensam nos cartórios dos grandes centros e se esquecem dos pequenos cartórios do interior deste país, que têm uma infraestrutura absolutamente precária. A confusão começa e termina no cartório de registro de imóveis.

É assim que está dada a estrutura. Então devemos enfrentar essa questão, e os órgãos e registradores são parceiros. As instituições que representam esse segmento são parceiras para que possamos fazer o enfrentamento. Tudo isso contribui para que um crédito fundiário, por exemplo, demore. Tudo isso contribui para que um título de regularização demore. Reiterando: sem eximir a responsabilidade de cada gestor, há carência de Ater. Há outras questões pontuais e não tentarei respondê-las porque meu tempo já se esgotou, deputado. Contudo quero só chamar a atenção para a preocupação que devemos ter com os processos que acontecem. O doutor, professor e deputado Adelmo Carneiro Leão traz uma reflexão importante quando fala da questão da titulação. Na verdade, ela não é uma solução. Isoladamente, ela é um passo importante, mas precisamos saber em que direção caminharemos a partir da titulação do imóvel. Qual o projeto de desenvolvimento que temos?

Alguém citou, por exemplo, o caso de Janaúba. O Rômulo falou de Janaúba. É correto. Regularizar Janaúba não resolve o problema de migração da população por falta de oportunidade de trabalho na região e no município. A titulação contribui para que o processo de desenvolvimento do município se fortaleça. A população passa a ter mais acesso a outras políticas públicas, mas isso não é suficiente. Se o poder público e a sociedade não se aperceberam disso e se não constroem planos de desenvolvimento a partir das conquistas que obtemos, realmente não será uma ação isolada que dará conta da tarefa que temos pela frente.

Despeço-me por aqui, deixando o endereço eletrônico do MDA à disposição para o caso de haver necessidade de fazer quaisquer questionamentos; e não me refiro só àqueles que pontualmente não foram respondidos aqui, mas também a outros relativos a nossas políticas e ações. Ele serão todos respondidos. Tanto vocês do Plenário como quem nos assiste poderão encaminhar seus



questionamentos, que serão todos respondidos pontualmente. Mais uma vez renovo os cumprimentos ao deputado e à Casa em razão da iniciativa para realizar esta atividade. Muito obrigado.

O presidente - Terminando o ciclo de debates, quero, em primeiro lugar e em nome da Assembleia Legislativa, agradecer a cada um e a cada uma que participaram do ciclo de debates e contribuíram com sugestões, opiniões e reivindicações que fazem parte do objetivo deste encontro. Tenho a certeza de que ele contribuirá em muito para os avanços que precisamos ter em políticas públicas, sejam elas de âmbito federal, sejam de âmbito estadual. Esperamos com ansiedade que essas melhorias cheguem até cada agricultor e agricultora em Minas Gerais.

No tema específico que diz respeito ao acesso à terra, as reclamações são muitas e antigas, o que agora nos deixa o dever, enquanto gestores que estamos no Parlamento, de ter uma atenção especial em relação a essas questões. O Evandro suscitou à Assembleia Legislativa uma demanda que nós, deputados, devemos encarar-la com seriedade e urgência. Refiro-me ao orçamento deste ano. Teremos até dezembro a aprovação do orçamento. O governo do Estado nos enviará até setembro o orçamento.

O plano será apresentado na Assembleia Legislativa e discutido em novembro. Como base, haverá alterações possíveis de acordo com o orçamento do Estado. Já assumo a tarefa de me debruçar sobre o plano e ver se a execução orçamentária está de acordo com esses objetivos. É claro que o deputado pode apresentar emendas e etc., mas ele tem os seus limites.

Evandro, este ano tem uma particularidade, por ser um ano eleitoral. Como o orçamento será aprovado em dezembro, durante os meses de outubro e novembro, com certeza, como teremos outro governador, uma comissão de transição existirá entre um governo e outro, seja qual for o candidato eleito. Teremos de levar em consideração esse novo governo eleito, acertar e ajustar o orçamento enviado pelo governo anterior. Essa será mais uma oportunidade para discutirmos o plano da agricultura familiar que está sendo elaborado.

Creio que esse ciclo de debates veio em boa hora, apesar de ser ano eleitoral e os trabalhos da Assembleia Legislativa funcionarem regularmente, mas a atenção evidentemente pauta também o Legislativo. Realizamos em um bom momento esse plano, para que, no ano que vem, possamos nos debruçar sobre esse assunto.

Um deles, a regularização fundiária, que depende quase exclusivamente do governo do Estado - embora possa haver convênio com o governo federal - tem de ser planejada para o ano que vem com qualidade e quantidade. Sem a regularização fundiária, muitos créditos e programas ficam paralisados. Os programas não chegam até aqueles que não possuem a regularização fundiária. Esse tema, que abordamos hoje, terá a nossa atenção especial para o plano do ano que vem.

Creio que o nosso ciclo de debates foi muito produtivo e representativo da sociedade civil. Além de agradecer a todas as autoridades que participaram conosco desde o início até o final em todas as Mesas e temas, gostaria também de agradecer particularmente ao movimento social. No campo, esse movimento e os sindicatos são chamados não apenas para a luta específica e econômica, que é importante para o setor e para o Brasil, mas também para contribuir de maneira positiva com as políticas públicas. Essa é mais uma função sindical, que não havia no passado, quando o sindicato era muito mais ou quase exclusivamente contestador. Hoje ele passa a ter também a função de contribuir com as políticas públicas, mais particularmente os sindicatos ligados à área rural, seja da Fetraf, seja da Fetaemg. Eles são colaboradores, além de fiscalizadores dessas políticas. Agradeço a cada sindicalista que esteve aqui e aos membros de associações, pois foram vocês que tornaram possível esse ciclo de debates. Espero que ele tenha sido positivo também para vocês, com o aprendizado que levarão às suas representações.

Agradeço a presença de cada um e de cada uma. Desejo a todos um bom retorno e um bom almoço. Peço uma salva de palmas para vocês, que fizeram com que este ciclo de debates fosse um sucesso.

Encerramento

O presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/9/2014, às 17 horas, na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados em Lagoa da Prata, com a finalidade de conhecer os trabalhos de ressocialização dos recuperandos e ouvir demandas do sistema prisional da região e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de setembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:



de congratulações com a Sra. Ada Ávila Assunção pela coordenação da pesquisa Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores do Transporte Coletivo Urbano de Belo Horizonte, Betim e Contagem (Requerimento nº 8.327/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com o Sr. Leonardo Luiz Freitas por sua eleição para presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no Estado de Minas Gerais (Requerimento nº 8.328/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com D. José Luiz Majella Delgado por sua nomeação como Arcebispo Metropolitano de Pouso Alegre, por escolha do Papa Francisco (Requerimento nº 8.430/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Grande Oriente do Estado de Minas - Goemg - por ter denominado de "Araxá" o templo maçônico na nova sede do Goemg, situada na Avenida Cristiano Machado, em Belo Horizonte (Requerimento nº 8.433/2014, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Augusto Celso Franco Drummond por sua posse na presidência da Sociedade Mineira de Engenheiros (Requerimento nº 8.459/2014, do deputado Duarte Bechir);

de congratulações com a Sra. Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha por ter sido a primeira mulher nomeada para a presidência do Superior Tribunal Militar (Requerimento nº 8.468/2014, do deputado Rogério Correia);

de congratulações com o Sr. Jaubert Carneiro por sua eleição como ouvidor-geral do TJMG (Requerimento nº 8.501/2014, do deputado Inácio Franco);

de congratulações com o Sr. Milton Vasques Thibau de Almeida pela posse no cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Requerimento nº 8.541/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Luís Felipe Lopes Boson pela posse no cargo de desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Requerimento nº 8.542/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com o Sr. Marco Antônio Rebelo Romanelli pela posse como secretário de Defesa Social (Requerimento nº 8.581/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Sra. Christiane Neves Procópio por sua posse no cargo de defensora pública-geral (Requerimento nº 8.582/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de pesar à família do Sr. Eurípedes Craide, ex-deputado estadual e ex-vereador da Câmara Municipal de Uberaba, por seu falecimento em 28/7/2014, em Uberaba (Requerimento nº 8.591/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de congratulações com a Sra. Cleide Edvirges Santos Laia por sua nomeação para o cargo de secretária de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura (Requerimento nº 8.664/2014, da Comissão de Política Agropecuária);

de apoio aos Srs. Luiz Fernando Ferreira Leite, Bruno Emiliano Campolina de Araújo e Paulo Sérgio Torres Procópio em face dos atentados contra a vida do primeiro e contra suas residências, no Distrito de Milho Verde, em Serro (Requerimento nº 8.686/2014, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à Polícia Civil do Rio de Janeiro pela investigação do esquema de venda ilegal de ingressos para jogos da Copa do Mundo de 2014 (Requerimento nº 8.692/2014, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao juiz Marcos Flávio Lucas Padula pela corajosa decisão liminar de cancelar o despejo das famílias das ocupações no terreno da Granja Werneck na ação cautelar ajuizada pelo Ministério Público que alega que a desocupação forçada, sem a prévia destinação dos alunos matriculados nas escolas da região para outras escolas próximas do novo endereço, fere o direito constitucional à educação (Requerimento nº 8.713/2014, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso ao Sr. Jorge Luiz Cândido Caldeira, delegado da 8ª Delegacia de Polícia Civil de Coronel Fabriciano, pela apuração e esclarecimento da morte de Frederico Alan de Souza Paiva, ocorrida em Coronel Fabriciano, que culminou com o indiciamento de policial militar pela prática do delito de falsidade ideológica (Requerimento nº 8.717/2014, da Comissão de Direitos Humanos);

de aplauso à Sd. PM Rosiane Cândido dos Santos, lotada no 37º BPM, em Araxá, pelo título de Campeã Mineira Estadual no 6º Campeonato Mineiro de Musculação e Fitness pela Federação IFBB (Requerimento nº 8.718/2014, da Comissão de Esporte).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/9/2014, o presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Romel Anízio

nomeando Maria de Fatima Cunha Gomes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 4 horas.

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2014****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 124/2014**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 18/9/2014, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de sociedade empresária para prestação de serviços de reforma de acabamentos de teto, com fornecimento e instalação de forro de gesso acartonado.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

AQUISIÇÃO ATRAVÉS DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 123/2014**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Officer Distribuidora de Produtos de Informática S.A. Objeto: aquisição de 20 unidades de disco rígido e de 2 unidades de gaveta de expansão para sistema de armazenamento de dados NAS. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009.3.3.90(10.1). Licitação: adesão à ata de registro de preços do Pregão Eletrônico nº 18/2013, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 121/2014**

Objeto: Workshop - Plano de Desenvolvimento Gerencial da ALMG.

Em 3/9/2014, o presidente e o 1º-secretário ratificaram, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011014 121/2014, com licitação declarada inexigível, nos termos do art. 25, II, do mesmo diploma legal, bem como autorizaram a despesa em favor da empresa MC Lacerda Treinamento e Educação Ltda.

Belo Horizonte, 5 de setembro de 2014.

Eduardo Vieira Moreira, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 73/2014

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. Objeto: cooperação institucional visando a maximizar as ações de polícia judiciária necessárias ao exercício de mandato eletivo. Objeto do aditamento: terceira prorrogação. Vigência: de 19/7/2014 a 31/1/2015.